

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

ROBERTO VILLAR BELMONTE

**A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DA
ECONOMIA VERDE NA REVISTA PÁGINA 22**

PORTO ALEGRE - RS

Maio de 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

ROBERTO VILLAR BELMONTE

**A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DA
ECONOMIA VERDE NA REVISTA PÁGINA 22**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGCOM/UFRGS, como requisito parcial e último para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Informação.

Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Ilza Maria Tourinho Girardi

PORTO ALEGRE - RS

Maio de 2015

CIP - Catalogação na Publicação

Belmonte, Roberto Villar

A construção do discurso da economia verde na revista Página 22 / Roberto Villar Belmonte. -- 2015. 179 f.

Orientador: Ilza Maria Tourinho Girardi.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Jornalismo ambiental. 2. Economia verde. 3. Análise do discurso. 4. Teoria do Jornalismo. 5. Revista Página 22. I. Girardi, Ilza Maria Tourinho, orient. II. Título.



ATA PARA ASSINATURA Nº _____

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação

Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação
COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO - Mestrado Acadêmico
Ata de defesa de Dissertação

Aluno: Roberto Villar Belmonte, com ingresso em 01/03/2013

Título: **A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DA ECONOMIA VERDE NA REVISTA PÁGINA 22**

Orientador: Profª Drª Ilza Maria Tourinho Girardi

Data: 15/05/2015

Horário: 14:30

Local: PPGCOM / Fabico

Banca Examinadora	Origem
Maria Cristina Leandro Ferreira	UFRGS
Cassilda Golin Costa	UFRGS
Reges Toni Schwaab	UFSM

Porto Alegre, 15 de maio de 2015.

Membros	Assinatura	Conceito	Indicação de Voto de Louvor
Maria Cristina Leandro Ferreira		A	SIM
Cassilda Golin Costa		A	SIM
Reges Toni Schwaab	(Participação por teleconferência) <i>Reges Toni Schwaab</i>	A	SIM

Conceito Geral da Banca: (A) Correções solicitadas: () Sim () Não

Indicação de Voto de Louvor: (x) Sim () Não

Observação: Esta Ata não pode ser considerada como instrumento final do processo de concessão de título ao aluno.

Aluno

Orientador

In memoriam dos militantes políticos

Ulysses Villar (1906-1996), meu avô do PCB
que sempre me desafiou a pensar sobre o mundo, e
Tatiana Ramminger (1973-2014), prima pioneira da
luta antimanicomial que me acolheu na Rio+20 e
me incentivou a ingressar no mestrado.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa de mestrado sobre jornalismo ambiental, discurso e economia verde foi o início de uma nova etapa na minha vida profissional. Depois de muito ensaiar, o repórter finalmente teve coragem de abrir espaço para o pesquisador. Três pessoas são diretamente responsáveis pela minha decisão de voltar a estudar Jornalismo. Demétrio Soster e Gisele Neuls, que deram o empurrão final que faltava, mas principalmente a professora e pesquisadora Ilza Girardi que ainda no século XX já defendia a necessidade de formular teoricamente acerca do jornalismo ambiental para consolidá-lo como prática profissional. Nunca esqueço conversa que tivemos a este respeito em uma das reuniões de planejamento do Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul (NEJRS), a quem também devo muitos agradecimentos pela acolhida e parceria nos primeiros dez anos da minha vida jornalística. O estoicismo do Juarez Tosi, do NEJRS, foi e ainda é uma inspiração.

Voltar a estudar Jornalismo, mais de vinte anos depois da minha graduação, só foi possível devido à paciência que muitas pessoas tiveram comigo, até mesmo nos momentos em que eu não merecia a paciência de ninguém. Em primeiro lugar agradeço a paciência dos meus pais, João Carlos e Ligia, do meu filho João Pedro e da mãe dele, Cristina.

Fundamental foi a paciência da minha orientadora Ilza Girardi, que me ajudou a aprofundar o entendimento acerca do jornalismo ambiental; das professoras Virgínia Fonseca e Marcia Benetti, que descortinaram para mim o conhecimento contemporâneo acerca do Jornalismo; da professora Maria Cristina Leandro Ferreira, que mudou minha maneira de compreender a Análise do Discurso, e das suas alunas Ingrid Gonçalves, Maria Sirlene Schlickmann, Mariele Bressan e Ingrid Gonçalves.

A paciência da jornalista Sinara Sandri ao debater comigo a emergente teoria do jornalismo ambiental foi de grande inspiração na etapa final desta pesquisa. Agradeço ainda aos integrantes do Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS) Reges Swchaab, Eloísa Loose, Cláudia Moraes, Carine Massierer e Eliege Fante. Agradeço muito a Ângela Camana, a Débora Gallas, a Sarah Bueno Motter e o Arsenio Farranguane pela paciência e parceria na jornada; e ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação e à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS que possibilitaram a realização desta pesquisa de mestrado.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é compreender como a revista Página 22 constrói o discurso sobre economia verde antes, durante e depois da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) realizada no Rio de Janeiro (RJ) em junho de 2012. A Página 22 é uma publicação mensal segmentada e especializada na abordagem dos temas socioambientais pelo viés econômico. Ela é produzida em São Paulo e distribuída em nove estados brasileiros por meio de uma parceria com o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getulio Vargas (GVces). O corpus foi composto por 371 sequências discursivas recortadas de 136 textos (editoriais, notas, seções temáticas, reportagens e entrevistas) publicados entre junho de 2009 e dezembro de 2014. São utilizadas noções-conceito da Análise do Discurso de linha francesa, da Teoria do Jornalismo e da Economia do Meio Ambiente. Os gestos de leitura permitiram a identificação de uma formação discursiva, a do jornalismo ambiental reformista, com quatro posições-sujeito – engajado, crítico, cético e conservador - na construção do discurso da economia verde como uma reforma possível, necessária e inevitável do capitalismo. Após a identificação das diferentes posições assumidas pelo sujeito dentro da formação discursiva foram mapeadas redes parafrásticas. A partir dos resultados encontrados na análise discursiva são discutidos os limites e possibilidades do jornalismo ambiental, especialização entendida como uma prática profissional engajada que informa para transformar.

Palavras-chave: Jornalismo Ambiental; Economia Verde; Análise do Discurso; Teoria do Jornalismo; Revista Página 22.

ABSTRACT

The objective of this research is to understand how the *Página 22* magazine builds the discourse on green economy before, during and after the United Nations Conference on Sustainable Development (Rio + 20) held in Rio de Janeiro (RJ) in June 2012. *Página 22* is a monthly publication targeted and specialized in addressing the social and environmental issues for the economic bias. It is produced in São Paulo and distributed in nine Brazilian states from a partnership with the Center for Sustainability of the School of Business Administration of the Getulio Vargas Foundation (GVces). The corpus consisted of 371 discursive sequences cut from 136 texts (editorial, notes, thematic sections, reports and interviews) published between June 2009 and December 2014. This research uses concepts from French Discourse Analysis, Theory of Journalism and Economics of the Environment. The reading gestures allowed the identification of a discursive formation, the environmental journalism reformist, with four subject-positions - engaged, critical, skeptical and conservative - in the construction of the discourse of green economy as a possible, necessary and inevitable reform of capitalism. After the identification of the different positions taken by the subject within the discursive formation were mapped paraphrase networks. From the results found in the discursive analysis, this research discusses the limits and possibilities of environmental journalism, specialization understood as a committed professional practice that informs to improve the world.

Keywords: Environmental Journalism; Green Economy; Discourse Analysis; Theory of Journalism; *Página 22* Magazine.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	As posições-sujeito	105
QUADRO 2	Rede parafrástica da posição-sujeito engajado antes da Rio+20	111
QUADRO 3	Rede parafrástica da posição-sujeito crítico antes da Rio+20	112
QUADRO 4	Rede parafrástica da posição-sujeito engajado durante a Rio+20	113
QUADRO 5	Rede parafrástica da posição-sujeito crítico durante a Rio+20	114
QUADRO 6	Rede parafrástica da posição-sujeito engajado depois da Rio+20	114
QUADRO 7	Rede parafrástica da posição-sujeito crítico depois da Rio+20	115
QUADRO 8	Rede parafrástica da posição-sujeito cético	115
QUADRO 9	Rede parafrástica da posição-sujeito conservador	115
QUADRO 10	Pautas da seção Economia Verde	117

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	ECONOMIA E MEIO AMBIENTE	15
2.1	Abrindo o arquivo da economia verde	26
2.2	Economia verde: configurações e controvérsias	33
3	O JORNALISMO	44
3.1	Dois polos em permanente tensão	49
3.2	Construção da realidade: nosso mundo intersubjetivo	53
3.3	Jornalismo ambiental: uma especialização consolidada	58
3.3.1	<i>Profissionalismo com engajamento</i>	66
3.4	Jornalismo de revista	73
3.4.1	<i>Revista Página 22: o objeto empírico da pesquisa</i>	75
4	ANÁLISE DO DISCURSO	82
4.1	Análise do discurso jornalístico sobre meio ambiente	93
4.2	Procedimentos metodológicos	95
5	DISCURSOS CONSTRUÍDOS	100
5.1	As posições-sujeito	101
5.2	Rede parafrástica	109
5.3	Editoriais e seções	115
5.4	Reportagens e entrevistas	117
5.5	Notas e capas	119
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
	REFERÊNCIAS	128
	APÊNDICE A - Anunciantes da Página 22 por edição	142
	APÊNDICE B - Ocorrências do termo economia verde	144

APÊNDICE C - Quantidade de sequências discursivas recortadas	146
APÊNDICE D - Referências bibliográficas das sequências discursivas	148
APÊNDICE E - Sequências discursivas de editoriais de opinião (SD-O)	150
APÊNDICE F - Sequências discursivas da seção Clima & Economia (SD-CE)	153
APÊNDICE G - Sequências discursivas da seção Economia Verde (SD-EV)	155
APÊNDICE H - Sequências discursivas de reportagens (SD-R)	159
APÊNDICE I - Sequências discursivas de entrevistas (SD-E)	165
APÊNDICE J- Sequências discursivas de notas (SD-N)	175
APÊNDICE K - Sequências discursivas de capa (SD-C)	177
APÊNDICE L – As 371 sequências discursivas completas (DVD)	
ANEXO A – As 61 edições da revista Página 22 (DVD)	

1 INTRODUÇÃO

A crise ambiental deixa cada vez mais de ser vista como um problema do amanhã. Esta nova percepção se deve principalmente ao aumento na ocorrência de fenômenos climáticos extremos mais intensos; maior certeza científica nas pesquisas sobre as mudanças ambientais globais, entre elas a mudança do clima; agravamento dos problemas causados pela urbanização; e questionamento sobre a possibilidade de continuar produzindo monoculturas em escala industrial. Além de causar um grande impacto nos ecossistemas planetários, o capitalismo das grandes corporações também concentra riqueza. No final da primeira década do século XXI, quando uma crise financeira internacional chegou a estremecer as bases da economia mundial, a economia verde foi apresentada como um novo pacto global.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), realizada no Rio de Janeiro entre 3 e 14 de junho de 1992, ajudou a disseminar os discursos do desenvolvimento sustentável, da produção mais limpa, da responsabilidade empresarial. Processo semelhante parece estar ocorrendo com a emergência do discurso da economia verde, um dos temas centrais da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável realizada no Rio de Janeiro (RJ) entre 20 e 22 de junho de 2012.

Por isso a construção do discurso da economia verde na revista Página 22 é o tema desta pesquisa. Fundada em 2006, fruto de uma parceria com o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getulio Vargas (EAESP-GVces), a Página 22 foi escolhida como objeto empírico porque tem sido a publicação especializada em questões socioambientais que mais destaque tem dado à disseminação da ideia de uma economia verde no Brasil, não apenas em uma seção exclusiva sobre o tema como também em reportagens, artigos, entrevistas, notas e editoriais.

A escolha do tema desta pesquisa está diretamente ligada ao meu envolvimento pessoal com o jornalismo ambiental desde o final do curso de graduação, no início dos anos 1990. Com apenas um ano de formado cobri as negociações diplomáticas da Conferência Rio 92. Esta cobertura internacional entre representantes de 172 países mudou minha maneira de ver o mundo e de compreender o Jornalismo. Em 25 anos de atividade profissional, escrevi sobre uma enorme variedade de temas. Mas somente quando faço uma pauta ambiental consigo me sentir realmente útil para a sociedade. Mesmo sentimento eu tenho quando

leciono a disciplina de jornalismo ambiental. Somente neste campo de atuação sinto que realmente estou pautado pelo interesse público.

Apesar da qualidade jornalística diferenciada dos textos produzidos pela publicação especializada, focada em leitores que se interessam por inovação e sustentabilidade, nenhuma dissertação de mestrado ou tese de doutorado foi encontrada sobre a revista Página 22. Tampouco sobre o discurso da economia verde em uma publicação jornalística especializada em temas socioambientais com ênfase no viés econômico. Esta pesquisa tem a pretensão de ajudar a preencher esta lacuna. Entendo que um olhar detalhado sobre o funcionamento do discurso da economia verde pode contribuir, pela importância do tema, não apenas com o debate da sustentabilidade, mas também com o processo de consolidação do jornalismo ambiental no Brasil iniciado nas duas últimas décadas do século XX.

Pesquisar o discurso da economia verde ajuda a identificar os sentidos que estão sendo mobilizados na sociedade brasileira e, ao analisar uma publicação especializada em temas ambientais, contribui também com os estudos sobre jornalismo ambiental no Brasil. Compreender e valorizar o desenvolvimento sustentável, conceito diretamente relacionado ao tema desta pesquisa de mestrado, é uma das competências gerais priorizadas pelas Novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Jornalismo, homologadas em setembro de 2013 pelo Ministério da Educação e Cultura.

Com a análise da construção do discurso da economia verde em uma revista especializada em temas socioambientais, esta pesquisa procura ressaltar a importância do jornalismo ambiental em uma sociedade que precisa reagir diante das mudanças ambientais globais que vem se intensificando, causando consequências sociais e econômicas cada vez maiores entre os mais pobres, sempre os mais vulneráveis em um modelo econômico predador e excludente. Procuro compreender o jornalismo ambiental através da Teoria do Jornalismo, movimento que considero fundamental para que sua prática também se consolide na universidade como objeto de estudo teórico. O jornalista ambiental tem um olhar diferenciado para o mundo porque informa para transformar, mas mesmo assim ainda é um olhar a partir do Jornalismo.

Além da Teoria do Jornalismo, mobilizei conceitos da Análise do Discurso de linha francesa e da Economia do Meio Ambiente para dar conta do meu problema de pesquisa: Como a revista Página 22 constrói o discurso da economia verde? Do objetivo geral -

compreender que sentidos são produzidos quando o discurso da economia verde é construído pela revista Página 22 - surgiram outros três objetivos específicos: identificar as posições ocupadas pelos sujeitos que dizem no processo de construção do discurso da economia verde; mapear a rede parafrástica produzida antes, durante e depois da Rio+20 para construir o discurso da economia verde; e, a partir da análise do discurso da economia verde, problematizar limites e possibilidades do jornalismo ambiental.

Desde a última década do século XX, quando se intensificou a revolução na comunicação causada pela internet, os veículos jornalísticos tradicionais – rádio, televisão, jornais, revistas e agências de notícias – deixaram de ter a primazia da informação. Com tais mudanças em curso, o Jornalismo, ainda desorientado, procura o seu lugar neste novo mundo. Esta pesquisa se filia às vozes que defendem que agora, em um mundo fragmentado, apesar de cada vez mais conectado, a profissão de jornalista é ainda mais necessária, não para entreter, pois para isso há uma abundância de opções disponíveis, mas para praticar um Jornalismo mais interpretativo, de profundidade, capaz de dar conta da complexidade da vida cotidiana. Olhar para os problemas ambientais buscando entender suas causas, consequências e possíveis soluções é o compromisso ético do jornalismo ambiental.

Esta pesquisa transita em três áreas: a Economia do Meio Ambiente, o Jornalismo e a Análise do Discurso. Na primeira delas, descrita no capítulo 2, procuro compreender as condições de possibilidade para a emergência de um discurso sobre a economia verde. Através de uma revisão bibliográfica busco apresentar os debates que julguei mais relevantes sobre meio ambiente e economia ocorridos nos últimos 50 anos. As principais escolas são apresentadas assim como os acontecimentos internacionais mais significativos que ocorreram desde os anos 1960. Da formulação do ecodesenvolvimento como desenvolvimento socioeconômico ecologicamente saudável, à consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras. Depois de identificar as três principais correntes de pensamento na Economia do Meio Ambiente – a Economia Ambiental, a Economia Ecológica e o Ecologismo Popular -, a origem do termo economia verde é localizada no final dos anos 1980 e analisada. Bem como o contexto do seu ressurgimento na primeira década do século XXI em plena crise global do capitalismo, cada vez mais concentrador de riqueza e predador dos recursos naturais.

O Jornalismo, instituição social que nasce e se consolida junto com o capitalismo, é problematizado no Capítulo 3. Na perspectiva desta pesquisa, ele é um discurso intersubjetivo. Procuo entender como se dá a observação, a interpretação e a narração do mundo através das práticas jornalísticas, e como elas participam do processo de construção social da realidade. Recuo meio século para compreender como se deu a consolidação do jornalismo ambiental como especialização, e discuto o conceito que vem sendo desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS): um jornalismo que informa para transformar. Depois de relacionar as especificidades de dizer o mundo do jornalismo de revista, apresento detalhadamente a revista Página 22, o objeto empírico desta pesquisa.

A Análise do Discurso de linha francesa e as suas noções-conceito mobilizadas nesta pesquisa – formação discursiva (o que pode e deve ser dito), posição-sujeito (lugar historicamente constituído de onde o sujeito fala) e paráfrase (retorno aos mesmos espaços do dizer) - são apresentadas no Capítulo 4. Na perspectiva desta pesquisa que adota uma teoria materialista dos sentidos, discurso é efeito de sentidos entre locutores; o interdiscurso é o já-dito; o sujeito é entendido como lugar de significação historicamente constituído; e a ideologia é a prática significativa cuja materialidade é o discurso. A noção de arquivo como campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão foi resgatada na minha leitura-escritura sobre a economia verde. No mesmo capítulo detalho os gestos de leitura que orientaram a formação do corpus de sequências discursivas e a minha análise.

Os resultados encontrados são apresentados no capítulo 5. Houve uma grande mobilização discursiva em torno da economia verde no período que antecedeu a Conferência Rio+20. Até uma seção temática foi criada pela revista Página 22 para disseminar o sentido da reforma proposta pelo Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (PNUMA). O fracasso das negociações diplomáticas promovidas pela ONU arrefeceu um pouco o ímpeto da publicação, mas ainda assim ela seguiu investindo na construção do discurso da economia verde. O funcionamento da parceria estabelecida entre posições-sujeito dentro da formação discursiva *jornalismo ambiental reformista* é apresentado em detalhes. Bem como as redes parafrásticas criadas pela publicação para reforçar o sentido da economia verde como uma reforma possível, necessária e inevitável do capitalismo. Nas considerações finais, procuro discutir os limites e possibilidades do jornalismo ambiental no sistema capitalista e a necessidade do Jornalismo assumir seu papel profissional engajado diante de um mundo que caminha para um colapso anunciado.

2 ECONOMIA E MEIO AMBIENTE

A falta define a espécie humana. Durante nossa vida, tudo nos falta. Quando nascemos, nos falta tanto que precisamos de cuidado por longos anos, diferente de outros animais, que mais rápido estão aptos à sobrevivência em seus ambientes. Por isso necessitamos de um cérebro complexo, com uma capacidade notável de raciocínio; aprendemos a simbolizar, comunicar e construir sentido; por isso expandimos nossa memória para fora do corpo. É também porque nos falta que desenvolvemos instrumentos para ampliar nossa capacidade de sobrevivência. Ao longo da história humana, dominamos a natureza, domesticando plantas e animais, mas também dominamos uns aos outros; construímos cidades, impérios, civilizações, mas também as destruímos. Até recentemente, quase todos imaginávamos que tudo na natureza era abundante e aí está para nosso usufruto ilimitado. Como resultado desta perspectiva, ainda hegemônica, as atividades humanas estão causando mudanças ambientais profundas no planeta Terra. Houve uma ampliação de escala nos últimos duzentos anos. Os impactos, que eram locais e regionais, agora são globais.

Sempre causamos impactos na paisagem e nas demais espécies com as quais nos relacionamos. Quando os humanos (gênero *Homo*) primitivos começaram a ingerir carne, sua competição com os demais carnívoros já teria contribuído para a extinção de animais que coabitavam o leste da África há mais de dois milhões de anos, muito antes da entrada em cena do *Homo sapiens*¹, segundo hipótese recente apresentada por Lars Werdelin (2013), curador sênior de vertebrados fósseis no Museu Sueco de História Natural em Estocolmo. No entanto, desde a revolução industrial deflagrada com o desenvolvimento da máquina a vapor movida a carvão, dando início a um capitalismo fossilista e imperialista (PORTO-GONÇALVES, 2006), cuja lógica do processo de acumulação de capital se caracteriza pela criação incessante de novas necessidades de consumo (ROMEIRO, 2010), o impacto humano no planeta atingiu uma escala global inédita na breve história de vida da humanidade.

A paisagem não é apenas um depósito de recursos, como é também o *oikos* – a casa – em que devemos viver. Até recentemente nós não prestamos atenção às funções protetoras – como trocas gasosas, purificação de água, ciclagem de nutrientes e outras – dos ecossistemas que se mantêm sozinhos. Esta situação continuou até que o tamanho da nossa população e as nossas manipulações ambientais chegaram a afetar os equilíbrios regionais e globais. (ODUM, 2012, p.344)

¹ Estima-se que o *Homo sapiens* surgiu há cerca de 200 mil anos. Disponível em: <<http://humanorigins.si.edu/evidence/human-evolution-timeline-interactive>>. Acesso em: 08 fev.2015.

Nosso impacto no planeta Terra, observado por Odum (2012), já é tão intenso que um grupo de cientistas considera seriamente a ideia de que já estaríamos vivendo em uma nova época geológica, chamada de Antropoceno². Esta nova época geológica se caracterizaria por diversas mudanças causadas pela humanidade: mudanças na erosão e transporte de sedimentos ocasionadas pela colonização, agricultura e urbanização; mudanças na composição química da atmosfera, oceanos e solos, com significativa perturbação nos ciclos do carbono, nitrogênio, fósforo e vários metais; mudanças nas condições ambientais causadas por perturbações (aquecimento global, acidificação e ampliação de zonas mortas nos oceanos); mudanças na biosfera terrestre e marítima, como resultado de perda de habitats, predação, invasão de espécies e alterações físicas e químicas no ambiente.

A Organização Meteorológica Mundial tem registrado ano após ano aumento na temperatura média na superfície da terra e dos oceanos. O ano de 2014 foi considerado o mais quente desde o início das medições, há 160 anos³. Segundo o quinto Relatório de Avaliação⁴ do Painel Intergovernamental de Mudança do Clima (IPCC, na sigla em inglês), divulgado em 2014, considerando um período desde 1850, cada uma das últimas três décadas foi mais quente. Entre 1880 e 2012, o aumento da temperatura média da superfície da terra e do oceano foi de 0,85° C. O último relatório do IPCC também ressaltou que, do ponto de vista do conhecimento científico atual, a influência humana no sistema climático é clara.

Diante destas mudanças ambientais globais, discutidas do ponto de vista econômico há pelos menos 50 anos, nosso futuro no planeta Terra é visto desde uma completa confiança na nova tecnologia “até uma crença de que a sociedade deve reorganizar-se completamente, reduzir os gastos energéticos e desenvolver novos mecanismos políticos e econômicos, internacionais e holísticos, para lidar com um mundo de recursos limitados” (ODUM, 2012, p.378). Fundir o “estudo da casa” (Ecologia) com a “administração da casa” (Economia), incluindo o ambiente na Ética, além dos valores humanos, é o que propõe Odum (2012, p.385). Mesma abordagem defendia José Antônio Lutzenberger (1926-2002), um dos pioneiros do ambientalismo no Brasil, para quem “uma vez que não enxergamos os custos

² O tema está sendo discutido por um grupo de trabalho formado pela Comissão Internacional de Estratigrafia. Disponível em: < <http://quaternary.stratigraphy.org/workinggroups/anthropocene/>>. Acesso em: 08 fev.2015.

³ Disponível em: < <https://www.wmo.int/media/content/warming-trend-continues-2014>>. Acesso em: 08 fev.2015.

⁴ Disponível em: <http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/syr/SYR_AR5_SPMcorr1.pdf>. Acesso em: 08 fev.2015.

ambientais de nossas tecnologias, somos levados a contas incompletas e, portanto, erradas” (LUTZENBERGER, 1980, p.14).

Se a economia é o estudo dos negócios humanos, isto é, dos intercâmbios entre humanos – criação e distribuição de riqueza e recursos nas comunidades e sociedades – só a alienação predominante em nossa cultura pode fazê-la esquecer-se de que a economia não passa de um capítulo da ecologia. (LUTZENBERGER, 2009, p.81)

A partir dos anos 1960, o papel da economia (“a administração da casa”) na política e na gestão ambiental entrou definitivamente na agenda (MAY, 2010). A Conferência da Biosfera, como ficou conhecida a Conferência Intergovernamental de especialistas sobre a base científica para o uso racional e conservação dos recursos da biosfera (*Intergovernmental Conference of experts on the scientific basis for rational use and conservation of the resources of the biosphere*⁵), realizada em Paris entre os dias 4 a 13 de setembro de 1968 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), foi o primeiro encontro intergovernamental a fazer recomendações sobre os crescentes problemas ambientais que já vinham sendo observados em todo o planeta. Cerca de 300 especialistas⁶ de 63 países participaram e destacaram⁷, já naquela época, que o uso e a conservação dos recursos naturais deveriam andar lado a lado, e para que isso ocorresse uma abordagem interdisciplinar precisaria ser promovida pelos países. Também foi sugerido o desenvolvimento de uma educação ambiental, das escolas infantis às universidades, e também fora das escolas, assim como a utilização de todas as mídias disponíveis para auxiliar neste processo de conscientização.

Três visões surgiram naquela época sobre o futuro do processo econômico diante dos desafios ambientais: a “economia do astronauta”, formulada por Kenneth Boulding⁸, o “decrescimento”, proposto por Nicholas Georgescu-Roegen⁹, e a “condição estacionária”, defendida por Herman Daly¹⁰ (CECHIN e VEIGA, 2010). Para Boulding, o fluxo metabólico da humanidade deveria ser minimizado, e não maximizado, e no futuro isso só seria possível através de um processo econômico funcionando como um sistema circular, como se fosse uma espaçonave, daí a expressão “economia do astronauta”, em contraposição à “economia

⁵ The biosphere conference: 25 years later. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001471/147152eo.pdf>>. Consultado em: 03 mar. 2015.

⁶ Dois brasileiros participaram, o embaixador Carlos Chagas, delegado permanente do Brasil na Unesco, e o assistente geral do Ministério de Minas e Energia, E.F. Suszcynski.

⁷ As recomendações da Conferência da Biosfera estão disponíveis em: <

<http://unesdoc.unesco.org/images/0001/000172/017269eb.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

⁸ *The economics of the coming spaceship Earth* (1966)

⁹ *The entropy law and the economic process* (1971)

¹⁰ *Toward a steady-state economy* (1973)

do cowboy” que explora sem parar os recursos naturais. Como a reciclagem total dos materiais não é possível, Georgescu-Roegen argumentava, questionando a “economia do astronauta”, que o processo econômico necessariamente seria declinante a partir de determinado momento. Herman Daly, ex-aluno de Georgescu-Roegen, resgatou o conceito de condição estacionária, de John Stuart Mill¹¹, na qual a quantidade de recursos da natureza utilizada seria suficiente apenas para manter constantes o capital e a população, para defender que a escala da economia pode ser mantida constante enquanto ocorrem melhorias qualitativas, o que significaria desenvolvimento sem crescimento material (CECHIN e VEIGA, 2010, p. 42-44).

Com a publicação, em 1972, do primeiro relatório do Clube de Roma¹², *Os limites do crescimento*¹³, que pregava o crescimento zero para evitar a catástrofe ambiental, exacerbou-se a controvérsia entre crescimento econômico e meio ambiente (ROMEIRO, 2010, p.8). Controvérsia que foi debatida na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, realizada entre 5¹⁴ e 16 de junho de 1972 em Estocolmo, a primeira conferência sobre meio ambiente organizada pela ONU. O princípio 14 da declaração publicada ao final deste encontro mundial afirma que “o planejamento racional constitui uma ferramenta essencial para reconciliar qualquer conflito entre as necessidades de desenvolvimento e a necessidade de proteger e melhorar o meio ambiente” (tradução minha¹⁵).

No ano seguinte à conferência de Estocolmo, também influenciado pelo relatório *Os limites do crescimento*, o economista polonês, radicado francês, Ignacy Sachs criou em Paris o Centro Internacional de Pesquisa sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento¹⁶ (Cired, na sigla em francês) para estudar as tensões entre meio ambiente, gestão de recursos de longo prazo e desenvolvimento econômico. E como uma tentativa de resposta aos limites do

¹¹ John Stuart Mill (1806-1873), filósofo e economista inglês

¹² O Clube de Roma foi criado em abril de 1968 por um grupo de especialistas e até hoje está em atividade. Disponível em: < <http://www.clubofrome.org>>. Acesso em: 09 fev.2015.

¹³ O livro de 211 páginas com o relatório completo, em inglês, está disponível no site do Instituto Donella Meadows, a autora principal do estudo: <<http://www.donellameadows.org/wp-content/userfiles/Limits-to-Growth-digital-scan-version.pdf>>. Acesso em: 09 fev.2015.

¹⁴ O Dia Mundial do Meio Ambiente é comemorado no dia 5 de junho em referência ao primeiro dia da Conferência da ONU sobre Ambiente Humano realizada na capital da Suécia em 1972.

¹⁵ *Rational planning constitutes an essential tool for reconciling any conflict between the needs of development and the need to protect and improve the environment.* A Declaração de Estocolmo está disponível em: < <http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?documentid=97&articleid=1503>>. Acesso em: 09 fev. 2015.

¹⁶ O Cired permanece em atividade. Disponível em: <http://www.centre-cired.fr/spip.php?rubrique288>. Acesso em: 11 fev. 2015.

crescimento, passou a desenvolver conceitualmente o termo ecodesenvolvimento¹⁷, que na década seguinte inspiraria a criação do conceito de desenvolvimento sustentável (assunto que abordarei no próximo item). O conceito de ecodesenvolvimento surgiu com a aspiração “de definir um estilo de desenvolvimento particularmente adaptado às regiões rurais do Terceiro Mundo, o que não significa não se poder estendê-lo às cidades” (SACHS, 1986, p.15).

Em resumo, o ecodesenvolvimento é um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas a longo prazo. Opera, portanto, com critérios de progresso relativizados a cada caso, aí desempenhando papel importante a adaptação ao meio postulada pelos antropólogos. Sem negar a importância dos intercâmbios [...], o ecodesenvolvimento tenta reagir à moda predominante das soluções pretensamente universalistas e das fórmulas generalizadas. Em vez de atribuir um espaço excessivo à ajuda externa, dá um voto de confiança à capacidade das sociedades humanas de identificar os seus problemas e de lhes dar soluções originais, ainda que se inspirado em soluções alheias. (SACHS, 1986, p.18)

O termo ecodesenvolvimento foi usado em 1974 em um documento oficial da ONU, a Declaração de Cocoyoc¹⁸, divulgada em um simpósio de especialistas organizado, entre 8 e 12 de outubro, pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, na sigla em inglês) na cidade de Cocoyoc, no México, para identificar as causas sociais e econômicas da degradação ambiental. Ecodesenvolvimento, na Declaração de Cocoyoc, seria um “desenvolvimento socioeconômico ecologicamente saudável” (tradução minha¹⁹). Desde os anos 1970, instrumentos econômicos vêm sendo pensados para lidar com os problemas ambientais, principalmente na Inglaterra, França e nos Estados Unidos.

Os instrumentos econômicos adotados pelo Estado na área ambiental partem de duas abordagens diferentes, ambas com origem em meados do século XX. A primeira é baseada nas ideias do economista inglês Arthur Cecil Pigou (1877-1959). Segundo ele, atividades econômicas que infligem custos para outras pessoas (caso da poluição e degradação ambiental) não necessariamente deveriam ser banidas, mas poderiam ser desencorajadas através da taxação de suas externalidades negativas, o que ficou conhecido como *taxação*

¹⁷ Em nota de rodapé no primeiro capítulo do livro *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir* (1986), Ignacy Sachs informa que a ideia do ecodesenvolvimento foi lançada em junho de 1973 por Maurice Strong, diretor executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), durante a primeira reunião do conselho administrativo do Programa, criado logo após a conferência de Estocolmo.

¹⁸ Disponível no site oficial de Maurice Strong: <<http://www.mauricestrong.net/index.php/cocoyoc-declaration>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

¹⁹ *We consider that the present efforts of the United Nations Environment Programme to design strategies and assist projects for ecologically sound socioeconomic development (eco-development) at the local and regional level constitute an important contribution to this task.*

pigouviana. Tecnologias sujas, assim, teriam um custo maior para os empresários (MATIAS, 2014, p.214-215). A outra abordagem, que embasa o surgimento de mercados para serviços ambientais, entre eles o mercado de carbono, é inspirada no trabalho de outro economista inglês, Ronald Harry Coase (1910-2013). Segundo ele, se um ponto “ótimo” de degradação ambiental for identificado sob a regência da lei, permissões de uso dos recursos ambientais podem ser negociadas (MAY, 2011, p.172-173), o que os economistas chamam de *negociação coseana*. O mercado recompensa, assim, quem utiliza os recursos naturais respeitando a legislação vigente. Também pode se dizer que quem polui e degrada dentro da lei é recompensado pelo mercado. A terceira maneira de o Estado lidar com os problemas ambientais é através da abordagem conhecida como comando e controle, estabelecendo limites de uso dos recursos naturais, com uma fiscalização forte exercida pelos órgãos ambientais. No Brasil, na prática, esta abordagem nunca foi plenamente adotada devido à estrutura deficiente dos órgãos ambientais. Desde os anos 1990, os sucessivos governos tentam utilizar as duas abordagens conjuntamente, a do comando e controle e a dos instrumentos de mercado.

Negociação coseana, taxaço pigouviana, economia do astronauta, decrescimento, crescimento zero, condição estacionária e ecodesenvolvimento são formulações econômicas que até hoje inspiram políticas e alimentam controvérsias. Atualmente no debate acadêmico em economia do meio ambiente, segundo Romeiro (2010), há duas correntes principais de interpretação sobre os problemas que vem sendo debatidos, ora com mais, ora com menos intensidade, desde os anos 1960.

A primeira delas, a Economia Ambiental, ligada ao *mainstream* neoclássico²⁰, considera que “os recursos naturais (como fonte de insumos e como capacidade de assimilação de impactos dos ecossistemas) não representam, a longo prazo, um limite absoluto à expansão da economia” (ROMEIRO, 2010, p.8). É como se o ciclo econômico funcionasse sem recursos naturais, apenas com capital e trabalho. A ideia implícita é de que os recursos naturais são infinitos, portanto, permanentemente substituíveis. Segundo esta concepção, qualquer limite de bens e serviços da natureza é relativo, e não absoluto, e pode,

²⁰ A expressão ‘*mainstream* neoclássico’ refere-se ao paradigma hegemônico do pensamento econômico. Segundo Paiva e Cunha (2008, p.18-33), a Economia, nesta concepção, estuda o comportamento de agentes racionais na alocação de recursos escassos entre fins alternativos. Para esta escola, também conhecida como cartesiana, racional é o agente que busca obter o máximo benefício por unidade de dispêndio de seus recursos escassos. O objeto da Economia, portanto, seria o comportamento do homem racional-maximizador. Além desta escola neoclássica (cartesiana), os outros dois grandes paradigmas do pensamento econômico (PAIVA e CUNHA, 2008) seriam o estruturalista (kantiano) e o institucionalismo histórico (hegeliano).

portanto, ser superado pelo progresso científico e tecnológico, sem afetar o crescimento econômico no longo prazo. Segundo Romeiro, (2010, p.9), “na literatura, essa concepção ficou conhecida por meio do conceito de sustentabilidade fraca”.

As soluções ideais [para um economista ambiental] seriam aquelas que de algum modo criassem as condições para o livre funcionamento dos mecanismos de mercado: seja diretamente, eliminando o caráter público desses bens e serviços por meio da definição de direitos de propriedade sobre eles (negociação *coaseana*); seja indiretamente, por meio da valoração econômica da degradação destes bens e da imposição desses valores pelo Estado por meio de taxas (taxação *pigouviana*). A primeira implicaria a privatização de recursos como a água, o ar etc., o que, entre outros obstáculos, esbarraria no elevado custo de transação decorrente de processos de barganha que envolveriam centenas ou mesmo milhares de agentes. A segunda pressupõe ser possível calcular estes valores a partir de uma curva marginal de degradação ambiental. [...] Reconhece-se, entretanto, que é uma ficção a concepção de uma curva suave de custos marginais da degradação, que ignora o fato de que os impactos ambientais evoluem de modo imprevisível devido à existência de efeitos sinérgicos. (ROMEIRO, 2010, p.11)

Já a outra corrente no debate acadêmico da economia do meio ambiente, a Economia Ecológica, vê o sistema econômico como um subsistema de um todo maior, portanto com limites que impõe uma restrição absoluta à sua expansão. “Esta corrente partilha com a primeira a convicção de que é possível instituir uma estrutura regulatória baseada em incentivos econômicos” (ROMEIRO, p.12). No entanto, para os economistas ecológicos, diferente do que pensam os economistas ambientais, a sustentabilidade do sistema econômico só é possível com a estabilização dos níveis de consumo *per capita* de acordo com a capacidade de carga do planeta. E esta escala considerada sustentável pela sociedade só pode ser determinada por meio de processos coletivos de tomada de decisão. É uma decisão, portanto, que não pode ser atribuída ao mercado.

Para esta corrente, a existência de limites absolutos e o risco de perdas irreversíveis que podem ser catastróficas em um contexto de incertezas científicas irredutíveis tornam absolutamente necessário que se defina coletivamente, e em uma atitude de precaução, os limites (escala) para o consumo total de bens e serviços ambientais. (ROMEIRO, 2010, p.27)

Foi o matemático e economista romeno Nicolas Georgescu-Roegen quem introduziu o conceito de limite na teoria econômica, que, na verdade, é a grande diferença entre as duas principais correntes dentro da economia do meio ambiente, a Economia Ambiental, próxima da visão neoclássica hegemônica, e a Economia Ecológica, que considera a macroeconomia um subsistema do planeta Terra (considerado um sistema termodinâmico aberto unicamente do ponto de vista energético, pois recebe energia solar). “O fato evidente de que há, entre o

processo econômico e o meio ambiente material, uma contínua interação geradora de história não tem peso algum para a economia ortodoxa” (GEORGESCU-ROEGEN, 2012, p.56).

O economista romeno, considerado o pai da Economia Ecológica, argumenta que o Segundo Princípio da Termodinâmica²¹ não pode ser desconsiderado pelos economistas, pois, deste ponto de vista, a matéria-energia absorvida pelo processo econômico o é num estado de baixa entropia e sai num estado de alta entropia. Georgescu-Roegen (2012) explica que a energia se apresenta sob dois estados qualitativamente diferentes, a energia utilizável ou livre, que podemos usar, e a energia não utilizável ou presa, que não podemos usar, pois não pode ser transformada. A energia livre implica certa estrutura ordenada. A energia presa é energia dispersa, em desordem. Por esta razão a entropia – isto é, a quantidade de energia presa - se define também como uma medida de desordem. Para ele, a luta econômica do homem se concentra na baixa entropia de seu meio ambiente. E esta baixa entropia do meio ambiente é escassa. A energia livre (ou baixa entropia) que temos acesso vem de duas fontes distintas, dos depósitos minerais (estoque) e dos raios solares (fluxo). “É também por causa da particular escassez da baixa entropia no meio ambiente que, desde o alvorecer da história, o homem tem procurado continuamente inventar meios suscetíveis de captar melhor a baixa entropia” (GEORGESCU-ROEGEN, 2012, p.63). O problema da nossa sobrevivência na Terra não seria apenas biológico, como das demais espécies, e nem apenas econômico, mas bioeconômico na visão do pai da Economia Ecológica, em função do nosso dote terrestre ser limitado pela escassez da baixa entropia.

Talvez o destino do homem seja viver uma vida breve, mas febricitante, excitante e extravagante, em vez de uma existência longa, vegetativa e monótona. Se assim for, que outras espécies desprovidas de ambição espiritual – as amebas, por exemplo – herdem uma Terra que se banhará ainda por muito tempo numa plenitude de luz solar! (GEORGESCU-ROEGEN, 2012, p.135)

A Economia Ecológica, ou bioeconomia, de Georgescu-Roegen influenciou diretamente uma terceira escola de pensamento sobre a relação entre economia, política e meio ambiente, chamada de Ecologismo Popular. Na visão de Alier (1998), seu principal

²¹ A Lei da Entropia. Formulação simples: O calor só pode passar por si mesmo do corpo mais quente para o corpo mais frio, nunca em sentido inverso. Formulação mais complexa: a entropia de um sistema isolado aumenta contínua (e irrevogavelmente) para um ponto máximo, isso significa que energia utilizável é continuamente transformada em energia não utilizável, até desaparecer completamente. Grosso modo, todas as formas de energia são gradativamente transformadas em calor, e o calor, afinal, torna-se tão difuso que o homem não pode mais utilizá-lo. (GEORGESCU-ROEGEN, 2012, p.81).

formulador, existe o ecologismo da abundância e o ecologismo da pobreza; o ecologismo dos ricos e o ecologismo dos pobres²².

Naturalmente existe o ecologismo dos ricos, dos que se preocupam com a conservação dos grandes mamíferos ou protestam contra a perda de paisagens de que gozavam. O gasto cada vez maior de materiais e energia, a perda de biodiversidade biológica, a produção de resíduos fazem perder qualidade de vida, daí os protestos ecológicos cujo conteúdo é “se não há para todo mundo, que haja para nós”. Por outro lado, para os pobres, a questão é mais de sobrevivência que de qualidade de vida: *livelihood*, e não *quality of life*. Disto surgem os protestos contra a perda do acesso aos recursos naturais e aos serviços da natureza de que necessitam para viver. Este ecologismo dos pobres nasce da contradição entre a economia do valor de uso e a economia do lucro, da expansão, do crescimento (cujo motor é o mercado, ou cujo motor foi o Estado). (ALIER, 1998, p.18)

O Ecologismo Popular²³ relaciona a má distribuição ecológica – desigualdades sociais, espaciais e temporais no uso dos recursos e serviços da natureza – com a desigualdade na distribuição econômica²⁴. “Em geral, no mundo, uma economia mais ecológica poderia ser uma economia mais equitativa, mais solidária”, defende Alier (1998, p.19). Contra os teóricos de esquerda que ainda afirmariam ser o ecologismo uma preocupação apenas dos ricos, ou um novo movimento social monotemático, o autor argumenta que a história está repleta de movimentos ecológicos dos pobres, de conflitos sociais com conteúdo ecológico cujos atores tinham uma percepção ecológica. Ainda que, “também seja necessário constatar, às vezes, a ausência de lutas ecológicas, inclusive de percepção ecológica, apesar da existência de problemas ecológicos” (1998, p.34). Ainda segundo Alier (1998), ecologia não tem a ver com os luxos estéticos da vida, mas com fluxo de energia e materiais, diversidade biológica e uso agroecológico do solo.

O ecologismo popular é mais bem uma via de solução para os conflitos distributivos econômico-ecológicos. A categoria essencial é a da distribuição ecológica, ou seja, o acesso desigual ao uso dos serviços e recursos da natureza. [...] O interesse é estudar a mútua relação entre a distribuição econômica, a distribuição ecológica (incluindo gerações futuras), e a distribuição do poder político. (ALIER, 1998, p. 24)

²² Alier informa que utilizou pela primeira vez a expressão “ecologismo dos pobres” em uma entrevista à revista *Cambio* publicada no Peru em dezembro de 1988 (1998, p.24). Afirma também que há um *ecologismo da sobrevivência*, um ecologismo dos pobres que poucos haviam percebido até o assassinato de Chico Mendes em dezembro de 1988 (p.32, grifo do autor).

²³ O Ecologismo Popular, simpático a correntes socialistas que defendem o controle comunitário – não-estatal – dos meios de produção, também é influenciado pelas ideias anarquistas e do populismo russo (*narodniks*). Por isso Alier também o chama de *neonarodonismo ecológico*. “Este ecologismo dos pobres é herdeiro de diversas tradições socialistas revolucionárias, porém não existe ainda uma Internacional Ecologista dos Pobres. [...] Contudo, cresce entre os pobres o ecologismo ativista e competente de múltiplos grupos. (ALIER, 1998, p.36).

²⁴ Esta visão ganhou força no Brasil nas três primeiras edições do Fórum Social Mundial, realizadas em Porto Alegre entre 2001 e 2003, e marcou as principais formulações contra a economia verde na Cúpula dos Povos, encontro paralelo promovido por entidades da sociedade civil ligadas aos temas socioambientais no Aterro do Flamengo durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada de 20 a 22 de junho de 2012 no Rio de Janeiro (RJ).

É nesta perspectiva do Ecologismo Popular, ou ecologismo dos pobres, que surge o tema da justiça e do racismo ambiental, questionando a contaminação maior de vizinhanças operárias ou de gente de cor e também a perda da posse de áreas de comunidades inteiras impactadas pelo ritmo elevado da exploração dos recursos naturais. “Os conflitos não ocorrem apenas no campo; também nas cidades há protesto contra a deterioração da qualidade do ar, contra o amontoamento causado, em parte, pela especulação urbana” (ALIER, 1998, p.26). Na interpretação do autor, o ecologismo ocidental é uma reação contra a destruição material dos recursos naturais, contra os resíduos da abundância. “São reações aos perigos ou destruições provocadas pelo crescimento econômico” (p.33). E o ecologismo dos pobres

[...] coloca razões para duvidar do triunfo definitivo do capitalismo, já que questiona a crença no crescimento econômico ilimitado para todos (crença que é o verdadeiro ópio dos povos pobres), e afirma, ainda, que a economia de mercado (que possui muitas virtudes, podendo contribuir, através dos seus incentivos, para ampliar a eficiência no uso de energia e materiais) não pode dar valores atualizados às externalidades irreversíveis e incertas provocadas pela atividade econômica, estando impossibilitada, portanto, de apresentar-se como mecanismo racional de alocação dos recursos, nem mesmo quando o mercado é ampliado mediante instituições e mecanismos que buscam “internalizar as externalidades”. (ALIER, 1998, p.44)

No item 2.2, onde discuto o retorno da economia verde, voltarei à posição do Ecologismo Popular contrária à transformação dos recursos e serviços ambientais em bens de mercado como solução para os problemas ambientais, contrapondo-se ao ambientalismo de mercado sustentado tanto pelo lado da Economia Ambiental, mais próxima do pensamento econômico hegemônico, quanto, de certa forma, também pela Economia Ecológica. Antes de começar a discutir a origem e o ressurgimento da economia verde nos debates mundiais que envolvem economia e meio ambiente, acho necessário olhar um pouco mais de perto o tema da desigualdade no capitalismo dos países mais desenvolvidos, aqueles que mais poluíram desde a revolução industrial, através da análise recente sobre a concentração da riqueza publicada pelo economista inglês Thomas Piketty (2014) e descrita por ele como “a primeira tentativa de colocar a questão da divisão capital-trabalho num contexto histórico mais abrangente” (PIKETTY, 2014, p.216).

Retomando Romeiro (2010), a lógica do processo de acumulação de capital desde a ascensão do capitalismo se caracteriza pela criação incessante de novas necessidades de consumo. Ora, para que esta roda continue girando, com crescimento econômico constante, como defendem os economistas ambientais, mais e mais recursos naturais são necessários. O problema é que nosso dote no planeta é limitado (GEORGESCU-ROEGEN, 2012), um dia, não se sabe quando, vai acabar. Até aí nenhuma novidade. Desde os anos 1960 ambientalistas

e até economistas falam sobre isso. A novidade é que além desta roda estar girando, ao que tudo indica, sem levar em consideração os limites ecológicos da Terra, o seu giro está ocasionando uma concentração de riqueza galopante no décimo superior da economia (os 10% mais ricos), retornando ao desnível altíssimo registrado na Belle Époque (1900-1910) antes das duas grandes guerras do século XX. Significa que uma minoria está ficando cada vez mais rica devastando o planeta.

Quando a taxa de remuneração do capital²⁵ ultrapassa a taxa de crescimento da produção e da renda, como ocorreu no século XIX e parece provável que volte a ocorrer no século XXI, o capitalismo produz automaticamente desigualdades insustentáveis, arbitrárias, que ameaçam de maneira radical os valores de meritocracia sobre os quais se fundam nossas sociedades democráticas. (PIKETTY, 2014, p.9)

Analisando a experiência histórica dos principais países desenvolvidos, com destaque para França, Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha e Japão, e considerando a história da desigualdade, em todos os países, segundo ele, uma história política e caótica, Piketty sugere que estaria ocorrendo “a volta triunfal do capital privado nos países ricos desde os anos 1970, ou, mais do que isso, o ressurgimento de um novo capitalismo patrimonial” (2014, p.171). Ele também chama a atenção para um potente movimento de financeirização da economia e da estrutura dos patrimônios observado desde 1970-1980 (p.191). E ressalta ainda que não basta contar com os caprichos da tecnologia para se fundar uma ordem social mais justa e racional.

A marcha em direção à racionalidade econômica e tecnológica não implica, necessariamente, uma marcha rumo à racionalidade democrática e à meritocracia. A razão central é simples: a tecnologia, assim como o mercado, não tem limite ou moral. (PIKETTY, 2014, p.228-229)

Um detalhe importante observado pelo autor é o debate sobre diferentes formas de capitalismo que começou a se desenvolver no início dos anos 1990, após o desmonte da União Soviética. Ele cita como exemplo, em dois momentos do livro, o “capitalismo do Reno”, ou *stakeholder model*, “um modelo econômico no qual a propriedade das empresas pertence não somente aos acionistas, mas também a outras partes interessadas [*stakeholders*]” (PIKETTY, 2014, p.145). Entre as partes interessadas estão representantes de funcionários, com voz deliberativa, sem que para isso necessitem deter ações, governos regionais, associações de consumidores e agências de defesa do meio ambiente. Entre os *stakeholders* há uma propriedade social compartilhada (2014, p.304). E para o setor público, Piketty (2014,

²⁵ Remuneração do capital são os lucros industriais, renda territorial, aluguéis urbanos. Capital é definido por Piketty “como o conjunto de ativos não humanos que podem ser adquiridos, vendidos e comprados em algum mercado. Assim, o capital compreende, especificamente, o conjunto formado pelo capital imobiliário (imóveis, casas), utilizado para moradia, e pelo capital financeiro e profissional (edifícios e infraestrutura, equipamentos, máquinas, patentes etc.), usado pelas empresas e pela administração pública” (PIKETTY, 2014, p.51-52).

p.470) acredita ser possível imaginar “o desenvolvimento de novos modos de organização descentralizados e participativos, formas inovadoras de governança”.

Em *O capital do século XXI* (2014), três classes sociais distintas são apresentadas: as classes populares (definidas como os 50% que compõe a base da distribuição de renda); as classes médias (os 40% do meio, entre a base e o topo); e as classes superiores (os 10% do topo). “Em cada sociedade, mesmo as mais igualitárias, o décimo superior é de fato um mundo próprio” (PIKETTY, 2014, p.247). Na avaliação do economista inglês, “o desenvolvimento de uma verdadeira classe média patrimonial constitui a principal transformação estrutural da distribuição da riqueza nos países desenvolvidos no século XX” (2014, p.255). E, ainda segundo o autor, é provável que um empobrecimento das classes médias suscite violentas reações políticas. Daí a necessidade, defende Piketty (2014, p. 518), de um imposto progressivo sobre o capital: “É uma ideia nova, adaptada ao capitalismo patrimonial global do século XXI”. Piketty (2014, p. 552) entende também que é urgente “evitar que nosso capital natural se degrade”.

Retomando o caminho até aqui. Nosso impacto ambiental no planeta atingiu uma inédita escala global. Diante da apropriação predadora do ambiente, há pelo menos três perspectivas distintas: a da escola tradicional alinhada ao pensamento econômico hegemônico, chamada de Economia Ambiental; a da escola que considera os limites do planeta e também do mercado nas suas formulações, conhecida como Economia Ecológica; e a do Ecologismo Popular, que, visando a superação do capitalismo, prioriza o debate sobre as desigualdades ecológicas e não aceita as soluções do ambientalismo de livre mercado. Cada uma destas três correntes constrói seu próprio discurso sobre economia verde.

Após este primeiro panorama geral sobre economia e meio ambiente, nos próximos dois itens deste capítulo apresentarei uma revisão bibliográfica sobre a economia verde, desde a sua origem, localizada três anos antes da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), até sua formulação contemporânea no contexto da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), gesto de leitura que entendo ser fundamental na análise do discurso sobre economia verde construído pela revista Página 22.

2.1 Abrindo o arquivo da economia verde

O termo²⁶ economia verde (*green economy*) foi utilizado pela primeira vez na literatura técnica sobre economia do meio ambiente no título do livro *Blueprint for a green economy*²⁷, publicado em Londres no ano de 1989 (ALLEN e CLOUTH, 2012). A publicação é baseada nos resultados de um relatório encomendado pelo Departamento de Meio Ambiente do Reino Unido sobre o estado da arte do desenvolvimento sustentável, contabilidade de recursos e avaliação de projetos. O trabalho foi realizado pelos economistas David W. Pearce, Anil Markandya e Edward B. Barbier, que na época trabalhavam no Centro de Economia Ambiental de Londres²⁸, uma *joint venture* estabelecida em 1988 entre o Instituto Internacional para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (IIED, na sigla em inglês) e o Departamento de Economia da *University College London* (UCL).

Os autores analisaram detalhadamente, nos dois primeiros capítulos do livro, a ideia e o significado de desenvolvimento sustentável. Segundo eles, para entendê-lo seria fundamental perceber a interdependência que há entre a economia e o ambiente em que vivemos. “Economias afetam ambientes. Ambientes afetam economias” (PEARCE et al., p.4, tradução minha²⁹). Cálculos de valoração do ambiente e de contabilidade ambiental foram amplamente estudados, assim como a precificação dos recursos naturais e dos serviços ambientais como forma de melhoria ambiental. Pearce, Markandya e Barbier (1989) também discutiram nesta obra pioneira a adoção de uma taxa de carbono para reduzir as emissões dos gases de efeito estufa e os mercados de permissão de emissão (poluição) que começavam a surgir nos países desenvolvidos. No final do livro, foi incluído um anexo com 24 definições encontradas na literatura técnica para o termo desenvolvimento sustentável.

Blueprint for a green economy (1989) foi publicado dois anos após a divulgação de outro importante relatório, *Nosso Futuro Comum* (1987), também conhecido como Relatório Brundtland, onde foi apresentado o conceito de desenvolvimento sustentável que, cinco anos depois, seria referendado por representantes de 172 países reunidos na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro (RJ) entre os dias 3 e 14 de junho de 1992. *Nosso Futuro Comum* (1987) foi elaborado, entre 1984

²⁶ Termo, nesta pesquisa, é entendido como um elemento da linguagem em funcionamento, sem um sentido estático pré-definido, mas com variabilidade semântica relacionada ao seu contexto discursivo. “Hoje, diferentemente, julga-se que as unidades terminológicas, cujo habitat natural são as comunicações especializadas, integram-se aos processos discursivos, adquirindo valor especializado, bem como sofrem os efeitos dos mecanismos típicos dos sistemas linguísticos, com todas as implicações daí decorrentes”. (KRIEGER e FINATTO, 2004, p.80)

²⁷ Esboço (ou plano) para uma economia verde (tradução minha).

²⁸ *The London Environmental Economics Centre*

²⁹ *Economies affect environments. Environments affect economies.*

e 1986, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento convocada pela ONU em dezembro de 1983. A Comissão era formada por 20 notáveis³⁰ e foi presidida pela diplomata norueguesa Gro Harlem Brundtland³¹, que exercia o cargo de primeira-ministra da Noruega pela segunda vez quando o relatório foi divulgado em 1987, apresentando para o mundo o conceito de desenvolvimento sustentável: aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Na apresentação do relatório, a Comissão adverte que não se trata de uma previsão de decadência, pobreza e dificuldades ambientais em um mundo cada vez mais poluído e com recursos cada vez menores.

Vemos, ao contrário, a possibilidade de uma nova era de crescimento econômico, que tem que se apoiar em práticas que conservem e expandam a base de recursos ambientais. E acreditamos que tal crescimento é absolutamente essencial para mitigar a grande pobreza que se vem intensificando na maior parte do mundo em desenvolvimento. (COMISSÃO MUNDIAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1987, p.1).

Mudanças importantes aconteciam no planeta entre 1987, quando o Relatório Brundtland foi publicado, e 1989, quando saiu a primeira edição do livro *Blueprint for a green economy*. No dia 16 de setembro de 1987 foi assinado o Protocolo de Montreal³² com o objetivo de proteger a camada de ozônio mediante a adoção de medidas cautelatórias para controlar, de modo equitativo, as emissões globais de substâncias que a destroem. Fruto da Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio (1985), ele é considerado o primeiro tratado ambiental a lidar com as mudanças ambientais globais. Também em 1987, a população mundial atingiu a casa dos 5 bilhões³³. No mesmo ano, Mikhail Gorbachev³⁴ publicou *Perestroika: novas ideias para meu país e o mundo* explicando a reestruturação em curso na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Apesar de todas as contradições do mundo de hoje, de toda a diversidade de sistemas políticos e sociais, de todas as diferentes escolhas feitas pelas nações em épocas diversas, este mundo é uno. Estamos todos no mesmo barco, a Terra, e não podemos permitir que afunde. Não haverá uma segunda Arca de Noé. (GORBACHEV, 1987, p.11)

³⁰ Entre os 20 notáveis, um brasileiro: Paulo Nogueira Neto, secretário especial do Meio Ambiente do Brasil de 1973 a 1985.

³¹ Gro Harlem Brundtland exerceu o cargo de primeira-ministra da Noruega três vezes. A primeira em 1981, quando tinha apenas 41 anos, a segunda entre 1986 e 1989, e a terceira entre 1990 e 1996. Disponível em: <<http://www.un.org/News/dh/hlpanel/brundtland-bio.htm>>. Acesso em: 06 fev.2015.

³² Disponível em: <http://ozone.unep.org/new_site/en/montreal_protocol.php>. Acesso em: 03 mar. 2015.

³³ Em menos de 30 anos, a população mundial aumentou para mais de 7 bilhões de pessoas.

³⁴ Em 1993, Mikhail Gorbachev participou da fundação da organização *Green Cross International*. Disponível em: <<http://www.gcint.org/our-history>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

Em 1988, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e a Organização Meteorológica Mundial criaram o Painel Intergovernamental de Mudança do Clima (IPCC, na sigla em inglês). Neste ano nasceu também, sob a liderança dos economistas Robert Costanza e Herman Daly, a Sociedade Internacional de Economia Ecológica (ISEE, na sigla em inglês). Em 1989, ano da publicação de *Blueprint for a green economy*, ocorreu no mês de novembro o episódio que ficou conhecido como a queda do muro de Berlim, considerado no mundo capitalista como a morte simbólica do socialismo real. No mesmo mês, em uma reunião de funcionários do governo norte-americano e de organismos financeiros internacionais com sede na capital dos Estados Unidos - Banco Mundial (Bird), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) -, organizada pelo *Institute for International Economics*³⁵ para discutir as políticas econômicas dos países da América Latina, o economista John Williamson, da entidade anfitriã, apresentou uma lista de dez políticas que ele imaginava que seriam consenso entre os presentes na reunião, entre elas disciplina fiscal, redução de gastos públicos, abertura comercial, privatização de estatais e desregulamentação econômica, que ficaram conhecidas como o Consenso de Washington, implementado na América Latina durante a última década do século XX. Também é preciso lembrar, para melhor entender o contexto desta época, que em 1989, quando *Blueprint for a green economy* foi publicado em Londres, atendendo a uma demanda do governo do Reino Unido, Margaret Thatcher, do Partido Conservador britânico, estava no seu décimo ano como primeira-ministra. Thatcher ficou conhecida na esfera política internacional pela expressão *Não há alternativa*³⁶, que ela usava para se referir às economias de mercado como único sistema possível. Neste contexto o termo economia verde foi usado pela primeira vez.

Naquele ambiente de profundas transformações internacionais que marcou o final dos anos 80 do século XX³⁷, o esboço para uma economia verde apresentado pelos economistas ingleses com instrumentos de mercado para alcançar o desenvolvimento sustentável, definido pela Comissão Brundtland como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades, não era a única maneira de encarar os problemas ambientais, como já mostrei no início deste capítulo. Dois anos antes da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio

³⁵ Em 2006, no seu 25º aniversário, passou a se chamar *Peterson Institute for International Economics*.

³⁶ *There is No Alternative*, conhecida pela sua sigla em inglês T.I.N.A. A expressão também é o título da biografia de Margaret Thatcher escrita por Claire Berlinsky, publicada em 2011.

³⁷ Em agosto de 1990 o Iraque invadiu o Kuwait dando início à primeira Guerra do Golfo. Outro fato importante ocorrido na véspera da Cúpula da Terra no Rio de Janeiro foi a assinatura do Tratado de Maastricht, dia 7 de fevereiro de 1992, definindo a criação do Euro, implementado de fato em janeiro de 2002.

Ambiente e Desenvolvimento, mundialmente conhecida como Rio 92 ou Cúpula da Terra, Aloísio Ely³⁸ (1990) publicou a quarta edição do seu livro *Economia do meio ambiente*, uma das primeiras obras a tratar dos temas ambientais pelo viés econômico no Brasil.

Neste livro pioneiro, Ely (1990) identificou a existência de seis escolas de pensamento ambiental na época. Para a primeira delas, a *pessimista*, o problema da degradação ambiental seria insolúvel e, em função disso, o destino da raça humana seria a extinção através da superpopulação, subnutrição, fome e doenças. O autor considera que o primeiro relatório do Clube de Roma, *Os limites do crescimento*, é um exemplo do pensamento desta escola. Assim como os cientistas que falavam na época de mudanças na temperatura como resultado da acumulação de dióxido de carbono na atmosfera. “O fato é que conseguiram formar mundialmente uma maior conscientização, não só no mundo científico, mas também sensibilizaram os governos e as instituições internacionais”, observou Ely (1990, p.73).

A segunda escola do pensamento ambiental citada pelo autor é a *minimalista*. Para os seus adeptos, que, se opunham aos pessimistas, a deterioração ambiental seria um problema menor se comparado com a pobreza, a miséria, os direitos civis e a integração educacional. A terceira escola é a *coletivista* ou *socialista*. Para ela, a deterioração da qualidade ambiental seria uma consequência inevitável da exploração capitalista. A solução dos problemas ambientais caberia a um planejamento central. A livre iniciativa de mercado e o incentivo ao lucro deveriam ser substituídos pelo planejamento estatal. Na opinião de Ely (1990, p. 73), “com mais de meio século de experiência, os países socialistas vêm demonstrando que a posição dessa escola não é tão efetiva assim”.

A quarta escola, a do *crescimento zero*, teria o grupo mais expressivo de novos adeptos ambientalistas, segundo o autor. Como a degradação ambiental é causada pelo aumento do consumo de bens, seria preciso então conter o crescimento da população e da produção. Em função da finitude da Terra, seria preciso estabelecer uma relação estável e equilibrada entre a sociedade humana e seu mundo natural. Os críticos desta escola argumentavam que a questão central que deveria ser levada em conta seria a qualidade do crescimento. Um crescimento econômico zero sem as devidas mudanças tecnológicas e de consumo não seria suficiente para resolver os problemas da poluição. A ideia central da quinta

³⁸ Aloísio Ely (1944-2014) foi professor de Economia do Meio Ambiente na Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pesquisador da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE). Disponível em: < <http://wp.clicrbs.com.br/obituariogh/2014/10/17/aloisio-ely/?topo=13%2C1%2C1%2C%2C1%2C13>>. Consultado em: 08 abr. 2015.

escola, a da *austeridade*, estaria associada à escola do crescimento zero. O declínio da qualidade ambiental seria produzido pelo uso excessivo e abusivo dos recursos. Um consumo menor, portanto, seria o melhor remédio na visão da escola da austeridade. Segundo o autor, o erro deste argumento seria desconsiderar que não é o montante de produção e consumo per capita que deteriora o meio ambiente, mas a falha do Estado em controlar os processos de produção e consumo. “Sem uma ação política de adequação da produção e do consumo, não se pode esperar por melhorias na qualidade do meio ambiente” (ELY, 1990, p.76).

A sexta e última escola de pensamento era a das *prioridades públicas*, para quem os problemas ambientais se deviam aos gastos excessivos em defesa nacional e exploração espacial, com pouca atenção à proteção ambiental. A solução passaria por uma realocação dos gastos públicos. Ely (1990) concordava com este argumento. E também defendia um crescimento econômico com qualidade. Para ele, cada uma das seis escolas levava em consideração apenas uma parte do problema ambiental, que deveria ser tratado de maneira interdisciplinar. Segundo o autor, nem os aspectos religiosos e ideológicos deveriam ser excluídos. Ele defendia a adoção de princípios universais, como o atendimento das necessidades básicas, participação, auto-suficiência e respeito ecológico, “que são os princípios que sustentam a proposta do ecodesenvolvimento” (ELY, 1990, p.77).

Pois na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92, o ecodesenvolvimento citado por Ely (1990), sugerido por Maurice Strong em 1973 e desenvolvido conceitualmente pelo economista Ignacy Sachs foi oficialmente substituído pelo conceito de desenvolvimento sustentável, mais voltado ao mercado, proposto no Relatório Bruntland em 1987 e respaldado por representantes de 172 países presentes no Rio de Janeiro. O desenvolvimento sustentável foi apresentado já no preâmbulo da Agenda 21, principal documento político, com 40 capítulos e mais de 500 páginas³⁹, assinado no final da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento:

A humanidade encontra-se em um momento de definição histórica. Defrontamo-nos com a perpetuação das disparidades existentes entre as nações e no interior delas, o agravamento da pobreza, da fome, das doenças e do analfabetismo, e com a deterioração contínua dos ecossistemas de que depende nosso bem estar. Não obstante, caso se integrem as preocupações relativas a meio ambiente e desenvolvimento e a elas se dedique mais atenção, será possível satisfazer às necessidades básicas, elevar o nível da vida de todos, obter ecossistemas melhor protegidos e gerenciados e construir um futuro mais próspero e seguro. São metas que nação alguma pode atingir sozinha; juntos, porém, podemos – em uma associação

³⁹ Utilizo nesta pesquisa a tradução oficial do Senado Federal.

mundial em prol do desenvolvimento sustentável. (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1997, p.9)

Este propalado consenso mundial em prol do desenvolvimento sustentável não foi o único legado político da Conferência Rio 92. Duas convenções internacionais também nasceram deste encontro diplomático histórico realizado no Rio de Janeiro, ambas com um impacto futuro direto no que, no final da primeira década do século XXI, a ONU passaria a chamar de economia verde. São elas: a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e a Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica. Além destas duas convenções e do conceito de desenvolvimento sustentável, a Rio 92 foi palco de duas outras novidades políticas. Uma delas foi o Fórum Global, realizado no Aterro do Flamengo, o primeiro encontro paralelo da sociedade civil durante uma conferência da ONU. A outra foi o envolvimento direto das partes interessadas (*stakeholders*, na linguagem diplomática) no desenvolvimento sustentável. Nove foram os grupos considerados principais, cada um deles contemplado com um capítulo da Agenda 21: mulheres; infância e juventude; indígenas; organizações não governamentais; autoridades locais; trabalhadores; comércio e indústria; comunidade científica e tecnológica; e agricultores.

A partir da Conferência Rio 92, os empresários, uma das nove partes interessadas, foram ocupando um papel cada vez maior no debate do desenvolvimento sustentável no âmbito das Nações Unidas. Na véspera da conferência, um livro-manifesto foi lançado no Rio de Janeiro (RJ)⁴⁰, chamado *Mudando o rumo: uma perspectiva empresarial global sobre desenvolvimento e meio ambiente* (1992), marcando a entrada em cena do Conselho Mundial de Desenvolvimento Sustentável⁴¹. Em declaração publicada na abertura da obra, o grupo empresarial internacional considera que “o progresso em direção ao desenvolvimento sustentável faz sentido como uma boa atividade empresarial, pois cria vantagens competitivas e novas oportunidades. Requer, todavia, mudanças de longo alcance nas atitudes das empresas e novas maneiras de fazer negócios” (SCHMIDHEINY, 1992, p.14).

Neste debate sobre sustentabilidade, Caporal e Costabeber (2000) identificaram duas correntes principais: a ecotecnocrática e a ecossocial. A primeira, próxima da Economia Ambiental, congregava os que defendiam as soluções de mercado para os problemas ambientais através do avanço tecnológico. Já a segunda reunia as visões ditas alternativas,

⁴⁰ Acompanhei na época a entrevista coletiva de lançamento desta publicação como repórter.

⁴¹ A entidade foi formalizada em 1995 com o nome *World Business Council for Sustainable Development*. O braço brasileiro desta rede mundial foi fundado em 1997 com o nome de Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<http://cebds.org/>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

mais próximas do conceito original de ecodesenvolvimento formulado por Sachs (1986), da Economia Ecológica e do Ecologismo Popular de Alier (1998), se caracterizando “por reivindicações de mudanças estruturais profundas na sociedade e de um novo pacto de solidariedade, permitindo a construção de um novo projeto histórico e a busca de novos rumos nas estratégias de desenvolvimento” (CAPORAL e COSTABEBER, 2000, p.7).

Os anos seguintes à Conferência Rio 92 foram marcados pelo protagonismo do setor empresarial na definição dos temas da agenda ambiental. No final do século XX, uma obra destinada a empresários lançada nos Estados Unidos e no Brasil – *Capitalismo natural: criando a próxima revolução industrial* (1999) - antecipou, de certa maneira, o que começaria a ser chamado de economia verde no final da primeira década do século XXI. Segundo seus autores, ligados ao *Rocky Mountain Institute*, o livro é uma descrição de oportunidades que, aproveitadas, transformariam o comércio e todas as instituições sociais. “O capitalismo natural refere-se às escolhas que podemos fazer para começar a dar um sentido mais positivo aos resultados econômicos e sociais. E isso já está acontecendo: porque é necessário, possível e prático” (HAWKEN, LOVINS e LOVINS, 1999, p.302). Com a virada do milênio, o necessário, possível e prático também passa a ser considerado inevitável.

2.2 Economia verde: configurações e controvérsias

Diversos estudos e relatórios de repercussão mundial foram publicados nos primeiros anos do século XXI com argumentos que prepararam o terreno para o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) apresentar um roteiro de transição rumo a uma economia verde, com um discurso que a consideraria não apenas um novo modelo econômico, mas o único caminho possível capaz de dar conta dos problemas ambientais, econômicos e sociais da humanidade. O primeiro deles foi uma publicação assinada pelo sétimo secretário-geral da Organização das Nações Unidas, Kofi A. Annan, divulgada na virada do milênio, sobre o papel da ONU no século XXI, onde ele criticou os governos por tratarem o ambiente como uma categoria isolada, relegando o tema a um ministro de menor importância. Para se alcançar um desenvolvimento sustentável, defendeu Annan (2000), o ambiente deveria estar integrado à política econômica geral. Sugeriu, para isso, o corte de subsídios a atividades poluidoras e a maior utilização de impostos verdes baseados no princípio do poluidor-pagador⁴². No entanto, no contexto da economia verde, o mais importante foi o pedido feito

⁴² Segundo Pearce (1989, p.156-157), o princípio do poluidor-pagador foi estabelecido em 1974 pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, na sigla em inglês). Ele foi definido

neste documento (ANNAN, 2000, p.73-75) para que os estados membros apoiassem a elaboração de uma completa avaliação dos ecossistemas⁴³ mundiais.

*A Avaliação Ecológica do Milênio*⁴⁴ (AEM), solicitada por Kofi Annan, foi então produzida por cerca de dois mil autores e revisores entre 2001 e 2005, com patrocínio da ONU e coordenação do PNUMA. O estudo mostrou que para suprir a demanda crescente por alimentos, água pura, madeira, fibras e combustível, nos últimos 50 anos os ecossistemas foram modificados de uma maneira mais rápida e extensiva, afetando, principalmente, as populações pobres, mulheres e comunidades nativas. Cerca de 60% (15 entre 24) dos serviços dos ecossistemas⁴⁵ examinados já estavam degradados ou utilizados de forma não sustentável, incluindo água pura, pesca de captura, purificação do ar e da água, regulação climática local e regional, ameaças naturais e epidemias (SECRETARIADO DA AVALIAÇÃO ECOSISTÊMICA DO MILÊNIO, 2005, p.17).

Nas considerações econômicas da AEM (2005, p.39), o discurso já tem as marcas do que nos próximos anos passaria a ser chamado de economia verde. Entre as intervenções consideradas promissoras para reverter o processo de degradação dos ecossistemas, foram recomendados o uso mais intensivo de instrumental econômico e abordagens baseadas no mercado para a gestão dos serviços dos ecossistemas, tais como: sistemas de fixação de um limite máximo de emissões, acompanhado de um mercado para troca livre de títulos de direito de emissão (de gases de efeito estufa); pagamento pelos serviços dos ecossistemas; e programas de certificação.

Também em 2005, no dia 16 de fevereiro, entrou em vigor o Protocolo de Quioto⁴⁶ (adotado no dia 11 de dezembro de 1997), o primeiro acordo internacional com poder legal criado no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (aberta para assinatura durante a Rio 92). Ele determinava que no primeiro período de compromisso,

como um princípio a ser usado para alocar os custos da prevenção da poluição e das medidas de controle visando encorajar o uso racional dos recursos ambientais escassos, e também para evitar distorções no mercado. Medidas compensatórias exigidas nos processos de licenciamento ambiental são baseadas neste princípio.

⁴³ Ecossistema é um complexo dinâmico de comunidades vegetais, animais, micro-organismos, e seu respectivo meio, que interagem como uma unidade funcional, segundo definição da Avaliação Ecológica do Milênio.

⁴⁴ Disponível em: <<http://www.millenniumassessment.org>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

⁴⁵ Na Avaliação Ecológica do Milênio, serviços dos ecossistemas são os benefícios que o homem obtém desses ecossistemas. Eles abrangem serviços de provisão, incluindo alimentos, água, madeira e fibras; serviços reguladores, que afetam climas, inundações, doenças, resíduos e a qualidade da água; serviços culturais, que fornecem benefícios recreacionais, estéticos e espirituais; e serviços de suporte, tais como formação do solo, fotossíntese e ciclo de nutrientes.

⁴⁶ Disponível em: <http://unfccc.int/kyoto_protocol/items/2830.php> . Acesso em: 03 mar. 2015.

entre os anos de 2008 e 2012, 37 países industrializados e a Comunidade Europeia deveriam reduzir a emissão dos gases de efeito estufa em 5% em relação ao ano de 1990. Para que os países atingissem suas metas, o protocolo criou três mecanismos de mercado: o mercado internacional de emissões, o mecanismo de desenvolvimento limpo e a implementação conjunta. Assim como a AEM, os mercados de carbono que nasceram a partir deste tratado internacional deram grande impulso ao surgimento da economia verde.

Um ano após a entrada em vigor do Protocolo de Quioto e da divulgação dos resultados da *Avaliação Ecológica do Milênio* (2005), um relatório com mais de 600 páginas sobre clima e economia foi publicado em Londres, em outubro de 2006, chamado *Relatório Stern: a economia da mudança do clima* (tradução minha⁴⁷). Produzido para o governo do Reino Unido e com grande repercussão mundial, o estudo, coordenado pelo economista inglês Nicholas Stern⁴⁸, considerou a “mudança do clima como a maior falha de mercado que o mundo já viu” (STERN, 2006, tradução minha⁴⁹), ou seja, corrigida a falha, com regulação e inovação tecnológica, a economia (mais verde) poderia continuar crescendo indefinidamente, um discurso alinhado com a visão da Economia Ambiental tradicional.

Utilizando modelos econômicos formais, o *Relatório Stern* tentou demonstrar que era mais barato começar a investir anualmente 1% do PIB mundial para reduzir a emissão dos gases de efeito estufa, evitando que a temperatura média do planeta (na superfície da terra e do mar) ultrapassasse um aumento de 2° C em relação ao período pré-industrial (estamos atualmente em 0,85° C). Já o custo de não fazer nada a respeito resultaria em uma perda anual futura de 5% do PIB mundial ou mais, afetando todos os países. Os mais vulneráveis, os mais pobres, sentiriam os efeitos da mudança do clima antes e de maneira mais intensa. No entanto, ressaltou que a mudança do clima também criava oportunidades de negócio, com novos mercados. Antecipando o discurso da economia verde, o *Relatório Stern* recomendou a precificação do carbono, através de taxas, comércio ou regulação; apoio à inovação e implantação de tecnologias de baixo carbono; remoção de barreiras à eficiência energética, além de informar, educar e persuadir as pessoas sobre o papel de cada indivíduo frente à mudança do clima (STERN, 2006).

⁴⁷ *Stern Review: the economics of climate change.*

⁴⁸ Nicholas Stern atualmente é professor na *London School of Economics* e presidente do *Grantham Research Institute on Climate Change and Environment*. Disponível em:

<<http://www.lse.ac.uk/GranthamInstitute/profile/nicholas-stern>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

⁴⁹ *Climate change is the greatest market failure the world has ever seen.*

Dois anos após a publicação, diante de novas evidências científicas de que o aquecimento global estaria ocorrendo em um ritmo mais rápido do que ele havia considerado, Nicholas Stern revisou seus cálculos (MATIAS, 2014, p.196) e disse que, na verdade, seria preciso um investimento anual de 2% do PIB mundial para reverter o processo, e não apenas 1% como ele havia estimado originalmente⁵⁰.

O termo economia verde, que, como já mencionado, foi usado pela primeira vez no título do relatório inglês *Blueprint for a green economy* (1989), publicado três anos antes da Conferência Rio 92 realizada no Rio de Janeiro em 1992, foi incorporado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em outubro de 2008 com a criação da Iniciativa Economia Verde⁵¹, coordenada pelo economista indiano Pavan Sukhdev⁵², que, em maio do mesmo ano, havia publicado os resultados da primeira fase da iniciativa *A economia dos ecossistemas e da biodiversidade* (TEEB⁵³, na sigla em inglês), no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica, outro acordo internacional vinculado à Rio 92. “A natureza é fonte de muito valor no nosso dia-a-dia apesar de estar fora do mercado e ser difícil atribuir-lhe um preço ou um valor. Como temos percebido, a ausência de valoração está na raiz da degradação dos ecossistemas e da perda de biodiversidade” (SUKHDEV, 2008, p.4). Baseada na ideia de que não é possível gerenciar o que não é mensurado, a TEEB procura calcular o valor dos serviços prestados pela natureza cada vez mais degradados, e, portanto, escassos, como demonstrou em 2005 a *Avaliação Ecossistêmica do Milênio*.

Criar um mercado verde global é a ideia que fundamenta as iniciativas tuteladas pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Com a fase um da economia dos ecossistemas e da biodiversidade concluída, o PNUMA encomendou um primeiro estudo da Iniciativa Economia Verde a um dos três autores do relatório *Blueprint for a green economy* (1989), Edward B. Barbier, sobre o que passou a ser chamado de *Green New Deal*, em referência ao *New Deal* dos anos 1930, uma série de programas implementados pelo presidente democrata Franklin Delano Roosevelt para retirar a economia dos Estados Unidos

⁵⁰ Disponível em:

<<http://www.theguardian.com/environment/2008/jun/26/climatechange.scienceofclimatechange>>. Acesso em 16 fev. 2015.

⁵¹ *Green Economy Initiative*. Disponível em: <<http://www.unep.org/greeneconomy>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

⁵² Ex-gerente executivo do Departamento de Mercados Globais do Deutsche Bank e fundador-diretor do projeto de Contabilidade Verde para a Índia. Atualmente trabalha como consultor empresarial através da GIST Advisory. Disponível em: <<http://pavansukhdev.com>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

⁵³ *The Economics of Ecosystems and Biodiversity*.

de uma profunda depressão⁵⁴. No contexto da crise do *subprime*⁵⁵ revelada em 2007 e da recessão mundial de 2008, Barbier publicou, em abril de 2009, *Repensando a economia global: um novo acordo global verde* (tradução minha⁵⁶).

O debate político sobre o desenvolvimento de um "plano" para o esverdeamento das economias modernas tem estado conosco por algum tempo. As múltiplas crises globais dos últimos dois anos trouxeram uma renovada atenção sobre a possível convergência entre iniciativas de economia verde e soluções de curto prazo para resolver essas crises. (BARBIER, 2009, p.28, tradução minha⁵⁷)

No mesmo ano de 2009, o economista ecológico inglês Tim Jackson publicou outro estudo de referência. *Prosperidade sem crescimento? A transição para uma economia sustentável* (2009, tradução minha⁵⁸) questiona a concepção de um aumento constante da economia adotada no relatório de Barbier (2009) sobre o *Green New Deal*. Nas últimas cinco décadas, o crescimento econômico tem sido o objetivo político mais importante, observou o economista ecológico. Neste período, o tamanho da economia global cresceu quase cinco vezes. E se continuar crescendo no mesmo ritmo, será 80 vezes maior até o ano de 2100 (JACKSON, 2009, p.5).

O imperativo do crescimento moldou a arquitetura da economia moderna. Ele motivou as liberdades concedidas ao setor financeiro. Em parte foi culpado pelo afrouxamento das regulações e pela proliferação de derivativos financeiros instáveis. A expansão contínua do crédito foi deliberadamente considerada um mecanismo essencial para estimular o crescimento do consumo. Este modelo sempre foi instável ecologicamente. Agora se provou instável economicamente. A era da irresponsabilidade não é sobre fiscalização frouxa ou ganância individual. Se houve irresponsabilidade ela foi sistemática, sancionada amplamente e com um objetivo claro em mente: a continuidade e proteção do crescimento econômico. (JACKSON, 2009, p.7, tradução minha⁵⁹).

⁵⁴ Roosevelt baseou-se nas ideias do economista inglês John Maynard Keynes.

⁵⁵ A crise no mercado financeiro foi provocada por práticas de empréstimos irresponsáveis que alimentaram o mercado de empréstimos imobiliários de baixa qualidade, chamados de "subprime", nos Estados Unidos. Com o colapso destas operações, investidores tiveram de se desfazer de suas posições em outros mercados para cobrir as perdas. Houve prejuízos, demissões recordes, mas a falência de apenas um banco, o Lehman Brothers. (PULITI, 2009). A quebradeira só não foi maior devido à intervenção dos bancos centrais, ao contrário do que aconteceu na crise de 1929 nos Estados Unidos (PIKETTY, 2014).

⁵⁶ *Rethinking the economy recovery: a global green new deal.*

⁵⁷ *The policy debate over developing a "blueprint" for greening modern economies has been with us for some time. The multiple global crises of the past couple of years have brought renewed attention on the possible convergence between green economy initiatives and short-term solutions to resolving these crises.*

⁵⁸ *Prosperity without growth? The transition to a sustainable economy.*

⁵⁹ *The growth imperative has shaped the architecture of the modern economy. It motivated the freedoms granted to the financial sector. It stood at least partly responsible for the loosening of regulations and the proliferation of unstable financial derivatives. Continued expansion of credit was deliberately courted as an essential mechanism to stimulate consumption growth. This model was always unstable ecologically. It has now proven itself unstable economically. The age of irresponsibility is not about casual oversight or individual greed. If there was irresponsibility it was systematic, sanctioned widely and with one clear aim in mind: the continuation and protection of economic growth.*

A principal crítica de Jackson (2009) à proposta de economia verde que começava a ser delineada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente em 2009 era que os estímulos pensados estavam focados em aumento do consumo (verde), e, portanto, na retomada do crescimento (permanente) da economia. Aqui retomo mais uma vez Romeiro (2010) para contextualizar esta avaliação com a lógica da acumulação de capital do capitalismo caracterizada pela criação incessante de novas necessidades de consumo. A roda precisa continuar girando. Mais verde, se for preciso, mas sempre girando. A economia verde, nos moldes do PNUMA, garantiria isso.

Ainda em 2009 ocorreram mais dois fatos importantes neste contexto de formulação de uma economia verde. Fracassou a reunião de Copenhague entre as partes (países signatários) da Conferência Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, que visava negociar os termos de um novo período de compromisso para o Protocolo de Quioto. Em função do *Relatório Stern* (2006) e do IV Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima, publicado em 2007 mostrando que o aquecimento global era mais grave do que se imaginava e que medidas urgentes eram necessárias para revertê-lo, havia uma expectativa em torno de um novo acordo global entre os países para reduzir a emissão dos gases de efeito estufa⁶⁰. Assim como a valoração dos serviços ecossistêmicos que passou a ser incentivada pela ONU através da iniciativa TEEB, movimentos para a criação de novos mercados também são feitos no âmbito da Convenção da ONU sobre Mudança do Clima através da criação de mercados de carbono, onde cotas de poluição são negociadas internacionalmente. O outro fato marcante ocorreu no final de 2009, quando a Assembleia Geral da ONU decidiu realizar em 2012, no Brasil, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

Alguns meses depois, no final de março de 2010, a Assembleia Geral da ONU estabeleceu que a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza seria um dos dois temas específicos da Conferência Rio+20. O outro tema definido foi o quadro institucional (a governança) para o desenvolvimento sustentável. A expressão *economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza* faz parte de um contexto histórico, avalia Márcia Tavares (2011), da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), refletindo quatro décadas de diálogos entre governos de países desenvolvidos e em desenvolvimento sobre meio ambiente,

⁶⁰ Um regime climático mundial continua em negociação. Nova proposta de acordo entre países desenvolvidos e em desenvolvimento será avaliada em Paris no final de 2015.

economia e desenvolvimento, processo, iniciado com a Conferência da ONU realizada em Estocolmo no ano de 1972, marcado por resistências e tensões entre as partes.

Em meio aos encontros preparatórios para a realização da Conferência Rio+20, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) lançou, em fevereiro de 2011, o seu relatório *Rumo a uma economia verde: caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza*. Em 672 páginas, o estudo, liderado por Pavan Sukhdev, apresenta um roteiro de transição para dez setores da economia: agricultura; água e saneamento; construção civil; energia; florestas; indústria; lixo; pesca; transporte; e turismo. A demanda financeira anual para tornar a economia global verde foi estimada entre US\$ 1,05 a US\$ 2,59 trilhões, o equivalente a um investimento anual de cerca de 2% do PIB global nestes dez setores-chaves (os mesmos 2% recalculados por Nicholas Stern). Nas dez páginas de fundamentação teórica sobre “O que é economia verde?” (p.17-26), o PNUMA explica, logo na primeira frase, que “define economia verde como um modelo econômico” (2011, p.17) que resultaria em melhoria do bem-estar da humanidade, igualdade social, redução significativa dos riscos ambientais e da escassez ecológica.

Em outras palavras, uma economia verde tem baixa emissão de carbono, é eficiente em seu uso de recursos e é socialmente inclusiva. Em uma economia verde, o crescimento de renda e emprego deve ser impulsionado por investimentos públicos e privados que reduzam as emissões de carbono e a poluição, aumentem a eficiência energética e o uso de recursos e impeçam a perda da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos. (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE, 2011, p.17).

A economia verde é desejável e possível, esta seria a mensagem (PAVESE, 2011). Este relatório *Rumo a uma economia verde* (REV) foi um dos documentos, talvez o mais importante, publicado pelas Nações Unidas para subsidiar as discussões preparatórias da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada no Rio de Janeiro (RJ) entre os dias 20 e 22 de junho de 2012, com a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza como tema central. Segundo o REV, “o objetivo chave de uma transição para uma economia verde é possibilitar o crescimento econômico⁶¹ e investimentos, aprimorando ao mesmo tempo a qualidade ambiental e a inclusão social” (PNUMA, 2011, p.17). No relatório, o PNUMA faz questão de

⁶¹ Três meses depois do lançamento do relatório *Rumo a uma economia verde* apresentado pelo PNUMA, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, na sigla em inglês) lançou, em maio de 2011, a sua *Estratégia de Crescimento Verde*, reforçando a posição de que uma economia verde deve visar o crescimento econômico. Disponível em: <<http://www.oecd.org/greengrowth/48224539.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

afirmar que “o conceito de economia verde não substitui o desenvolvimento sustentável; mas há um reconhecimento crescente de que alcançar a sustentabilidade depende quase que inteiramente em obter um *modelo certo* de economia” (2011, p.17, grifo meu). Este modelo certo de economia precisa, segundo o PNUMA, contar com instrumentos baseados no mercado, medidas regulatórias, mecanismos de incentivo, entre eles o pagamento por serviços ecossistêmicos (negociação coaseana) e promoção de tecnologias que facilitem a transição para uma economia com baixa emissão de carbono (2011, p.20). É central neste modelo econômico a precificação dos recursos naturais, pois este modelo certo de economia “não deve oferecer recursos naturais de graça” (2011, p.24).

Em junho de 2011, em uma publicação sobre os desafios e as oportunidades da economia verde lançada no Brasil pela organização não governamental Conservação Internacional, o economista Peter H. May, atualmente presidente da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, concluiu que instrumentos de mercado deveriam assumir um papel importante na transição para uma economia verde, desde que tal papel seja mediado por uma regulação definidora dos critérios de acesso e controle sobre os recursos naturais, “refletindo-se em limites biofísicos amparados nas ciências e em ampla e prévia consulta às populações que dependem de tais recursos para seu sustento” (MAY, 2011, p.177). Segundo os economistas ecológicos, quem decide não é o mercado apenas.

Na resolução final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), intitulada *O Futuro que Queremos*, aprovada na Assembleia Geral da ONU do dia 27 de julho de 2012, a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da miséria foi considerada um dos instrumentos importantes disponíveis para alcançar o desenvolvimento sustentável, sem constituir, no entanto, um conjunto de normas rígidas. Seu papel seria o de contribuir com a erradicação da pobreza e o crescimento sustentado, aumentando a inclusão social, melhorando o bem-estar humano e criando oportunidades de emprego e trabalho decente para todos, mantendo o funcionamento saudável dos ecossistemas da Terra (NAÇÕES UNIDAS, 2012).

Mesmo sem estar vinculada a um conjunto de normas rígidas, como ressaltou a resolução final da Conferência Rio+20, a economia verde conquistou lugar de destaque na arena multilateral das negociações ambientais, principalmente no âmbito das duas convenções que nasceram na Conferência Rio 92, a de Mudança do Clima, com seus mercados de carbono, e a de Diversidade Biológica, com o processo em andamento de

valoração econômica dos ecossistemas e da biodiversidade. Dentro da ONU, a transição para uma economia verde deixou de ser tutelada apenas pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), e passou a ser um dos temas de interesse também do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que estabeleceu no Rio de Janeiro (RJ), em junho de 2013, em parceria com o governo brasileiro, o Centro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável como legado da Conferência Rio+20.

O discurso da economia verde, tanto na versão esmiuçada no relatório *Rumo a uma economia verde* (PNUMA, 2011), quanto na versão mais genérica da resolução *O futuro que queremos*, foi interpretado criticamente pelos movimentos sociais mais à esquerda, alinhados com o que Caporal e Costabeber (2000) chamaram de corrente ecossocial ou com o Ecologismo Popular de Alier (1998). Para Lohman (2011, p.9), a economia verde é uma nova e sofisticada ofensiva para enfrentar a crise endêmica do padrão civilizatório hegemônico sem colocar em questão as relações econômicas e políticas dominantes. Neste mesmo teor, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) divulgou no Brasil, em abril de 2011, documento propondo um movimento de resistência ao ambientalismo de mercado e de fortalecimento dos direitos e da justiça socioambiental, considerando a economia verde uma tentativa de impedir a formulação de novas utopias e a construção de alternativas civilizatórias.

Em substituição ao esvaziado termo desenvolvimento sustentável, a agenda da Rio+20 busca apresentar a “economia verde” como uma nova fase da economia capitalista. Através do mercado verde, um novo ambientalismo, fundado no *business* verde, propõe a associação entre novas tecnologias, soluções pelo mercado e apropriação privada do bem comum como solução para a crise planetária. Esta reciclagem das clássicas formas de funcionamento do capitalismo, de seus modos de acumulação e expropriação, constitui-se em um estelionato grave de consequências profundas. Dá um novo fôlego a um modelo inviável e oferece como utopia somente a tecnologia e a privatização. Impede tomar consciência da crise que enfrentamos e dos verdadeiros impasses que está vivendo a humanidade. Portanto, impede que novas utopias sejam formuladas e alternativas civilizacionais construídas. (LEROY et al., 2011, p.2)

Na mesma linha de abordagem crítica, Camila Moreno⁶² (2012a) considerou a economia verde uma tentativa das forças hegemônicas de destruir a ideia de vida comunitária e de acabar com a ideia de uma vida sem a mediação da mercadoria, transformando a natureza em capital natural. “Agora querem nos fazer crer que se pode colocar a natureza a trabalhar (que ela não mais existe simplesmente, mas ‘produz’ e nos oferece ‘serviços ambientais’) e

⁶² Camila Moreno é doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.(CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), membro do grupo Carta de Belém e ex-coordenadora do programa de sustentabilidade da Fundação Heinrich Böll Brasil, entidade ligada ao Partido Verde da Alemanha.

lucrar com o seu trabalho” (MORENO, 2012a, p.51, tradução minha⁶³). Segundo a autora, cada dia mais gente entende que dar valor à natureza seria o único ambientalismo possível, pois só o que é privado e tem dono pode ser preservado (MORENO, 2012b). No entanto, observou Moreno, além do ambientalismo de mercado há também o Ecologismo Popular e o ambientalismo anticapitalista (2012a, p.55). “O que faz o neoliberalismo ambiental é esvaziar o conteúdo político da ecologia e o converte em algo ‘técnico’, em ‘gestão do território’, [...] como se fosse mera gestão do ambiente e não essencialmente uma disputa de território, recursos e poder” (MORENO, 2012a, p.66-67, tradução minha⁶⁴).

A economia verde “se constituiu em um nó central ao redor do qual se está reorganizando e resignificando o discurso hegemônico” (MORENO, 2013, p.63, tradução minha⁶⁵). Em função do desgaste e do esvaziamento de sentido do desenvolvimento sustentável, a economia verde é apresentada como novidade, com ênfase em seu caráter pragmático e de implementação de mecanismos. “A economia verde não trata do que fazer, mas sim do como fazer, e fazê-lo agora” (2013, p. 69, tradução minha⁶⁶).

A Rio+20 foi um momento crucial no processo de cristalização deste novo consenso. Não foi um evento em si mesmo, mas sim uma necessária parada midiática: um momento de espetáculo visível, onde os meios de comunicação capturaram e deram publicidade a estas mudanças como parte de uma história... de uma trajetória mais longa. Os atores hegemônicos neste processo estão dando passos concretos e estruturais para incorporar, de fato, o capital natural à realidade econômica. (MORENO, 2013, p.96, tradução minha⁶⁷)

Na avaliação da autora, a economia verde seria apenas uma economia espelho, uma falsa solução, pois estes novos mercados verdes se fundamentam na escassez e contaminação geradas pela economia marrom (MORENO, 2013, p.95). Na linha desta interpretação, a economia verde não teria nada de novo, e nem seria uma transição, apenas um complemento para justificar e manter a hegemonia da economia marrom das grandes corporações transnacionais, uma reciclagem do discurso hegemônico do desenvolvimento e do

⁶³ [...] *ahora nos quieren hacer creer que se puede poner a trabajar a la naturaleza (que no más simplemente existe, pero además “produce” y nos ofrece “servicios ambientales”) y sacar ganancia de su trabajo.*

⁶⁴ *Lo que hace el neoliberalismo ambiental es vaciar el contenido político de la ecología y lo convierte en algo “técnico”, en “gestión del territorio”, [...] como si fuera mera gestión del ambiente y no esencialmente una disputa de territorio, recursos y poder.*

⁶⁵ [...] *se ha constituido en un nudo central alrededor del cual se está reorganizando y resignificando el discurso hegemónico.*

⁶⁶ *La economía verde no trata del qué hacer, pero sí del cómo hacer, y hacerlo ahora.*

⁶⁷ *La Río+20 fue un momento crucial en el proceso de cristalización de este nuevo consenso. No fue el evento en sí mismo, pero sí una necesaria parada mediática: un momento de espectáculo visible, donde los medios de comunicación capturaron y publicitaron estos cambios como parte de una historia... de una trayectoria más larga. Los actores hegemónicos en este proceso están dando pasos concretos y estructurales para incorporar, de hecho, el capital natural a la realidad económica.*

crescimento. “A disseminação da economia verde, como um slogan, tem sido muito efetiva – política e ideologicamente – para ajudar a forjar uma potente narrativa unificadora” (MORENO, 2013, p.67, tradução minha⁶⁸).

Não há, pelo menos por enquanto, uma narrativa única acerca da economia verde. Ela tem pelo menos três diferentes tonalidades. Uma contrária que a denuncia, outra, na ponta oposta, que a enxerga como o novo caminho para o crescimento econômico, e uma terceira via, mais reformista, que a defende com moderação, perspectiva a qual me filio. O mundo precisa de uma nova economia, é o que defendeu, neste terceiro viés reformista, Ricardo Abramovay no livro *Muito além da economia verde* (2012), prefaciado por Marina Silva. “Apesar das divergências a respeito do próprio significado desse termo, é dificilmente discutível a proposição de que o avanço do processo de desenvolvimento passa pela emergência de uma nova economia” (ABRAMOVAY, 2012, p.15). Na mesma linha de Tim Jackson (2009), ele questionou o crescimento da economia através do incessante aumento do consumo de bens e serviços. E propôs uma mudança na relação entre sociedade e natureza através do reconhecimento dos limites dos ecossistemas e do desenvolvimento de sistemas de inovação orientados para a sustentabilidade, não apenas focados em aumento da produtividade, mas que “estimulem a criatividade no sentido de obter bens e serviços apoiados no uso cada vez mais inteligente, eficiente e parcimonioso de matéria, de energia e da própria biodiversidade” (2012, p.19). Na transição para esta nova economia, segundo o autor, seria preciso colocar a Ética no centro da vida econômica, ocupando um lugar central nas decisões sobre o uso dos recursos materiais e energéticos, e na organização do próprio trabalho das pessoas (ABRAMOVAY, 2012). Esta visão orienta a revista Página 22.

No próximo capítulo discutirei o Jornalismo e o seu papel no sistema capitalista, como esta instituição social e esta prática profissional participam do processo intersubjetivo de construção social da realidade, quais são as características do jornalismo ambiental e as especificidades do jornalismo de revista. No final do próximo capítulo, apresentarei a revista Página 22, o objeto empírico desta pesquisa.

⁶⁸ *La diseminación de la economía verde, como un eslogan, ha sido muy efectiva –política y ideológicamente – para ayudar a forjar una potente narrativa unificadora.*

3 O JORNALISMO

Quando falta água na mais populosa e rica cidade do Brasil, de um jeito nunca visto, o problema vira assunto nacional durante meses, e as possíveis soluções também. A primeira pergunta de todos é: o que está acontecendo? De maneira trágica, um questionamento de ordem prática torna-se rotina entre os que convivem com a situação: onde tem água? Outra indagação, que antes não fazia o menor sentido para a maioria, logo passa a assombrar o local assolado pelo acontecimento, as vizinhanças e também os que vivem em regiões distantes, informados, de alguma maneira, sobre a escassez hídrica: o que fazer para evitá-la? A falta define a espécie humana. Ela nos mobiliza. Não apenas a falta calamitosa como a da água, mas a sensação permanente de falta, de incompletude. Por isso, vivemos em busca. De informação, inclusive. Mesmo neste período histórico de um aparente pleno acesso a tudo, nossa pergunta primordial continua sendo a mesma: o que está acontecendo?

Diversas são as instituições que tem a obrigação de responder a esta pergunta - “o que está acontecendo?” -, não apenas em relação à água do exemplo acima, mas também sobre as demais questões da vida cotidiana: econômicas, políticas, urbanas, rurais, educacionais, culturais. O Jornalismo⁶⁹ é uma delas. Com um duplo compromisso: participar da trama de discursos em torno dos acontecimentos públicos com informações importantes e/ou interessantes, atividade esta mais rotineira; e jogar luz em acontecimentos reservados, mas igualmente de interesse público, problematizações estas que são menos corriqueiras, mas que quando feitas lhe asseguram relevância e protagonismo nas sociedades democráticas. Leonel Aguiar (2013) considera acertadamente o Jornalismo um instrumento político imprescindível para o avanço da democracia, “pois a informação jornalística é um dos dispositivos simbólicos que cria as condições de possibilidade para a sociedade ter capacidade de se autogovernar e atuar politicamente” (AGUIAR, 2013, p.168).

“O que está acontecendo?” é a pergunta que norteia a atividade jornalística. Um acontecimento, que só é acontecimento porque afeta um sujeito (França, 2012), interrompe uma rotina e desorganiza o presente, gerando uma inquietação: e agora? Dessa forma o acontecimento também pode fazer agir. “E tais ocorrências [dos fatos] curto-circuitam o tempo linear; ocorrendo no nosso presente, eles convocam um passado e reposicionam o

⁶⁹ Nesta pesquisa optei por grafar *Jornalismo* com jota maiúsculo porque, além de uma prática profissional, ele é uma instituição social. Em citações respeitei a grafia utilizada pelos autores. Já *jornalismo ambiental*, *jornalismo científico*, *jornalismo sobre meio ambiente*, *jornalismo de matilha*, *jornalismo de revista* e *jornalismo diário* são grafados com letra minúscula por se tratarem de práticas e especializações do Jornalismo.

futuro” (FRANÇA, 2012, p.14). Um acontecimento é, portanto, fim e começo. Fim porque pode ser compreendido em sua trama causal, desde sua origem. Mas também começo porque faz surgir possibilidades, projeta um novo sentido sobre o mundo. “Sentido do qual ele será a origem” (QUÉRÉ, 2005, p. 67). Ainda segundo Quéré (2005, p. 59), há acontecimentos que “ocorrem independentemente da nossa vontade e nos caem em cima contra toda a expectativa e aqueles cuja ocorrência provocamos e, melhor ou pior, controlamos, na maior parte das vezes com objetivos estratégicos”. Ambos estão presentes no Jornalismo.

No entendimento de Miquel Rodrigo Alsina (2009), a produção da notícia é um processo complexo que se inicia com um acontecimento. Acontecimento que sempre é um fenômeno social, determinado histórica e culturalmente. Como é o sujeito observador quem lhe confere sentido, toda forma de enxergar e ressaltar algo em um acontecimento é também uma forma de ocultar algo. “A sociedade da mídia poderia ser definida como uma sociedade que ‘faz acontecer’” (ALSINA, 2009, p.126). Ainda segundo o autor, o acontecimento pode ser compreendido como o maravilhoso das sociedades democráticas, e também está submetido à lógica do espetáculo. “De alguma forma, os acontecimentos vão definir uma sociedade” (ALSINA, 2009, p.131). O acontecimento jornalístico ocorre sempre depois dos fatos, segundo Muniz Sodré (2009, p.59). No entendimento do autor, o fato em bruto é previamente apurado e interpretado pela comunidade jornalística. Um sentido social é buscado para ele e então ocorre sua neutralização explicativa através da narrativa do acontecimento. “A narrativa noticiosa restaura uma falha e confirma a previsibilidade da ordem por meio da inscrição do ocorrido na causalidade do fato social” (SODRÉ, 2009, p.71).

O acontecimento jornalístico e o acontecimento discursivo são conceitos que se aproximam, no entendimento de Marcia Benetti (2010). Para a autora, o Jornalismo deve ser compreendido como um gênero discursivo particular. Nesta pesquisa, a perspectiva adotada é a proposta por Benetti (2008, p.13): “O Jornalismo é, entre outras definições possíveis, um discurso”. Um discurso compreendido como espaço de criação entre sujeitos, com interlocutores que reconhecem as especificidades da situação de comunicação do Jornalismo, suas permissões e restrições. A verdade e a credibilidade, que estruturam o gênero jornalístico e também são instituídas por ele, são os principais conceitos deste contrato de comunicação⁷⁰ firmado tacitamente entre o jornalista e os seus interlocutores.

⁷⁰ Benetti (2008) trabalha com o conceito de contrato de comunicação desenvolvido por Patrick Charadeau (2012, p.68): “O necessário reconhecimento recíproco das restrições da situação pelos parceiros da troca

Decifrar a realidade fragmentada e reconstruí-la sob a ordem da narração exige do jornalista o domínio de técnicas de estratégias discursivas particulares, inscritas nos elementos do contrato de comunicação de um gênero discursivo totalmente singular – distinto de qualquer outro gênero do discurso e mediado, desde sempre, por sua missão pública. (BENETTI, 2008, p.25)

Para produzir uma narrativa acerca de um acontecimento, que ao ser narrado passa a existir também como discurso, o jornalista antes precisa observá-lo e interpretá-lo. Na narrativa jornalística construída sempre há, implícita ou explicitamente, uma interpretação. Tal narrativa jornalística só é possível, portanto, através da intervenção de um sujeito interpretante, o jornalista, que tem como tarefa “a observação do notável num mundo em perpétua mudança. [...] E, mesmo sem que o procure, pode acontecer que a sua informação tenha por efeito influir no curso dos acontecimentos” (CORNU, 1999, p.331-332). Ainda segundo Cornu (1999), fatos jornalísticos emergem menos dos acontecimentos que dos discursos. Ou seja, o acontecimento na maior parte das vezes já chega ao jornalista como discurso, construído por outro sujeito, materializado em um estudo científico, em um relatório de alguma organização, em comunicados de imprensa (*releases*), em uma informação passada por uma fonte, leitor, colega ou por qualquer outro veículo de comunicação. “Seu texto é um recorte, uma ‘colagem’ ou ‘combinação’ de observação, descrição e interpretação tanto do jornalista quanto da equipe de produção e das fontes de informação” (FRANCISCATO, 2005, p.168). O trabalho narrativo do jornalista geralmente consiste em fazer uma síntese interpretativa de outros discursos sobre determinado acontecimento.

O relato jornalístico, seja qual for a sua forma, contém uma parte de criação, ou seja, a intervenção de uma arte. Não se trata de qualidades estéticas tradicionais [...]. Mas daquela qualidade particular da expressão que faz com que o que se diz “soe bem” e corresponda à personalidade profunda do locutor. Dizer a informação exige um envolvimento da pessoa que não é exigido de forma igual por todas as atividades humanas. (CORNU, 1999, p.363)

A observação, a interpretação e a narração (que “soa bem”) são, para Cornu (1999), as três ordens da informação jornalística. A interpretação, onde, ainda segundo o mesmo autor, os sentidos são produzidos, foi considerada uma atividade fundamental no trabalho do jornalista em uma das primeiras definições de Jornalismo elaboradas no Brasil: “Jornalismo é a informação de fatos correntes, *devidamente interpretados* e transmitidos periodicamente à sociedade, com o objetivo de difundir conhecimentos e orientar a opinião pública, no sentido

linguageira nos leva a dizer que estes estão ligados por uma espécie de acordo prévio sobre os dados desse quadro de referência. Eles se encontram na situação de dever subscrever, antes de qualquer intenção e estratégia particular, a um contrato de reconhecimento das condições de realização da troca linguageira em que estão envolvidos: um contrato de comunicação”.

de promover o bem comum” (BELTRÃO, 1959, p.67, grifo meu). Para Luiz Beltrão, o Jornalismo poderia ser um relato puro e simples, mas também uma exposição interpretada.

A mera informação, sem um juízo que a valorize e a interprete, faria do jornalismo uma algaravia sem ordem nem concerto e deixaria ao leitor a pesada carga de buscar os “porquês” e “para quês” do que acontece. Quantos leitores estão capacitados para esse trabalho valorizador? [...] Torna-se, assim, necessário uma escolha de notícias, o que vale dizer uma interpretação, um julgamento dos fatos por parte do jornalista [...] (BELTRÃO, 1959, p.79-80).

O toque principal que caberia ao Jornalismo, ainda segundo Beltrão (1959, p.81), seria “acertar na interpretação do tema”. O pesquisador pernambucano entendia que havia no Jornalismo dois graus bem distintos de interpretação, o extensivo e o intensivo. No extensivo, aquele pressionado pelo relógio, predominaria a informação, a notícia, sem preocupação de análise. Como exemplo ele citou a cobertura do jornal, do rádio e da televisão produzida sob o impacto dos acontecimentos, influenciada pelas emoções do momento. Atualmente, os relatos apressados (de jornalistas) nas redes sociais durante os acontecimentos também poderiam ser incluídos nesta categoria mais superficial. Já o intensivo seria o Jornalismo produzido à base da reflexão, que também considera importante os aspectos mais difíceis de registrar, buscando estabelecer o problema criado pelo fato, ou a atualidade em profundidade⁷¹, característica do Jornalismo das publicações especializadas.

Esta distinção entre interpretação extensiva e intensiva proposta por Beltrão (1959) permite observar ainda que uma parte do Jornalismo, pelo menos o mais especializado, não vive necessariamente só em função dos acontecimentos, mas trabalha também com problematizações. No entanto, “o campo jornalístico tem maiores dificuldades na abertura de problemáticas. [...] O ritmo do trabalho jornalístico exige ênfase sobre acontecimentos e não sobre problemáticas” (TRAQUINA, 2002, p.191). No caso emblemático da falta de água na principal cidade brasileira, o Jornalismo pautado por acontecimentos começou a tratar do tema somente quando ele “caiu em cima” (QUÉRÉ, 2005) assumindo proporções de calamidade, sem perceber os sinais que durante anos vinham sendo emitidos.

Saber o que é notícia é a competência reivindicada pelos jornalistas (Traquina, 2005). Como nem tudo que acontece é um acontecimento de relevância pública, há critérios de noticiabilidade, com diferentes valores-notícia, que orientam a seleção, produção e a divulgação de informações jornalísticas. Tais critérios são dinâmicos, alteram-se no tempo e

⁷¹ Beltrão atribui o uso da expressão “atualidade em profundidade” a Emmanuel Mounier, no livro *Problèmes et techniques de la presse*, Paris, 1949, p.315.

também entre diferentes veículos de comunicação. Mauro Wolf (2010) identifica cinco tipos de critérios, presentes não apenas no processo de seleção, mas também nos processos de produção das notícias: os substantivos (referentes à importância e interesse da notícia); os relativos à qualidade do material informativo produzido; os relativos ao meio (o formato da narrativa); os relativos ao (interesse) público; e os relativos à concorrência (exclusividade do material). Segundo Nelson Traquina (2002), entre os principais valores-notícia estão: a notoriedade; a proximidade; a relevância; a novidade; a notabilidade, com diferentes registros (quantidade de pessoas, a inversão do normal, o insólito, a falha, o excesso/escassez); o inesperado e o conflito ou a controvérsia. Alsina (2005) destaca entre os elementos que determinam o que vira notícia a existência de uma variação perceptível e de uma imprevisibilidade. Este imperativo da variação bloqueia, no entendimento de Benetti (2010), a abordagem jornalística de problemas estruturais da sociedade.

A perversidade dessa lógica [da variação como índice do acontecimento jornalístico], que contra qualquer argumento plausível mantém-se como estruturante do discurso jornalístico, é que grandes fenômenos sociais, cujo interesse público não poderia ser questionado sem constrangimento, geralmente não têm lugar no jornalismo porque se estabeleceram, historicamente, como invariantes. São os casos da fome, das desigualdades e das injustiças sociais, que contemporaneamente costumam ser percebidas como “parte do sistema”. (BENETTI, 2010, p.146)

Também incluiria nesta lista de pautas invisíveis do Jornalismo citada por Benetti (2010) outros processos longos (e estruturais) tais como a poluição crônica dos rios, dos mares, do ar e dos alimentos, e a devastação cotidiana dos ecossistemas terrestres. Para um problema ambiental virar notícia, ou ser problematizado fora do Jornalismo especializado, geralmente só diante de uma catástrofe, como a do exemplo da escassez hídrica citado na abertura deste capítulo. Devido à incapacidade de ir além do rompimento da rotina (novidade) como critério de noticiabilidade, problemas da atualidade, entendidos como “normais”, são frequentemente ignorados com o seguinte argumento: “não é mais notícia!”. Os valores-notícia são retroalimentados pelos próprios veículos jornalísticos. Isto fica bem claro em um fenômeno frequente descrito por Traquina (2005, p.202) através de duas expressões, o jornalismo de matilha (*pack journalism*) e a cobertura massiva e frenética (*media frenzy*) em torno de um único acontecimento. A lógica é mais ou menos assim: se todo mundo está cobrindo isso é porque é importante e, portanto, nós também temos que cobrir. Seguindo a mesma lógica, o contrário muitas vezes também é verdadeiro: se ninguém está falando sobre isso é porque não deve ser importante. O jornalismo de matilha e a cobertura frenética criam consensos jornalísticos em torno de determinados temas e abordagens.

No entanto, é preciso ressaltar que o trabalho jornalístico não é feito apenas por “lobos” frenéticos. É também uma atividade autoral de jornalistas que, ao se afastarem da “matilha”, produzem trabalhos que fazem a diferença na sociedade. Isso só é possível porque o jornalista não é apenas um divulgador dos discursos alheios. Antes de narrar, ele observa e interpreta. Quando Otto Groth (2011) analisou a tarefa de relatar, dividida por ele em nota, notícia e reportagem, o que para Cornu (1999) seria a ordem narrativa da informação, o teórico alemão, que trabalhou na primeira metade do século XX no desenvolvimento de uma Ciência dos Jornais, já ressaltava o papel do sujeito na interpretação jornalística: “O que nós vivenciamos está sujeito desde o começo à ‘constituição’ do sujeito conhecedor, é processado e transformado por ele, é adulterado por meio de acentuações, complementações e omissões” (GROTH, 2011, p.369). No Jornalismo dos países capitalistas, este sujeito conhecedor geralmente trabalha para empresários da comunicação com interesses comerciais.

3.1 Dois polos em permanente tensão

As relações de poder criadas pela atuação dos jornais chamavam a atenção do sociólogo Max Weber (2006), um dos professores de Otto Groth na Alemanha do início do século XX. O fundamental, em termos sociológicos, observou Weber (2006) no primeiro Congresso da Associação Alemã de Sociologia, realizado em Frankfurt no ano de 1910, é que os jornais são necessariamente uma empresa capitalista e privada com uma posição peculiar em relação às demais empresas, eles têm dois tipos completamente diferentes de clientes: os anunciantes e os leitores. Ainda segundo Weber, internacionalmente haveria enormes diferenças no grau e no tipo de relação existente entre um jornal “que deseja instruir e informar objetivamente o público no que se refere à política e outros âmbitos, e o coletivo de anunciantes que expressam a necessidade de propaganda do mundo dos negócios” (WEBER, 2006, p.38). Weber manifestou preocupação com as consequências deste caráter empresarial capitalista no papel que os jornais desempenhavam na formação da opinião pública. Tal questão pode ser formulada assim: até que ponto o conteúdo dos jornais (e revistas) é influenciado pelos seus anunciantes (e apoiadores)?

Segundo Meyer (1989), o modelo de negócio dos grandes jornais dos Estados Unidos a partir do século XIX foi alicerçado em grandes tiragens e anunciantes sem interferência no conteúdo para não minar a independência do veículo e a sua influência na sociedade. “Este é o modelo. Infelizmente não é sempre realidade. A literatura da crítica jornalística dos últimos vinte anos está repleta com instâncias de influência de anunciantes sobre o que entra e o que

fica fora dos jornais” (MEYER, 1989, p.70). Em maior ou menor grau, a pressão dos anunciantes (empresas, governos, instituições e grupos de interesse) sobre os proprietários e editores dos veículos de comunicação está presente na atividade jornalística. Para lidar com conflitos de interesse como este, os jornalistas profissionais tem normas de conduta ética e procedimentos de controle, como a busca de uma “diversidade de fontes que expresse a pluralidade social” (KARAM, 1997, p.15), que, quando observados, permitem ao Jornalismo ajudar a criar melhores condições de possibilidade para a sociedade ter capacidade de se autogovernar e atuar politicamente, como defendeu Aguiar (2013).

Segundo Traquina (2005), o Jornalismo contemporâneo pode ser entendido através de dois polos predominantes: o econômico ou comercial, que considera a informação como uma mercadoria de um negócio empresarial; e o ideológico ou intelectual, que a partir de valores éticos e normas deontológicas ressalta o papel político da informação nas democracias (Aguiar, 2013). Neste segundo viés, as notícias seriam “o alimento de que os cidadãos precisam para exercer os seus direitos democráticos” (TRAQUINA, 2005, p. 126). Nas empresas jornalísticas privadas, que atendem a dois clientes distintos, o anunciante e o leitor, como problematizou Weber (2006), os dois polos estão presentes e em permanente tensão.

Jornalistas comprometidos com a responsabilidade social da profissão muitas vezes fazem “contrabando de notícia”, o que no jargão jornalístico significa driblar as normas editoriais e os interesses comerciais da empresa para publicar notícias de interesse público⁷². Traquina (2005), discutindo a teoria organizacional de Warren Breed⁷³, relacionou cinco fatores que ajudam o jornalista a contornar o controle da empresa jornalística: normas editoriais nem sempre claras; jornalistas setoristas com conhecimento superior sobre os fatos subvertem com mais facilidade a política editorial; a divulgação da notícia em um veículo concorrente, passada clandestinamente, para obrigar o veículo onde trabalha a entrar no assunto também (induzindo um jornalismo de matilha); o repórter responsável pela ronda diária acaba atuando como se fosse editor, publicando mais facilmente o que considera

⁷² “Contrabando” aqui é usado para descrever o esforço de um jornalista para publicar uma informação de interesse público. Muitos jornalistas sem escrúpulos também utilizam os veículos de comunicação onde trabalham em benefício de interesses particulares (o jargão para este tipo de atitude é “jabá” ou “toco”).

⁷³ Segundo Traquina (2005, p.152), Warren Breed (1915-1999) apresentou uma nova teoria do Jornalismo no artigo *Controle social da redação: uma análise funcional*, publicado em 1955 na revista *Força Social*. Este artigo é considerado um clássico nos estudos do Jornalismo por ter sido o primeiro a inserir o jornalista no seu contexto mais imediato, a organização para a qual ele trabalha. Daí o nome teoria organizacional. Breed identificou a importância dos constrangimentos organizacionais sobre a atividade profissional do jornalista. Esta perspectiva sugere que a autonomia do jornalista é consentida, e a cultura organizacional mais importante do que a cultura profissional.

importante; quanto mais prêmios um jornalista ganha, mais facilidade tem para emplacar pautas incômodas no veículo onde trabalha. Como Lins e Silva (1986) já observou, sempre há brechas na indústria cultural.

Apesar dos condicionamentos sistêmicos, que são muitos (cultura organizacional, mercado de trabalho instável, pressão dos anunciantes, interesses privados dos proprietários), os jornalistas sempre têm, em maior ou menor grau, dependendo do local de trabalho, uma margem de liberdade para atuar de acordo com a sua consciência acerca da relevância social do Jornalismo. Assim como o controle não é total, a liberdade também não é absoluta. No entremeio desta tensão podem nascer reportagens que façam algum tipo de diferença na sociedade. Adelmo Genro Filho (1989) dizia que o Jornalismo, embora expresse uma visão burguesa de mundo, “possui características próprias enquanto forma de conhecimento social e ultrapassa, por sua potencialidade histórica concretamente colocada, a mera funcionalidade ao sistema capitalista” (GENRO FILHO, 1989, p. 47).

O Jornalismo contemporâneo entendido através destes dois polos, a notícia como negócio e a notícia como serviço público, tem suas raízes, segundo Traquina (2005), na vertiginosa expansão dos jornais ocorrida no século XIX. Ele nasceu e se desenvolveu embalado pela mesma revolução industrial que mudou a escala do impacto humano no planeta de local e regional para global e também no bojo do capitalismo que, resgatando Romeiro (2010), é um modelo econômico de acumulação de capital cuja principal característica, desde a sua consolidação, tem sido a criação incessante de novas necessidades de consumo. O Jornalismo impresso, eletrônico ou digital, através da sua relação umbilical com a publicidade, teve e tem papel central neste processo de criação de novas necessidades de consumo. Não existe Jornalismo como negócio sem publicidade.

O surgimento da publicidade como nova forma de financiamento, observa Nelson Traquina (2005), foi fundamental para a consolidação do paradigma contemporâneo do Jornalismo como informação e não como propaganda, iniciado no século XIX. Ainda de acordo com o autor, “a legitimidade jornalística está na teoria democrática e, segundo seus teóricos, assenta claramente numa postura de desconfiança (em relação ao poder) e numa cultura claramente adversarial entre jornalismo e poder” (TRAQUINA, 2005, p.47). Para dar conta dos desafios do novo paradigma focado na informação, não mais na opinião, novas técnicas foram desenvolvidas. O nascimento da reportagem é ligado à Guerra de Secessão, travada nos Estados Unidos entre 1861 e 1865 (Neveu, 2006). Já a primeira entrevista

(Traquina, 2005) teria sido publicada em 1883 em um jornal de Londres chamado *Pall Mall Gazette*. Com a consolidação deste paradigma, nasceram os valores identificados até hoje com o Jornalismo: a notícia, a procura da verdade, a independência, a noção de serviço público e a objetividade, não como negação da subjetividade, mas como uma série de procedimentos de controle para assegurar credibilidade ao Jornalismo.

A atividade jornalística, segundo Franciscato (2005), opera com princípios que a singularizam, tais como: uma ideia de verdade do real; um compromisso normativo de cumprir esta tarefa de fidelidade ao real; uma produção de conteúdos que oferece a uma coletividade modos específicos de vivenciar situações em um tempo presente. Ainda segundo o autor, o Jornalismo como instituição social cumpre um papel específico, não executado por nenhuma outra instituição: “produzir, para um público amplo, disperso e diferenciado, uma reconstrução discursiva do mundo com base em um sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e as ocorrências cotidianas” (FRANCISCATO, 2005, p. 167). O vínculo entre o público e o veículo jornalístico precisa ser renovado a cada encontro, tanto no polo que considera a notícia como negócio, quanto no polo que a vê como serviço público.

O objeto notícia alcança um grau maior de complexidade se percebermos que estão presentes na sua constituição expectativas e influências de ordem cultural, expressiva e emotiva por parte do público ao qual o jornal se destina. O vínculo do jornalismo com seu público é, dessa forma, um elemento de ordem da intersubjetividade que opera com percepções como credibilidade, confiabilidade e legitimidade, independentemente de considerarmos se o leitor assume o papel de consumidor ou cidadão. Esta legitimidade social que a instituição jornalística conquistou para realizar um relato fiel das ocorrências cotidianas torna-se um alicerce ao mesmo tempo essencial e instável, pois é cotidianamente colocada em questão quando, a cada edição do jornal ou veiculação de programa telejornalístico, o indivíduo, ao exercitar a sua condição de cidadão ou de mero consumidor, opta por renovar este vínculo. (FRANCISCATO, 2005, p.172)

A renovação deste vínculo observado por Franciscato (2005), baseado em um contrato de comunicação fundamentado na verdade e na credibilidade, é um processo cada vez mais complexo e disputado. Até o final do século XX, eram as organizações jornalísticas, privadas ou públicas, que tinham os meios para responder à pergunta “o que está acontecendo?”. Com a disseminação do acesso cada vez mais rápido e fácil à internet e o lançamento de ferramentas de autopublicação (blogs e redes sociais), as empresas jornalísticas foram gradativamente perdendo a primazia da palavra pública, e também boa parte da publicidade, que correu atrás das experiências compartilhadas no mundo digital. O público agora não apenas interage entre si e com os veículos de comunicação, mas quer também dizer o que deve ou não deve ser publicado, quer influenciar na decisão do que é notícia e do que não é

notícia, tarefa até bem pouco tempo exclusiva dos jornalistas. Diante desta disputa pelo acesso à esfera pública, Aguiar (2013) entende que o Jornalismo tem um papel a cumprir.

No cenário das práticas de democracia contemporânea, o Jornalismo deve ser entendido, principalmente, como um lugar de produção de conhecimentos singulares sobre a dinâmica imediata da realidade social e um campo de mediação discursiva dos interesses, conflitos e opiniões que disputam o acesso à esfera pública nas sociedades democráticas. (AGUIAR, 2013, p.172)

Neste cenário contemporâneo, mudanças estruturais estão sendo observadas. Elas incluem, na sistematização proposta por Pereira e Adghirni (2011), novas formas de produção de notícia, processos de convergência digital e crise da empresa jornalística enquanto modelo de negócios. A instituição jornalística, tudo indica, está em reconfiguração. Na visão de Ignacio Ramonet (2012), sobreviverá no turbilhão digital quem mantiver viva a essência do Jornalismo, centrando-se no que faz de melhor, e não em mais do mesmo.

3.2 Construção da realidade: nosso mundo intersubjetivo

As respostas jornalísticas à pergunta “*o que está acontecendo?*” se referem ao mundo real, ao mundo da vida cotidiana. Por isso a objetividade é considerada um dispositivo de controle para garantir credibilidade à verdade do Jornalismo, não uma negação da subjetividade. Mas como pode o Jornalismo se referir ao real se até agora dissertei sobre ele mobilizando expressões tais como *trama de discursos, dispositivos simbólicos, sujeito interpretante, sentidos produzidos, exposição interpretada, sujeito conhecedor, ideia de verdade do real, reconstrução discursiva do mundo, elemento de ordem da intersubjetividade*, todas elas habitando nosso mundo subjetivo?

A tese número um sobre o real apresentada por Michel Pêcheux em *Semântica do discurso* (1995) trata justamente desta imbricação entre o mundo exterior objetivo e o mundo interior do pensamento e da subjetividade. Segundo o filósofo francês, “o real existe, necessariamente, independentemente do pensamento e fora dele, mas o pensamento depende, necessariamente, do real, isto é, não existe fora do real” (PÊCHEUX, 1995, p.255). É o real que eu observo; é sobre o real que eu observo que eu penso e interpreto; é acerca do real que eu observo, penso e interpreto que eu falo e escrevo. Este real, portanto, sobre o qual eu falo e escrevo é o meu discurso sobre o real, construído através do meu trabalho intelectual de jornalista e da minha experiência de vida que, por sua vez, é sempre intersubjetiva, só é possível em relação. A alteridade é uma necessidade nela, não uma contingência.

A realidade construída pelo Jornalismo é um dos discursos possíveis sobre o real. Este real jornalístico (discursivo) é construído através de uma relação dialética entre objetividade e subjetividade observou acertadamente Eduardo Meditsch (2010, p.19). É um discurso que emerge entre outros discursos já ditos sobre o real. A intersubjetividade é a condição de possibilidade do discurso (jornalístico), pois ele não tem como ser fruto de uma subjetividade única (nem isolada e nem transcendente). A subjetividade é intersubjetiva. O Jornalismo está submerso neste mundo intersubjetivo que o afeta, mas também é afetado por ele. O poder do Jornalismo está no efeito de sentido que o seu discurso (intersubjetivo) produz. Dependendo de sua repercussão, influencia mais ou menos no processo social. Segundo Benetti (2013, p.45), muitas são as maneiras de o Jornalismo exercer o seu poder hermenêutico: “ao destacar temáticas que devem ser consideradas relevantes, ao conceder poder de fala a grupos e ideologias, ao instituir angulações e quadros interpretativos para perceber, avaliar e compreender relações”.

Diariamente veículos de comunicação colocam temas na agenda pública com a intenção de se fazer ouvir e, assim, influenciam subjetividades (intersubjetivas). De tempos em tempos, reportagens chegam até a deflagrar mudanças na sociedade. É assim que o discurso do (e no) Jornalismo, que é sempre um discurso intersubjetivo, ajuda a construir a realidade da vida cotidiana. Intersubjetivamente. “O relato de eventos não passa apenas por uma relação interna entre a subjetividade do locutor e a objetividade do mundo, mas também por processos exteriores e anteriores de construção da realidade que precisam ser levados em conta”, entende Meditsch (2010, p.40).

Nesta perspectiva teórica, a realidade da vida cotidiana é aquela que se apresenta para mim como um mundo intersubjetivo, do qual participo juntamente com outras pessoas (Berger e Luckmann, 1966). Não posso existir na vida cotidiana sem estar continuamente em interação e comunicação com os outros. “O conhecimento do senso comum é o conhecimento que eu partilho com os outros nas rotinas normais, evidentes da vida cotidiana” (BERGER e LUCKMANN, 2012, p.39-40). Tal entendimento é ancorado na sociologia fenomenológica de Alfred Schutz, que rejeita uma integral racionalidade do real. Conforme revisão recente de sua obra feita por Fábio Fonseca de Castro (2012), para Schutz a realidade (estável e objetivamente recorrente) constitui um processo de compreensão que é partilhado ou sancionado intersubjetivamente. Para Schutz (1980), o conhecimento é intersubjetivo.

Meu universo cotidiano não equivale, de modo algum, ao meu mundo particular; porém, em princípio, constitui um universo intersubjetivo, compartilhado por meus semelhantes e vivenciado e interpretado pelos outros: em suma, é um mundo comum a todos nós. Minha participação na feitura da situação biográfica singular e única em que me encontro dentro do mundo, a qualquer momento de minha existência, é mínima. Encontro-me sempre dentro de um universo determinado historicamente que, na qualidade de um mundo tanto natural quanto sociocultural, já existia antes de meu nascimento e continuará a existir depois de minha morte. Isso implica que este mundo não é apenas meu, constituindo também o meio ambiente de meus semelhantes; ademais, estes constituem elementos de minha própria situação, da mesma forma como sou elemento de sua situação. Influenciando os outros e por eles sendo influenciado, termino por conhecer essa relação recíproca; esse conhecimento também implica que eles, os outros, captam o universo ordinário de maneira consideravelmente semelhante à minha. (SCHUTZ, 1980, p.397)

O pensamento de Schutz influenciou marcadamente Peter Berger e Thomas Luckmann (seu aluno e amigo) no clássico da sociologia do conhecimento *A construção social da realidade* (BERGER e LUCKMANN, 2012), livro, cuja primeira edição foi publicada em 1966, que tem fundamentado a perspectiva que entende o Jornalismo como uma das instituições que participa do complexo processo de construção da realidade.

Entender o Jornalismo como um ato ou discurso intersubjetivo que participa do processo de construção social da realidade é negar a ideia, seguidamente propagandeada em peças de marketing de empresas de comunicação, de que um jornal reflete a realidade como se fosse um espelho, e por isso teria credibilidade pública. Tal ideia é ingênua (ou mal-intencionada) simplesmente porque a língua é opaca, não há um sentido único e literal, e o equívoco a constitui. O histórico, o social e o imaginário intervêm. A linguagem, por este viés, é importante ressaltar, serve para comunicar, mas também para não comunicar. Esta incompletude é da natureza da língua. Aceitar, no entanto, que há falhas e que não existe literalidade, que as notícias e reportagens não são um espelho da realidade, não significa desconsiderar, nos procedimentos jornalísticos, a necessidade de uma apuração objetiva (a partir de critérios jornalísticos) e de uma abordagem acerca dos acontecimentos a partir de diversos pontos de vista, não apenas do oficial e/ou hegemônico. Daí a objetividade como aparato de controle, e não como negação da subjetividade.

Berger e Luckmann (2012) entendem que a sociedade tem um duplo caráter: a realidade objetiva dos fatos sociais, que é um mundo produzido pelas atividades humanas; e a realidade constituída pelos significados subjetivos. Segundo os autores, o mundo da vida cotidiana não somente é tido como uma realidade certa pelas pessoas na conduta subjetivamente dotada de sentido que imprimem a suas vidas, “mas também é um mundo que se origina no pensamento e na ação dos homens comuns, sendo afirmado como real por eles”

(BERBER e LUCKMANN, 2012, p.36). Para os autores, a expressividade humana é capaz de objetivações, que se manifestam em produtos da atividade humana. Tais objetivações servem como índices dos processos subjetivos de seus produtores.

[...] a objetividade do mundo institucional, por mais maciça que apareça ao indivíduo, é uma objetividade produzida e construída pelo homem. O processo pelo qual os produtos exteriorizados da atividade humana adquirem o caráter de objetividade é a objetivação. O mundo institucional é a atividade humana objetivada, e isso em cada instituição particular. (BERGER e LUCKMANN, 2012, p.84)

A realidade da vida cotidiana só é possível, portanto, por causa de objetivações. “Estou constantemente envolvido por objetos que ‘proclamam’ as intenções subjetivas de meus semelhantes” (BERGER e LUCKMANN, 2012, p.53). É nesta perspectiva que uma narrativa jornalística, compreendida como sendo uma objetivação da subjetividade do jornalista, também faz parte do processo de construção social da realidade. O Jornalismo é uma das instituições que participa deste processo (objetivo, subjetivo e intersubjetivo), não a única nem a mais importante, e possivelmente é mais influenciado do que influencia, mas mesmo assim é parte ativa. É a partir desta ressalva, defendida por Eduardo Meditsch (2010, p.25), que o Jornalismo pode ser compreendido como um dos atores deste processo intersubjetivo de construção social da realidade.

Ressalva semelhante foi observada por Miquel Rodrigo Alsina (2009, p. 299), para quem “[...] não devemos vincular o conceito ‘construção da realidade’ única e exclusivamente com a prática jornalística” (ALSINA, 2009, p.46). De acordo com a teoria da notícia do pesquisador espanhol, “a notícia é uma representação social da realidade cotidiana, produzida institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível” (ALSINA, 2009, p. 299). Este mundo possível, ainda na visão do autor, é o mundo narrativo construído pelo sujeito enunciador, o jornalista, a partir de outros dois mundos, o “real” (socialmente construído) e o de referência. O mundo “real” corresponde ao mundo dos acontecimentos, que serão interpretados pelo jornalista a partir de um mundo de referência, sua proposta de interpretação estabelecida segundo sua enciclopédia (*background*). “Esse mundo de referência vai lhe permitir construir um mundo possível que, por sua vez, será a sua versão da realidade descrita” (ALSINA, 2009, p. 304).

A hipótese sobre a influência dos meios de comunicação de massa na formação da agenda pública (*agenda-setting*), formulada em 1972 por Maxwell E. McCombs e Donald L. Shaw, também pode, até certo ponto, ser pensada nesta perspectiva construcionista que se

propõe a compreender o Jornalismo como uma das instituições sociais que participa deste complexo processo da construção social da realidade. A hipótese pode ser assim formulada: os temas discutidos no cotidiano são, em boa parte, determinados pelos meios de comunicação de massa. Grosseiramente falando, o que aparece na telinha vai parar na boca do povo. Por exemplo, a escassez hídrica, o escândalo na Petrobras, o terrorismo, mas também o sexo sem preservativo no *reality show* e as curvas acentuadas da atriz tal em determinada série noturna da televisão aberta.

Segundo essa hipótese, a mídia, pela seleção, disposição e incidência de seus produtos, determina os temas sobre os quais o público falará e discutirá. Ao nos impor um menu seletivo de informações como sendo “o que aconteceu”, a mídia impede que outros temas sejam conhecidos e, portanto, comentados. Decretando seu desconhecimento pela sociedade, condena-os à inexistência. (BARROS FILHO, 2008, p.158)

Atualmente, com experiências cada vez mais compartilhadas nas redes sociais, está mais difícil decretar a inexistência de um tema. De qualquer forma, como as organizações jornalísticas ainda parecem ter o poder de chancela acerca da importância de determinados assuntos e não de outros, a hipótese do agendamento não pode ser desconsiderada nos estudos do Jornalismo, apesar das dificuldades de comprová-la. “Fixar a agenda é fixar o calendário dos acontecimentos. É definir o que é importante e o que não é. [...] É criar o clima no qual será recebida a informação. É fixar não só o que vai ser discutido, mas como e por quem” (BARROS FILHO, 2008, p. 159). No entendimento dos autores da hipótese do agendamento, McCombs e Shaw (2000, p. 131), as notícias não nos diriam apenas sobre o quê é que devemos pensar, mas também como devemos pensar sobre o quê pensamos.

A tese de doutorado de Paula Puliti (2009) sobre a financeirização do noticiário econômico no Brasil sugeriu que jornais não apenas podem criar um clima em torno de determinado tema, mas também que são usados por fontes para induzirem uma determinada maneira de pensar a economia. Ela analisou o noticiário econômico dos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo* entre 1989 e 2002 e constatou o predomínio de fontes provenientes do sistema financeiro e também de temas de interesse deste setor, em detrimento de temas econômicos de interesse social. Observou ainda que o governo brasileiro, neste período, assumiu em seu discurso como fonte jornalística a agenda do neoliberalismo e falava a partir do ponto de vista da elite financeira. A financeirização não foi obra do acaso, concluiu a pesquisadora, mas de um arsenal de estratégias adotadas pelos financistas para ocupar as páginas dos jornais.

Há uma disputa de subjetividades na sociedade e o Jornalismo faz parte deste processo. Como toda a percepção dos fenômenos é condicionada por uma visão de mundo (LOPES, 2010, p.103), o Jornalismo, neste contexto de disputa de subjetividades, deve ter um compromisso ético com a construção social de uma realidade mais justa e sustentável, não apenas de um ponto de vista econômico, mas social e ecológico também, considerando a defesa da vida um valor moral. Este Jornalismo que se propõe a exercer o seu profissionalismo a partir de uma visão socioambiental é apresentado no próximo item.

3.3 Jornalismo ambiental: uma especialização consolidada

O jornalismo ambiental é uma especialização da atividade jornalística consolidada no último quarto do século XX e, na perspectiva desta pesquisa, também é uma postura engajada do jornalista visando transformar o mundo, conforme conceito que vem sendo desenvolvido no Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS). No Brasil, ele surgiu atrelado ao jornalismo científico. Segundo Fabíola de Oliveira (2002, p.20), a especialização em temas científicos ganhou um grande impulso na Europa e nos Estados Unidos a partir da segunda metade do século XIX. O pesquisador alemão Otto Groth (2011, p.382.) entendia em meados do século XX que, diante do volume de acontecimentos existentes nas grandes cidades, os repórteres deveriam se especializar para melhor abastecer os jornais com notícias.

Em proporções de algum modo maiores, não é possível aos repórteres saber sobre tudo o que poderia interessar o público, procurar todos os lugares, instituições e pessoas das quais pode obter-se notas e notícias. Eles conseguem por meio destas [especializações] as maiores experiências, os relacionamentos mais produtivos na área que eles escolhem para o seu trabalho. Eles oferecem às redações dos jornais a garantia de um noticiário rápido e completo e têm a perspectiva de rendimentos relativamente seguros, contínuos e pouco ameaçados pela concorrência. Assim, um tem vínculos exclusivos com a polícia, o outro se dedica aos velórios nos cemitérios, o terceiro tem ligações especiais com o Corpo de Bombeiros, o quarto vai aos mercados, o quinto recolhe informações das ferroviárias, dos portos e dos demais centros de transporte, o sexto apanha as notícias nos registros civis e nos outros órgãos da administração municipal e assim por diante. Sobretudo as reuniões e os julgamentos nos tribunais oferecem oportunidades preciosas para as especializações da reportagem. [...] Por meio da especialização a um campo de trabalho determinado e a duração dos seus relacionamentos com um determinado local, o repórter conquista muitas vezes um espécie de *monopólio*: a fonte da informação flui somente para um que lhe conhece, que talvez se mostre prestativo, e as redações ficam satisfeitas com isso porque desta forma elas estão bem servidas. (GROTH, 2011, p.382, grifo do autor)

Nesta perspectiva de Otto Groth, o setorista acabava se transformando no especialista do jornal, “monopolizando” as fontes sobre determinado tema. De acordo com os pesquisadores espanhóis Javier del Moral e Francisco Ramírez (1993), o jornalista especializado em temas científicos e tecnológicos é um fenômeno das redações do século XX

para atender às distintas necessidades da nova sociedade industrial diante da segmentação do conhecimento, com receptores⁷⁴ exigindo cada vez mais profundidade informativa e um conteúdo melhor elaborado. Segundo eles, o colaborador precedeu o jornalista especializado assim como alguns correspondentes das duas grandes guerras, que acabaram se especializando em temas bélicos. “A informação jornalística especializada pode oferecer uma via intermediária tentando aproximar os conhecimentos científicos mediante a adaptação destes temas a uma linguagem jornalística acessível ao grande público. Sem vulgarizar os conteúdos científicos”, entendem Moral e Ramírez (1993, p.93, tradução minha⁷⁵). Ainda segundo os pesquisadores espanhóis, uma característica da especialização jornalística é a necessidade de uma formação permanente por parte dos profissionais. Para Dulcilia Buitoni (2013, p.112), a especialização jornalística está relacionada a uma vinculação temática.

Alguns assuntos foram se individualizando no jornalismo diário ou já surgiram consubstanciados em uma revista. A especialização pode requerer determinados conhecimentos e tratamentos, exigindo tradução de vocabulários específicos ou técnicos. A especialização por assunto também envolve um público interessado; no entanto não está diretamente ligada a um recorte de público. Assim, jornalismo econômico pode ser considerado especialização, seja como seção ou caderno de um jornal diário, seja como um jornal econômico, como Valor Econômico. Mesmo neste último caso, ainda há uma certa generalidade de público. (BUITONI, 2013, p.112).

Concordo com Buitoni e seguindo o seu raciocínio considero que da mesma forma o jornalismo ambiental pode estar presente como especialização em uma seção de jornal e também em um veículo dedicado ao tema, caso da revista Página 22, que apresentarei no final deste capítulo. Acompanhando os debates acerca dos problemas ambientais e também das suas relações com a economia, descritas no capítulo 2, o jornalismo ambiental como especialização temática da atividade jornalística começou a se configurar na Europa a partir dos anos 1960. Já em 1961, a televisão pública sueca cobria as questões ambientais, que nesta época passavam a fazer parte da agenda de temas relevantes na Suécia⁷⁶ (Pierre, 1996). No final desta mesma década do século XX, surgiu na França a primeira entidade de jornalismo ambiental que se tem notícia no mundo, *Association des Journalistes-écrivains pour la Nature et l'Écologie*⁷⁷ (Associação dos Jornalistas-escritores para a Natureza e a Ecologia), fundada em 1969 pelo jornalista francês Pierre Pellerin e até hoje em atividade. Já nos

⁷⁴ Moral e Ramírez (1993) utilizam o termo receptor no contexto da Teoria da Informação.

⁷⁵ La Información Periodística Especializada puede ofrecer una vía intermedia intentando acercar los conocimientos científicos mediante la adaptación de estos temas a un lenguaje periodístico accesible al gran público. Esto no quiere decir que el periodista especializado deba vulgarizar los contenidos científicos.

⁷⁶ A Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, primeira conferência sobre meio ambiente da ONU, foi realizada em 1972 em Estocolmo, a capital sueca.

⁷⁷ Disponível em: <<http://jne-asso.org/blogjne/>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

Estados Unidos, a primeira entidade foi criada em 1990, a *Society of Environmental Journalists* (Sociedade de Jornalistas Ambientais). A cobertura ambiental por lá, no entanto, começou muitas décadas antes, tanto que o *St. Louis Post-Dispatch*, importante jornal do Missouri, no meio oeste dos Estados Unidos, chegou a ganhar duas vezes o Prêmio Pulitzer, na categoria Serviço Público, em 1941 e 1948, com reportagens sobre a poluição do ar e a contaminação ocasionada pela mineração do carvão, respectivamente⁷⁸. Ainda utilizando o principal prêmio do Jornalismo norte-americano como índice, é possível constatar a consolidação do jornalismo ambiental nos Estados Unidos depois da criação da *Society of Environmental Journalists*: nove prêmios entre as décadas 1960, 1970 e 1980, contra dez nos anos 1990 (Rogers, 2002).

No Brasil dos anos 1960, natureza, paisagem e aventuras estavam entre as temáticas constantes das revistas ilustradas (Sodré, 1988). Neste país a descobrir, com um interior isolado e pitoresco, ficou famosa a reportagem que descrevia uma caçada no Mato Grosso, na região onde hoje está a cidade de Nova Mutum (MT) - “*Só faltou a onça*” - publicada por José Hamilton Ribeiro na *Realidade* em novembro de 1967, período áureo da revista da Editora Abril, considerada um marco no jornalismo de revista brasileiro. “Essa reportagem, hoje, seria impossível. É política e ecologicamente incorreta. Mas, na época, era aceitável”, reconheceu José Hamilton Ribeiro em livro recente de reportagens selecionadas da revista (MARÃO e RIBEIRO, 2010, p.103).

A geografia nacional, que conhecida através de uma viagem real pode-se revelar bastante inóspita e miserável, é um espetáculo colorido nas páginas das revistas. O natural converte-se em monumental. Na atitude do desbravamento contínuo, reafirma-se o mito do bandeirante, a que se associaram – inconscientemente, talvez – a construção de Brasília e as metas desenvolvimentistas posteriores a 1954. (SODRÉ, 1988, p.50)

Esta maneira de as revistas verem o Brasil, descrita por Muniz Sodré (1988), e a reportagem hoje considerada politicamente incorreta sobre uma caçada fazem parte de um momento histórico. O Jornalismo não é um espelho da realidade, mas a instituição jornalística “está entranhada no ambiente em que atua, o qual limita certas possibilidades de produção jornalística. É um ambiente que configura relações e práticas sociais” (FRANCISCATO, 2005, p.167). Um jornalismo ambiental só se configura quando em relação com outras forças sociais. Por isso reportagens com problematizações ecológicas e/ou socioambientais geralmente são influenciadas em parte pela presença do ativismo ecológico. De acordo com a

⁷⁸ Disponível em: <<http://www.pulitzer.org/bycat/Public-Service>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

socióloga Fernanda Petrarca (2008), “quando o tema ‘meio ambiente’ está em alta nas discussões públicas, nos espaços administrativos e jurídicos, nos movimentos e mobilizações sociais, o seu aparecimento na mídia tende a ser alto, até aparecer outro problema que chame a atenção dos jornalistas” (PETRARCA, 2008, p.8).

No Brasil, o ambientalismo ganhou visibilidade pública a partir dos anos 1970. Eram na época pouco mais de trinta associações da sociedade civil ocupadas com assuntos ligados à proteção da natureza (Urban, 2001, p. 97), algumas delas já bem ativas e influentes, caso da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), criada em 1971. Segundo depoimentos de jornalistas que viveram o período, reportagens sobre temas ambientais já eram publicadas com alguma frequência, de norte a sul do País (Belmonte, 2004), sem, no entanto, configurar ainda o jornalismo ambiental como uma área de especialização. Em maio de 1972, por exemplo, a urbanização crescente mereceu uma edição especial da revista Realidade, editada pelo mesmo José Hamilton Ribeiro que havia acompanhado e descrito uma caçada na década anterior. A contaminação em Cubatão (SP), denunciada por Randáu Marques (1994), a poluição da Borregard e as manifestações da Agapan lideradas por José Lutzenberger em Porto Alegre (RS) também foram temas frequentes de matérias neste período. Na Amazônia começavam a trabalhar correspondentes de veículos da região Sudeste. Lúcio Flavio Pinto foi correspondente do *O Estado de S.Paulo* no Pará. “Em que consistia a inovação? Em expurgar do tratamento jornalístico da Amazônia o tom de exotismo, de colonialismo, de superficialidade e de preconceito da grande imprensa nacional (e internacional)” (PINTO, 2000, p.6). Outro correspondente do mesmo jornal, o jornalista Elson Martins, criou no Acre em 1978 o jornal alternativo Varadouro⁷⁹ onde registrou o início da luta de Chico Mendes. Uma nova narrativa ambiental surgia aqui, lá e acolá.

A atuação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a criação da Associação Brasileira de Jornalismo Científico (ABJC), fundada em 19 de setembro de 1977, impulsionaram significativamente o jornalismo ambiental, considerado naquela época uma subárea do jornalismo científico, status que manteve até o final dos anos 1980. “O diferencial da década de 1980 em relação a 1970 foi o aumento do volume de informações [sobre meio ambiente] e a maior presença de fontes científicas” (BARROS e LIMA, 2012, p.4). Muitos jornalistas brasileiros ainda consideram que a cobertura de meio ambiente é um jornalismo científico com pauta ambiental. A meu ver, no entanto, uma separação entre o científico e o

⁷⁹ Disponível em: <<http://www.almanacre.com/>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

ambiental começou a ser delineada no Brasil com a realização do Seminário para Jornalistas sobre População e Meio Ambiente promovido pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) entre 27 e 30 de novembro de 1989. Concordo com Barros e Lima (2012) quando afirmam que a consolidação do jornalismo ambiental se deu com os preparativos dos veículos para a cobertura da Conferência Rio 92⁸⁰.

Apesar da pequena participação, apenas 60 jornalistas, o evento realizado pela Fenaj em 1989 inspirou a formação de uma série de núcleos regionais de jornalistas interessados na área ambiental na véspera da realização da Conferência Rio 92. Um deles, o Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul (NEJRS), ativo ainda hoje, foi a plataforma de organização da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental, criada em 1998, que, por sua vez, originou duas outras articulações nacionais, os congressos brasileiros de jornalismo ambiental (Santos, 2005; Porto Alegre, 2007; Cuiabá, 2010; Rio de Janeiro, 2011; Brasília, 2013), com mostras científicas desde a terceira edição, e os encontros nacionais de pesquisadores em jornalismo ambiental (Rio de Janeiro, 2011; Porto Alegre, 2014). Randáu Marques, um dos primeiros jornalistas a se especializar na temática ambiental no Brasil, foi um dos que sempre defendeu que os jornalistas se apropriassem do conhecimento científico.

Nada contra os núcleos [de jornalismo ambiental], desde que seus integrantes também pertençam à Associação Brasileira de Jornalismo Científico, pois só com uma visão transdisciplinar do conjunto da ciência pode o jornalista conquistar a credibilidade da opinião pública, ficando por conta de seu talento decodificar as complexidades e traduzir em prosa escorreita e cativante o linguajar acadêmico, sem inquirir ou distorcer a seriedade desta. (MARQUES, 1994, p.9)

No entendimento de Liana John (2001), jornalista especializada em ciência e em meio ambiente, com atuação destacada na cobertura de temas ligados à conservação da biodiversidade, a mudança de postura dos agentes econômicos foi um fator importante para a emancipação do jornalismo ambiental brasileiro na última década do século XX.

Com a evolução da mídia ambiental – que se aproximou do jornalismo científico – e com a gradativa adaptação dos agentes econômicos aos novos tempos de tratados e convenções internacionais, tecnologias limpas, certificações, reciclagem, gestão ambiental e posturas “ecologicamente corretas”, muda completamente a relação desta imprensa especializada com o poder e com o público. A mídia ambiental passa a ser um termômetro importante, a ser consultado antes da tomada de decisões e até mesmo capaz de mudar o rumo de algumas delas. Gradativamente, o meio ambiente ganha importância e mesmo os jornalistas de formação política não puderam evitar o tema. Sobretudo aqueles com alguma experiência como correspondentes no Primeiro

⁸⁰ Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida por Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro (RJ) entre os dias 3 e 14 de junho de 1992 com a presença de representantes de 172 países e 108 chefes de estado, até hoje considerada o maior encontro político já realizado pela ONU.

Mundo, onde é mais evidente o peso atribuído ao meio ambiente na política e na economia. (JOHN, 2001, p.92)

A própria Liana John (2001) reconhece, no entanto, que apesar do jornalismo ambiental não ser mais ignorado pelos grandes jornalistas e abrir espaços bem maiores, raros são os veículos com uma seção ambiental fixa e uma equipe dedicada ao tema. No entendimento de Ricardo Arnt (1994), o meio ambiente era discriminado pelo jornalismo brasileiro. Ele relatou ter sentido este preconceito no Jornal do Brasil, na Rede Globo e na Folha de S.Paulo. Na época, primeira metade dos anos 1990, ele percebia que os jornalistas que cobriam assuntos ambientais eram pessoas mal vistas, “tratadas como defensoras do exotismo, do primitivismo, do brega, de uma visão exótica, uma mistura de naturebismo com populismo camponês” (ARNT, 1994, p.73).

Houve uma emergência das questões ambientais no Brasil no final dos anos 80, estimulada de fora para dentro. Isso gerou da parte dos editores de jornais, dos donos dos jornais, que devem ser entendidos como agentes fundamentais da modernização do Brasil, no sentido de que a imprensa exprime o discurso dos formadores de opinião pública, fora do Estado, que carregam um sentimento de modernização nacional e tentam agendar as aspirações nacionais para tentar mudar as coisas. Houve um sentimento de contrariedade muito grande de quem ignorava esses temas (e continua a ignorar até hoje e continua tratando com má vontade), por ter sido obrigado a mexer com isso por força das pressões internacionais. (ARNT, 1994, p.73-74)

A principal dificuldade para tratar dos temas ambientais no Brasil, no entendimento de Ricardo Arnt (1994), era a presença entre os proprietários e editores dos principais veículos jornalísticos de uma ideologia pró-modernização de qualquer maneira. Por isso, segundo ele, era preciso passar a abordar o meio ambiente de uma perspectiva modernizante.

Então, pegar esses temas da natureza numa perspectiva modernizante é o que vai nos colocar na agenda política, fora do exótico, fora do atraso e vai dar mais poder aos ambientalistas para mexer com isso numa política geral, em um lugar mais privilegiado na política brasileira. [...] Tudo isso que diz respeito à economia de produtos florestais, que vai bater no extrativismo, em biodiversidade, vai bater no aproveitamento de recursos naturais, tem muita gente que trabalha com isso seriamente no Brasil. Acho que isso vai se colocar cada vez mais para quem mexe com meio ambiente no Brasil e conservação. [...] Para o ambientalismo crescer na política brasileira, vai ter que se apossar dessa coisa de recursos naturais e agendá-las numa perspectiva modernizante. (ARNT, 1994, p.79)

Washington Novaes (1994) considerava que o Jornalismo brasileiro precisava discutir a natureza do crescimento econômico. “Todo crescimento econômico é desejável ou há crescimentos econômicos indesejáveis? Nós podemos escolher ou não podemos escolher?” (NOVAES, 1994, p.70). Para ele, a comunicação brasileira não vinha dando importância à contabilidade ambiental. “O mundo todo está avançando nesta questão da contabilidade

ambiental e nós estamos parados”, observou Novaes (1994, p.70) durante um debate sobre jornalismo ambiental promovido em 1994 pela Fundação SOS Mata Atlântica.

Tanto a proposta de Ricardo Arnt de tratar recursos naturais através de um viés modernizante, para que o ambientalismo conquistasse mais protagonismo político na sociedade brasileira, quanto a questão da contabilidade ambiental levantada por Washington Novaes e também a adaptação gradativa dos agentes econômicos constatada por Liana John estão em um contexto pós-Conferência Rio 92, quando começou a ganhar força o entendimento sobre a relevância dos instrumentos econômicos no enfrentamento dos problemas ambientais. As origens do que hoje se entende por economia verde estão nessa época. Na última década do século XX, o meio ambiente claramente passou a fazer parte de uma disputa de poder. O setor empresarial foi se apropriando da bandeira do ambientalismo (Belmonte, 1997) e não largou mais. Ainda naquela época, duas pesquisas de mestrado identificaram no Jornalismo sinais deste movimento de mercado.

Wladymir Ungaretti (1998) analisou o conteúdo de 235 edições do jornal Gazeta Mercantil publicadas em 1993, um ano após a Conferência Rio 92. O jornal, que até o final do século passado foi o principal diário especializado em economia do Brasil, criou uma seção específica para tratar dos temas ambientais ainda no segundo semestre de 1988. Segundo Ungaretti, a ideia para criá-la surgiu do número crescente de empresas acionadas judicialmente por desrespeitar a legislação ambiental⁸¹.

A página de meio ambiente, criada a partir do segundo semestre de 1988, sem dúvida nenhuma, constituiu-se num importante marco pois, pela primeira vez, um veículo da grande imprensa, voltado para o segmento empresarial, passou a abordar os problemas ambientais assumindo, portanto, uma posição inovadora. (UNGARETTI, 1998, p.44)

A partir da análise que realizou nas edições de 1993, Ungaretti (1998, p.106) concluiu que o jornal Gazeta Mercantil traduzia ideologicamente as questões do universo ambientalista para o universo empresarial através de uma visão empresarial ambientalizada das questões relativas à sustentabilidade, compreendida não mais como custo, mas como oportunidade de aumentar a competitividade e participar de um crescimento econômico limpo através de instrumentos baseados no mercado. Segundo o pesquisador, o jornal refletia os interesses e as

⁸¹ A Constituição Federal de 5 de outubro de 1988 é considerada um marco na legislação ambiental do Brasil. Uma das funções que ela atribuiu ao Ministério Público foi a de promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

necessidades da época de mais informações sobre o tema. A lógica empresarial da velocidade, segundo Ungaretti (1998), seria o grande desafio do ambientalismo.

Luís Fernando Angerami Ramos (1996), para avaliar a cobertura antes, durante e depois da Conferência Rio 92 fez uma análise quantitativa de matérias publicadas nas edições dos jornais Folha de S.Paulo e O Estado de S.Paulo entre 1º de junho de 1991 e 11 de julho de 1992, e nos telejornais da Rede Globo e da extinta Rede Manchete entre 4 de maio de 1992 e 11 de julho de 1992. Também realizou uma análise qualitativa em uma amostra do material quantificado. Concluiu que o interesse econômico era prioritário na mensagem ambiental que chegava aos jornais. Também considerou significativa a ocorrência de matérias que tratavam de negócios com produtos de caráter ecológico e avaliou como reduzidas as citações de fontes ligadas a organizações não governamentais, universidades e movimentos sociais. Já os telejornais, segundo Angerami (2006), abordaram o tema ambiental como questões globais, esquecendo a dimensão regional, e deram bastante destaque para as personalidades envolvidas no evento. Após a Conferência Rio 92, os problemas ambientais sumiram da pauta diária, em parte, reconheceu o pesquisador, devido ao subsequente impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello. Na sua avaliação, a cobertura foi fragmentada e dependente dos eventos ambientais realizados.

No entendimento de Regina Scharf (2004), uma das setoristas de meio ambiente do jornal Gazeta Mercantil no final do século XX, o Jornalismo costumava derrapar quando o tema era desenvolvimento econômico sustentável. Em sua avaliação, quatro eram os problemas mais frequentes: a folclorização das organizações não governamentais, consideradas como “ecoxiitas”; as temáticas vazias, transformando problemas ambientais em notícias típicas das seções de variedades; o maniqueísmo, buscando sempre conflitos do tipo “empresa versus ongs” ou “governo versus ongs”, ignorando outros lados geralmente esquecidos; e o olhar míope, sem preocupação com o contexto das ocorrências.

O que falta é vitalidade ao jornalismo sobre meio ambiente devido a não realização de grandes reportagens transversais e esta disfunção precisa ser corrigida, diagnosticou o jornalista e biólogo Eduardo Geraque (2006) depois de estudar reportagens sobre a poluição do ar publicadas, entre 2000 e 2004, nos jornais Reforma e La Jornada, da Cidade do México, e O Estado de S. Paulo e Folha de S.Paulo⁸². Segundo o pesquisador, a norma encontrada foi

⁸² Geraque utilizou em sua pesquisa de doutorado a Teoria Geral dos Sistemas de Ludwig von Bertalanffy, adaptada ao jornalismo por Edvaldo Pereira Lima.

de textos neutros, sem espaço para a criatividade estilística ou noticiosa. Na avaliação de Geraque (2006, p. 129), o comunicador deve ocupar o seu papel de mediar os conflitos sociais e não ficar em silêncio. Ter uma visão de mundo sistêmica, afirma o pesquisador, é a única forma de conseguir produzir reportagens impregnadas de transversalidade, caminho que tornaria possível o oferecimento ao leitor de toda a complexidade contemporânea. Olhar para o todo sem cortar ou reduzir, mas com o objetivo de fazer sínteses, de encontrar soluções. Ainda segundo o autor, falta à filosofia do jornalismo sobre meio ambiente discutir mais a relação homem-natureza. “O Jornalismo é feito à distância” (GERAQUE, 2006, p.150). Concordo com o jornalista-biólogo, a alteridade fica bem mais turva à distância, empobrecendo qualquer tipo de prática jornalística.

A cobertura de temas ambientais, que têm ramificações econômicas, políticas, sociológicas e de saúde pública, é uma atividade complexa (Nelson, 1994). As notícias e reportagens do jornalismo ambiental, que Geraque (2006) chama de jornalismo sobre meio ambiente, têm pelo menos quatro características comuns: a noção de risco, temas associados a processos longos, a incerteza científica e a complexidade técnica (Garcia, 2006). Todas as quatro características são incompatíveis com uma abordagem apressada e à distância, exigindo uma interpretação intensiva da atualidade em profundidade. No entanto, nem sempre há tempo e recursos financeiros suficientes para apurar uma pauta de perto com a precisão e a diversidade de olhares que os temas socioambientais exigem. As condições de produção precisam ser conquistadas. Não apenas nos veículos jornalísticos tradicionais, mantidos pelas maiores empresas de comunicação nacionais e regionais, mas também, e principalmente, nos pequenos empreendimentos.

3.3.1 Profissionalismo com engajamento

No jornalismo ambiental, o risco é um dos principais critérios de noticiabilidade. Não apenas o aumento do risco tem valor-notícia (mudança do clima, escassez de água, contaminação dos alimentos, extinção de espécies, mortandade de peixes), mas também a sua redução (energia renovável, alimentos saudáveis, transporte público eficiente, moradias ambientalmente sustentáveis, tratamento de efluentes). Os grandes problemas (aumento do risco) têm um alto valor-notícia devido ao impacto econômico e social que causam, ainda mais quando se enquadram no critério novidade (vazamento, desastres ecológicos, fraudes), mas soluções (redução do risco) também estão cada vez mais presentes no noticiário,

especializado principalmente, mas também na abordagem generalista dos temas ambientais. Em ambos os casos, no problema e na solução, a noção de risco está presente.

Como observa Traquina (2002, p. 187), a morte é um valor-notícia importante para o Jornalismo. Por isso a relevância de um desastre no mundo jornalístico é proporcional ao número de vítimas. No jornalismo ambiental, a (iminência da) morte também está presente na noção de risco, não apenas dos seres humanos, mas também das demais espécies. O aumento da taxa de desmatamento da floresta amazônica é notícia devido ao risco de destruição da maior floresta tropical do planeta, e das espécies que lá vivem, incluindo a humana. A noção de risco (reduzido) também está presente nas notícias sobre queda no nível de desmatamento da floresta ou de soluções econômicas compatíveis com a sobrevivência do ecossistema amazônico. A diferença é que no jornalismo ambiental estes temas, todos relacionados a processos longos, exigem uma abordagem diferenciada.

Este entendimento sobre a importância de mostrar o problema, com causas e consequências, e as suas soluções possíveis foi uma das questões que ajudou a demarcar o jornalismo ambiental como uma segmentação do Jornalismo no Brasil e estava na pauta do Seminário para Jornalistas sobre População e Meio Ambiente que a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) realizou em Brasília (DF) em novembro de 1989. “É evidente o papel dos meios de comunicação no aprofundamento dos debates, na fiscalização da ação dos agentes sociais (governo, comunidade e empresas) e, naturalmente, na definição de políticas para o setor ambiental”, afirmou Armando Rollemberg (1989, p.1), presidente da Fenaj na época. Os jornalistas que trabalhavam com a temática ambiental na véspera da Conferência Rio 92 discutiram nos cursos preparatórios a necessidade de mostrar não apenas a importância de preservar o meio ambiente, mas também como fazê-lo.

Este compromisso de ir além da apresentação das consequências do problema está presente também nos primeiros princípios éticos para a cobertura dos temas ambientais que foram definidos entre os dias 20 e 24 de maio de 1992, em Belo Horizonte (MG), durante o Encontro Internacional de Imprensa, Meio Ambiente e Desenvolvimento (*Green Press*), evento que integrou a programação oficial da Conferência Rio 92. O décimo princípio diz que “o trabalho jornalístico deve estar comprometido com a promoção da qualidade de vida planetária nas diversas fases de produção e veiculação da notícia”. Ainda de acordo com a

Carta de Belo Horizonte⁸³, publicada no final do *Green Press*, também seria dever da imprensa, segundo o décimo primeiro princípio, “expressar a pluralidade de pontos de vista sobre os assuntos do meio ambiente e de desenvolvimento”.

Embora existam casos em que o jornalismo ambiental é considerado apenas como uma especialidade ou especialização jornalística, relacionada à cobertura de temas ambientais, sua ideia extrapola este entendimento de ser apenas uma cobertura centrada em assuntos de meio ambiente. Obviamente ele trata de temas ambientais, mas a partir de um ponto de vista diferenciado, engajado, envolvido. Diante dos crescentes desafios socioambientais, o jornalista ambiental trabalha comprometido com a promoção da qualidade de vida planetária. Através de uma diversidade de fontes, olha além das consequências em busca das causas e soluções dos problemas ambientais. Não há apenas uma definição de jornalismo ambiental, mas este é o conceito que vem sendo desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS) criado em 2008 pela professora e pesquisadora Ilza Girardi.

O jornalismo ambiental, partindo de um tema específico (mas transversal), visa ser transformador, mobilizador e promotor de debate por meio de informações qualificadas e em prol de uma sustentabilidade plena. Para sua concretização é necessário buscar respaldo em olhares mais abrangentes, que possibilitem ver as conexões, superar a fragmentação reiterada. Fundem-se, desta forma, a natureza do jornalismo especializado com as demandas socioambientais que acabam por compor o horizonte de reflexão dos paradigmas emergentes. (GIRARDI et al., 2012, p.148)

É importante ressaltar que apesar de Geraque (2006) utilizar o termo jornalismo sobre meio ambiente em sua tese de doutorado, quando o jornalista-biólogo defende uma reportagem transversal com um papel de mediar os conflitos sociais e não ficar em silêncio, o seu jornalismo sobre meio ambiente se aproxima deste jornalismo ambiental (2012) transformador, mobilizador e promotor de debate por meio de informações qualificadas, um Jornalismo comprometido com uma cidadania ambiental. Por isso é mais do que uma simples cobertura de assuntos de meio ambiente e não vinga na algaravia e no pot-pourri do jornalismo de manada (Traquina, 2005), pois se configura mais como uma atualidade em profundidade (Beltrão, 1959).

Como explica Eloisa Beling Loose (2010, p.16), do Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS), parafraseando o título do livro *Conexões Ocultas* de Fritjof Capra (2002), o “jornalismo ambiental busca desvendar conexões ocultas que perpassam a sociedade, não se detendo unicamente no que é tido como ambiental”. Daí também porque a

⁸³ Disponível em http://www.pick-upau.org.br/mundo/carta_belo_horizonte/carta_belo_horizonte.htm.

separação com o jornalismo científico. O meio ambiente do jornalismo ambiental é um meio ambiente mais largo do que o meio ambiente do jornalismo científico, “trazendo em si os sentidos de coletividade, qualidade de vida e sustentabilidade da vida no planeta” (LOOSE, 2010, p.34). Ainda segundo a pesquisadora, ser jornalista ambiental não é apenas ser perito nos temas que envolvem o meio ambiente, exige um olhar diferenciado sobre o mundo.

Este olhar diferenciado sobre o mundo implica um jornalista ambiental que não quer apenas informar, quer informar para transformar. Este comprometimento exige uma vigilância por parte do jornalista para que ele, no afã de envolver-se com mudanças na maneira de pensar das pessoas para, assim, mudar o mundo, deixe de fazer Jornalismo. Quando um jornalista escreve ele pensa, necessariamente, em um leitor virtual, ou seja, se pergunta, para angular seu texto, para quem está escrevendo. Este sujeito imaginário é fundamental na angulação do texto. O jornalista que informa para transformar além de pensar para quem ele está escrevendo também tem em seu imaginário uma construção mental sobre como gostaria que o seu leitor fosse, como gostaria que o seu leitor agisse depois de ler o texto. No entanto, este caminho entre informação e ação não é linear.

Assim como o Jornalismo não espelha a realidade, mas participa do processo intersubjetivo de construção social da realidade, comunicação não é transmissão, mas interação. Assumir esta perspectiva interacionista tem consequências. A principal delas, a meu ver, do ponto de vista do jornalismo ambiental como profissionalismo engajado, é reconhecer que não basta divulgar uma matéria transversal, bem elaborada, com diversidade de fontes. Esta matéria, ou informação, só vai gerar ação se o seu sentido for construído em parceria com outros setores da sociedade. Para surgir, o jornalismo ambiental precisa de ativismo ecológico. Do nada dificilmente ele brota. Para fazer sentido e contribuir com alguma mudança social também. Sem alianças e parcerias na sociedade, o jornalismo ambiental até informa, mas não comunica (Wolton, 2010) e nem transforma. Lins da Silva (1986) observou algo semelhante quando discutiu as brechas da indústria cultural.

A ideologia das classes hegemônicas, que recebe uma primeira reformulação no instante em que ela é produzida no interior da indústria cultural (e aí o papel dos intelectuais é de grande relevância) passa por uma segunda reestruturação no instante em que ela é consumida (e aí o papel das instituições sociais que operam junto ao público é fundamental). As relações sociais que engendram o tipo de bem simbólico que vai ser produzido pela indústria cultural voltam a operar sobre ele quando é consumido, fechando o ciclo. (LINS DA SILVA, Carlos Eduardo, 1986, p.32)

Não há uma maneira única de compreender o jornalismo ambiental, nem apenas um caminho para transformar, mobilizar e promover debates por meio de informações qualificadas e em prol de uma sustentabilidade fundindo-se com as demandas socioambientais. Como visto no capítulo 2, atualmente existem três grandes correntes econômicas bem demarcadas no debate ambiental: uma rota neoliberal defendendo a precificação da natureza, acreditando piamente nas forças do mercado; uma proposta reformista que reconhece o uso, com moderação, dos instrumentos de mercado, mas com controle social e mudanças macroeconômicas; e uma terceira que defende a superação do capitalismo como única forma possível de se alcançar uma sociedade justa e sustentável do ponto de vista econômico, ecológico e principalmente social.

A abordagem jornalística também pode ser feita de três perspectivas: de mercado, reformista e revolucionária. A reformista se mistura ora com a de mercado, ora com a revolucionária. Já a perspectiva revolucionária, que em algumas situações flerta com a reformista, diante da neoliberal é sempre anticapitalista. O jornalismo ambiental, na perspectiva adotada nesta pesquisa, só é possível em parte das abordagens reformistas, quando os fundamentos do sistema são questionados, como o consumo e o crescimento sem limites, por exemplo, e na abordagem revolucionária. O viés comprometido totalmente com soluções de mercado não questiona o status quo, não problematiza as causas econômicas estruturais dos problemas socioambientais e, portanto, não tem como mobilizar para transformar. A defesa cega de instrumentos de mercado para resolver problemas como a escassez hídrica, a devastação das florestas, a perda de biodiversidade ou a mudança do clima não é uma abordagem do jornalismo ambiental entendido como profissionalismo engajado. Este, por definição, sempre vai questionar o sistema capitalista apontando caminhos para a sua reforma estrutural (redução do consumo, qualidade do crescimento) e/ou para a sua possível superação (novas formas de organização social).

Em veículos jornalísticos tradicionais, que fazem parte de grupos empresariais com interesses em diversos negócios, a prática do jornalismo ambiental depende quase que exclusivamente da iniciativa e do empenho profissional de jornalistas que reconheçam a importância da luta socioambiental para a promoção da qualidade de vida planetária. No entanto, com as mudanças que vem ocorrendo nos últimos anos nestas redações tradicionais, com cortes de gastos e de pessoal constantes, as condições para a realização de reportagens relevantes sobre temas socioambientais vão ficando mais escassas. Em novos projetos

jornalísticos independentes destas grandes empresas de comunicação parece haver um interesse e um envolvimento cada vez maior, com uma abordagem crítica, não apenas nos países periféricos mais afetados, mas também nos mais industrializados e ricos.

A necessidade de um Jornalismo engajado já é levada em consideração até nos Estados Unidos, onde sempre predominou a ideia de que os profissionais devem ser neutros, como se isso fosse humanamente possível. Um novo tipo de reportagem sobre meio ambiente é necessário para dar conta dos desafios ambientais do século XXI, misturando objetividade com defesa (*advocacy*) para se chegar a um jornalismo sustentável, defendeu Jim Detjen (2002), ex-presidente da *Society of Environmental Journalists*. Em artigo publicado na revista da Fundação Nieman da Universidade de Harvard, ele considerou que este casamento entre duas escolas diferentes do Jornalismo contemporâneo, a da objetividade e a de defesa (*advocacy*), seria possível através de uma abordagem além-sintomas, com reportagens que também mostrassem as causas e as possíveis soluções dos problemas. Obviamente que para elencar soluções é preciso recorrer às três correntes (a de mercado, a reformista e a revolucionária). Seus caminhos ora convergem, mas muitas vezes divergem. Uma abordagem fora de contexto apaga estas diferenças, sugerindo consensos que não existem.

A objetividade de que fala Detjen (2002) não pode ser confundida com literalidade, pois o Jornalismo é um discurso opaco e a objetividade apenas uma intenção do jornalista, um guia, um método, uma orientação para observar os fatos e os acontecimentos. Entre as três ordens consideradas por Cornu (1999), a observação, a interpretação e a narração, a objetividade deve ser entendida como método do processo de observação, nunca como sinônimo de neutralidade.

A mudança do clima é um bom exemplo para pensar a respeito. Jornalistas que cobrem os complexos temas relacionados ao assunto, levando em conta, de maneira objetiva, o conhecimento científico contemporâneo, deixam de lado a regra da suposta neutralidade segundo a qual é sempre preciso ouvir o outro lado. O que alguns chamam de contraponto. O perigo da distorção, neste caso, é justamente o equilíbrio (Eshelman, 2014) que busca no contraponto uma suposta oposição para equilibrar a abordagem. Isto porque, objetivamente, parece não haver mais o outro lado, o aquecimento global vem mesmo sendo causado por atividades humanas. Quem diz o contrário o diz para defender interesses econômicos nem sempre declarados. O jornalista que não conhece o contexto é usado em nome da suposta regra da neutralidade.

E como fica a diversidade de fontes necessária ao jornalismo ambiental neste caso em que não há mais o outro lado, pelo menos do ponto de vista científico? Nos diferentes pontos de vista sobre a gravidade do problema, que não pode mais ser negado, nas múltiplas formas de mitigação e adaptação, e ainda na arenga multilateral das negociações diplomáticas, onde os interesses que movem este jogo de poder político e econômico sempre aparecem. O outro lado deve aparecer claramente, mas apenas como parte econômica interessada.

Há ainda no Jornalismo um entendimento de que a especialização pode ser, na verdade, um risco, pois o especialista tenderia a perder a curiosidade. “Quando o jornalista especializa-se numa área, ele até pode ganhar em profundidade, mas corre o risco de comportar-se exatamente como o especialista que entrevista, ou seja, perder a curiosidade típica do leitor comum”, pondera Marília Scalzo (2003, p.55). Este risco realmente existe e para evitá-lo é preciso um policiamento constante do jornalista e de seus colegas. Por outro lado, atualmente os temas ambientais envolvem tantos interesses e tantos assuntos de complexidade técnica que um generalista enfrenta grandes dificuldades para produzir uma reportagem consistente que faça alguma diferença. A reportagem transversal, proposta pelo jornalista e biólogo Eduardo Geraque, é um trabalho especializado. Apenas engajamento e boa vontade não bastam ao jornalista ambiental. É preciso muito profissionalismo.

Quando observa o mundo com objetividade para selecionar e valorizar os acontecimentos, além da noção de risco, o jornalista ambiental também considera a noção de limite. Risco e limite estão sempre juntos no discurso do jornalismo ambiental. É a constatação da falta de limite (na emissão de poluentes, no consumo desenfreado e no lucro a qualquer custo) que estrutura o olhar crítico diante deste modelo de desenvolvimento capitalista globalizado, predador e excludente e que ajuda a observar, compreender, descrever e explicar as causas estruturais dos problemas socioambientais. Assim como é a percepção da necessidade de limites que está presente nas soluções possíveis.

Em síntese, este é o conceito (descritivo e normativo) adotado nesta pesquisa: jornalismo ambiental é uma especialização temática da atividade jornalística consolidada no Brasil na última década do século XX, mas também é um compromisso com a promoção de uma qualidade de vida planetária e com a construção social de uma realidade mais justa e ecológica. Entre suas características estão: a contextualização socioambiental, a relação risco/limite, os processos longos, a incerteza científica e a complexidade técnica. Para puxar e interpretar todos estes fios com uma abordagem transversal que vai além das consequências

em busca das causas e soluções, uma diversidade de fontes é sempre necessária. Assim como um profundo comprometimento ético com a profissão. Profissionalismo e engajamento andam juntos, em permanente tensão.

3.4 Jornalismo de revista

As condições de produção do jornalismo de revista são mais favoráveis à prática do jornalismo ambiental como descrito acima do que as condições de produção do jornalismo diário, da narrativa em cima do fato, muitas vezes em tempo real. O tempo dilatado entre uma edição e outra propicia que a atividade jornalística na revista tenha, geralmente, mais apuração, checagem e cruzamento de informações, permite que mais entrevistas sejam feitas e mais textos sejam lidos sobre o tema, assim como exige mais cuidado com a escolha das palavras, com a revisão e a edição das páginas.

As narrativas são construídas, lapidadas e buriladas buscando um modo de dizer que dá identidade à publicação. Uma revista costuma dizer de um jeito e não de outro. Os mesmos discursos são repetidos edição após edição, porém em narrativas sobre outros temas. Esta modulação é feita com esmero pelos editores, pois tal coerência discursiva diferencia e segmenta uma revista. Um leitor lê uma revista com regularidade porque já sabe como ela vai dizer o mundo. Como observa a pesquisadora Dulcília Buitoni (2013, p.111), “ler certa revista transforma seus leitores em um grupo que tem interesses comuns”.

A revista se firmou como veículo de comunicação no século XIX, acompanhando a urbanização das grandes cidades na Europa e nos Estados Unidos. Seu crescimento também é atribuído ao interesse pelo exotismo dos relatos das viagens dos pesquisadores europeus aos países colonizados para fazer mapeamentos geográficos e levantamento das riquezas naturais. Ainda segundo Buitoni (2013), a segmentação das revistas é um fenômeno mais recente surgido no século XX. De acordo com a autora, elas podem ser consideradas especializadas ou segmentadas. Enquanto a especializada se refere mais a um tema, a segmentada é voltada a um público específico.

No jornalismo de revista, segundo Schwaab e Tavares (2009, p. 182), o tema pode ser visto como um elemento que opera sentidos, atuando sobre o seu fazer. Ele não apenas diz sobre o mundo, mas também participa no como se diz.

Sob o prisma da ação temática, o jornalismo de revista, em sua relação com o tema, vê-se envolto a processos de configurações editoriais (o tema caracterizando perfis editoriais), materiais e discursivas (o tema caracterizando formatos, visualidades e textos), e de segmentação (o tema caracterizando públicos). Assim, o tema provoca ao (e no) jornalismo de revista ações que o colocam, mais que um conteúdo a ser buscado, como algo que penetra e faz parte do jornalismo que ali é feito. (SCHWAAB e TAVARES, 2009, p. 190)

O tema, segundo os autores, é constituidor do discurso. Para Marcia Benetti (2013, p.46), “o sentido sobre o que é ser contemporâneo – e, portanto, sobre o que está ultrapassado e deve ser substituído – está poderosamente inscrito no jornalismo de revista”. Nas revistas, ressalta a autora, atual é sinônimo de contemporâneo, não de novo. O principal saber produzido pelo jornalismo de revista é o de adequação ao tempo presente: “o que é contemporâneo, como vivenciar o espírito desta época e em que valores ancorar a adequação” (BENETTI, 2013, p.48). Ainda segundo a pesquisadora, a segmentação é o eixo norteador do jornalismo de revista. Como as revistas trabalham com a atualidade, precisam sempre buscar algo “novo” para voltar a falar do mesmo tema, de outra forma.

O jornalismo de revista é um discurso e um modo de conhecimento que: é segmentado por público e por interesse; é periódico; é durável e colecionável; tem características materiais e gráficas distintivas dos demais impressos; exige uma marcante identidade visual; permite diferentes estilos de texto; recorre fortemente à sinestesia; estabelece uma relação direta com o leitor; trata de um leque amplo de temáticas e privilegia os temas de longa duração; está subordinado a interesses econômicos, institucionais e editoriais; institui uma ordem hermenêutica do mundo; estabelece o que julga ser contemporâneo e adequado; indica modos de vivenciar o presente; define parâmetros de normalidade e de desvio; contribui para formar a opinião e o gosto; trabalha com uma ontologia das emoções. (BENETTI, 2013, p.55)

Ainda de acordo com Benetti (2013), o jornalismo de revista, que é complexo, diversificado e especializado, engendra olhares e percepções sobre o mundo. Para Renné França (2013, p.93), “uma revista carrega um mundo dentro de si”. E cada um destes mundos é criado pela relação entre a atualidade dos acontecimentos e das personagens e a expectativa da comunidade de leitores. O principal referente das revistas são os acontecimentos, que, segundo França (2013), são de dois tipos: os legítimos que emergem por força própria, mais comuns nos jornais diários factuais; e os legitimados, criados pela abordagem do jornalismo de revista especializado⁸⁴. “Os diferentes meios de comunicação produzem acontecimentos de acordo com as expectativas de seu público” (FRANÇA, 2013, p.97).

⁸⁴ Os acontecimentos legítimos e legitimados de Renné França (2013) são baseados nos tipos de acontecimentos de Quéré (2005): os que ocorrem independente da nossa vontade e nos caem em cima; e aqueles que provocamos e controlamos, na maior parte das vezes com objetivos estratégicos.

Ainda segundo França (2013, p.100-101), no jornalismo de revista é a pensata⁸⁵ produzida pelos editores antes da apuração das matérias que apresenta formas de seleção e organização dos referentes, buscando fechar o sentido daquilo que é apresentado, limitando o que a matéria pode abarcar. Por exemplo, diante de uma pauta sobre a crise do capitalismo, os editores elaboram uma pensata angulando a matéria para mostrar que é necessária uma reforma profunda. Diante desta pensata, a reportagem vai ao mundo buscar fontes que falem desta reforma necessária, configurando e confirmando assim o “mundo” previamente imaginado pelos editores. No entendimento de França (2013, p.105), “ao escolher o que mostrar, a revista estabelece o que não se deve ver e, assim, o que deve ser esquecido”.

A maioria das revistas jornalísticas depende de publicidade para sobreviver e enfrenta a mesma questão observada por Max Weber (2006) nos jornais do início do século XX: a existência de dois clientes com interesses nem sempre coincidentes, os anunciantes e os leitores. Sobre este conflito, Marília Scalzo (2003, p.85) lembra “que a integridade editorial não sobrevive à veiculação de anúncios que desrespeitem a sensibilidade e a inteligência ou tentem enganar a boa fé do leitor”. O jornalismo de revista e a publicidade estão presentes na revista Página 22 que apresento a seguir, finalizando este capítulo.

3.4.1 Revista Página 22: o objeto empírico da pesquisa

A revista Página 22 é o objeto empírico desta pesquisa sobre a construção do discurso da economia verde. A publicação é mensal e foi fundada em setembro de 2006 na cidade de São Paulo (SP) pelas jornalistas Amália Safatle e Flavia Pardini, por meio de uma parceria com o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-GVces). Com textos orbitando frequentemente o viés econômico dos problemas socioambientais, ela procura difundir uma visão empresarial ambientalizada⁸⁶. A origem da Página 22 foi a revista *Adiante*, iniciada em dezembro de 2005, também em parceria com a EAESP-GVces. No primeiro editorial da nova publicação rebatizada como Página 22, com o título *O futuro repaginado*, as editoras informaram que,

⁸⁵ Segundo Renné França (2013, p.95), “a pensata é diferente da pauta por ir além das propostas e possibilidades da matéria ao formatá-la de tal maneira que há um engessamento completo daquilo que pode vir a ser narrado. Na pauta, supõe-se uma ‘tese’ inicial que pode ser ou não confirmada, o que explica quando, no jargão jornalístico, a pauta ‘cai’. Porém, no caso da pensata, as pautas não podem cair, já estabelecidas de tal forma que a matéria sairá naquele formato de qualquer maneira, mesmo que depoimentos tenham de ser retirados do contexto e personagens sejam difíceis de encontrar”.

⁸⁶ Termo utilizado por Ungaretti (1998) para descrever a seção de meio ambiente do jornal *Gazeta Mercantil*.

com a saída do jornalista Luciano Martins Costa⁸⁷ da equipe original, a revista mudou de nome, mas manteve sua alma, descrita como revolucionária e disposta a questionar os paradigmas de produção e consumo.

Mais que isso: a partir da experiência acumulada nos últimos meses, a revista inaugura uma nova fase, comprometida como nunca com a linha editorial que desde o início a guiou. Página 22 - Informação para o Novo Século é o nome desta revista, em referência ao trabalho que toda a sociedade terá de fazer em busca da sustentabilidade. Página 22, portanto, é olhar mais adiante, e virar a página do modelo insustentável em que a sociedade está mergulhada. [...] Entendemos que esse rumo não poderá ser trilhado sem um veículo de imprensa no qual circulem livremente ideias e que aponte direções. Este desafio Página 22 assume de corpo e alma. (PÁGINA 22, 2006, n.1, p.3)

Os modelos econômicos só fazem sentido se promoverem o bem-estar social e a manutenção das condições naturais que garantem a vida na Terra, na visão de mundo da Página 22. Em seu site na internet⁸⁸, a revista diz ser uma publicação voltada para os dilemas do século XXI e os desafios para que a humanidade caminhe em direção ao século XXII, e informa que desde a sua fundação está se consolidando como um fórum de debates aberto a todas as partes envolvidas e interessadas nas questões de inovação e sustentabilidade e no legado que ficará para as futuras gerações. Inovação e sustentabilidade, portanto, seriam os temas em torno dos quais a revista organiza seu fórum de debates.

A revista Página 22 também defende, no item *Quem somos* de seu site, que um dos elementos mais importantes para trilhar o caminho em direção a um mundo mais sustentável é a garantia do acesso à informação de qualidade e contextualizada, assim como à discussão de alto nível sobre as intrincadas relações entre economia, meio ambiente e sociedade. Este seria o desafio da revista produzida em parceria com a EAESP-GVces e a contribuição que os parceiros envolvidos esperam dar na construção de um futuro mais sustentável. Em resposta à dúvida de muitos leitores sobre o significado do nome Página 22, a revista informou em editorial publicado em março de 2014 (n. 82), intitulado *O melhor ou o pior século*, seu compromisso com um “olhar de longo prazo, sem descuidar do presente”.

⁸⁷ Luciano Martins Costa informou, em texto divulgado na internet logo após o lançamento da Página 22, que continuaria publicando a revista *Adiante*, idealizada por ele, de forma independente. E descreveu assim o rompimento de sua parceria com a EAESP-GVces: “Foi para nós uma relação honrosa, mas que se revelou inibidora, por restrições impostas pela nova coordenação da instituição ao nosso relacionamento com o mercado” (COSTA, 2006). Na avaliação de Costa, *Adiante* foi a primeira revista brasileira de negócios e políticas públicas com a sustentabilidade como tema central. A revista não teve continuidade. Apesar do breve tempo de vida, a *Adiante* conquistou o 6º Prêmio Ethos de Jornalismo em 2006.

⁸⁸ Disponível em: <<http://pagina22.com.br/index.php/quem-somos/>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

Página, que se refere à imprensa, e 22, ao número do século que vem a seguir, discorrem sobre as ações que devem ser tomadas desde já, mas norteadas pelo futuro e pelas perguntas: aonde pretendemos chegar? Como queremos estar no futuro? (PÁGINA 22, 2014, n.82, p.4)

Quando foi lançada, em setembro de 2006, a Página 22 tinha preço de capa de R\$ 12,00. Na edição de outubro de 2007 (n.13), o valor subiu para R\$ 15,00 e foi mantido neste patamar até junho de 2011 (n.53), quando a publicação passou a ser distribuída gratuitamente. A tiragem, que foi de dez mil exemplares nos primeiros 26 números (set. 2006 – dez. 2008), baixou para cinco mil exemplares em fevereiro de 2009 (n.27) e assim se manteve até julho de 2013 (n.76). Entre agosto de 2013 (n.77) e março de 2014 (n.82), a tiragem subiu gradativamente, passando por 5.200, 5.400, 5.500 e 5.800 exemplares, patamar que se manteve até dezembro de 2014 (n.91), último exemplar analisado nesta pesquisa. Todos os números, desde o primeiro, publicado em setembro de 2006, estão disponíveis para acesso gratuito no site da revista⁸⁹ (em formato PDF). A Página 22 tem 6.466 seguidores no Twitter⁹⁰ (@pagina_22) e 7.219 curtidas em sua página no Facebook⁹¹.

Anualmente, são publicados 11 números da revista Página 22, com 48 a 52 páginas em média. Edições especiais podem chegar a 64 páginas. Os meses de dezembro e janeiro têm uma edição unificada⁹². Em cada edição mensal são publicadas pelo menos três reportagens sobre temas ligados, de alguma maneira, às questões socioambientais, geralmente tratadas pelo viés econômico. A revista não publica reportagens investigativas de denúncia. Temas polêmicos, sempre presentes na pauta da publicação, são trabalhados através de uma abordagem interpretativa (intensiva). Todo mês há ainda uma entrevista no formato pingue-pongue (pergunta e resposta), um ensaio fotográfico, colunas fixas de economistas, notas e uma seção fixa sobre economia verde⁹³, criada em abril de 2011 (n.51).

Segundo anúncio institucional oferecendo espaço publicitário, publicado em abril de 2013 (n. 73, p.51), a Página 22 é lida em nove estados brasileiros, principalmente na região Sudeste: SP (67%), RJ (8%), MG (5%), DF (4%), BA (2%), RS (2%), SC (2%), PR (2%) e PA (1%). De acordo com os dados que constam do mesmo anúncio, e em outro do mesmo

⁸⁹ Disponível em: < <http://www.pagina22.com.br/index.php/category/revista/>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

⁹⁰ Disponível em: <https://twitter.com/pagina_22>. Acesso em: 17 fev. 2015.

⁹¹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/pagina22>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

⁹² A exceção foi a edição 83, que abarcou um período de três meses (nov.2013 a fev.2014).

⁹³ Tanto a seção Economia Verde quanto a seção que a antecedeu, Clima & Economia, foram criadas pelo jornalista José Alberto Gonçalves Pereira que deixou de colaborar com a revista no segundo semestre de 2014, quando foi contratado pelo Centro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável implantado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP, na sigla em inglês) no Rio de Janeiro (RJ).

tipo publicado em abril de 2014 (n. 83, p.51), a distribuição dos leitores por gênero é equilibrada: 48% feminino e 52% masculino. Chama a atenção nas informações divulgadas o grau de escolaridade: 51% com ensino superior completo e outros 32% com mestrado ou doutorado concluído. A maioria (53%) trabalha no setor privado, 19% no setor público, 15% no terceiro setor e 6% na academia. Entre o público leitor, 32% recebem entre 10 e 20 salários, e outros 26% mais de 26 salários. A partir destas informações institucionais é possível dizer, retomando a classificação de classes de Piketty (2014), que a maioria dos leitores da revista parece situar-se na classe média (os 40% do meio, entre a base e o topo) e no décimo superior (os 10% mais ricos).

Além da parceria com a EAESP-GVces, a Página 22 nasceu com dois outros parceiros, o Banco Real (comprado em 2007 pelo Grupo Santander) e a construtora Odebrecht. O nome dos dois parceiros privados considerados fundadores constou no expediente da revista até dezembro de 2007 (n.15). A seguir, a tabela que elaborei com os principais anunciantes⁹⁴ das 61 edições da revista Página 22 analisadas durante esta pesquisa.

TABELA 1 - Principais anunciantes da revista Página 22

		Número de edições com anúncio deste anunciante
1	Santander	54
2	Itaú	27
3	Natura	27
4	Eventos empresariais	16
5	Governo Federal	15
6	FGV	15
7	Tetra Pak	12
8	Coca-Cola	10
9	Senac	8
10	Braskem	7
11	Ambev	6
12	Construtora Holcim	6
13	Toyota	4
14	Votorantin	4
15	Nestlé	4
16	Greenpeace	4
17	Instituto Ethos	4
		Total no período: 61 edições

Fonte: Principais anunciantes da revista Página 22 entre junho de 2009 (n.31) e dezembro de 2014 (n.91) segundo levantamento feito por edição (Apêndice A)

A partir da edição especial sobre a Rio+20⁹⁵, publicada em junho de 2012 (n.64), a revista Página 22 passou a contar com o apoio, informado no expediente da publicação, do

⁹⁴ Até abril de 2008 (n. 18), os anúncios da edição impressa não constavam na versão gratuita em formato PDF disponibilizada no site da revista. Eles foram incluídos a partir de maio de 2008 (n. 19).

⁹⁵ Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável realizada no Rio de Janeiro (RJ) entre 20 e 22 de junho de 2012.

Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), fundado em outubro de 2009 por lideranças do movimento socioambiental brasileiro, empresários e acadêmicos⁹⁶. Uma das fundadoras foi Marina Silva, que depois seria candidata à Presidência da República⁹⁷. A parceria durou até maio de 2014 (n.84), totalizando 21 dos 61 números analisados nesta pesquisa. Segundo o IDS, o apoio possibilitou participação direta no processo de elaboração das pautas da publicação, conforme consta em seu relatório de prestação de contas de 2013.

A parceria com a Revista Pagina 22 consolidou-se! Participamos das reuniões de pauta, escrevemos briefings com sugestões de temas para os artigos, trabalhamos em conjunto com o pessoal da Página. O resultado pode ser observado nas 6 últimas edições de 2013. A ideia era ter a Página 22 como um ator relevante para a construção do conteúdo da Plataforma [Brasil Democrático e Sustentável] e conseguimos. (INSTITUTO DEMOCRACIA E SUSTENTABILIDADE, 2014, p.38)

Após o término da parceria com o IDS, a Página 22 contou com o apoio da Fundação Konrad Adenauer, ligada ao partido União Democrata Cristã da Alemanha, na edição de julho de 2014 (n.86), e da organização científica não governamental Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), na edição de novembro de 2014 (n.90), duas entidades que tem fomentado debate sobre reforma fiscal verde no Brasil. No contexto da construção do discurso da economia verde na revista Página 22, tema desta pesquisa, chama a atenção esta parceria com a fundação da democracia cristã alemã, pois outra fundação de linha política mais à esquerda, a Heinrich Böll, ligada ao Partido Verde, também da Alemanha, foi uma das entidades que mais fomentou debates críticos à economia verde no Brasil, antes, durante e depois da Conferência Rio+20 realizada em junho de 2012 no Rio de Janeiro (RJ), posição que apresentei no final do Capítulo 2, item 2.2, através do pensamento de Camila Moreno, ex-coordenadora de sustentabilidade da fundação ligada aos verdes. A tentativa de parceria da Página 22 com a democracia cristã alemã e não com os verdes sugere uma opção política mais ao centro e menos à esquerda.

Desde a sua criação, a Página 22 já recebeu diversos prêmios de jornalismo especializado. A reportagem “As partes e o todo”, de autoria de Flavia Pardini, uma das fundadoras da revista, publicada em maio de 2008 (n.19), venceu o Prêmio Itaú de Finanças Sustentáveis. Eleita em 2011 o Veículo do Ano Especializado em Sustentabilidade pelo Conselho Consultivo do Prêmio Jornalistas&Cia/HSBC, a Página 22 também já conquistou

⁹⁶ Disponível em: <<http://www.idsbrasil.net/pages/viewpage.action?pageId=17989840>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

⁹⁷ Nas eleições de 2010 quando concorreu pelo Partido Verde, Marina Silva obteve quase 20% dos votos válidos. Em 2014, concorrendo pelo Partido Socialista Brasileiro, a candidata não passou para o segundo turno.

duas vezes o Prêmio Chico Mendes de Jornalismo Socioambiental, na categoria “Melhor revista com temática socioambiental, cidadania e sustentabilidade”, uma iniciativa do Instituto de Pesquisa e Responsabilidade Sócio Ambiental Chico Mendes (Inpra). E com a matéria “Apoio ao empreendedorismo”, escrita pela jornalista Gisele Neuls, publicada na seção Economia Verde em julho de 2012 (n.65), a revista recebeu o prêmio de Melhor Reportagem de Revista no Prêmio ABF Afras Destaque Sustentabilidade 2013, concedido pela Associação Franquia Sustentável (Afras), braço social da Associação Brasileira de Franchising (ABF). Todas estas premiações sugerem que a Página 22, que se apresenta como um fórum de debates sobre inovação e sustentabilidade, é uma publicação especializada em ambientalismo empresarial reconhecida pelo mercado.

Em 2011, quando a seção Economia Verde foi criada na revista Página 22, dois meses após a publicação do relatório do PNUMA *Rumo a uma economia verde* (discutido no item 2.2), o jornalista Ricardo Arnt lançou a segunda edição do livro *O que os economistas pensam sobre sustentabilidade*, cuja primeira edição tinha sido publicada em 2010. Quinze economistas⁹⁸ formadores de opinião, dois deles colunistas da revista Página 22 (José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay), foram entrevistados sobre temas ambientais abordados do ponto de vista do pensamento econômico. O termo economia verde nunca foi citado, apesar de uma pergunta, comum a todos os entrevistados, versar sobre a economia de baixo carbono. Um dos entrevistados, Eduardo Giannetti, chegou a fazer referência ao livro *Blueprint for a green economy* (BARBIER et al, 1989), discutido no item 2.1 do capítulo Economia e Meio Ambiente, mas apenas para comentar sobre o anexo que os autores incluíram com diversas definições de desenvolvimento sustentável (ARNT, 2011, p.75). Este livro sugere que, em 2010, economia verde não era um termo de uso comum, nem mesmo entre os economistas.

O termo economia verde foi utilizado pela primeira vez na revista Página 22 no texto da reportagem principal da edição de junho de 2009 (n.31), com a seguinte manchete de capa: *O mundo em crise pede um novo capitalismo*. Escrita pela editora Amália Safatle, a reportagem defende a ideia de que o sistema capitalista, plástico, múltiplo e dinâmico, “comportaria uma nova lógica de consumo e produção capaz de promover prosperidade nos limites que o ambiente impõe. Essa mudança, entretanto, precisa antes ser objeto de um desejo coletivo” (SAFATLE, 2009, p.17). É esta abordagem reformista, influenciada

⁹⁸ Antonio Delfim Netto, André Lara Resende, Edmar Bacha, Eduardo Giannetti, Luciano Coutinho, Gustavo Franco, José Roberto Mendonça de Barros, José Eli da Veiga, Luiz Gonzaga Belluzzo, Maílson da Nóbrega, Aloizio Mercadante, Sérgio Besserman Vianna, Persio Arida, Luiz Carlos Bresser-Pereira e Ricardo Abramovay.

principalmente pela Economia Ecológica, que orienta editorialmente a revista Página 22 e que prevalece no discurso construído sobre a economia verde, como mostrarei na apresentação dos resultados desta pesquisa. A análise discursiva que realizei inicia-se nesta reportagem de capa, estendendo-se até a edição de dezembro de 2014 (n.91), abarcando, assim, cinco anos e seis meses da publicação. Meus gestos de leitura são explicados no item 4.2 do próximo capítulo que trata da Análise do Discurso.

4 ANÁLISE DO DISCURSO

Condenado a ser exato,
 quem dera poder ser vago,
 fogo-fátuo sobre um lago,
 ludibriando igualmente
 quem voa, quem nada, quem mente,
 mosquito, sapo, serpente.

Condenado a ser exato
 por um tempo escasso,
 um tempo sem tempo
 como se fosse o espaço,
 exato me surpreendo,
 losango, metro, compasso,
 o que não quero, querendo.

Paulo Leminsky (1991)

O poema *Mais ou menos em ponto* na epígrafe deste capítulo pode ser lido como a descrição do trabalho de um jornalista especializado em temas ambientais obrigado, por ofício, a buscar a explicação mais precisa e simples possível para conceitos complexos. De um lado a condenação à exatidão expressa na “necessidade de traduzir em prosa escorreita e cativante o linguajar acadêmico, sem inquirar ou distorcer a seriedade” científica, como ressaltou Randáu Marques (1994, p.9). De outro lado a angústia de lidar com a objetividade como aparato de controle da profissão, sabendo que mesmo com “losango, metro, compasso” o sentido é como “fogo-fátuo sobre um lago”, surgindo de um bailado entre interlocutores em uma língua que tem em sua natureza a falha, o lapso e a polissemia. A falta que define a espécie humana também está presente nesta construção intersubjetiva dos sentidos abrindo brechas no discurso.

A capacidade de transformação deste bailado entre interlocutores parece estar mais nesta sua característica de escapar ao controle, de deslizar, esfumaçar-se e resistir do que na sua faceta estável, segura e logicamente estabilizada do “losango, metro, compasso”. Na perspectiva desta pesquisa, o discurso é efeito de sentidos entre locutores e não existe sem sujeito como lugar de significação historicamente constituído (ORLANDI, 1996a). A língua, neste viés, não é apenas um meio, mas um campo de forças (PÊCHEUX, 2011, p.119). Um campo de forças estratégico para o capitalismo.

Para estudar a construção do discurso da economia verde na revista *Página 22*, tema desta pesquisa, o aparato teórico-metodológico mobilizado foi a Análise do Discurso (AD) de linha francesa. Teoria materialista dos sentidos (FERREIRA, 1998), ela se constituiu no final

dos anos 1960 a partir do trabalho do filósofo francês Michel Pêcheux (1938-1983). A AD adota uma perspectiva não subjetiva da subjetividade, uma subjetividade que é historicamente determinada (INDURSKY, 1998). Pela análise do funcionamento discursivo, Pêcheux objetivava explicitar os mecanismos de determinação histórica dos processos de significação (BERTI-SANTOS, 2013, p.209). Após sua morte, seu legado foi praticamente abandonado na França, mas se consolidou no Brasil graças ao esforço de pesquisadoras como Eni Orlandi.

A Análise do Discurso, que se desenvolve no Brasil, com seus deslocamentos, tem seu objeto próprio, o discurso, e é capaz de praticar uma teoria não subjetiva do sujeito, em que o sentido resulta de processos de significação que não se prendem à literalidade, mas derivam da inscrição de palavras e expressões em formações discursivas que são reflexo de formações ideológicas. Considera-se que há uma relação constitutiva entre o texto e a situação, suas condições de produção, que incluem também o sujeito. Sai-se do positivismo da estrutura e instala-se em uma posição materialista, a que privilegia a ideia de processo, e de articulação entre estrutura e acontecimento. Em que ganha corpo a noção de funcionamento, de movimento, de práxis teórica. (ORLANDI, 2014, p.38)

Influenciado pelo estruturalismo linguístico, Michel Pêcheux deslocou os conceitos de língua, historicidade⁹⁹ e sujeito. Uma parte deste sujeito é encontrada na Psicanálise de Jacques Lacan (1901-1981), a outra na releitura do materialismo histórico proposta por Louis Althusser (1918-1990). O sujeito do discurso, esquecido até então, passa a ser visto como um sujeito desejante, um sujeito do inconsciente, que também é um “sujeito assujeitado, materialmente constituído pela linguagem e devidamente interpelado pela ideologia” (FERREIRA, 2003, p.40).

O sujeito do discurso vai, então, colocar-se estratégica e perigosamente entre o sujeito da ideologia (pela noção de assujeitamento) e o sujeito da psicanálise (pela noção de inconsciente), ambos constituídos e revestidos materialmente pela linguagem. Como se vê, a Análise do Discurso ao construir a categoria teórica do sujeito o faz, desde o início, pautando-se por uma singularidade que a torna muito peculiar. O sujeito do discurso não é apenas o sujeito ideológico marxista-althusseriano, nem apenas o sujeito do inconsciente freudo-lacaniano; tampouco, não é apropriado afirmar que esse sujeito seja uma mera adição entre essas partes. O que vai fazer a diferença desse sujeito é o papel de intervenção da linguagem, na perspectiva de materialidade linguística e histórica que a AD lhe atribui. (FERREIRA, 2003, p.40)

O sujeito discursivo na perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa não é, portanto, uma forma de subjetividade, mas um lugar que ele ocupa para ser sujeito do que diz. De acordo com Pêcheux (1995, p.261), a produção de sentido é parte integrante da interpelação do indivíduo em sujeito, na medida em que, entre outras determinações, o sujeito

⁹⁹ Segundo Orlandi (2001, p.68), “historicidade é o acontecimento do texto como discurso, o trabalho dos sentidos nele. Sem dúvida, há uma ligação entre história externa e a historicidade do texto (trama de sentidos nele) mas essa ligação não é direta, nem automática, nem funciona como uma relação de causa-e-efeito”.

é “produzido como causa de si” na forma-sujeito do discurso, sob o efeito do interdiscurso. Faltas, falhas e brechas fazem parte do processo.

Poderíamos dizer ainda que, assim como o equívoco tem um papel estruturante em relação à língua, a falta tem a mesma função em relação ao sujeito. Indo mais além: sabemos que o sujeito é feito de linguagem, mas não de linguagem linear, e sim, torção (como a rasura, a falta, a falha). A língua seria, justamente, a torção da linguagem que se dá numa cultura determinada e por aí torna-se reveladora dos sujeitos. E por que, como sabemos, por intermédio de Pêcheux, que *não há ritual sem falhas*, esse ritual de assujeitamento da cultura também deixaria brechas por onde emergiriam com força as singularidades. (FERREIRA, 2011, p.63)

Ser assujeitado, explica Ferreira (2003, p.43), é ser “alçado à condição de sujeito, capaz de compreender, produzir e interpretar sentidos”. Nesta perspectiva discursiva não há separação entre sujeito e objeto, como ressalta Orlandi (2014, p.109). Segundo Ferreira (1998, p.206), “os sentidos são produto de uma construção linguística e histórica que passa por um processo social no qual os sujeitos determinam e são determinados”. Quando diz algo sobre a economia verde o jornalista esquece ou simplesmente não percebe que outro já disse o mesmo em outro lugar. Também esquece que o dito poderia ter sido dito de outra maneira, e a escolha de dizer de um jeito e não de outro implica sempre silenciar sobre algo. Quem enxerga a economia verde como solução diz (e silencia) de um jeito que não é o mesmo de quem a entende como problema ou de quem a compreende como desnecessária e, portanto, sem sentido no capitalismo globalizado (predador e concentrador de riquezas). O sentido de um enunciado deriva, desliza, desloca-se.

[...] “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro [...] Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise do discurso”. (PÉCHEUX, 2006, p.53)

A posição que o sujeito que diz assume (imagina para si) em uma formação discursiva condiciona o sentido do que ele diz, assim como a imagem do receptor imaginado por ele. Da mesma forma, a posição assumida (imaginada) pelo sujeito que lê condiciona a construção do sentido do que é lido por ele, assim como a imagem do emissor que ele cria (quem é ele para falar assim comigo?). Quando um jornalista escreve sobre algo imagina que está escrevendo para alguém. Nesta antecipação, ele projeta uma representação imaginária do receptor e, a partir desta formação imaginária, estabelece sua estratégia discursiva. Por exemplo, se um jornalista ambiental escreve defendendo a importância da economia verde para acabar, através de um mercado regulado, com a devastação ecológica ele imagina que escreve ou para quem

pensa como ele (o “clube” dos convertidos), ou para alguém que discorda desta posição, e, portanto, precisa ser convencido, ou ainda para outro sem posição formada sobre o assunto imaginado pelo jornalista como um convertido em potencial. A imagem que os participantes desta arenga fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro condiciona o processo discursivo.

Para Pêcheux (1995, p.161), o processo discursivo é um sistema de relações de substituição, paráfrases, sinónimas, etc., que funcionam entre elementos linguísticos – “significantes” – em uma formação discursiva dada. Não é, porém, um ritual sem falhas, como já ressaltou Ferreira (2011).

Apreender até seu limite máximo a interpelação ideológica como ritual supõe reconhecer que não há ritual sem falhas; enfraquecimento e brechas, “uma palavra por outra” é a definição da metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estiliza no lapso [...] (PÊCHEUX, 1995, p.300-301)

Informar e engajar para transformar são os objetivos do jornalismo ambiental, segundo conceito que vem sendo construído pelo Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS), como expliquei no capítulo anterior. Nesta disputa de subjetividades para informar e engajar, o discurso é efeito de sentidos. O sujeito e o sentido se constituem ao mesmo tempo (ORLANDI, 2014, p.46). A questão da constituição do sentido se junta à questão da constituição do sujeito (PÊCHEUX, 1995, p.153).

As palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem. Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.). (PÊCHEUX, 1995, p.160, grifos do autor)

Nesta sua definição de formação discursiva Pêcheux entende que há uma determinação “pelo estado da luta de classes”. Ainda faz sentido falar em luta de classes em meados da segunda década do século XXI? Não seria esta uma forma *démodé* ou até panfletária de olhar para o mundo capitalista (predador e concentrador de riquezas)? Segundo Belmira Magalhães (2013), há na sociabilidade atual uma tentativa de ressaltar o consenso apagando para isso as contradições sociais.

Tentam-se apagar as contradições sociais, principalmente as determinações de classe, que respondem pelo lugar das formações ideológicas a que se filiam os discursos, exaltando o consenso como forma básica da sociabilidade. [...] O confronto entre posições sociais e ideológicas diferentes passa a ser visto como forma obsoleta de relações. Foge-se dos debates que apontam a radicalidade da luta de classes e as

contradições viram apenas oposições que podem ser sanadas com ações que não ameacem o lugar do dominante, mas que “aparecem” como mudança para o dominado que permanece no mesmo lugar. (MAGALHÃES, 2013, p.205)

Apesar do confronto entre posições sociais e ideológicas ser visto como uma forma obsoleta de relações por uma parte da sociedade, na literatura técnica especializada as classes sociais ainda aparecem como categorias de análise. Como já foi mencionado, Piketty (2014), economista inglês nada *démodé* e nada panfletário alinhado a uma posição reformista da economia global, descreve o capitalismo no livro *O capital no século XXI* como um sistema econômico com três classes sociais: as classes populares (os 50% que compõe a base da distribuição de renda); as classes médias criadas no século XX (os 40% do meio, entre a base e o topo); e as classes superiores (os 10% do topo). Dizer que não faz mais sentido pensar o capitalismo também através de uma *luta de classes* seria o mesmo que aceitar que entre estas três classes descritas por Piketty não há interesses conflitantes. O que não é verdade.

Além destas três classes sociais que fazem parte da metodologia de análise do economista inglês – populares, médias e altas – descrevi no capítulo 2 três formas distintas de compreender a economia verde. A primeira delas pelo viés da Economia Ambiental alinhada com o pensamento econômico hegemônico (que poderia chamar também de classes altas) que acredita piamente nas forças do mercado (que a beneficiam) e por isso, segundo esta visão, basta precificar tudo que o problema (das externalidades ambientais) estaria resolvido, com muito lucro para os que já lucraram muito e concentram cada vez mais riqueza. A outra é a Economia Ecológica (que poderia chamar de classes médias) que entende o mercado funcionando com limites para não destruir tudo e não concentrar toda a riqueza na mão de poucos. E por fim, mas não menos importante, o Ecologismo Popular que levanta a bandeira dos explorados e alijados do processo de acumulação de riquezas no capitalismo globalizado (que poderia chamar de classes populares).

A partir destas avaliações econômicas entendo que a *luta de classes* da definição de formação discursiva formulada por Pêcheux não pode ser desprezada e deve ser mantida com uma compreensão contemporânea dos conflitos que dá a conhecer. Não há dominação sem resistência observou acertadamente Pêcheux (1995). Na construção do discurso da economia verde há também uma *luta de classes*.

Se, na história da humanidade, a revolta é contemporânea à extorsão do sobre-trabalho é porque a luta de classes é o motor dessa história. E se, em outro plano, a revolta é contemporânea à linguagem, é porque sua própria possibilidade se sustenta na existência de uma divisão do sujeito, inscrita no simbólico. (PÊCHEUX, 1995, p.302)

Como observou Navarro (2006, p.73) comentando a releitura da obra de Karl Marx (1818-1883) feita por Althusser, um dos professores de Pêcheux, “a base econômica faz surgir a divisão de classes na sociedade, e conseqüentemente, as relações de dominância e de dominação entre elas”. Para uma minoria que acumula cada vez mais riqueza rapinando a natureza parece estar tudo bem assim. Outros entendem que para terem acesso também a uma parte mais significativa do dote da natureza o capitalismo precisa ser imediatamente reformado (através de uma economia verde) evitando uma devastação global. Enquanto grupos cada vez mais organizados têm certeza que o único caminho possível e necessário é a superação do atual modo de produção. “Os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 1995, p.161).

O sentido sempre pode ser outro. Pela ideologia, naturaliza-se o que é produzido pela história: há transposição de certas formas materiais em outras, isto é, há simulação (e não ocultação de conteúdos) em que são construídas transparências (como se a linguagem não tivesse sua materialidade, sua opacidade) para serem interpretadas por determinações históricas que aparecem, no entanto, como evidências empíricas. [...] Desfaz-se, assim, uma concepção “conteudista” de ideologia (como ocultação), pensando-se seu funcionamento. Produz-se uma inversão: a ideologia não oculta, ao contrário, produz a evidência à qual se prende o sujeito, em suas ilusões, tanto a de ser origem do sentido, como a da literalidade, a ilusão referencial, isto é, a de que há uma relação termo-a-termo entre linguagem, pensamento e mundo. Em suma, ideologia é uma prática que tem sua materialidade, o discurso. Sujeitos e sentidos são afetados pela relação do inconsciente com a ideologia. (ORLANDI, 2014, p.39)

Ainda sobre a ideologia, Orlandi (1996a, p.48) ressalta que se trata de uma prática significativa, efeito da relação do sujeito com a língua e com a história; sujeito entendido como lugar historicamente (interdiscurso) constituído de significação.

Faz parte do mecanismo elementar da ideologia, que é a interpelação do indivíduo em sujeito, o apagamento dessa opacidade que é a inscrição da língua na história para que ela signifique: o sujeito tem de inserir seu dizer no repetível (interdiscurso, memória discursiva) para que seja interpretável. Esse é também um dos aspectos da incompletude e da abertura do simbólico: esse dizer que é uma coisa aberta, mas dentro da história. No efeito da transparência, o sentido aparece como estando lá, evidente. Nesse domínio discursivo, não se está no sujeito psicológico empiricamente coincidente consigo mesmo. O sujeito é uma “posição” entre outras. O modo pelo qual ele se constitui em sujeito, ou seja, o modo pelo qual ele se constitui enquanto posição não lhe é acessível. Esse é o efeito ideológico elementar. Correlatamente, a linguagem também não é transparente, nem o sentido evidente. (ORLANDI, 1996a, p.48)

As duas ordens do real - real da língua e real da história – apagadas na interpelação do indivíduo em sujeito devem ser compreendidas pelo analista de discurso. No discurso língua e história estão imbricadas. Por isso se diz que “o objetivo da AD é compreender como um

texto funciona, como ele produz sentidos, sendo ele concebido enquanto objeto linguístico-histórico” (ORLANDI, 1996a, p.56). A língua significa porque a história intervém.

[...] no estudo da semântica discursiva, o que nos interessa é a ordem da língua, enquanto sistema significante material, e a da história, enquanto materialidade simbólica. Reconhecemos, desse modo, uma relação entre duas ordens: a da língua, tal como a enunciamos, e a do mundo para o homem, sob o modo da ordem institucional (social) tomada pela história. O lugar de observação é a ordem do discurso. (ORLANDI, 1996a, p.45)

É nessa conjugação necessária entre a língua e a história que o discurso produz a impressão de realidade. Ainda segundo Orlandi, “em análise de discurso não se trabalha com as evidências, mas com o processo de produção de evidências” (ORLANDI, 1996a, p.44). Mas para as palavras fazerem sentido é preciso que elas já signifiquem através de um efeito de exterioridade: o sentido lá. “Sendo a língua um sistema sujeito a falhas, que se inscreve na história para significar, aí é que intervém a questão da relação com a exterioridade” (ORLANDI, 2014, p.68).

Esta exterioridade discursiva é trabalhada pela noção de interdiscurso. Algo fala sempre antes, em outro lugar e independentemente (PÊCHEUX, 1995), fornecendo a cada sujeito a sua realidade enquanto sistema de evidências e de significações percebidas-aceitas-experimentadas. A exterioridade intervém na textualidade. É o que se chama de discursividade. “É no discurso que o homem produz a realidade com a qual ele está em relação” (ORLANDI, 1996a, p.39). Segundo Pêcheux (1995, p.167), “o interdiscurso enquanto pré-construído fornece a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como ‘sujeito falante’, com a formação discursiva que o assujeita” (PÊCHEUX, 1995, p.167).

Quando se fala em exterioridade em AD também se leva em consideração as condições de produção entendidas como o conjunto dos elementos que cerca a produção do discurso (FIGARO, 2012, p.22). Segundo Orlandi (2001, p.30), “podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico”. Para Brandão (2004, p.105), “elas constituem a instância verbal de produção do discurso: o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam e a imagem que fazem de si, do outro e do referente”.

Trabalhamos com o *processo de produção* de sentidos que faz movimentar-se a *rede de constituição* de sentidos (interdiscurso). E aí está investida a historicidade tanto pensada em termos de condições de produção (imediata e em sentido lato),

projetando-se em suas formações imaginárias, como a memória discursiva em suas filiações. Isto que eu chamaria de o “outro” (condições de produção), mas também o “Outro”: interdiscurso, memória discursiva, a que se estrutura pelo esquecimento. Essa memória, constituída pelo esquecimento, o interdiscurso, em que *alguma coisa fala antes, em outro lugar e independentemente*, tem parte no funcionamento da ideologia. Liga ao real da história e ao real da língua. (ORLANDI, 2014, p.70, grifos da autora)

Assim como o interdiscurso e as condições de produção, a forma-sujeito é outra noção-conceito fundamental na AD. Segundo Pêcheux, é através dela que o sujeito do discurso se identifica com a formação discursiva que o constitui. A forma-sujeito “tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso¹⁰⁰, isto é, ela simula o interdiscurso no intradiscurso, de modo que o interdiscurso aparece como o puro ‘já-dito’ do intradiscurso, no qual ele se articula por ‘co-referência’” (PÊCHEUX, 1995, p.167). Como observa Brandão (2004, p.81), a forma-sujeito é “o sujeito que passa pela interpelação ideológica ou, em outros termos, o sujeito afetado pela ideologia”. É a forma-sujeito que realiza a incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso configurando uma unidade (imaginária) ao sujeito, sua identidade presente-passada-futura.

Em uma forma-sujeito diversas posições são ocupadas pelo sujeito discursivo, é o que em Análise do Discurso se chama de posição-sujeito, noção-conceito fundamental nesta pesquisa. Sendo o sujeito uma posição entre outras, quando o lugar de onde o sujeito fala (posição-sujeito) muda o sentido do discurso também muda. Esse sujeito que se define como “posição”, explica Orlandi (1996a, p. 49), “é um sujeito que se produz entre diferentes discursos, numa relação regrada com a memória do dizer (o interdiscurso), definindo-se em função de uma formação discursiva na relação com as demais”. Na análise do discurso jornalístico identificar estas posições do sujeito é fundamental, pois, como observa Berger (1998, p.188), “o discurso jornalístico só existe porque seu conteúdo provém de outros lugares, já que ele é um discurso de mediação dos campos sociais”. Navarro (2006, p.78) salienta que o discurso não é somente lugar de alianças, mas também de confrontos, de sobreposição de vozes. E Schwaab e Zamin (2014) observam acertadamente que uma das características do Jornalismo é ser um espaço de seleção.

O modo como o Jornalismo interage e fala sobre os demais campos tem a ver com as suas próprias características como espaço de seleção e de construção de um acervo de conhecimentos e lugar de circulação de sentidos, a partir das escolhas do que é dito e

¹⁰⁰ Segundo Ferreira (2005, p.18), intradiscurso é o “simulacro material do interdiscurso, na medida em que fornece-impõe a ‘realidade’ ao sujeito, matéria-prima na qual o indivíduo se constitui como sujeito falante numa determinada formação discursiva que o assujeita. Ao pensarmos o discurso como uma teia a ser tecida podemos dizer que o intradiscurso é o ‘fio do discurso’ de um sujeito”.

do que é silenciado, de quem participa ativamente na definição deste conhecimento e de quem não está presente. (SCHWAAB e ZAMIN, 2014, p.55)

Dependendo do acontecimento, matéria-prima do Jornalismo, ele começa a ser construído discursivamente bem antes que ele de fato aconteça. O sentido do acontecimento é pré-configurado por diferentes sujeitos em um discurso jornalístico. Caso da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Dois anos antes de sua realização, o discurso sobre a economia verde, um dos temas centrais deste acontecimento, começou a ser construído pela revista Página 22. Este movimento prévio foi observado por Pêcheux (2006) quando ele analisou o deslocamento de sentido da expressão esportiva *On a gagné* (ganhamos) usada na descrição jornalística da vitória política de François Mitterrand nas eleições do dia 10 de maio de 1981.

O confronto discursivo sobre a denominação desse acontecimento improvável tinha começado bem antes do dia 10 de maio, por um imenso trabalho de formulações (retomadas, deslocadas, invertidas, de um lado a outro do campo político) tendendo a prefigurar discursivamente o acontecimento, a dar-lhe forma e figura, na esperança de apressar sua vinda... [...] (PÊCHEUX, 2006, p.20)

Na mesma reflexão feita por Pêcheux (2006) no artigo *Discurso: estrutura ou acontecimento*, ele considera que todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação das suas redes e trajetos. Um discurso constitui ao mesmo tempo um efeito de filiações sócio históricas de identificação e um trabalho de deslocamento no seu espaço mais ou menos consciente, pois também é atravessado por determinações inconscientes. Em função disso não há uma identificação plenamente bem sucedida, não há uma “ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma ‘infelicidade’ no sentido performativo do termo – isto é, no caso, por um ‘erro de pessoa’, isto é, sobre o outro, objeto de identificação” (PÊCHEUX, 2006, p.57).

Como existe um trabalho de deslocamento e a identificação a filiações sócio históricas nunca é plenamente bem sucedida, a formação discursiva não pode ser vista como uma camisa de força do discurso. Há deslizamentos e ambiguidades. No entendimento de Schwaab e Zamin (2014, p.54), “a formação discursiva é heterogênea por natureza e organiza blocos discursivos, mas com bordas permeáveis”. Para Ferreira (1998) a ambiguidade não deve ser vista como um problema, mas como um lugar de resistência e de diferença.

Convém reconhecer que não se pode dizer tudo na língua. E este mecanismo de indeterminação abre brechas para a ambiguidade, que é uma propriedade intrínseca fundamental das línguas naturais (assim como a paráfrase), inscrita na dialética da unicidade e da pluralidade. Longe de encarar a ambiguidade como um “problema”,

como um fato linguístico “negativo”, ela deve ser vista como um lugar de resistência, um lugar de diferença com o sistema e um modo de se perceber melhor o sujeito que a produz e/ou detecta. [...] Pelo viés da falta e do indefinido é que se dão os deslizamentos e as rupturas que fazem e desfazem sentidos. (FERREIRA, 1998, p.207)

Ainda segundo Ferreira (1998), a Análise do Discurso de linha francesa procura compreender o modo como um objeto simbólico produz sentidos desvendando a historicidade contida na linguagem, em seus mecanismos imaginários. A pesquisadora ressalta que o sujeito não é a fonte do sentido porque “o sentido se forma por um trabalho da rede de memória; sujeito e sentido não são ‘naturais’, ‘transparentes’, mas determinados historicamente e devem ser pensados em seus processos de constituição (em sua contradição e espessura)” (FERREIRA, 1998, p.202). É por isso que nesta perspectiva se diz que a língua, a história e o sujeito se entrelaçam no discurso. A paráfrase e a polissemia fazem parte deste processo.

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco. Essas são duas forças que trabalham continuamente o dizer, de tal modo que todo discurso se faz nessa tensão: entre o mesmo e o diferente. Se toda vez que falamos, ao tomar a palavra, produzimos uma mexida na rede de filiação dos sentidos, no entanto, falamos com palavras já ditas. E é nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já-dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam. (ORLANDI, 2001, p.36)

Em uma leitura parafrástica (mais do mesmo) o reconhecimento (reprodução) do sentido é dado pelo autor; já em uma leitura polissêmica há uma atribuição de múltiplos sentidos ao texto (ORLANDI, 1996b, p.200), pois o sentido vagueia como um “fogo-fátuo sobre um lago”. No entanto, como observa Ferreira (1998, p.208) acertadamente, a leitura tende a ser múltipla, plural e ambígua, “mas não será nunca ‘qualquer uma’”.

Os produtos jornalísticos disponibilizam, segundo Navarro (2006, p.75), uma constelação de enunciados que recorta o arquivo. Ainda segundo o pesquisador, “são discursos que se inserem em meio a outros tantos já ditos e vão formando uma rede interdiscursiva, constituída de retomadas, de réplicas ou deslocamentos de elementos discursivos inseridos numa formação discursiva”. O arquivo citado por Navarro é um conceito trabalhado por Foucault e também por Pêcheux que ajuda a compreender a construção do discurso da economia verde na revista Página 22, tema desta pesquisa.

Na densidade das práticas discursivas existem sistemas que Foucault (1987, p. 148) chamou de arquivo. É ele que instaura os enunciados como acontecimento (tendo condições e domínio de aparecimento) e coisa (possibilidade e campo de utilização). O arquivo, segundo Foucault, diferencia os discursos em sua existência múltipla e os especifica.

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas; ele é o que faz com que não recuem no mesmo ritmo que o tempo, mas que as que brilham muito forte como estrelas próximas venham até nós, na verdade de muito longe, quando outras contemporâneas já estão extremamente pálidas. O arquivo não é o que protege, apesar de sua fuga imediata, o acontecimento do enunciado e conserva, para as memórias futuras, seu estado civil de foragido; é o que, na própria raiz do enunciado-acontecimento e no corpo em que se dá, define, desde o início, o *sistema de sua enunciabilidade*. O arquivo não é, tampouco, o que recolhe a poeira dos enunciados que novamente se tornaram inertes e permite o milagre eventual de sua ressurreição; é o que define o modo de atualidade do enunciado-coisa; é o sistema de seu funcionamento. Longe de ser o que unifica tudo que foi dito no grande murmúrio confuso de um discurso, longe de ser apenas o que nos assegura a existência no meio do discurso mantido, é o que diferencia os discursos em sua existência múltipla e os especifica em sua duração própria. (FOUCAULT, p. 149, grifo do autor)

Em *Arqueologia do Saber*, o autor também ressalta que o arquivo não tem o peso da tradição, e nem também é o esquecimento acolhedor que abre a qualquer palavra nova o campo de exercício de sua liberdade. Segundo Foucault (1987, p.150), “entre a tradição e o esquecimento, ele [o arquivo] faz aparecerem as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente. É o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados”.

Já para Pêcheux (2010), uma leitura interpretativa do arquivo (capítulo 2), entendido como campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão (a economia verde), já é uma escritura. Na avaliação do autor, “[...] conflitos explícitos remetem em surdina clivagens subterrâneas entre maneiras diferentes, ou mesmo contraditórias, de *ler o arquivo*” (PÊCHEUX, 2010, p.51, grifo do autor). Na *Análise do Discurso de linha francesa*, perspectiva teórica que orienta esta pesquisa, “o deslize, a falha e a ambiguidade são constitutivos da língua” (PÊCHEUX, 2010, p.57). Não há, portanto, um sentido legítimo das palavras, nem das expressões e nem dos enunciados. A ambiguidade é da natureza do discurso. E, também, da leitura-escritura do arquivo.

Na análise do discurso da economia verde construído pela revista Página 22 mobilizo diretamente três noções-conceito da Análise do Discurso de linha francesa. A formação discursiva é a primeira delas, aqui compreendida como aquilo que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada (determinada pelo estado da luta de classes). Identifiquei apenas uma formação discursiva, que chamei de *jornalismo ambiental reformista*. Longe de ser uma camisa de força do discurso, ela se caracteriza por uma tensão constante entre (quatro) posições-sujeito. Posição-sujeito - entendida como o lugar historicamente constituído de significação de onde o sujeito fala - foi a segunda noção-conceito mobilizada diretamente nesta pesquisa. A paráfrase como retorno aos mesmos espaços do dizer (mais do mesmo) é a terceira noção-conceito. Ela foi utilizada para mapear as redes parafrásticas de cada posição-sujeito.

As demais noções-conceito apresentadas neste capítulo são fundamentais para entender o funcionamento da formação discursiva, das posições-sujeito e das redes parafrásticas. Entre elas: o discurso (como efeito de sentidos entre locutores); o sujeito discursivo (materialmente constituído pela linguagem e devidamente interpelado pela ideologia); a ideologia (como prática significativa cuja materialidade é o discurso); o interdiscurso (como algo que fala sempre antes, em outro lugar e independentemente; o já dito); a forma-sujeito (o sujeito afetado pela ideologia); e o próprio arquivo (como campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão). Antes de apresentar a metodologia da análise discursiva realizada nesta pesquisa, reviso a seguir alguns trabalhos que também utilizaram a AD para estudar o funcionamento do discurso jornalístico sobre meio ambiente.

4.1 Análise do discurso jornalístico sobre meio ambiente

A Análise do Discurso de linha francesa é um dos aparatos teóricos utilizados no Brasil para estudar a produção de sentidos do jornalismo ambiental. Como na pesquisa sobre o desenvolvimento sustentável no discurso jornalístico de meio ambiente do caderno JB Ecológico (do extinto Jornal do Brasil editado no Rio de Janeiro) e do suplemento AN Verde (encartado no jornal A Notícia de Joinville) realizada por Míriam Santini de Abreu (2006), relatada no livro *Quando a palavra sustenta a farsa*. A pesquisadora, partindo de uma explicação sobre o jornalismo ambiental do editor do JB Ecológico na época, jornalista Hiram Firmino¹⁰¹, em que ele afirma que a proposta do jornalismo ambiental é revolucionária e

¹⁰¹ Antes do JB Ecológico, Hiram Firmino editava o suplemento O Estado Ecológico, publicado mensalmente no jornal Estado de Minas. Ele já foi Secretário Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte (1987-1988) e

subversiva, entendeu que na verdade o discurso construído silenciava vozes locais e estava alinhado com os valores do capitalismo. “Apesar de se considerar ‘revolucionário’, o jornalismo ambiental, nos casos analisados, reproduz a lógica capitalista, pela qual tudo é ou pode vir a ser tratado e vendido como mercadoria”, concluiu Abreu (2006, p.167).

A pesquisadora, que dá a entender que não conhece os discursos anteriores de Firmino, que o colocaram entre os pioneiros do jornalismo ambiental brasileiro contemporâneo, desconhece que ele sempre foi adepto de uma postura reformista, e que o revolucionário dele é, na verdade, a reforma do capitalismo defendida pela Economia Ecológica. O revolucionário de Firmino só faz sentido frente ao conservadorismo que impera no pensamento econômico hegemônico. Enquanto o sentido de revolucionário para Abreu (2006) é o de superação do capitalismo, próxima do Ecologismo Popular. Ao problematizar o jornalismo ambiental, sua pesquisa sobre o discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável acabou mostrando a necessidade de considerar o ponto de vista a partir do qual o jornalismo ambiental diz defender mudanças econômicas.

Outra contribuição importante de Abreu (2006) foi a identificação de redes parafrásticas formadas para nomear conceitos e práticas associadas ao desenvolvimento sustentável, movimento que motivou a identificação das redes parafrásticas em torno da economia verde nesta pesquisa sobre a construção do discurso da economia verde na revista Página 22. Estudando seis edições da revista Vida Simples publicadas em 2009, Gisele Dotto Reginato (2011) também identificou famílias parafrásticas com três visões distintas sobre o consumo, cada uma delas dentro de uma formação discursiva que a pesquisadora chamou de *individual, ambiental e politizada*.

A identificação de uma ou mais formações discursivas é um dos procedimentos utilizados nas pesquisas que utilizam a Análise do Discurso de linha francesa para estudar discursos jornalísticos sobre meio ambiente. Na pesquisa de Abreu (2006), por exemplo, a formação discursiva *ecoempresarial* foi uma das identificadas durante o estudo. Analisando títulos, editoriais e reportagens das revistas Terra da Gente, Mãe Terra, Sustenta e Aquecimento Global nas edições publicadas em 2008, Eloisa Loose (2010) identificou três formações discursivas: a *ecossocial* circunscrita na formação ideológica “a Terra é um bem de todos”; a *ecotecnocrática* que estaria circunscrita a uma formação ideológica chamada de

“crescimento econômico”; e a *naturalista* circunscrita em uma formação ideológica que a pesquisadora identificou como a da “natureza intocada”.

A *ecologia contemporânea* foi a única formação discursiva identificada pelo pesquisador Reges Schwaab (2011) na pesquisa que realizou para estudar o discurso jornalístico sobre meio ambiente em reportagens de capa de cinco revistas da Editora Abril - Veja, Exame, Superinteressante, National Geographic Brasil e Vida Simples - escritas sob o selo do Movimento Planeta Sustentável (MPS) entre 2007 e 2008. De acordo com o autor, “discurso é processo em curso, não cabendo pensá-lo como um conjunto de textos. O que o caracteriza é ser uma prática, uma forma de intervenção no mundo” (SCHWAAB, 2011, p.52). O discurso das revistas foi lido pelo analista a partir do entendimento de que toda formação discursiva “é heterogênea por natureza e organiza blocos discursivos, como famílias, mas com fronteiras permeáveis” (2011, p.70). No estudo de Schwaab (2011, p.128), a formação discursiva *ecologia contemporânea* “é marcada pela questão da sustentabilidade como discurso ideal, matriz propulsora, como principal valor e que permite operar aderências e refutações”. Há neste processo a formação de redes interdiscursivas.

Olhar para o jornalismo pelo viés da linguagem, portanto, será pensá-lo enquanto formador de redes interdiscursivas, por meio de retomadas, réplicas, atualizações e deslocamentos de outros tantos já-ditos, de dizeres oriundos de campos diversos. Essa processualidade é marcada pela posição que os sujeitos do campo jornalístico ocupam, condicionando as condições de produção discursivas e definindo o quadro enunciativo que engloba o seu dizer. (SCHWAAB, 2011, p.65)

Em seu gesto de leitura, Schwaab (2011) identificou ainda cinco posições-sujeito assumidas no interior da formação discursiva *ecologia contemporânea*: novo capitalismo; salvação tecnológica; capitalismo sustentável; ineficiência brasileira / eficiência estrangeira; e conservacionismo como valor. A seguir descrevo os procedimentos metodológicos que utilizei na realização desta pesquisa para analisar a construção do discurso da economia verde na revista Página 22.

4.2 Procedimentos metodológicos

Quando a revista Página 22 foi lançada, em setembro de 2006, estudos de impacto internacional vinham sendo divulgados com argumentos que prepararam o terreno para o PNUMA lançar a Iniciativa Economia Verde, em outubro de 2008, como já demonstrei no item 2.2 desta pesquisa. Um destes estudos foi a *Avaliação Ecológica do Milênio*, que mostrou, em 2005, que 15 dos 24 serviços dos ecossistemas mundiais examinados já estavam

degradados ou em vias de degradação, sugerindo alguns instrumentos de mercado para reverter o problema, entre eles o pagamento pelos serviços ambientais prestados pela natureza. Pois a *natureza em serviço* foi o tema da reportagem de capa de estreia da revista, escrita pela editora Amália Safatle, problematizando a proliferação de instrumentos de pagamento por serviços ambientais.



Ilustração 1: Capa da primeira edição da Página 22

Temas que passaram a ser associados à economia verde tais como serviços ecossistêmicos e mercados de carbono estão na pauta da publicação mantida em parceria com a EAESP-GVces desde o seu primeiro número (Ilustração 1). Diversos poderiam ser os recortes para analisar a construção do discurso da economia verde na revista Página 22. O recorte que escolhi, entre os vários possíveis, foi analisar o discurso nos textos com a ocorrência do termo economia verde publicados antes, durante e depois da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada no Rio de Janeiro entre os dias 20 e 22 de junho de 2012. O termo - utilizado como critério para o recorte das sequências discursivas do corpus desta pesquisa – é entendido sem um sentido estático pré-definido, mas como um elemento da linguagem em funcionamento, com variabilidade semântica (KRIEGER e FINATTO, 2004).

A reportagem de capa sobre o futuro do capitalismo publicada em junho de 2009 (n.31), quando o termo economia verde foi usado pela primeira vez em um texto da revista Página 22, foi o meu ponto de partida. Esta pesquisa abarcou cinco anos e seis meses, até dezembro de 2014 (ed. 91). As 61 edições publicadas neste período foram analisadas a partir da reprodução digital da versão impressa disponibilizada gratuitamente no site da revista em formato PDF. Após uma primeira leitura geral das edições, as ocorrências do termo economia verde foram confirmadas pela ferramenta *Localizar* do programa Acrobat Reader.

Este primeiro gesto de leitura mostrou que o termo economia verde ocorreu 441 vezes (Apêndice B) em 53 das 61 edições analisadas (entre os números 31 e 91), em 10 partes diferentes da revista: editorial¹⁰², seção¹⁰³ Clima & Economia, seção Economia Verde, reportagem¹⁰⁴, entrevista¹⁰⁵, notas¹⁰⁶, capa, artigo¹⁰⁷, sumário e expediente. Optei por excluir as ocorrências nos artigos, sumário e expediente, priorizando o texto jornalístico. Com isso o número de ocorrências do termo economia verde diminuiu de 441 para 358.

O gráfico a seguir mostra a ocorrência do termo economia verde no período analisado, de junho de 2009 (n.31) até dezembro de 2014 (n.91). A linha em azul registra a ocorrência total (441 vezes), a linha em vermelho a ocorrência parcial (358), sem artigos, sumário e expediente, que utilizei para fazer o primeiro recorte de sequências discursivas. O gráfico mostra três períodos distintos: uma ocorrência crescente antes; um pico de 64 ocorrências durante o acontecimento jornalístico Conferência Rio+20 devido à edição especial de 64 páginas; e um declínio depois. Identifiquei mudanças no discurso nestes três períodos distintos, como mostrarei no próximo capítulo.

¹⁰² Editorial é o texto onde a revista apresenta a sua opinião.

¹⁰³ Seção é um espaço fixo criado em revistas para abordar um tema específico. Na Página 22, a seção Clima & Economia passou a se chamar Economia Verde.

¹⁰⁴ Reportagem é uma narrativa jornalística sobre um acontecimento ou problematização que busca interpretar com profundidade a pauta tratada a partir de diferentes pontos de vista.

¹⁰⁵ A entrevista considerada nesta pesquisa é aquela feita em profundidade com uma única fonte e publicada no formato pergunta e resposta.

¹⁰⁶ Notas são informações rápidas sobre determinados assuntos. Na revista Página 22 algumas notas chegam a ter o tamanho de uma matéria, narrativa jornalística menos abrangente do que uma reportagem por apresentar um número restrito de pontos de vista.

¹⁰⁷ Os artigos na revista Página 22 geralmente são assinados por economistas.

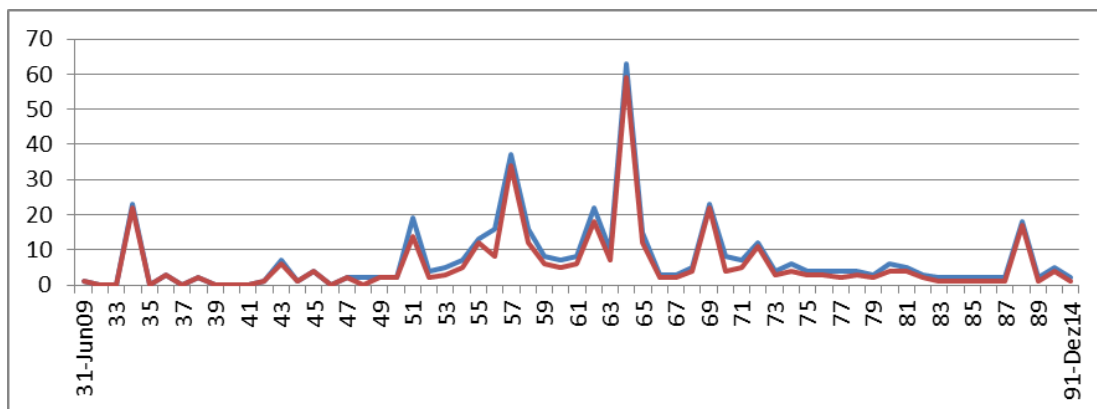


Gráfico 1 – Ocorrência do termo economia verde na revista Página 22 (dados do Apêndice B)

As seqüências discursivas que compõe o corpus desta pesquisa foram recortadas dos textos onde o termo economia verde foi usado (linha vermelha no gráfico), com quatro exceções. Nestes cinco anos e seis meses analisados, o termo economia verde foi utilizado em oito editoriais (publicados nos números 36, 53, 55, 58, 62, 64, 65 e 88). No entanto, decidi incluir na análise mais quatro editoriais por tratarem de assuntos diretamente ligados ao tema desta pesquisa: o do número 31 (fala da reforma do capitalismo na edição em que o termo foi utilizado pela primeira vez na Página 22); o do número 57 (comenta a entrevista do economista José Eli da Veiga sobre economia verde); o do número 82 (revista reafirma seu compromisso com o olhar de longo prazo, sem descuidar do presente); e o do número 90 (defende um mundo de baixo carbono, uma das paráfrases de economia verde).

A segunda exceção foi a seção Clima & Economia, publicada entre junho de 2010 (n.42) e março de 2011 (n.50). O termo economia verde ocorreu em cinco das nove edições, no entanto todas foram analisadas porque esta seção mudou de nome e passou a ser chamada de Economia Verde. Portanto, achei necessário incluir na análise seqüências discursivas das nove edições desta seção que deu origem a seção Economia Verde da revista Página 22.

A seção Economia Verde, que substituiu a antiga seção Clima & Economia a partir de abril de 2011 (n.51), foi a terceira exceção. Até dezembro de 2014 (n.91), a seção teve 40 edições. Ela só não circulou na edição especial de junho de 2012 (n.64), mês de realização da Conferência Rio+20, quando toda a revista abordou o tema economia verde. Nestas 40 edições, o termo economia verde foi usado em textos de dez edições da seção Economia Verde. No entanto, todas as manchetes publicadas da coluna nas 40 edições foram incluídas na análise, mesmo as das 30 edições em que o termo não apareceu nos textos, porque o título Economia Verde no alto da página tem o efeito de ampliar a rede parafrástica construída pela

revista em torno da economia verde. Tudo que é publicado em uma seção com o nome Economia Verde se refere, segundo a revista, diretamente ao tema.

A quarta e última exceção ocorreu nas capas. Nas 61 edições analisadas, o termo economia verde foi utilizado em apenas duas capas. No entanto, mais três foram incluídas na análise por se referirem diretamente ao tema desta pesquisa, a construção do discurso da economia verde na revista Página 22.

Depois de analisadas as 61 edições (disponíveis no Anexo A em DVD) publicadas entre junho de 2009 (n.31) e dezembro de 2014 (n.91), 371 sequências discursivas foram recortadas de 136 textos publicados em 54 edições (Apêndice C). A ocorrência do termo economia verde foi o critério principal de seleção dos textos. As quatro exceções expliquei acima. A seguir está a tabela com o nome dado aos sete tipos de sequências discursivas, com as siglas criadas para melhor organizar o corpus e a quantidade de sequências recortadas.

TABELA 2 – Corpus da pesquisa

Sequências discursivas dos editoriais de opinião	SD-O	48
Sequências discursivas da seção Clima & Economia	SD-CE	31
Sequências discursivas da seção Economia Verde	SD-EV	149
Sequências discursivas de reportagens	SD-R	57
Sequências discursivas de entrevistas	SD-E	57
Sequências discursivas de notas	SD-N	24
Sequências discursivas de capa	SD-C	5
Total		371

Fonte: Quadro de sequências discursivas recortadas da revista Página 22 (Apêndices C e D)

Para facilitar a formatação e manipulação do corpus, cada um dos sete tipos de sequência discursiva recebeu uma numeração própria, todos começando do número um: SD-O 1, SD-CE 1, SD-EV 1 e assim por diante. Nos casos em que várias sequências discursivas foram recortadas de um único texto, elas foram numeradas em ordem crescente. Por exemplo: SD-E 1.1, SD-E 1.2, SD-E 1.3 e assim por diante. As referências bibliográficas de cada sequência discursiva estão no Apêndice D.

As 371 sequências discursivas recortadas estão no Apêndice L (DVD). Nos apêndices E, F, G, H, I, J e K estão o recorte do segundo gesto de leitura feito nas sequências discursivas após a identificação de quatro posições-sujeito presentes na formação discursiva *jornalismo ambiental reformista* que orienta o discurso construído pela revista Página 22, com predomínio dos sujeitos engajado e crítico. Neste segundo recorte identifiquei ainda três momentos: antes, durante e depois do acontecimento Conferência Rio+20. Também fiz um mapeamento das redes parafrásticas. A seguir, os resultados encontrados.

5 DISCURSOS CONSTRUÍDOS

Meus gestos de leitura durante esta pesquisa de mestrado foram guiados por um objetivo geral: compreender que sentidos são produzidos quando o discurso da economia verde é construído pela revista Página 22. Nesta empreitada, estabeleci três objetivos específicos: identificar as posições ocupadas pelos sujeitos que dizem no processo de construção do discurso da economia verde; mapear a rede parafrástica produzida antes, durante e depois da Conferência Rio+20 para construir o discurso da economia verde; e, a partir da análise do discurso da economia verde construído na Página 22, problematizar limites e possibilidades do jornalismo ambiental.

O discurso da economia verde é construído na revista Página 22 entre as bordas permeáveis (SCHWAAB e ZAMIN, 2014) da formação discursiva (FD) *jornalismo ambiental reformista*. A maioria das pesquisas sobre jornalismo ambiental que dialogam com a Análise do Discurso de linha francesa identifica mais de uma formação discursiva. Nesta pesquisa, no entanto, realizada em um corpus recortado de uma revista especializada em jornalismo ambiental e segmentada buscando um público interessado em discutir inovação e sustentabilidade de um ponto de vista empresarial ambientalizado, apenas uma formação discursiva foi identificada. Esta regularidade sugere, a meu ver, um intenso processo de edição dos textos, característica do jornalismo de revista, como já mencionado.

A FD encontrada é a manifestação discursiva da formação ideológica *capitalista reformista* que orienta editorialmente a revista Página 22. A formação discursiva do *jornalismo ambiental reformista* regula um discurso jornalístico especializado - profissional e engajado - que informa visando reformar do capitalismo. Partindo de um tema específico e transversal (a economia verde), um discurso é construído para transformar, mobilizar e promover o debate por meio de informações qualificadas em prol de uma sustentabilidade plena que para ser alcançada precisa de instrumentos de mercado. Nesta formação discursiva, a economia verde só pode e deve ser dita através de um ponto de vista empresarial ambientalizado. As vozes que questionam a reforma verde ou o próprio capitalismo estão presentes, mas são permanentemente silenciadas.

Na formação discursiva *jornalismo ambiental reformista*, a economia verde é uma reforma possível, necessária e inevitável do capitalismo. Este posicionamento reformista da revista Página 22 produz efeitos de sentido ao longo de todo discurso presente nos textos

publicados durante os cinco anos e seis meses estudados nesta pesquisa. A seguir, apresentarei as alianças e confrontos entre as quatro posições-sujeito mobilizadas na produção de sentidos em torno da economia verde.

5.1 As posições-sujeito

Dentro das bordas permeáveis (SCHWAAB e ZAMIN, 2014) desta formação discursiva *jornalismo ambiental reformista*, o sujeito interpelado pela ideologia (como prática significativa cuja materialidade é o discurso) *capitalista reformista* assume quatro posições-sujeito sobrepondo vozes que falam de lugares distintos, ora estabelecendo alianças, ora entrando em confronto. Dois destes lugares de fala se destacam: a posição do sujeito engajado em uma reforma verde estrutural do capitalismo; e a posição do sujeito crítico que percebe problemas e resistências neste processo de transição defendido pela revista Página 22 sempre buscando reafirmar, a partir da constatação de problemas, que eles podem e devem ser superados. Duas outras posições-sujeito aparecem: a posição do sujeito cético, que entende que a economia verde é apenas uma maquiagem do capitalismo e como tal precisa ser desmascarada; e a posição do sujeito conservador que de onde fala não vê necessidade de reformas estruturais no capitalismo.

Apesar da fala ser pouco concedida tanto para o sujeito cético quanto para o sujeito conservador, eles estão presentes na formação imaginária do discurso da economia verde da revista Página 22. Como nesta sequência discursiva do editorial da edição especial que circulou no mês da Conferência Rio+20 onde o sujeito engajado defende a economia verde como solução referindo-se ao sujeito cético que a questiona (em outro lugar, fora da revista).

Pivô de um embate entre alas da sociedade civil e a ONU, a economia verde, um dos temas centrais da Rio+20, precisa ser vista não como problema, mas como instrumento a ser usado com inteligência em busca das soluções. Temerosos de que seja apenas uma casca para esverdear os velhos processos de sempre, sem trazer modificações de fundo, muitos veem na economia verde a representação do mal. (SD-O 8.2)

Os muitos que veem a economia verde como a representação do mal (sujeito cético) estão presentes em todo o discurso construído pela Página 22, mas raramente tem voz. Em situação discursiva semelhante está também o sujeito conservador. Este “diálogo” aparece em sequências discursivas de todos os gêneros jornalísticos estudados nesta pesquisa, não apenas nos editoriais (que trazem a opinião explícita da publicação), mas também nas seções, reportagens, entrevistas, notas e também nas capas.

Para o economista Hugo Penteado, um ávido pensador sobre a economia verde, “a questão não é se precisamos de mais ou menos Estado, mas, sim, de todas as esferas com sua atuação complementar, vigilante, solidária entre as partes. Trocando em miúdos, todas as experiências com extremos (total liberalismo ou total controle estatal) redundaram em fracasso. Precisamos de um equilíbrio”, ele comentou, por email. (SD-CE 6.1)

Mas o mundo real também contempla uma agenda de impasses no período preparatório à Rio+20. Um dos temas mais polêmicos nessa agenda é a aplicação na economia verde das regras da Organização Mundial do Comércio. Por exemplo, o Acordo de Barreiras Técnicas ao Comércio da OMC proíbe a imposição de padrões nacionais que atrapalhem o comércio internacional. Entretanto, muitos países já possuem seus próprios padrões de eficiência energética para uma gama ampla de produtos. É legítimo proibi-los de exportá-los justamente num momento em que a economia mundial trava luta insana para se tornar mais eficiente sob o ponto de vista energético e ambiental? (SD-EV 1.7)

No primeiro enunciado acima, da seção Clima & Economia, o ávido pensador - voz do sujeito engajado na defesa da economia verde – mostra o caminho do equilíbrio (reformista) aos dois extremos, o sujeito conservador (total liberalismo) e o sujeito cético anticapitalista (total controle estatal). No segundo enunciado, recortado da seção Economia Verde, o sujeito engajado evocando o mundo real da Organização Mundial do Comércio busca convencer o sujeito conservador de que a luta insana travada pela economia mundial (capitalista) pode ser ganha através da economia verde. Na próxima sequência discursiva, retirada de uma das reportagens estudadas, o sujeito engajado se dirige ao sujeito cético sem dar-lhe voz.

Mas, para ganhar adesão, a economia verde precisará superar a relevante antipatia que conquistou em alguns círculos. Os críticos apontam que o novo conceito apenas confere pinceladas de verde sobre o mesmo sistema insustentável de produção e consumo. Em manifesto recente, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) afirma que é preciso “resistir ao ambientalismo de mercado”. (SD-R 8.1)

A relevante antipatia dos que são contra a economia verde (sujeito cético) é mencionada sem maiores explicações. Nem um trecho do “manifesto recente” foi reproduzido. O leitor da revista foi informado apenas que eles pretendem resistir ao ambientalismo de mercado. Neste fórum de debates sobre inovação e sustentabilidade que a revista Página 22 diz organizar, os que não comungam das ideias do ambientalismo de mercado nem sempre são bem-vindos. Nesta pergunta a seguir, recortada de uma das entrevistas analisadas, o sujeito engajado se refere ao sujeito cético tentando antecipar a possibilidade de um consenso e de um acordo mínimo em torno da economia verde na Conferência Rio+20 que estava por vir.

Há ainda muito desentendimento sobre um dos temas centrais da Conferência, que é a economia verde. A expressão é entendida de variadas formas e, para boa parte da sociedade civil, a leitura é que se trata de pintar de verde o *business as usual*, com objetivo de perpetuá-lo como está. Outras vozes mais radicais entendem que, por trás do conceito economia verde, está a intenção de “mercantilização da vida”. Sem que haja – em primeiro lugar – um mínimo consenso sobre a definição de economia verde e – em segundo lugar – um mínimo acordo sobre economia verde, o que se pode esperar da Rio+20? (SD-E 11.2)

Os radicais que questionam a mercantilização da vida cometem um pecado, discordam dos instrumentos de mercado defendidos pela revista e assim são interpelados a todo o momento por esta ideologia reformista que reafirma permanentemente que é preciso pensar soluções pragmáticas dentro do mercado capitalista, pois fora disso nada se pode esperar. O PNUMA é o grande aliado da revista neste discurso. O já-dito pelo PNUMA é constantemente atualizado como voz autorizada a falar a respeito.

O relatório Rumo a uma Economia Verde: Caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza, elaborado pelo Pnuma, vem sendo considerado, entre especialistas, como o melhor apanhado sobre economia verde já feito. Está disponível na íntegra em unep.org/greeneconomy. (SD-N 2.1)

O sujeito cético e o sujeito conservador não tem voz neste enunciado acima, recortado de uma nota da revista, mas é para eles que o sujeito engajado está falando quando informa que o relatório do PNUMA é o melhor apanhado (interdiscurso) sobre economia verde e reforça o efeito de sentido criado atribuindo a avaliação a especialistas, portanto, aos que conhecem o tema, e para fazer isso frisa os “especialistas” entre vírgulas. Na sequência discursiva a seguir, recortada de uma das capas estudadas, o sujeito engajado fala diretamente com o sujeito conservador: “Capitalismo sob revisão - O *mainstream* começa a refletir sobre os limites do sistema (SD-C 3.1)”.

O *mainstream* é quem manda na economia mundial, é o poder hegemônico, são os principais bancos, as grandes corporações multinacionais (muitos destes atores econômicos são anunciantes da revista Página 22, como já mencionado). Se até eles começam a refletir sobre os limites do sistema capitalista, então a economia verde deve realmente ser possível, necessária e inevitável. Este é o efeito de sentido construído por esta manchete de capa para engajar o sujeito conservador que não acredita na necessidade de reformas estruturais na macroeconomia. Nesta arenga, ou luta de classes, o *mainstream* conservador é convidado a se engajar nas novas soluções de mercado verde; enquanto os anticapitalistas não são

especialistas (em ganhar dinheiro) e, portanto, teriam muito pouco a dizer neste debate reformista sobre inovação e sustentabilidade promovido pela revista Página 22.

A participação do sujeito cético e do sujeito conservador é acessória no discurso da economia verde construído pela revista Página 22, é uma presença que tem apenas a função de ajudar a produzir o sentido de um processo possível, necessário e inevitável, mas que não chega a ter força para romper completamente as bordas permeáveis da formação discursiva *jornalismo ambiental reformista* e deslizar para uma formação discursiva própria. O lugar de fala do sujeito engajado predomina. O sujeito crítico é seu aliado. É uma voz que ganha o direito de fala para problematizar, sem, no entanto, questionar sua possibilidade, necessidade ou inevitabilidade. Problematiza para contribuir com o processo de construção do discurso da economia verde como uma reforma possível, necessária e inevitável do capitalismo.

A fala do sujeito engajado se confunde com a fala de um militante, ou de um assessor de imprensa¹⁰⁸. É a voz do sujeito crítico (que problematiza) que traz efetivamente o discurso jornalístico para dentro do discurso da revista Página 22. É esta aliança discursiva (reformista) entre o sujeito engajado (a economia verde é o caminho) e o sujeito crítico (existem pedras no caminho), interpelando a todo o momento o sujeito cético (a economia verde é o problema) e o sujeito conservador (a economia verde não é necessária), que permite identificar o discurso de um jornalismo ambiental profissional e engajado no corpus analisado, apesar do papel acessório atribuído ao sujeito cético e ao sujeito conservador. No quadro a seguir, apresento sequências discursivas com as quadro posições-sujeito.

Quadro 1: As posições-sujeito na formação discursiva *jornalismo ambiental reformista* da revista Página 22

	<p>Remodelar e aprimorar o atual sistema capitalista-democrático é possível, mais que isso, inevitável. (SD-O 1.4)</p> <p>Um novo capitalismo está para ser acordado com base no baixo carbono [...] em uma <u>economia verde</u> que está para florescer. (SD-O 2.3)</p> <p>Recuperando noções desenvolvidas há décadas, eles [economistas renomados] alertam para a necessidade de tratar a economia como um subsistema do ambiente natural e apontam para um capitalismo "de limites". (SD-O 7.3)</p> <p>Na verdade, este é o início da transição entre o velho e o novo modelo. Seja de produção, seja de consumo, seja de governança. [...] Tecer outros formatos de governança com tantos e variados atores é um dos maiores desafios na transição para uma nova economia. (SD-O 9.2)</p>
--	---

¹⁰⁸ Um assessor de imprensa atua em defesa do interesse particular de um cliente. Já o jornalista profissional pauta sua atuação em defesa do interesse público, e por isso tem a obrigação de problematizar e abordar criticamente os acontecimentos e os problemas contemporâneos.

<p>Engajado A economia verde é a reforma possível, necessária e inevitável do capitalismo.</p>	<p>Contra a maré pessimista, a favor da <u>economia verde</u> (SD-CE 2.3)</p> <p>Quem apostar em adaptação agora será beneficiado pelo mercado no futuro, diz economista (SD-CE 6.3)</p> <p>O futuro do mercado de carbono - Pouco se sabe o que pode acontecer nas negociações internacionais sobre mudança climática. Mesmo assim, a compra e venda de créditos continuarão a crescer (SD-CE 8.1)</p> <p>“O relatório do Pnuma é um excelente primeiro passo para estabelecer um conceito mais amplo de <u>economia verde</u>, mas é apenas o primeiro passo”, pondera Aron Belinky [...] (SD-EV 1.3)</p> <p>Como turbinar os investimentos responsáveis no Brasil (SD-EV 7.5)</p> <p>Itaú incluirá clima no cálculo de risco (SD-EV 19.3)</p> <p>Os bancos verdes superam os convencionais, segundo estudo (SD-EV 20.3)</p> <p>Mais empresas lucram com sustentabilidade (SD-EV 22.2)</p> <p>As voltas que o mundo dá. Plástico, múltiplo e dinâmico, o sistema capitalista comportaria uma nova lógica de consumo e produção capaz de promover prosperidade nos limites que o ambiente impõe. Essa mudança, entretanto, precisa antes ser objeto de um desejo coletivo (SD-R 1.2)</p> <p>As forças, embora ainda não identificadas por todos, convergem para uma nova economia. A afirmação de que “a Idade da Pedra não acabou por falta de pedra” virou o mais novo bordão. Mas é ainda preciso ecoá-lo, principalmente em um país onde ouvidos estão voltados para as promessas eleitoreiras do petróleo do pré-sal. (SD-R 2.9)</p> <p>Para dar a guinada necessária dentro do prazo limitado que temos à disposição, vamos precisar pisar na tábua e nos desfazer o quanto antes de uma porção de segmentos econômicos ambientalmente perdulários para colocar em seu lugar modelos inovadores. É disso que deve tratar o debate em torno da (goste-se ou não do termo) “<u>economia verde</u>”, que será uma das pautas da Rio+20. (SD-R 14.1)</p> <p>Esse é um ponto fundamental. Para mim, a revolução em torno do desenvolvimento mais sustentável é um massivo investimento em educação, ciência, tecnologia e inovação de uma <u>economia verde</u>. Não estamos falando de nada desconectado do nosso dia a dia. Precisamos, sim, saber traduzir isso de forma a ser mais compreensível pelo cidadão comum. Não é preciso ser um iniciado nas artes da sustentabilidade para entender que bicho é esse, para saber que não é ser contra o desenvolvimento, contra a prosperidade, mas que é outra qualidade de estar. (SD-E 2.2)</p> <p>O desenho de uma <u>economia verde</u>. O consenso em torno da urgência de uma nova economia, que opere dentro dos limites da natureza, parece cada vez mais consistente. O problema que se apresenta agora é decidir como pôr a ideia em prática. (SD-N 4.1)</p> <p>O mundo em crise pede um novo capitalismo (SD-C 1.1)</p>
	<p>[...] Enquanto a eficiência for usada para simplesmente permitir maior consumo, a <u>economia verde</u> não passará de um <i>business as usual</i> pintado com essa cor e o problema climático será insolúvel. (SD-O 4.3)</p> <p>A própria Organização das Nações Unidas apresentou um entendimento bastante questionável da chamada “<u>economia verde</u>”, o que levanta diversas críticas de expoentes da ciência e até mesmo de economistas renomados. (SD-O 7.3)</p>

<p>Crítico A transição para a economia verde tem problemas.</p>	<p>Horizonte incerto - Crise coloca em risco o MDL, que depende do aumento da demanda por créditos de carbono nos EUA e na Europa (SD-CE 1.1)</p> <p>Diante do fracasso de Copenhague, é possível ser otimista com o futuro da <u>economia verde</u>? (SD-CE 2.4)</p> <p>Menos de 20% dos incentivos verdes dos pacotes de estímulo foram implementados de fato, segundo o HSBC. (SD-CE 2.5)</p> <p>Nos EUA, bancos “pró-clima” mantêm crédito farto a usinas à base de carvão (SD-EV 1.8)</p> <p>Países europeus arrecadam menos com impostos verdes (SD-EV 3.2)</p> <p>Travessia turbulenta. Fontes fósseis ainda representam 85% da energia utilizada nas usinas de aço (SD-EV 5.5)</p> <p>Nada resistiu à crise. A crise econômica na Europa e nos Estados Unidos afetou todos os índices de bolsa no Brasil, até mesmo o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) na BM&FBovespa. (SD-EV 6.4)</p> <p>"Down" Jones Sustainability. Índice perde dos principais indicadores do mercado acionário dos EUA (SD-EV 8.4)</p> <p>Recessão na Europa golpeia o mercado de carbono (SD-EV 9.4)</p> <p>Carvão paga menos imposto na OCDE (SD-EV 21.2)</p> <p>Cartilha incompleta. A falta de monitoramento põe em risco o sucesso do Programa Agricultura de Baixo Carbono (SD-EV 24.1)</p> <p>Retorno indigesto. Após quatro anos, o governo retoma o carvão nos leilões de energia elétrica. E interesses regionais são atendidos (SD-EV 24.3)</p> <p>Revolução às avessas. A exploração crescente do gás de shale põe em xeque a expansão das fontes renováveis (SD-EV 25.1)</p> <p>O risco de inocular a sustentabilidade no capitalismo é que, em vez de usar o sistema para “rodar” uma economia mais sustentável, este se aproprie da ideia, reempacote-a de acordo com os interesses dominantes e a use não para transformar, mas para manter o <i>business as usual</i>, sem mudanças fundamentais em paradigmas de consumo e produção. A reportagem à página 26, por exemplo, expõe a dificuldade de desfazer o nó do consumo diante do desafio da sustentabilidade. (SD-R 1.6)</p> <p>Esverdear para amadurecer. Ainda que tardiamente, o setor privado brasileiro dá sinais de que acordou para o tema da <i>green economy</i>. Mas, isoladas, suas iniciativas evidenciam a falta de uma articulação política nacional [...] (SD-R 2.2)</p> <p>A macroeconomia, do jeito que funciona hoje, depende do aumento do consumo. Do mesmo jeito que alguns países, no plano internacional, terão de reduzir seu crescimento para abrir espaço ecológico para que outros possam crescer, dentro de um país vale a mesma coisa. Então, não dá para encarar essa transição sem resolver o problema da desigualdade. A questão é que todo mundo aceita discutir a erradicação da pobreza, mas ninguém quer discutir desigualdade. Inclusive os documentos preparatórios da Rio+20 tratam <u>economia verde</u> não só como mais eficiente do ponto de vista ambiental, mas que também é voltada para a erradicação da pobreza. E isso não tem nada a ver com desigualdade. Você pode acabar com a pobreza dentro de um país e a desigualdade aumentar – depende do que vai acontecer com a outra parte da população. O assunto desigualdade é evitado sistematicamente. [...] (SD-E 6.4)</p>
--	--

	<p>OLHA ISSO! Produzir para que e para quem? “É possível um capitalismo capaz de levar o mundo em conta?”, pergunta Ricardo Abramovay em um dos capítulos do recém-publicado <i>Muito Além da Economia Verde</i>. Sim, defende o professor de Sociologia Econômica da USP. Mas, para tanto, dois reencontros se fazem necessários: da sociedade com a natureza e da economia com a ética. (SD-N 8.3)</p> <p><u>Economia verde</u>: quem está preparado? (SD-C 2.1)</p> <p><u>Economia verde</u>: cultura de consumo desafia a Unilever (SD-C 5.1)</p>
<p>Cético A economia verde é o problema.</p>	<p>O senhor acredita que os países emergentes conseguiriam assumir um papel de liderança nos esforços em prol da justiça social e a sustentabilidade ambiental, levando em consideração os desafios globais?</p> <p>À medida que os países emergentes se inserem na lógica do mercado, da geopolítica do desenvolvimento sustentável e do simulacro da economia verde, será impossível fazer uma mudança dessa racionalidade dominante e responder aos desafios globais da crise ambiental. Mas penso que um país como o Brasil tem os recursos para assumir uma liderança para uma transformação civilizatória orientada para a sustentabilidade da vida a partir da produtividade da natureza, da criatividade e da diversidade cultural. Conseguir dessa forma a sustentabilidade é um processo muito complexo e desafiante. Mas o Brasil reúne as condições, pois possui uma produtividade ecológica como nenhum outro país no mundo. (SD-EV 29.3)</p> <p>Na análise de Moema [Moema Miranda, antropóloga do Ibase], o que une a maior parte das redes da sociedade civil – não todas elas – é o posicionamento anticapitalista e antidesenvolvimentista. “Consideramos que os recursos da Terra têm de ser pensados como finitos, e não pode haver uma visão antropocêntrica. Transformar em mercadoria os aspectos fundamentais da vida é ‘mediocrizar’ o que possui real valor”, afirma. [...] (SD-R 20.2)</p> <p>[...] Nossa agenda é mais ampla, queremos debater o modelo de desenvolvimento e, portanto, o direito das pessoas que já estão sendo afetadas pela mudança climática, pela crise ambiental, pelos problemas socioambientais nas cidades. Queremos discutir não apenas através do olhar do mercado, mas do olhar da vida. Não aceitamos uma possível mercantilização da natureza – por isso falamos que a Cúpula é por justiça social e ambiental em defesa dos bens comuns.</p> <p>Um exemplo disso foi o lançamento da campanha Não à <u>Economia Verde</u>?</p> <p>Sim, a campanha foi para mostrar que a solução que está vindo da proposta da ONU sobre <u>economia verde</u> não contempla o conjunto da sociedade. Quando essa ideia surgiu, no fim da década de 1970, início dos 80, surgiu muito em função dos movimentos ecologistas, dos partidos verdes europeus. A ideia da <u>economia verde</u> era muito interessante, porque representava uma alternativa ao modelo que está aí. [...] E é um momento muito ruim para a discussão da economia, com os países desenvolvidos todos na retranca, e com isso a tendência é que a <u>economia verde</u> seja capturada pelas corporações que já mandam no planeta. (SD-E 12.2)</p> <p>[...] E então qual é a proposta que entra no lugar, uma vez que vivemos sob um sistema capitalista?</p> <p>Vivemos, mas não somos obrigados a viver nele eternamente.</p> <p>Então a proposta é acabar com o capitalismo? Não se pensa em reformar o capitalismo?</p> <p>A proposta é formar uma sociedade sustentável.</p> <p>O capitalismo não pode levar à sustentabilidade se ele for reformado?</p> <p>Na minha opinião, não. Precisa ser outro sistema. Estamos falando de uma nova utopia. Tanto o socialismo real como o capitalismo que existe não dão conta do problema da sustentabilidade. (SD-E 12.4)</p>
	<p>Mas o ambiente impõe limites ao crescimento. Em vez de questionar se é possível crescer sem destruir o ambiente, a pergunta não deveria ser outra: “O quanto o ambiente age como limitador do crescimento?”</p> <p>Claro que o ambiente impõe limites ao crescimento. Não existe esse negócio “Terra”.</p>

<p>Conservador O capitalismo não precisa ser reformado.</p>	<p>Existe Brasil, existe Argentina, existe Alemanha, então não tem essa concepção de que somos uma coisa só, um mundo só. Não é assim que o mundo funciona. [Revista] Só que a termodinâmica não reconhece fronteiras políticas, a conta é uma só. [Delfim] Mas vale para cada país. O que é o desenvolvimento? Uma sociedade se apropria de um pedaço da natureza, organiza a energia que está dispersa nesse espaço e dissipa essa energia na produção de bens e serviços. Isso é o desenvolvimento econômico. Por definição, tem uma finitude. Você vai jogando o limite para longe, porque tem o desenvolvimento tecnológico, vai tomando consciência de que precisa reaproveitar o material, de que precisa encontrar mecanismos para reaproveitar no processo produtivo o material que sai degradado. É isso que acontece. Mas, se você pensa desse jeito, significa o seguinte: ninguém mais cresce. Quem cresceu cresceu, quem não cresceu, paciência. [...] (SD-E 15.2)</p> <p>[Revista] Por outro lado, se for precificar todas as externalidades, o custo poderá ficar inviável para o consumidor. [Delfim] Ótimo, aí ninguém consome, voltamos para a Idade da Pedra, e fica tudo bem. [Revista] Ninguém quer voltar à Idade da Pedra. É bem ao contrário, estamos falando de inovação, de <u>economia verde</u>, de novas fronteiras da macroeconomia. [Delfim] Quando subir o preço, vão surgir as novas tecnologias. [Revista] O senhor acredita que as tecnologias vão salvar tudo? [Delfim] Não vão salvar nada. Vão apenas jogar o limite para a frente, na esperança de que o Sol termine antes da gente. [...] (SD-E 15.3)</p> <p>DELFIM NETTO: “Vivemos uma imensa falha de mercado” (SD-C 4.1)</p>
--	--

Como não há ritual sem falhas, muitas vezes há sobreposição de vozes e sentidos, caso deste enunciado a seguir que no quadro aparece no lugar do sujeito cético, mas também poderia estar na posição do sujeito crítico, que questiona para reafirmar a possibilidade da reforma do sistema. Quando fala em simulacro está denunciando a economia verde, mas logo a seguir também fala em produtividade da natureza, dando a entender que talvez pelo viés da Economia Ecológica, que respeita limites, seja possível pensar em instrumentos de mercado.

À medida que os países emergentes se inserem na lógica do mercado, da geopolítica do desenvolvimento sustentável e do simulacro da economia verde, será impossível fazer uma mudança dessa racionalidade dominante e responder aos desafios globais da crise ambiental. Mas penso que um país como o Brasil tem os recursos para assumir uma liderança para uma transformação civilizatória orientada para a sustentabilidade da vida a partir da produtividade da natureza, da criatividade e da diversidade cultural. Conseguir dessa forma a sustentabilidade é um processo muito complexo e desafiante. Mas o Brasil reúne as condições, pois possui uma produtividade ecológica como nenhum outro país no mundo. (SD-EV 29.3)

O sujeito engajado e o sujeito crítico do discurso da economia verde construído pela revista Página 22 estão mais alinhados com a Economia Ecológica, que defende instrumentos de mercado com limites definidos não somente pelo mercado (mas também pela participação social), do que com a Economia Ambiental (de viés neoliberal). Já o sujeito conservador, quando aceita discutir os problemas ambientais causados pelo capitalismo o faz do ponto de vista da Economia Ambiental, caso da posição explicitada na entrevista do economista Delfim

Netto citada no quadro acima considerando os problemas ambientais apenas como uma imensa falha de mercado que, portanto, poderia ser corrigida sem a necessidade de pensar em limites. Os limites para esta corrente hegemônica (o *mainstream*) continuarão sendo superados, imaginam eles, pela inovação (infinita) da tecnologia. Já o sujeito cético está alinhado com o Ecologismo Popular, corrente que relaciona a má distribuição ecológica com a má distribuição econômica, sugerindo a superação do capitalismo para superar os conflitos socioambientais, como já foi mencionado. Para o cético, uma reforma não é suficiente, pois ao invés de verde a economia deveria ser solidária.

5.2 Rede parafrástica

Além das alianças e confrontos entre posições-sujeito demonstradas acima, a construção do discurso da economia verde na revista Página 22 também funciona através de redes parafrásticas produzidas para reforçar o efeito de sentido que domina a formação discursiva *jornalismo ambiental reformista*: a economia verde é uma reforma possível, necessária e inevitável do capitalismo. Estas redes parafrásticas encontradas no corpus apresentaram variações antes, durante e depois do acontecimento Conferência Rio+20. Ficou evidente uma produtividade muito maior antes do acontecimento, preparando a sua vinda. Como os resultados das negociações patrocinadas pela ONU frustraram os que entendem a economia verde como uma nova e lucrativa oportunidade de negócio, após o evento a revista manteve o discurso, mas com uma frequência menos intensa.

Para apresentar os resultados encontrados, elaborei quadros relacionando os efeitos de sentido das paráfrases com as posições-sujeito e o período histórico da ocorrência, antes, durante ou depois da Conferência Rio+20. As paráfrases convocam o já-dito (interdiscurso) dizendo a mesma coisa de forma diferente (mais do mesmo). A economia verde é reformulada permanentemente. Deslizamentos de sentidos ocorrem abrindo espaço para o novo. O mesmo (a paráfrase) e o diferente (a polissemia) estão em permanente tensão.

O primeiro quadro apresentado a seguir é o mais produtivo de todos. As paráfrases de economia verde encontradas nas sequências discursivas antes do acontecimento Rio+20 sugerem nove efeitos de sentido diferentes e complementares. Assim o sujeito engajado antecipou a possibilidade, a necessidade e a inevitabilidade da reforma verde do capitalismo defendida pela revista Página 22. Na rede parafrástica apresentada a seguir, a economia verde é apresentada como: um processo em curso; uma nova política; um negócio (lucrativo); um

capitalismo de limites; a única alternativa possível; uma descarbonização da economia; uma nova economia; uma solução tecnológica; e um avanço social.

Quadro 2 – Rede parafrástica da posição-sujeito engajado antes da Rio+20

Efeitos de sentido	Paráfrases
Processo em curso	<ul style="list-style-type: none"> . Esta sociedade e economia que <u>emergem</u> (SD-R 2.3) . <u>Retomada</u> da prosperidade econômica por meio dos negócios verdes e inclusivos (SD-R 8.1) . Fase de <u>transição</u> para o desenvolvimento sustentável (SD-R 8.1) . Elemento no caminho <u>rumo</u> ao desenvolvimento sustentável (SD-R 13.1) . <u>Mudança</u> de modelo mental (SD-O 3.2) . Longa <u>caminhada</u> para descarbonizar a economia (SD-EV 1.9) . <u>Saída</u> para a crise ambiental (SD-N 4.2) . <u>Trilha que leva</u> à revisão da forma como o sistema econômico vigente opera (SD-R 1.3) . <u>Estágio</u> evolutivo do capitalismo (SD-R 1.4)
Nova Política	<ul style="list-style-type: none"> . <i>Green new deal</i> (SD-E 1.2; 1.5) . <u>Estado verde</u> (SD-CE 6.1) . <u>Desenvolvimento</u> mais sustentável (SD-E 2.2) . <u>Novas ideologias</u> (SD-CE 6.1)
Oportunidade de negócios	<ul style="list-style-type: none"> . Um painel de <u>possibilidades</u> (SD-O 1.1) . Economia da floresta que <u>valoriza</u> os serviços que a natureza presta (SD-O 3.3) . Remanejar <u>mercados</u> e fluxos financeiros (SD-R 8.1) . Grande <u>oportunidade</u> (SD-E 1.1; 1.2) . Segmento do <u>mercado</u> financeiro (cesta de produtos) (SD-EV 1.13) . <u>Investimentos</u> limpos (SD-CE 6.1)
Limites	<ul style="list-style-type: none"> . Conjunto mais harmônico capaz de satisfazer as aspirações por bem-estar e prosperidade, circunscrito aos <u>limites</u> do ambiente e da ética (SD-O 1.3) . Ordem mundial ditada por <u>limites</u> ambientais (SD-O 2.2) . Harmônica com os <u>limites</u> ecossistêmicos (SD-E 5.1) . Economia que leva em conta os <u>limites</u> ecossistêmicos do planeta (SD-R 13.1) . Melhoria do bem-estar humano e da igualdade, e <u>redução significativa dos riscos</u> ambientais através da redução da emissão de carbono, uso eficiente dos recursos naturais e da inclusão social (SD-R 13.1) . Modelo macroeconômico que compreenda o mundo físico como único e <u>finito</u> (SD-O 5.4) . Um capitalismo "de <u>limites</u>" (SD-O 7.3) . Comportamento mais <u>íntegro</u> das empresas (SD-EV 6.7)
Não há alternativa (There Is No Alternative – T.I.N.A)	<ul style="list-style-type: none"> . É inevitável (SD-O 1.4) . Inevitável amanhã (SD-E 1.1) . Economia do amanhã (SD-E 1.1; SD-R 2.3) . Economia de amanhã (SD-E 1.2) . Economia verde de amanhã (SD-E 1.3) . Mercado no futuro (SD-CE 6.3)
	<ul style="list-style-type: none"> . Economia de baixo carbono (SD-E 1.5, SD-CE 6.2; SD-EV 8.1; SD-R 2.3; SD-R 6.1)

Carbono	<ul style="list-style-type: none"> . Economia de baixa emissão de carbono (SD-E 1.2) . Clima & economia¹⁰⁹ (SD-CE) . Mercado de carbono (SD-CE 8.1) . Um novo capitalismo com base no baixo carbono (SD-O 2.3)
Nova economia	<ul style="list-style-type: none"> . Nova economia (SD-R 2.7; 2.9; SD-E 5.1; SD-E 13.3) . Um novo modelo econômico (SD-EV 6.5) . Nova economia que opere dentro dos limites da natureza (SD-N 4.1) . Nova lógica de consumo e produção (SD-R 1.2)
Tecnologia	<ul style="list-style-type: none"> . Economia mais <u>eficiente</u>, menos poluidora (SD-E 1.2) . Economia <u>mais limpa</u> (SD-CE 2.2) . Tecnologias limpas (SD-CE 2.2) . Modelos inovadores (SD-R 14.1) . Economia <u>mais competitiva</u> (SD-CE 8.2)
Social	<ul style="list-style-type: none"> . Economia verde e inclusiva (SD-R 7.1) . Economia verde no contexto da erradicação da miséria (SD-R 8.1) . Economia verde incluyente e responsável (SD-EV 6.6)

Na rede parafrástica acima há sobreposição de sentidos. Os efeitos de sentido foram divididos apenas para melhor demonstrar o funcionamento das paráfrases produzidas no processo de construção do discurso da economia verde. Há uma aliança entre o sujeito engajado e o sujeito crítico dentro da formação discursiva *jornalismo ambiental reformista*. Enquanto a paráfrase de um produz um efeito de sentido reforçando a ideia de que a economia verde é um processo em curso, a do outro problematiza chamando atenção para o fato de que também há outro processo em curso ameaçando o futuro de uma economia realmente verde. Este contraponto crítico, que ocorre com os mesmos nove efeitos de sentido das paráfrases do sujeito engajado, é apresentado na próxima tabela, também com paráfrases produzidas antes da Conferência Rio+20, período mais produtivo dos três.

Quadro 3 – Rede parafrástica da posição-sujeito crítico antes da Rio+20

Efeitos de sentido	Paráfrases
Cuidado, outro processo está em curso!	<ul style="list-style-type: none"> . Business as usual pintado de verde (SD-O 4.3) . Business as usual reempacotado (SD-R 1.3) . Consumo hiperbólico reempacotado (SD-O 4.4) . <i>Green economy</i> dos países ricos (SD-O 6.2) . Debate mais presente no mundo desenvolvido (SD-CE 2.6) . Crescimento econômico com inclusão social e menor impacto ao meio ambiente (SD-O 7.2)
Os desafios da nova política	<ul style="list-style-type: none"> . Agenda de impasses (SD-EV 1.7) . Um desafio monumental (SD-EV 1.11)

¹⁰⁹ Clima & economia (nome da seção que deu origem à seção Economia Verde) é uma paráfrase de economia verde porque a “descarbonização” da economia é um dos mais fortes argumentos utilizados para justificar a economia verde. Esta relação entre clima e economia foi discutida no Relatório Stern, como já mencionado.

Novo negócio sem apoio	<ul style="list-style-type: none"> . A parte privada da solução (SD-R 10.1) . Capitalizar ativos naturais (floresta, corpos d'água, pescado) (SD-CE 2.6) . (Falta de) incentivos verdes (SD-CE 2.5) . Ecotributo (SD-CE 3.1) . Indústria de energia limpa (SD-CE 3.1)
Limites realmente são necessários	<ul style="list-style-type: none"> . Selvageria suavizada (SD-R 1.7) . Sem reforma macroeconômica, é só história da carochinha (SD-E 6.1) . Eufemismo para “crescimento verde” (SD-E 6.2) . Transição para a prosperidade sem crescimento (SD-E 6.1; 6.2) . O tema para nós é a qualidade do crescimento (SD-E 6.3) . Reorganização total da economia (SD-E 6.6)
Inevitável mas com sentido a definir	<ul style="list-style-type: none"> . Uma nova terminologia, um repertório conceitual que ainda não foi decodificado (SD-R 5.1) . A tal economia verde (SD-R 11.1) . Sem definição clara será protecionismo comercial (SD-E 9.2) . Sustentabilidade turquesa (SD-E 6.6) . Nova economia eu não sei o que é (SD-E 6.5)
Descarbonizar e lucrar	<ul style="list-style-type: none"> . Mercado de carbono (SD-CE 1.1) . Finanças da adaptação (SD-CE 4.1)
Nova economia potencial	<ul style="list-style-type: none"> . Nova economia de fato (SD-O 4.1) . Economia sustentável requer um novo modelo macroeconômico. Um know-how jamais experimentado (SD-R 1.8) . Novo modelo econômico menos materializado (SD-R 1.8) . Uma nova economia verde (SD-R 3.1; 5.1) . Novo jeito de fazer negócios (SD-R 10.1)
Ainda falta eficiência tecnológica	<ul style="list-style-type: none"> . Nova economia que exige inovação, mudança de processos e envolve riscos (SD-O 6.3) . Alta tecnologia, economia de baixo carbono (SD-CE 2.6)
Social só no discurso	<ul style="list-style-type: none"> . Economia verde “e inclusiva” (SD-O 6.2) . A desigualdade é a grande questão (SD-E 6.3) . Redução das desigualdades (SD-E 6.4)

A edição da revista que circulou durante o acontecimento Rio+20 apresentou também uma rede parafrástica reforçando o discurso da economia verde como uma reforma possível, necessária e inevitável. As paráfrases no discurso do sujeito que diz de uma posição engajada (quadro 4) produziram efeitos de sentido apresentando a economia verde como um processo econômico e social em curso; inevitável; e fazendo parte de uma nova economia. Já a voz da posição-sujeito que olha criticamente para este processo (quadro 5) chamou a atenção na mesma edição de junho de 2012 para o risco de tudo não passar de uma maquiagem verde, sempre ressaltando a necessidade do engajamento de todos para que isso não ocorra.

Quadro 4 – Rede parafrástica da posição-sujeito engajado durante a Rio+20

Efeitos de sentido	Paráfrases
Processo econômico e social em curso	. Economia verde e socialmente inclusiva é o caminho

	mais efetivo para alcançar o desenvolvimento sustentável (SD-R 15.1) . Instrumento a ser usado com inteligência em busca de soluções (SD-O 8.2)
Não há alternativa (T.I.N.A.)	. Economia verde é inevitável (SD-E 11.2)
Nova economia	. Nova economia (SD-R 15.1) . Novo modelo (SD-N 7.2) . Um novo passo na história da humanidade (SD-E 11.2)

Quadro 5 – Rede parafrástica da posição-sujeito crítico durante a Rio+20

Efeito de sentido	Paráfrase
Maquiagem verde	. Casca para esverdear os velhos processos (SD-O 8.2) . Representação do mal (SD-O 8.2) . Pintar de verde <i>o business as usual</i> (SD-E 11.2) . “Mercantilização da vida” (SD-E 11.2) . Temos que evitar o <i>greenwashing</i> (SD-E 11.2)

Depois do acontecimento Rio+20, que não resultou em um acordo global em torno da economia verde, posição defendida pela revista Página 22, houve uma perceptível desmobilização do discurso visível através da queda de produtividade nas redes parafrásticas. Cinco efeitos de sentido apenas foram encontrados nas paráfrases do sujeito engajado: processo em curso; oportunidade de negócios; descarbonização da economia; tecnologia mais eficiente; e avanço social.

Quadro 6 – Rede parafrástica da posição-sujeito engajado depois da Rio+20

Efeitos de sentido	Paráfrases
Processo em curso	. <u>Transição</u> entre o velho e o novo modelo (SD-O 9.2) . <u>Transição</u> para uma nova economia (SD-O 9.2) . Uma <u>transição</u> necessária (SD-N 8.2) . Olhar de <u>longo prazo</u> , sem descuidar do presente (SD-O 10.2) . Grande trabalho que todos temos <u>pela frente</u> (SD-O 9.3) . Economia <u>cada vez mais</u> desmaterializada (SD-E 16.4)
Oportunidade de negócios	. Oportunidades de negócios (SD-R 30.1) . Opção sustentável de desenvolvimento (SD-E 14.2) . Visão sustentável de desenvolvimento (SD-E 14.2)
Carbono	. Desinvestimentos bilionários em ativos fósseis (SD-O 12.3) . Mundo de baixo carbono (SD-O 12.3) . Precificação que penaliza as emissões e premia a atividade limpa (SD-O 12.4)
Tecnologia	. Economia do conhecimento, da inovação (SD-E 16.4)
Social	. Economia verde e inclusiva (SD-O 9.3; 11.3)

Como o sujeito que fala da posição engajada e o sujeito que fala da posição crítica funcionam em parceria na formação discursiva do *jornalismo ambiental reformista* da revista Página 22, com a desmobilização de uma, a outra também se dissipa. Por isso após a

Conferência Rio+20 as paráfrases do sujeito crítico também perderam produtividade. A economia verde é problematizada como um limite realmente necessário; um processo inevitável, mas que ainda está por vir; e uma nova oportunidade de negócio, mas sem apoio político, conforme quadro a seguir.

Quadro 7 – Rede parafrástica da posição-sujeito crítico depois da Rio+20

Efeitos de sentido	Paráfrases
Limites realmente são necessários	. Um capitalismo que leva o mundo em conta (SD-N 8.3)
Inevitável mas com sentido a definir	. Um novo tempo que está por vir (SD-N 8.4)
Novo negócio sem apoio	. Plataforma para nova economia (SD-EV 30.2) . Política fiscal verde contra o aquecimento global (SD-EV 39.1)

A maior produtividade do sujeito que fala da posição cética, que não acredita que o capitalismo possa ser reformado através de uma economia verde, foi encontrada na edição da revista que circulou durante a Conferência Rio+20 devido, principalmente, à seção Entrevista, que deu voz a um dos organizadores do fórum paralelo de movimentos sociais contrários à economia verde apoiada pela ONU, pelas grandes corporações, pelas entidades favoráveis ao ambientalismo de mercado e pela revista Página 22. A pequena rede parafrástica do sujeito que fala de uma posição cética (quadro 8) confirma que a fala é concedida principalmente ao sujeito engajado e crítico, que tecem uma aliança discursiva para construir o discurso da economia verde. O sujeito conservador também é marginalizado (quadro 9).

Quadro 8 – Rede parafrástica da posição-sujeito cético

Período	Paráfrases
Antes da Rio+20	. Pinceladas de verde sobre o mesmo sistema insustentável de produção e consumo (SD-R 8.1) . Ambientalismo de mercado (SD-R 9.1) . Espécie de manto verde (SD-R 13.1)
Durante a Rio+20	. Mercantilização da natureza (SD-E 12.1) . Capturada pelas corporações (SD-E 12.2) . Economia verde no sentido mais amplo (SD-E 12.3) . Proposta mais complexa e profunda (SD-E 12.3) . Outras economias (SD-E 12.3) . Sociedade sustentável (SD-E 12.4) . Economia sustentável (SD-E 12.5)
Depois da Rio+20	. Capitalismo verde (SD-R 26.1)

Quadro 9 – Rede parafrástica da posição-sujeito conservador

Depois da Rio+20	. Crescer com cuidado com tecnologias poupadoras, mas eficientes (SD-E 15.2) . Vai jogando o limite para longe (SD-E 15.2; 15.3)
------------------	---

Apesar do sujeito que fala de uma posição conservadora e do sujeito que fala de uma posição cética serem praticamente silenciados (quadros acima), é para ambos que a dupla discursiva engajado-crítico se dirige quando constrói o discurso da economia verde. O discurso é construído para reforçar a aliança com os já engajados na causa da economia verde e para convencer o cético e o conservador. Talvez este trabalho ficasse mais jornalístico se eles – os contra a reforma e os contra o capitalismo - tivessem mais oportunidades de participar do fórum de debates organizado pela publicação em torno dos temas inovação e sustentabilidade. A diversidade de pontos de vista é uma das características do jornalismo ambiental necessárias para dar conta da complexidade dos temas tratados. Antes de problematizar os limites e possibilidades do jornalismo ambiental nas minhas considerações finais, discutirei a seguir cada uma das seções da revista Página 22 analisadas nesta pesquisa.

5.3 Editoriais e seções

Os editoriais da revista Página 22 apresentaram a economia verde como uma reforma possível, necessária e inevitável do capitalismo. Os sujeitos falam de duas posições apenas: engajado e crítico (Apêndice E). Antes da conferência Rio+20, a posição editorial da revista é claramente otimista em relação à economia verde, mesmo quando reconhece as dificuldades do caminho, como neste enunciado a seguir.

A união será fundamental para resolver talvez a mais difícil equação: um modelo macroeconômico que compreenda o mundo físico como único e finito. É do que trata José Eli da Veiga, em entrevista também neste número. Será necessário que os ricos abram espaço ecológico para que a parcela pobre ou emergente possa se desenvolver. O resultado é simples: precisa dar 1. Mas a conta de chegada é complexa, e nisso está a beleza da sustentabilidade. (SD-O 5.4)

Antes da Conferência Rio+20, a revista também manifestou em editorial sua preocupação com a semântica do termo economia verde.

Daqui até os ecos da Conferência Rio+20, uma das expressões que mais se ouvirão nas conversas sobre desenvolvimento é economia verde “e inclusiva”. Sim, pois a tradução livre da *green economy* dos países ricos não exprime com clareza o imenso desafio social dos emergentes e muito menos dos países pobres – daí o adendo que busca preencher essa lacuna semântica. (SD-O 6.2)

O termo “inclusão social” está no documento final da Conferência Rio+20. No entanto, o consenso fraco negociado em torno da economia verde durante o encontro da ONU realizado no Rio de Janeiro em 2012 desmobilizou em parte o discurso que vinha sendo construído. A revista seguiu engajada na ideia, mas não com a mesma força de antes do

acontecimento diplomático. Uma paráfrase voltou com força, a economia de baixo carbono, como mostra a sequência discursiva a seguir recortada do editorial de novembro de 2014.

A boa notícia é a crescente preocupação dos atores econômicos com o clima, o que pode funcionar como um impulsionador das novas regulações - no Brasil, por exemplo, ainda não existe um mercado de carbono. Quando a família Rockefeller – cuja fortuna foi construída com base no petróleo – anuncia desinvestimentos bilionários em ativos fósseis, acena para um mundo de baixo carbono. Quando mais de mil empresários apoiam um manifesto do Pacto Global para a precificação do carbono, mais um recado é dado. (SD-O 12.3)

O recado é claro: um novo e rico mercado está surgindo. Este discurso dos editoriais da revista *Página 22* ecoou nas seções temáticas criadas antes da Conferência Rio+20. A primeira delas foi chamada *Clima & Economia*. Foram nove edições, entre junho de 2010 e março de 2011. O objetivo era divulgar e problematizar as emergentes oportunidades de negócio dos mercados de carbono. O sujeito que fala da economia verde de uma posição engajada estava bem presente, mas também o que fala de uma posição crítica (Apêndice F). O cético e o conservador foram silenciados. Esta seção mudou de nome em abril de 2011 e passou a se chamar *Economia Verde* (Apêndice G), dois meses depois que o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) lançou o relatório *Rumo a uma economia verde: caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza* e um ano e dois meses antes da Conferência Rio+20.

O relatório do PNUMA serviu de guia para as edições da nova seção em todas as edições que antecederam a conferência da ONU realizada em junho de 2012 no Rio de Janeiro (RJ). Os dez setores¹¹⁰ citados no estudo do PNUMA viraram pauta na seção. Grande destaque também foi dado aos temas finanças/mercados e governança, os dois presentes na temática prevista para a Conferência Rio+20. Estas pautas (quadro 10) ajudaram a reconhecer e ampliar o sentido de economia verde. Todos os assuntos tratados em uma seção chamada *Economia Verde* dizem respeito diretamente ao tema economia verde, segundo a revista, portanto também ampliam a rede parafrástica construída pela publicação.

Quadro 10 - Pautas da seção *Economia Verde*

Finanças e mercados	Governança
Bancos “pró-clima” Mercado de carbono estadual no RJ Índice de Sustentabilidade Empresarial Atividades de baixo carbono Licenças para emitir gases de efeito estufa	Primeira subsecretaria de Economia Verde do país Guerra fiscal verde Geração de emprego Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade

¹¹⁰ Agricultura; água e saneamento; construção civil; energia; florestas; indústria; lixo; pesca; transporte; e turismo.

Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação (Redd) Mercados de carbono Transparência dos bancos - Princípios do Equador Índice de carbono Transparência Mecanismos de mercado Investimentos socioambientalmente responsáveis (ISR) Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) Créditos de carbono <i>Dow Jones Sustainability</i> Indicadores alternativos Bolsa Verde Certificação Consumo sustentável <i>Greenwashing</i> Conar sustentabilidade Bancos verdes Financiamento socioambiental Cotas de Reserva Ambiental para Entrega Futura (Crafs) Transparência na publicidade Pagamento de serviços ambientais Redd+	Ambiental do MMA Impostos verdes Mecanismos de governança <i>GHG Protocol</i> (inventário de emissões) <i>Carbon Disclosure Project</i> (CDP) Custos da poluição Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) Compras públicas sustentáveis Contas econômico-ambientais Custo das mudanças climáticas Relatórios de sustentabilidade corporativos Conselho Internacional para Relatórios Integrados Política tributária e sustentabilidade Centro Rio+ Polícia fiscal verde
--	---

A economia verde como a reforma possível, necessária e inevitável do capitalismo que aparece no discurso dos editoriais da revista, nesta seção temática aparece como uma transição possível, necessária e inevitável que cria novos mercados com oportunidades de negócio. A visão empresarial ambientalizada é um bom negócio para o empreendedor e para o planeta. Este parece ser o sentido construído pela seção Economia Verde.

O caso Natura. A Natura publica seus relatórios de sustentabilidade desde 2000, quando a GRI foi lançada, e essas peças são consideradas modelo. (SD-EV 13.2)
 Problema adubado. Com o salto na produção de commodities no Brasil, o aumento no consumo de fertilizantes gera mais desafios ambientais no campo. (SD-EV 3.3)

O discurso oscila entre a abordagem engajada, inclusive citando alguns anunciantes da publicação como exemplo de bom comportamento no mercado, e a problematização crítica que analisa as resistências à transição e até a maquiagem verde de alguns setores da economia, como aparece nas duas sequências discursivas acima. No período analisado, a seção Economia Verde recebeu apenas uma chamada de capa, mas sempre esteve presente no sumário da publicação, o que sugere a relevância do tema para a revista Página 22.

5.4 Reportagens e entrevistas

A editorialização é um procedimento comum nas reportagens da revista Página 22, o que sugere um apurado trabalho de edição da revista. A posição editorial da publicação

geralmente está presente no discurso das reportagens, com sujeitos que falam de uma posição engajada e de uma posição crítica predominando. Uma parceria discursiva é articulada na tessitura do discurso da economia verde. O sujeito que fala do ponto de vista cético é mencionado com frequência. Raras vezes, lhe foi concedida voz (Apêndice H). Os dois enunciados a seguir exemplificam a editorialização das reportagens.

O fermento impossível. Sabe-se que o crescimento econômico perpétuo é uma impossibilidade física, ambientalmente insustentável, com benefícios sociais duvidosos. No entanto, trata-se de uma arapuca política. No Brasil, o debate sobre a qualidade do crescimento esbarra na euforia do consumo [...] (SD-R 5.1)

A “economia verde no contexto da erradicação da miséria” é tema que tem origem na Green Economy Initiative, impetrada pelo Pnuma em 2008, durante a eclosão da crise financeira mundial. A proposta, então, era oferecer uma saída para a retomada da prosperidade econômica por meio dos negócios verdes e inclusivos. O leitor deve reparar que o tratamento que a ONU e seus diversos interlocutores dão ao assunto é de “fase de transição para o desenvolvimento sustentável”. Em teoria, um objetivo menos ambicioso e mais factível. (SD-R 8.1)

Simpática ao grupo político de Marina Silva, a revista Página 22 sempre abordou criticamente a política de crescimento adotada pelos governos petistas, como fica evidente no primeiro enunciado. O segundo mostra como a publicação assumiu o discurso da economia verde proposto pelo PNUMA não apenas na seção Economia Verde, mas também em diversas reportagens publicadas antes da Conferência Rio+20.

De todas as seções analisadas nesta pesquisa, a seção Entrevista foi a que mais se aproximou do conceito de jornalismo ambiental adotado nesta pesquisa, com engajamento, profissionalismo jornalístico e diversidade de pontos de vista¹¹¹. Apesar de predominar a parceria entre o sujeito engajado e o crítico na construção do discurso da economia verde, a fala foi concedida para todas as quatro posições-sujeito: engajado, crítico, cético e conservador. Além de abrir espaço para diferentes vozes, a maioria das entrevistas realizadas no formato pergunta-resposta (pingue-pongue, no jargão jornalístico) apresentou um diálogo vivo entre entrevistador e entrevistado. Na apresentação de todas as entrevistas está presente a defesa da revista de uma economia verde como uma reforma possível, necessária e inevitável do capitalismo, como demonstram os cinco enunciados a seguir.

Em muitos casos, a crise financeira acelerou mudanças na direção da chamada economia do amanhã. Em tantos outros, freou-as. No balanço disso tudo, uma certeza: com crise ou sem ela, a nova realidade ambiental impõe a transformação econômica, e a questão agora é como aproveitar essa grande oportunidade. (SD-E 1.1)

¹¹¹ As entrevistas realizadas com Pedro Ivo de Souza Batista (n.64, jun.2012) e Antonio Delfim Netto (n.74, mai.2013) poderiam entrar para os anais das grandes entrevistas realizadas sobre temas ambientais no Brasil.

Cotado como vice na chapa de Marina Silva (PV-AC) à Presidência da República, o empresário Guilherme Leal, um dos fundadores da Natura, não confirma a sua candidatura, mas já dá a receita para um Brasil do século XXI: investimento maciço em educação, ciência, tecnologia e inovação voltadas para uma economia verde e cada vez mais desmaterializada. (SD-E 2.1)

A economia verde não passará de mais uma história da carochinha se não for olhada através de uma lente “macro”. É com estes termos que o professor da FEA-USP José Eli da Veiga alerta para o que chama de armadilha da Rio+20: a ilusão de que basta migrar do crescimento marrom, poluente, para o crescimento verde que os nossos problemas estarão resolvidos. (SD-E 6.1)

A sociedade civil – um caldeirão formado por múltiplos atores com as mais diversas posições – chega à Cúpula dos Povos com posições contundentes. Os ataques começam pela escolha de “economia verde” como um dos temas centrais da Rio+20, e se desfiam pela forma como a expressão foi conceituada e apresentada pela ONU. (SD-E 12.1)

Contemporâneo de Delfim Netto em uma passagem pela FEA, Georgescu lançou a ideia de que a economia depende da capacidade de recarga da natureza e dos limites ecológicos. Portanto, não poderia ser distanciada das Ciências Naturais e muito menos estaria imune à Segunda Lei da Termodinâmica, que trata da entropia. (SD-E 15.1)

Um detalhe importante. O sujeito engajado (dois primeiros enunciados acima) é o único que fala antes, durante e depois da Conferência Rio+20 na seção Entrevista (Apêndice I). O crítico (terceiro enunciado) só fala antes, o cético (quarto enunciado) só fala durante e o conservador (quinto enunciado) só fala depois, o que mais uma vez demonstra a predominância da formação discursiva *jornalismo ambiental reformista* no discurso da economia verde construído pela revista Página 22.

5.5 Notas e capas

No discurso da seção de notas da revista Página 22 (Apêndice J), o sujeito engajado reforça o discurso da economia verde construído pela publicação como uma reforma possível, necessária e inevitável do capitalismo. O sujeito crítico, como nas demais seções, percebe dificuldades no caminho, mas o faz reafirmando a necessidade da transição. No primeiro enunciado a seguir, o sujeito engajado ressalta o sentido de pragmatismo presente em todo o discurso construído da economia verde. Já no segundo enunciado, o sujeito engajado chama para a conversa o sujeito conservador, sem, no entanto, lhe conceder a palavra.

O consenso em torno da urgência de uma nova economia, que opere dentro dos limites da natureza, parece cada vez mais consistente. O problema que se apresenta agora é decidir como pôr a ideia em prática. (SD-N 4.1)

A economia verde é tema central na Rio+20, mas será que os economistas estão maduros para essa discussão? Para Guilherme Leal, fundador da Natura e do Instituto

Arapyaú, não: “A grande maioria dos economistas não está preparada e poucos se dispõem a esse debate”. (SD-N 7.2)

O sujeito engajado, que predomina na formação discursiva *jornalismo ambiental reformista*, na seção de notas também aparece antes, durante e depois da Conferência Rio+20. Já o sujeito crítico, seu parceiro discursivo, marca presença no discurso pós-acontecimento.

Das 61 edições da revista Página 22 analisadas nesta pesquisa, abrangendo um período de cinco anos e seis meses, a transição possível, necessária e inevitável para uma economia verde foi manchete de capa apenas cinco vezes (Apêndice K). Na primeira, o sujeito engajado anuncia, com pompa e circunstância: “O mundo em crise pede um novo capitalismo” (SD-C 1.1). Este anúncio é dirigido principalmente ao sujeito conservador, que tinha seu mundo (capitalista) imerso em uma crise econômica considerada histórica na época (junho de 2009). No texto da reportagem, assinado pela editora Amália Safatle, o termo economia verde aparece pela primeira vez. Três meses depois, em nova manchete de capa a revista (engajada e crítica) pergunta: “Economia verde: quem está preparado?” (SD-C 2.1). Abaixo da manchete mais três chamadas de capa revelam com quem a revista pretende falar:

ACHIM STEINER: ambiente impõe mudanças inevitáveis aos negócios, diz diretor do PNUMA; SETOR PRIVADO: iniciativas isoladas evidenciam a falta de uma articulação política nacional; EMPREENDORES: pequenos ganham força com a urgência climática. (SD-C 2.1)

As três chamadas sugerem que são bem-vindos no fórum de debates sobre inovação e sustentabilidade o PNUMA (cujo discurso é de fato encampado pela Página 22), o setor privado e os empreendedores. É para o setor privado e para os empreendedores que a revista pergunta: “quem está preparado?”. Dois meses antes da Conferência Rio+20, em abril de 2012, nova manchete de capa: “Capitalismo sob revisão – O *mainstream* começa a refletir sobre os limites do sistema” (SD-C 3.1). Outras duas chamadas de capa na mesma edição também tratam diretamente da economia verde: “NOVA ECONOMIA: subsídios perversos retardam a mudança; RIO+20: a face ambientalista de Fernando Collor de Mello”. A imagem conceitual escolhida é a de um garfo prestes a furar um balão, reforçando o sentido de uma economia verde como uma reforma inevitável em processo. Limites já estariam sendo pensados pelo *mainstream* (sujeito conservador), no entanto subsídios pró-velha economia retardam a mudança, alerta o sujeito crítico, enquanto o sujeito engajado resgata Collor de Mello pelo seu protagonismo na Conferência Rio 92 (meses antes do seu impeachment) tentando ampliar as vozes sobre uma nova economia (necessária).

Em maio de 2013, outra manchete de capa volta ao assunto, não mais pelo viés direto da economia verde, mas sim pela mudança climática: “ADAPTAÇÃO – Por que esta agenda ainda não ganhou toda a atenção que merece” (SD-C 4.1). Na mesma edição, uma das chamadas menores de capa anuncia: “DELFIN NETTO: Vivemos uma imensa falha de mercado”. O sujeito conservador aparece duas vezes, na manchete que o instiga a reagir e na chamada que lhe concede a fala. Na quinta e última capa analisada, a seção Economia Verde é pela primeira vez destacada em uma das chamadas da revista (na edição que comemora os sete anos da Página 22): “ECONOMIA VERDE: cultura de consumo desafia a Unilever” (SD-C 5.1). É a fala do sujeito crítico que ganha destaque para reafirmar, a partir de uma problematização, a necessidade de reformar a macroeconomia capitalista.

O discurso da economia verde construído pela revista Página 22 tem uma estrutura própria, com simetrias, sobreposições, apagamentos. Os arranjos tecidos clamam alto por uma reforma econômica. Ao mesmo tempo, por suas brechas escorrem não ditos revelando novas possibilidades de dizer. Na publicação estudada nesta pesquisa, o discurso da economia verde rompe com os sentidos estabelecidos sobre a relação entre capitalismo e meio ambiente ao dizer que um novo tipo de economia não apenas é possível como também é necessário e inevitável. E ao enunciar esta mensagem com tanta veemência expõe ainda os limites e as possibilidades do jornalismo ambiental.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como a revista *Página 22* constrói o discurso da economia verde? A publicação que pretende ser um fórum de debates sobre inovação e sustentabilidade, viabilizada por meio de uma parceria entre jornalistas e o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-GVces), constrói o discurso da economia verde estabelecendo alianças. A produção de sentidos é feita a partir de um ponto de vista, uma maneira de dizer o mundo, que nesta pesquisa chamei de formação discursiva *jornalismo ambiental reformista*. Nesta formação discursiva, a economia verde é uma reforma possível, necessária e inevitável do capitalismo. Este posicionamento reformista produz efeitos de sentido ao longo de todo discurso presente nos textos publicados durante os cinco anos e seis meses estudados nesta pesquisa.

Interpelado pela ideologia *capitalista reformista*, o sujeito desta formação discursiva ocupa quatro posições-sujeito distintas – engajado, crítico, cético e conservador - quando constrói o discurso da economia verde nesse discurso jornalístico especializado - profissional e engajado - que informa militando em defesa de reformas no capitalismo. Partindo de um tema específico e transversal (a economia verde), o discurso da revista *Página 22* é construído para transformar, mobilizar e promover o debate levando em consideração instrumentos de mercado. Nesta formação discursiva, a economia verde só pode e deve ser dita através de uma abordagem empresarial ambientalizada, assumida pela publicação quando ela discute inovação e sustentabilidade. As vozes que questionam a reforma verde ou o próprio capitalismo (cético e conservador) têm papel coadjuvante e/ou são silenciadas.

Redes parafrásticas foram produzidas para reforçar o sentido da economia verde como reforma possível, necessária e inevitável do capitalismo. A produtividade destas redes parafrásticas foi muito maior antes da Conferência Rio+20, o que sugere uma intenção da revista *Página 22* de antecipar os sentidos do acontecimento. Preparando sua vinda, assumiu uma posição aliada e alinhada com o PNUMA pró-economia verde no sentido não apenas de um modelo econômico desejável e possível, mas principalmente considerando a economia verde como o modelo certo de economia. Como os resultados das negociações patrocinadas pela ONU frustraram este entendimento de economia verde como solução lucrativa e sustentável de um suposto novo capitalismo, após o evento internacional a revista manteve o discurso, mas com uma produtividade parafrástica menor.

Esta modulação discursiva do *jornalismo ambiental reformista* da revista Página 22 faz com que o leitor saiba de antemão, antes de folhear suas páginas, que ela carrega dentro de si uma visão empresarial ambientalizada para tratar das intrincadas relações entre economia, meio ambiente e sociedade. A discussão inclui, necessariamente, o mercado. A publicidade que sustenta a revista é uma forma de aliança com o mundo empresarial interessado na oportunidade de dizer algo sobre a desejada sustentabilidade. Outra forma de aliança é o apoio de organizações não governamentais simpáticas ao ambientalismo de mercado.

As alianças mais duradouras da Página 22 no período estudado foram com o banco Santander, com o banco Itaú e com a empresa Natura, no mundo empresarial; e com a FGV e com o Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), que chegou a influenciar diretamente a pauta da publicação. Alguns membros do IDS defenderam com entusiasmo a economia verde nas páginas da revista, outros de maneira mais crítica. A revista também contou com o apoio (em edições específicas) de duas organizações que fomentam a discussão pró-economia verde no Brasil: a Fundação Konrad Adenauer, ligada ao partido União Demócrata Cristã da Alemanha; e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam).

O discurso é efeito de sentidos entre locutores e não existe sem sujeito como lugar de significação historicamente constituído. Por isso as alianças que viabilizam a publicação também se manifestam no e pelo discurso jornalístico. É o sujeito que fala de uma posição engajada e o sujeito que fala de uma posição crítica na formação discursiva *jornalismo ambiental reformista* que constroem, em um jogo de cumplicidade, o discurso da economia verde como reforma possível, necessária e inevitável do capitalismo. Fazem isso reforçando alianças e sentidos através de redes parafrásticas (para dizer o mesmo de maneira diferente) que incorporam os que não consideram a necessidade de uma reforma e os que não enxergam qualquer futuro para o capitalismo, considerado predador e excludente em sua essência. Relegando ambos, o cético e o conservador, a um papel coadjuvante nesse jogo discursivo, o *jornalismo ambiental reformista* da Página 22 os silencia.

Quando assume o ponto de vista da Economia Ecológica (reformista), o sujeito do discurso estudado nesta pesquisa defende limites para o mercado (capitalista). É assim, propondo limites, que busca, até certo ponto, um diálogo com o sujeito da Economia Ambiental (conservador) e com o sujeito do Ecologismo Popular (cético). Economias afetam ambientes e ambientes afetam economias. Todos parecem concordar com este ponto. Outro consenso que vai surgindo é sobre a gravidade das mudanças ambientais globais. O que ainda

falta a meu ver é um acordo mínimo sobre as soluções possíveis. O jornalismo ambiental precisa desempenhar o papel de mediador neste debate. Nos veículos especializados e segmentados, mas também nas demais redações. Reforçar pontos de vista falando e dando voz para os que já pensam da mesma forma é necessário, sem dúvida, mas não é suficiente diante dos problemas socioambientais do presente. Ouvir o(s) outro(s) é o nosso desafio.

Quando decidi analisar o discurso da revista Página 22 sobre a economia verde, publicação que se destaca no jornalismo ambiental brasileiro pela importância das pautas que propõe e pela qualidade dos seus textos, além de compreender o seu funcionamento discursivo também pretendia contribuir de alguma maneira com a construção de uma teoria do jornalismo ambiental. A Análise do Discurso de linha francesa me ajudou a perceber os movimentos do sujeito entre as bordas permeáveis do *jornalismo ambiental reformista* e o papel da rede parafrástica produzida no processo de construção do discurso da economia verde como reforma possível, necessária e inevitável do capitalismo. A análise do discurso, construído com alianças e silenciamentos, sugere limites e possibilidades de atuação para o jornalismo ambiental profissional e engajado no capitalismo.

Além de uma especialização temática da atividade jornalística consolidada no Brasil na última década do século XX, o jornalismo ambiental também é um compromisso com a promoção de uma qualidade de vida planetária e com a construção social de uma realidade mais justa e ecológica. A contextualização socioambiental, a relação risco/limite, os processos longos, a incerteza científica e a complexidade técnica estão entre as suas características. Para além das consequências, as causas e as soluções precisam ser discutidas através de uma diversidade de fontes. Este é o compromisso ético que deve ser assumido pelos jornalistas diante de uma crise socioambiental e de um planeta com mudanças ambientais globais com impactos econômicos e sociais cada vez maiores.

O jornalismo ambiental brasileiro começou a ganhar forma ainda durante a ditadura militar através de alianças com cientistas e ecologistas, alianças estas que foram reforçadas na segunda metade dos anos 1980 resultando na consolidação desta especialização às vésperas da Conferência Rio 92. Nos anos 1990, o setor empresarial entrou com seu poder econômico progressivamente no debate ambiental estabelecendo suas próprias alianças. A revista Página 22 é fruto deste novo contexto da sustentabilidade empresarial (soluções pelo mercado) que surgiu primeiro como produção mais limpa (poluição como desperdício de dinheiro) e hoje se consolidou como oportunidade de novos negócios, ou economia verde.

Considero profissional o jornalismo ambiental praticado pela revista Página 22, pois é capaz de analisar criticamente e com profundidade os temas abordados; e também engajado, pois informa para transformar, promove um fórum sobre inovação e sustentabilidade com a intenção de defender reformas no capitalismo, sistema que, do jeito que está, concentra cada vez mais riqueza esgotando e destruindo os recursos naturais e os serviços ambientais. Falha ainda, no entanto, quando não consegue conceder a palavra para quem pensa de outra forma, carregando em paráfrases, em maneiras diferentes de dizer o mesmo, abrindo pouco espaço para os que não comungam da visão empresarial ambientalizada. Ouvir o(s) outro(s) é o grande desafio do nosso tempo de vidas compartilhadas e de solidões interativas.

Poderia ser diferente? Uma publicação jornalística especializada e segmentada fruto de uma parceria com uma escola de administração de empresas, sustentada por anúncios de grandes empresas, poderia defender o fim do capitalismo? O jornalismo ambiental reformista é o limite do jornalismo ambiental possível para uma publicação como a revista Página 22. E neste sentido a revista contribui com a consolidação do jornalismo ambiental mostrando que ele necessita de alianças para sobreviver. Somente por meio de alianças é possível agendar temas socioambientais. O jornalismo ambiental reformista praticado pela Página 22 cumpre um papel relevante mostrando limites e possibilidade de ação dentro do capitalismo, mas ele não é o único jeito de fazer jornalismo ambiental.

Um ponto de vista reformista seria o limite para o jornalismo ambiental dentro do capitalismo? A meu ver não. Questionar o capitalismo de um ponto de vista reformista já seria um enorme avanço, pois significaria: questionar a religião econômica do crescimento permanente, mostrando que é preciso discutir a qualidade deste crescimento; discutir a real necessidade de manter a roda girando através da criação incessante de novas necessidades de consumo; questionar os desperdícios; mostrar a necessidade de sistemas produtivos mais eficientes; significaria pensar cidades feitas para as pessoas e não para os carros; e também mostrar que a natureza pode voltar a fazer parte da cultura humana.

Se o jornalismo ambiental conseguisse emplacar sempre estas pautas reformistas acima citadas, como faz a revista Página 22, acredito que já estaria dando uma grande contribuição. No entanto, ele também pode ajudar a discutir com seriedade o significado de uma vida mediada por mercadorias; poderia mostrar a luta de classes presente nos debates sobre a propriedade dos recursos naturais cada vez mais escassos. Deveria também voltar a denunciar a maquiagem verde presente nos discursos empresariais que de tão comum quase

não é mais notada. Pode e deve olhar com cuidado as consequências sociais e ambientais dos novos mercados de carbono; acompanhar de perto, e denunciar quando for o caso, o processo em implantação de pagamento por serviços ambientais; assim como tem a obrigação profissional de investigar jornalisticamente os processos de licenciamento ambiental, sempre cheios de problemas no Brasil; além de denunciar permanentemente os governos pelo sucateamento dos órgãos ambientais.

O jornalismo ambiental pode e tem sido feito não apenas em veículos especializados e segmentados, como a Página 22, mas também nas grandes redações. Falta convicção aos jovens jornalistas que dizem que não é possível fazer jornalismo ambiental em veículos comerciais. O jornalismo ambiental sempre foi fruto do empenho pessoal de jornalistas dentro das redações. Há limites? Sim. Como tudo na vida. Há problemas? Sim. Mas também há muitas possibilidades. Diante das mudanças estruturais no Jornalismo, me filio às vezes que dizem que só terá espaço na algaravia digital quem investir naquilo que faz bem, e não em mais do mesmo. O jornalista, portanto, deve assinar reportagens. Se ele não o fizer, quem o fará? Pode assinar quantos manifestos quiser desde que nunca deixe de assinar também reportagens. Desde que nunca deixe de fazer Jornalismo.

Quem paga a conta do Jornalismo diante das transformações que acompanham o processo de digitalização e virtualização da vida é o grande debate do momento. Questão antiga para o jornalismo ambiental brasileiro sempre marginalizado. Neste sentido, a Página 22 tem uma contribuição a dar neste debate sobre modelo de financiamento do trabalho jornalístico no capitalismo. Ela é viabilizada por parcerias privadas. Estas alianças impõem limites ao seu discurso. É neste limite que ela trabalha. A observação feita por Max Weber em 1910 ainda é atual. A empresa jornalística (grande, média ou pequena) serve sempre a dois clientes com interesses nem sempre iguais: os anunciantes e o leitor. Esta tensão é da natureza do Jornalismo, antes e depois da internet.

O que mudou no século XXI é que está mais fácil e também mais difícil fazer Jornalismo. A internet, que facilita a apuração e a distribuição, dificulta a comercialização. Se tudo é gratuito na rede, por que pagar pelo Jornalismo? Se qualquer militante ou profissional escreve sobre meio ambiente em blogs e redes sociais, para que investir em veículos que fazem jornalismo ambiental? Alguém ainda precisa responder com credibilidade e profissionalismo à pergunta primordial: o que está acontecendo? Quem tem capacidade de fazer isso são os jornalistas, quando fazem Jornalismo. O que ainda não está claro é se haverá

espaço para esta mediação ou se estamos mesmo condenados a viver em guetos, aprisionados em nosso individualismo egoísta e narcísico. Se assim for continuaremos consumindo e devastando a natureza em escala industrial-compulsiva. Como escreveu Georgescu-Roegen, talvez nosso destino seja mesmo deixar o planeta Terra para as amebas.

Dizer que o Jornalismo falha e tem problemas não é mais suficiente. Claro que o Jornalismo tem limites. Basta olhar suas condições de produção: mercado de trabalho incerto e muitas vezes precário, ausência de regulação, monopólios, falta de apoio para iniciativas alternativas, falta de dinheiro para apuração, falta de tempo para fazer tudo que os mundos digitais exigem. O que é preciso agora é compreender suas novas condições de possibilidade. Estudar também os acertos. Descobrir como, apesar de tudo, ainda há profissionais que fazem Jornalismo. Esta talvez seja a pequena contribuição desta pesquisa: mostrar como, apesar de todos os limites, a Página 22 ainda consegue fazer jornalismo ambiental. Mesmo a partir de uma visão empresarial ambientalizada, a publicação pauta novas questões, discute o que muitos não querem e tantos outros sequer enxergam.

Sim, é possível!

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Ed. Abril, 2012.
- ABREU, Míriam Santini de. **Quando a palavra sustenta a farsa: o discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.
- AGUIAR, Leonel. **As diretrizes curriculares e a formação específica em jornalismo**. Alceu, Rio de Janeiro: PUC-Rio, v.14, n.27, p.162-175, jul./dez. 2013.
- AGUIAR, Sonia. **Análise dos estudos sobre jornalismo ambiental: primeiras incursões**. 9º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, Rio de Janeiro, 2011, disponível em <http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/9encontro/CC_23.pdf>.
- ALIER, Joan Martínez. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: Editora da FURB, 1998.
- ALLEN, Cameron; CLOUTH, Stuart. **A guidebook to the Green Economy**. Nova Iorque: UN Division for Sustainable Development, 2012. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/GE%20Guidebook.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2015.
- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- ANNAN, Kofi A. **Nós, os povos: o papel das nações unidas no século XXI**. Nova Iorque: Departamento de Informações das Nações Unidas, 2000. Disponível em: <<https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/Nosospovos.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2015.
- ARNT, Ricardo. Imprensa discrimina o meio ambiente. **Relatório do laboratório ambiental para imprensa realizado no Vale do Ribeira/SP**. Fundação SOS Mata Atlântica: São Paulo, 1994. p.73-80.
- ARNT, Ricardo. **O que os economistas pensam sobre sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2011.
- BARBIER, Edward. **Rethinking the economy recovery: a global green new deal**. UNEP, 2009. Disponível em: <<http://www.sustainable-innovations.org/GE/UNEP%20%5B2009%5D%20A%20global%20green%20new%20deal.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2015.
- BARROS, Antonio Teixeira de. **A informação ambiental nos estudos de jornalismo: análise de investigações realizadas no Brasil e em Portugal**. Investigação pós-doutoral. Universidade Fernando Pessoa, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Porto, 2008.
- BARROS, Antonio Teixeira de. Dimensão filosófica e política do pensamento ambiental contemporâneo. **Veritas**, Porto Alegre, v. 57, n.1, jan./abr, p.92-111, 2012.
- BARROS, Antonio Teixeira; LIMA, Maria Érica de Oliveira. A eficácia do jornalismo ambiental: dinâmicas e possibilidades. In: X Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2012, Curitiba. **Anais ...** Curitiba: SBPJor, 2012. Disponível em: <

http://sbpjor.kamotini.kinghost.net/sbpjor/admjor/arquivos/10encontro/comunicacoes_coordeadas/antonio_teixeira_de_barros_maria_erica_de_oliveira_lima.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2015.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na comunicação**. 6. ed. São Paulo: Summus, 2008.

BELMONTE, Roberto Villar. Aliança é a saída para combater censura imposta pelo ambientalismo empresarial. **Relatório do laboratório ambiental de jornalismo imprensa e pantanal**. Campo Grande: UFMS, 1997. p. 31-36.

BELMONTE, Roberto Villar. Cidades em mutação: menos catástrofes e mais ecojornalismo. In: VILAS BOAS, Sergio (Org.). **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2006. p.15-48.

BELTRÃO, Luiz [1959]. **Iniciação à Filosofia do Jornalismo**. São Paulo: Edusp, 1992.

BENETTI, Marcia. Análise do Discurso em Jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; _____ . (Org.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 107-122.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. **Galáxia** (PUCSP), v. 15, p. 13-28, 2008.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como acontecimento. In: _____; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (Org.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010. p.143-164.

BENETTI, Marcia. Revista e jornalismo: conceitos e particularidades. In: TAVARES, Frederico de Mello Brandão; SCHWAAB, Reges. (Org.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013, p. 44-57.

BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BERTI-SANTOS, Sonia Sueli. Pêcheux. In: Luciano Amaral Oliveira. (Org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 209-234.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2a. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

BUITONI, Dulcilia Schroeder. Revista e segmentação: dividir para reunir. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges (Org.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p.107-118.

CALDAS, Suely. **Jornalismo econômico**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma Nova Extensão Rural**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 1, n.1, p. 16-37, 2000.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas**. São Paulo, SP: Cultrix, 2002.

CASTRO, Fábio Fonseca. **A sociologia fenomenológica de Alfred Schutz**. Revista Ciências Sociais Unisinos, v. 48, p. 52-60, 2012.

CECHIN, Andrei; VEIGA, José Eli da. O fundamento central da economia ecológica. In: MAY, Peter H. (org.). **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo. Contexto, 2012.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Agenda 21**. 2.ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997.

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL. **Economia verde: desafios e oportunidades**. Política Ambiental n. 8, jun. 2011 – Belo Horizonte, 2011.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade: para uma ética da informação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

COSTA, Luciano Martins. **Escândalo**. Blog do Altino, 2006. Disponível em: <<http://www.altinomachado.com.br/2005/11/adiante.html>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

DETJEN, Jim. A new kind of environment reporting is needed. **Nieman Reports**, Cambridge, v.56, n.4, p. 38-40, 2002.

DOMINGUEZ, Carlos André Echenique; TEIXEIRA, Taís Garcia; VECCHIA, Veridiana Dalla. Três olhares sobre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Como o uso de fontes e de critérios de noticiabilidade guiaram a cobertura de três veículos de comunicação antes da Rio +20. **10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**, Curitiba, 2012.

ELY, Aloísio. **Economia do meio ambiente: uma apreciação introdutória interdisciplinar da poluição, ecologia e qualidade ambiental**. 4.ed. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1990.

ESHELMAN, Robert S. O perigo do equilíbrio. **Revista de jornalismo ESPM**, São Paulo, n.10, jul./ago. 2014. p.52-57

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Nas trilhas do discurso: a propósito de leitura, sentido e interpretação. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **A leitura e os leitores**. Campinas: Pontes, 1998. p. 200-208.

FERREIRA, M. C. L. **O quadro atual da análise do discurso**. Cadernos de Comunicação (UFSM), v. 1, p. 39-46, 2003.

FERREIRA, M. C. L. (Org.). **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: UFRGS. Instituto de Letras, 2005.

FERREIRA, M. C. L. O lugar do social e da cultura numa dimensão discursiva. In: Freda Indursky; Solange Mittmann; _____. (Org.). **Memória e História na/da análise do discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2011. p. 55-64.

FERREIRA, M. C. L. (Org.); INDURSKY, Freda (Org.); MITTMANN, Solange (Org.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

FIGARO, Roseli (org.). **Comunicação e análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora UFS/Fundação Oviedo Teixeira, 2005.

FRANÇA, Renné Oliveira. Revista e referentes: a pensata na construção do mundo de cada publicação. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges (Org.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 93-105.

FRANÇA, Vera. **O acontecimento e a mídia**. Galaxia, São Paulo, n. 24, p. 10-21, dez. 2012. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/12939> >. Acesso em: 19 fev. 2015.

FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL. **O lado b da economia verde**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br>>.

GARCIA, Ricardo. **Sobre a terra**: um guia para quem lê e escreve sobre ambiente. Lisboa: Público, 2006.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **O decrescimento**: entropia, ecologia, economia. São Paulo: Editora Senac, 2012.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Ortiz, 1989.

GERAQUE, Eduardo Augusto. **Reportagens atravessadas**: um mergulho, via Teoria Geral dos Sistemas, na cobertura da poluição atmosférica feita por jornais brasileiros e mexicanos. Tese (doutorado). 2006. 243 f. Programa de Pós-Graduação em Integração na América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

GIRARDI, Ilza; LOOSE, Eloísa Beling; BAUMONT, Clarissa Cerveira (orgs.). **Ecos do planeta: estudos sobre informação e jornalismo ambiental**. Porto Alegre, RS: Editora da Ufrgs, 2011.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho ; MORAES, Claudia ; MASSIERER, Carine . Possibilidades do jornalismo diante da problemática ambiental. In: **Congreso Latinoamericano de Investigadores en Comunicación**, Montevideo, 2012.

GIRARDI, Ilza; MORAES, Cláudia H. de; LOOSE, Eloisa B.; NEULS, Gisele; MASSIERER, Carine; CAMANA, Ângela; GERTZ, Laura. O olhar do jornalismo sobre a Economia Verde: estudo a partir da cobertura da Rio+20 pelos portais G1, Terra e UOL. **10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**, Curitiba, 2012.

GIRARDI, Ilza et al. Caminhos e descaminhos do jornalismo ambiental. **Comunicação & Sociedade**, V. 34, p. 132-152. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2012.

GORBACHEV, Mikhail. **Perestroyka: novas ideias para o meu país e o mundo**. São Paulo: Editora Best Seller, 1987.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido: fundamentos da ciência dos jornais**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2011.

HANNIGAN, John. **Sociologia ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2006.

HAWKEN, Paul; LOVINS, Amory; LOVINS, L. Hunter. **Capitalismo natural: criando a próxima revolução industrial**. São Paulo: Cultrix, 1999.

INDURSKY, Freda. A prática discursiva da leitura. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **A leitura e os leitores**. Campinas: Pontes, 1998. p.189-200.

INSTITUTO DEMOCRACIA E SUSTENTABILIDADE. **Relatório de atividades e prestação de contas 2013**. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.idsbrasil.net/download/attachments/17399866/Relatorio-IDS-2013.pdf?version=1&modificationDate=1411178090000&api=v2>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

JACKSON, Tim. **Prosperity without growth? The transition to a sustainable economy**. Sustainable Development Commission, 2009. Disponível em: <http://www.sd-commission.org.uk/file_download.php?target=/publications/downloads/prosperity_without_growth_report.pdf>. Acesso em 12 fev. 2015.

JOHN, Liana. Imprensa, meio ambiente e cidadania. 2001. **Ciência & ambiente**, Santa Maria, n.23, p.87-94, jul./dez. 2001.

KARAM, Francisco José Castilhos. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus, 1997.

KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. **Introdução à Terminologia: teoria & prática**. São Paulo: Contexto, 2004.

KRIEGER, Maria da Graça et al. **Glossário multilíngue de direito ambiental internacional: terminologia dos tratados**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

LEMINSKY, Paulo. **La vie en close**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LEROY, Jean Pierre et al. **Rio+20: resistir ao ambientalismo de mercado** e fortalecer os direitos e a justiça socioambiental. Rio de Janeiro: FASE, 2011. Disponível em: <<http://fase.org.br/wp-content/uploads/2014/08/Rio+20-2011.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. As brechas da indústria cultural brasileira. In: FESTA, Regina; _____ (Orgs.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986. p.31-52.

LOHMAN, Larry. La economia verde. In: _____ et al. **Capitalismo Verde**. Quito: Instituto de Estudios Ecologistas del Tercer Mundo, 2012. p. 9-44.

LOOSE, Eloisa. **Jornalismo ambiental em revista: das estratégias aos sentidos**. 2010. 158 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Loyola, 2010.

LUTZENBERGER, José. **Fim do futuro?** Manifesto ecológico brasileiro. 4. ed. Porto Alegre: Movimento, 1980.

LUTZENBERGER, José. **Garimpo ou gestão: crítica ecológica ao pensamento econômico**. Porto Alegre: Mais Que Nada Administração Cultural, 2009.

MAGALHÃES, Belmira Rita da Costa. Sujeito no e do discurso: pensando a resistência. In: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane. (Org.). **Análise de discurso em perspectiva: teoria, método e análise**. Santa Maria: Editora UFSM, 2013. p. 203-217.

MARÃO, José Carlos; RIBEIRO, José Hamilton. **Realidade: a história e as melhores matérias da revista que marcou o jornalismo e influenciou as mudanças no país**. Santos: Realejo Edições, 2010.

MARQUES, Randáu. O bom jornalismo é um instrumento de mudanças sociais. **Revista Ecos**, Porto Alegre, n.1, mai.1994. p.7-11.

MATIAS, Eduardo Felipe P. **A humanidade contra as cordas**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

MAY, Peter H. (Org.). **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MAY, Peter H. Mecanismos de mercado para uma economia verde. **Política Ambiental**: Belo Horizonte, n. 8, p. 170-177, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.conservation.org.br/publicacoes/politicaambiental8.php>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

McCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald. L. A evolução da pesquisa sobre o agendamento: vinte e cinco anos no mercado das ideias. In: TRAQUINA, Nelson. **O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento**. Coimbra: Minerva, 2000.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo e construção social do acontecimento. In: BENETTI, Marcia; FONSENCA, Virginia Pradelina da Silveira (Org.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamento críticos**. Florianópolis: Insular, 2010. p.19-42.

MEYER, Philip. **A ética no jornalismo: um guia para estudantes, profissionais e leitores**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

MORAL, Javier Fernández del; RAMÍREZ, Francisco Esteve. **Fundamentos de la información periodística especializada**. Madrid: Editorial Síntesis, 1993.

MORENO, Camila. La economía verde y mercados de carbono. In: LOHMAN, Larry et al. **Capitalismo Verde**. Quito: Instituto de Estudios Ecologistas del Tercer Mundo, 2012a. p. 45-71.

MORENO, Camila. Creando mercados ambientales: del carbono a la biodiversidad. In: LOHMAN, Larry et al. **Capitalismo Verde**. Quito: Instituto de Estudios Ecologistas del Tercer Mundo, 2012b. p. 72-90.

MORENO, Camila. Las ropas verdes del rei. In: LÓPEZ, Claudia (Coord.). **Alternativas al capitalismo/colonialismo del siglo XXI**. Quito, Equador: Ediciones Abya Yala, 2013. p. 63-97. Disponível em <<http://www.rosalux.org.ec/attachments/article/727/Alternativas%20al%20capitalismoimprenta.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

NAÇÕES UNIDAS. **O futuro que queremos**. Rio de Janeiro: ONU, 2012. Disponível em: <<http://www.uncsd2012.org/thefuturewewant.html>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

NAVARRO, Pedro. O pesquisador da mídia: entre a “aventura do discurso” e os desafios do dispositivo de interpretação da AD. In: _____ (Org.). **Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006. p.67-91.

NELSON, Peter. **Dez dicas práticas para reportagens sobre o meio ambiente**. Washington: International Center for Journalists, 1994.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006.

NOVAES, Washington. A contabilidade ambiental. **Relatório do laboratório ambiental para imprensa realizado no Vale do Ribeira/SP**. Fundação SOS Mata Atlântica: São Paulo, 1994. p.65-72.

ODUM, Eugene P. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

OLIVEIRA, Fabíola de. **Jornalismo científico**. São Paulo: Contexto, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4a. ed. Campinas: Pontes, 1996b.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. 3.ed. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. 2.ed. Campinas: Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Ciência da linguagem e política**: anotações ao pé das letras. Campinas: Pontes, 2014.

PÁGINA 22. 2006. São Paulo: FGV/GVces, n.1, set. 2006. Edição de lançamento. Disponível em: <<http://www.pagina22.com.br/index.php/category/revista/01/>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel; CUNHA, André Moreira. **Noções de economia**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

PARK, Robert. **A notícia como forma de conhecimento**: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa. V.2. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 51-70.

PAVESE, Helena Boniatti. Delineamento de uma economia verde. **Política Ambiental**: Belo Horizonte, n. 8, p. 15-23, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.conservation.org.br/publicacoes/politicaambiental8.php>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

PEARCE, David W; MARKANDYA, Anil; BARBIER, Edward B. **Blueprint for a green economy**. 6.ed. Londres: Earthscan Publications Limited, 1994.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 4.ed. Campinas: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, Michel. **Ler o arquivo hoje**. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). Gestos de leitura. 3.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

PÊCHEUX, Michel. Ideologia: aprisionamento ou campo paradoxal? In: **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. 2. Ed. Campinas: Pontes, 2011. p. 107-119.

PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal. **O jornalismo em tempo de mudanças estruturais**. Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v.1, n.24, p.38-57, jan./jun. 2011.

PEREIRA, José Alberto Gonçalves. **Radar Rio+20** – Por dentro da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. FGV / ISA / VITAE CIVILIS, 2011. Disponível em: < <http://www.radarrio20.org.br/index.php?r=conteudo/view&id=17&idmenu=30>>.

PETRARCA, Fernanda Rios. O surgimento do “jornalismo ambiental” e as lógicas de engajamento na produção de notícias ambientais no Rio Grande do Sul. In: **IV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**, 2008, Brasília. Anais... Brasília: Anppas, 2008. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT10-540-253-20080510110629.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

PIERRE, Monika Djerf. **Green news: environmental reporting in Swedish television News 1961-1994**. Gotemburgo: Göteborg University, 1996.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINTO, Lúcio Flávio. Sob a floresta que cai. **Agenda Amazônica**, Belém, ano 2, n. 14, out. 2000. p.6-9.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PRADO, José Luiz Aidar; PRATES, Vinicius. Regimes de convocação do ambientalismo nas revistas brasileiras de negócios. **Brazilian Journalism Research**, Volume 8, Número 2, 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. **Rumo a uma economia verde: caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza**. UNEP, 2011. Disponível em: <http://www.unep.org/greeneconomy/Portals/88/documents/ger/Green_Economy_Full_report_pt.pdf> Acesso em: 12 fev. 2015

PULITI, Paula. **A financeirização do noticiário econômico no Brasil no Brasil (1989-2002)**. 2009. 314 f. Tese (Doutorado). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

QUÉRÉ, Louis. **Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento**. Trajectos. Revista de Comunicação, Cultura e Educação, Lisboa, n. 6, p. 59-75, 2005.

RAMONET, Ignacio. **La explosion del periodismo: internet pone en jaque a los medios tradicionales**. Bogotá: Le Monde Diplomatique, 2011.

RAMOS, Luís Fernando Angerami Ramos. **Meio ambiente e meios de comunicação**. São Paulo: Annablume, 1996.

REGINATO, Gisele Dotto. **Em busca da complexa simplicidade: o consumo no discurso jornalístico da revista Vida Simples**. 2011. 199 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação)-Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

ROGERS, Paul. Complexity in environment reporting is critical to public decision-making. **Nieman Reports**, Cambridge, v.56, n.4, p. 32-34, 2002.

ROLLEMBERG, Armando. Seminário para jornalistas sobre população e meio ambiente. **Anais**. Brasília: Fenaj, 1989.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Economia ou economia política da sustentabilidade. In: MAY, Peter H. (org.). **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SAFATLE, Amália. As voltas que o mundo dá. **Revista Página 22**: São Paulo, n.31, jun. 2009. Reportagem, p. 16-23.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2003.

SCHARF, Regina. Economia sustentável é utopia, contradição ou lucro certo? In: BOAS, Sérgio Vilas (Org.). **Formação e informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004. p.49-77.

SCHUTZ, Alfred. Intersubjetividade e conhecimento. In: MORTENSEN, C. DAVID. **Teoria da comunicação: textos básicos**. São Paulo: Mosaico, 1980. p. 397-402.

SCHWAAB, Reges Toni; TAVARES, Frederico de Mello Brandão. O tema como operador de sentidos no jornalismo de revista. **Galáxia**, São Paulo, n. 18, p.180-193, dez. 2009.

SCHWAAB, Reges. Edições Verdes da revista Época: gramáticas ecológicas no jornalismo contemporâneo. **Intexto** (UFRGS. Online), v. 2, p. 202-218, 2010.

SCHWAAB, Reges. **Uma ecologia do jornalismo: o valor do verde no saber dizer das revistas da Abril**. 2011. 214 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SCHWAAB, Reges; ZAMIN, Angela. O discurso jornalístico e a noção-conceito de interdiscurso. **Vozes e Diálogo**, Itajaí, v. 13, p. 46-62, 2014.

SCHMIDHEINY, Stephan. **Mudando o rumo: uma perspectiva empresarial global sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1992.

SECRETARIADO DA AVALIAÇÃO ECOSISTÊMICA DO MILÊNIO. **Relatório-Síntese da Avaliação Ecosistêmica do Milênio**, 2005. Disponível em: <<http://www.millenniumassessment.org/documents/document.446.aspx.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

SODRÉ, Muniz. **A comunicação do grotesco: um ensaio sobre a cultura de massa no Brasil**. 11a. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis: Vozes, 2009.

STERN, Nicholas. **Stern Review: the economics of climate change**. Londres: HM Treasury Office, 2006. Disponível em: <http://mudancasclimaticas.cptec.inpe.br/~rmclima/pdfs/destaques/sternreview_report_compl ete.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2015.

SUKHDEV, Pavan. **A economia dos ecossistemas e da biodiversidade**: um relatório preliminar. European Communities, 2008. Disponível em: <http://www.teebweb.org/media/2008/05/TEEB-Interim-Report_Portuguese.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2015.

TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges (orgs.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

TAVARES, Márcia. Economia verde na América Latina: as origens do debate nos trabalhos da CEPAL. **Política Ambiental**, n. 8, p. 58-70, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.conservation.org.br/publicacoes/politicaambiental8.php>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**. Lisboa: Quimera, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. V.1. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

UNGARETTI, Wladimir Netto. **Empresariado e ambientalismo**: uma análise de conteúdo da Gazeta Mercantil. São Paulo: Annablume, 1998.

URBAN, Teresa. **Missão (quase) impossível**: aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2001.

WEBER, Max. Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa. V.1. Porto Alegre: Sulina, 2006. p.34-44.

WERDELIN, Lars. **O rei das bestas selvagens**. Scientific American Brasil, São Paulo, n.139, p. 26-31, dez. 2013.

WILLIAMSON, John. **A Short History of the Washington Consensus**. Barcelona: Institute for International Economics, 2004. Disponível em: <<http://www.piie.com/publications/papers/williamson0904-2.pdf>>. Acesso em 07 fev.2015.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: SULINA, 2010.

REFERÊNCIAS DO CORPUS

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 31, jun. 2009.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 34, set. 2009.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 36, nov. 2009.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 38, fev. 2010.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 42, jun. 2010.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 43, jul. 2010.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 44, ago. 2010.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 45, set. 2010.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 46, out. 2010.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 47, nov. 2010.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 48, dez. 2010.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 49, fev. 2011.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 50, mar. 2011.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 51, abr. 2011.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 52, mai. 2011.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 53, jun. 2011.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 54, jul. 2011.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 55, ago. 2011.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 56, set. 2011.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 57, out. 2011.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 58, nov. 2011.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 59, dez. 2011.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 60, fev. 2012.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 61, mar. 2012.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 62, abr. 2012.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 63, mai. 2012.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 64, jun. 2012.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 65, jul. 2012.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 66, ago. 2012.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 67, set. 2012.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 68, out. 2012.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 69, nov. 2012.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 70, dez. 2012.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 71, fev. 2013.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 72, mar. 2013.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 73, abr. 2013.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 74, mai. 2013.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 75, jun. 2013.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 76, jul. 2013.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 77, ago. 2013.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 78, set. 2013.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 79, out. 2013.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 80, nov. 2013.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 81, dez. 2013.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 82, mar. 2014.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 83, abr. 2014.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 84, mai. 2014.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 85, jun. 2014.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 86, jul. 2014.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 87, ago. 2014.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 88, set. 2014.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 89, out. 2014.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 90, nov. 2014.

PÁGINA 22. São Paulo: EAESP, GVces, n. 91, dez. 2014.

APÊNDICE A

QUADRO A: Anunciantes da revista Página 22 por edição

EDIÇÃO	ANUNCIANTES
n.31-Jun09	Banco Real Santander (2) / Gráfica d'Lippi (1) / Ambiental Expo 2009 (1) / Caixa (3º capa) / Natura (4º capa)
n.32-Jul09	Banco Real Santander (2) / Sustentável 2009/CEBDS (1) / Senac (3ª capa) / Itaú (4ª capa)
n.33-Ago09	Banco Real Santander (2) / Biofach (1) / II Simpósio Brasileiro de Construção Sustentável (1) / IDEC (1) / Caixa (3ª capa) / Natura (4ª capa)
n.34-Set09	Banco Real Santander (2) / Nestlé (1) / Biofach (1) / Classificados (1) / Fibria (1) / BB (3ª capa) / Itaú (4ª capa)
n.35-Out09	Banco Real Santander (2) / Nestlé (1) / Demanda Pesquisa (1) / BAWB – Global Forum (1) / Classificados (1) / BB (3ª capa) / Natura (4ª capa)
n.36-Nov09	Banco Real Santander (2) / Nestlé (1) / Imaflora (1) / Classificados (1) / Demanda Pesquisa (3ª capa) / Itaú (4ª capa)
n.37-Dez09/Jan10	Banco Real Santander (2) / Nestlé (1) / TetraPak (2) / Classificados (1) / BB (3ª capa) / Natura (4ª capa)
n.38-Fev10	Santander (2) / Feira Brasil Certificado (1) / Ethos (3ª capa) / Natura (4ª capa)
n.39-Mar10	Santander (2) / Natura (2) / MGD Escó (1/3) / Construtora Holcim (1) / The Nature Conservancy (3ª capa) / Itaú (4ª capa)
n.40-Abr10	Santander (2) / Ethos (1) / Rubens Naves Advogados (1) / Conferência da Global Report Initiative (3ª capa) / Natura (4ª capa)
n.41-Mai10	Santander (2) / Construtora Holcim (1) / SOS Mata Atlântica (3ª capa) / Itaú (4ª capa)
n.42-Jun10	Santander (2) / Tetra Pak (1) / Braskem (1) / Caixa (1) / Bradesco (3ª capa) / Toyota (4ª capa)
n.43-Jul10	Santander (2) / Ambev (2) / Construtora Holcim (1) / Braskem/Natura (1) / Vale (3ª capa) / Itaú (4ª capa)
n.44-Ago10	Santander (2) / Ambev (1) / Holcim Construtora (1) / Coca-Cola (3ª capa) / Natura (4ª capa)
n.45-Set10	Santander (2) / Coca-Cola (1) / Ambev (1) / Greenpeace (1) / Procter & Gamble/Braskem (3ª capa) / Itaú (4ª capa)
n.46-Out10	Santander (2) / Ambev (1) / Caminhos empresariais para uma economia de baixo carbono FGV (1) / Braskem (3ª capa) / Natura (4ª capa)
n.47-Nov10	Santander (2) / Construtora Holcim (1) / Caixa (3ª capa) / Itaú (4ª capa)
n.48-Dez10/Jan11	Santander (2) / Ambev (1) / Construtora Holcim (1) / Good Year (1) / Itaú (2) / Caixa (3ª capa) / Natura (4ª capa)
n.49-Fev11	Santander (2) / Ambev (1) / PEC-FGV (3ª capa) / Vale (4ª capa)
n.50-Mar11	Santander (2) / Movimento Mais Feliz (1) / Humane Society Internationl (3ª capa) / Itaú (4ª capa)
n.51-Abr11	Santander (2) / BB (2) / Instituto Bioatlântica (3ª capa) / Natura (4ª capa)
n.52-Mai11	Santander (2) / Natura (1) / SOS Mata Atlântica (1) Goodyear (3ª capa) / Itaú (4ª capa)
n.53-Jun11	Santander (2) / BB (1) / Votorantin (1) / Toyota (1) / Fibria (1) / Tetra Pak (3ª capa) / Natura (4ª capa)
n.54-Jul11	Santander (2) / Ethos (1) / Natura (2) / FGV/GHG Protocol (1) / Goodyear (3ª capa) / Itaú (4ª capa)
n.55-Ago11	Santander (apoio coluna Estalo) / Greenpeace (1) / Tetra Pak (3ª capa) / Natura (4ª capa)
n.56-Set11	Santander (2) / SOS Mata Atlântica (1) / Coca-Cola (3ª capa) / Itaú (4ª capa)
n.57-Out11	Santander (2) / Itaú (2) / FGV/GHG Protocol (3ª capa) / Natura (4ª capa)
n.58-Nov11	Santander (2) / Bradesco (2) / Toyota (1) / Tetra Pak (1) / Coca-Cola (3ª capa) / Itaú (4ª capa)
n.59-Dez11/Jan12	Santander (2) / Agência de viagens Venturas (3ª capa) / Natura (4ª capa)
n.60-Fev12	Empresas pelo clima/FGV (2ª capa) / Tetra Pak (3ª capa) / Natura (4ª capa)
n.61-Mar12	Brasil Certificado (2ª capa) / Projeto Contem/Aktuell (3ª capa) / Itaú (4ª capa)
n.62-Abr12	Santander (2) / Itaú (2) / Debates Radar Rio + 20 (3ª capa) / Natura (4ª capa)
n.63-Mai12	BM&FBovespa (3ª capa) / Itaú (4ª capa)

conclusão

QUADRO A: Anunciantes da revista Página 22 por edição

EDIÇÃO	ANUNCIANTES
n.64-Jun12	Santander (2) / Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS (apoio) / Tetra Pak (1) / Votorantin (1) / C& A (1) / Braskem (1) / Klabin (1) / Toyota (1) Governo Federal (3) / Coca-Cola (3ª capa) / Natura (4ª capa)
n.65-Jul12	Santander (2) / IDS (apoio) / Senac (1) / Tetra-Pak (3ª capa)
n.66-Ago12	Santander (2) / IDS (apoio) / Calhau (1) / GHG Protocol/FGV (3ª capa) / Natura (4ª capa)
n.67-Set12	Santander (2) / IDS (apoio) / Fórum de Inovação e Sustentabilidade/FGV (3ª capa) / Itaú (4ª capa)
n.68-Out12	IDS (apoio) / Coca-Cola (1) / Calhau (3ª capa) / Natura (4ª capa)
n.69-Nov12	Santander (2) / IDS (apoio) / FGV (1) / Revista Fórum e BB (1) / Senac (3ª capa) / Itaú (4ª capa)
n.70-Dez12/Jan13	Santander (2) / IDS (apoio) / Pacto das Águas/Governo Federal (3ª capa) / Natura (4ª capa)
n.71-Fev13	Agropalma (2) / IDS (apoio) / FGV Gvces (3ª capa) / Senac (4ª capa)
n.72-Mar13	ExpoSustentat (2ª capa) / IDS (apoio) / Tetra Pak (3ª capa) / Itaú (4ª capa)
n.73-Abr13	Santander (2) / IDS (apoio) / ExpoEficiência 2013 (1) / Calhau (3ª capa) / Greenpeace (4ª capa)
n.74-Mai13	Santander (2) / IDS (apoio) / Revista Samuel (1) / Natura (2) / Fórum Latino-americano de adaptação às mudanças climáticas (3ª capa) / Itaú (4ª capa)
n.75-Jun13	Santander (2) / IDS (apoio) / BB (1) / Walmart (1) / Senac (3ª capa) / Tetra Pak (4ª capa)
n.76-Jul13	Santander (2) / IDS (apoio) / GHG Protocol/FGV (1) / Treta Pak (3ª capa) / Itaú (4ª capa)
n.77-Ago13	Santander (2) / IDS (apoio) / Ethos (3ª capa) / Greenpeace (4ª capa)
n.78-Set13	Santander (2) / IDS (apoio) / Congresso Abrafac (1) / Revista Samuel (3ª capa) / Itaú (4ª capa)
n.79-Out13	Santander (2) / IDS (apoio) / Natura (2) / Legislação ambiental para o setor elétrico (3ª capa) / Fundação Abrinq (4ª capa)
n.80-Nov13	Santander (2) / IDS (apoio) / Coca-Cola (1) / FGV Gvces (1) / Senac (3ª capa) / Itaú (4ª capa)
n.81-Dez13/Fev14	Santander (2) / IDS (apoio) / Votorantin (1) / Natura (2) / Itaú (2) / Senac (3ª capa) / Coca-Cola (4ª capa)
n.82-Mar14	Santander (2) / IDS (apoio) / BB (1) / BRF (3ª capa) / Votorantin (4ª capa)
n.83-Abr14	Santander (2) / IDS (apoio) / Calhau (3ª capa) / Mineradora AngloAmerican (4ª capa)
n.84-Mai14	Santander (2) / IDS (apoio) / Natura (2) / Fundação Bunge (3ª capa) / Coca-Cola (4ª capa)
n.85-Jun14	Santander (2) / Senac (1) / Camargo Correa (3ª capa) / Tetra Pak (4ª capa)
n.86-Jul14	Santander (2) / Konrad Adenauer Stiftung (apoio) / ExpoEficiência 2014 (3ª capa) / Braskem (4ª capa)
n.87-Ago14	Santander (2) / Congresso Ecogerma 2014/Basf/Wolks (3ª capa) / Grupo Abril (4ª capa)
n.88-Set14	Santander (2) / Fundação André e Lúcia Maggi (1) / Ethos (1) / Arcelor Mittal – Aço (3ª capa) / Klabin (4ª capa)
n.89-Out14	Santander (2) / Itaú (2) / Natura (2) / Amaggi (3ª capa) / Gol (4ª capa)
n.90-Nov14	Santander (2) / Ipam (apoio) / FGV (1) / Gol (3ª capa) / Boticário (4ª capa)
n.91-Dez14/Jan15	Santander (2) / Coca-Cola (1) / Itaú (1) / BRF (3ª capa) / Braskem (4ª capa)

(1) Anúncio de uma página

(2) Anúncio de duas páginas

(3) Anúncio de três páginas

Calhau = Anúncio institucional da revista Página 22

APÊNDICE B

QUADRO B: Ocorrências do termo economia verde na revista Página 22 por edição

	Editorial	Notas	Reportagem	Entrevista	Seção	Artigo	Expediente / Sumário
n.31-Jun09	-	-	1	-	-	-	-
n.32-Jul09	-	-	-	-	-	-	-
n.33-Ago09	-	-	-	-	-	-	-
n.34-Set09	-	-	11 (+1 capa)	10	-	-	- / 1
n.35-Out09	-	-	-	-	-	-	-
n.36-Nov09	1	-	-	2	-	-	-
n.37- Dez09/Jan10	-	-	-	-	-	-	-
n.38-Fev10	-	-	1	1	-	-	-
n.39-Mar10	-	-	-	-	-	-	-
n.40-Abr10	-	-	-	-	-	-	-
n.41-Mai10	-	-	-	-	-	-	-
n.42-Jun10	-	1	-	-	Clima & Economia	-	-
n.43-Jul10	-	-	-	-	6	1	-
n.44-Ago10	-	-	-	-	1	-	-
n.45-Set10	-	-	2	2	-	-	-
n.46-Out10	-	-	-	-	-	-	-
n.47-Nov10	-	-	-	-	2	-	-
n.48- Dez10/Jan11	-	-	-	-	-	2	-
n.49-Fev11	-	-	1	-	1	-	-
n.50-Mar11	-	-	-	-	2	-	-
n.51-Abr11	-	-	-	-	Economia Verde 14	3	1 / 1
n.52-Mai11	-	-	-	-	2	-	1 / 1
n.53-Jun11	1	-	-	-	2	-	1 / 1
n.54-Jul11	-	3	-	-	2	-	1 / 1
n.55-Ago11	2	-	-	5	5	-	- / 1
n.56-Set11	-	-	-	-	8	6	1 / 1
n.57-Out11	-	1	7	24	2	-	1 / 2
n.58-Nov11	1	5	4	-	2	1	1 / 2
n.59- Dez11/Jan12	-	-	4	--	2	-	1 / 1
n.60-Fev12	-	3	-	-	2	-	1 / 1
n.61-Mar12	-	-	-	2	4	-	1 / 1
n.62-Abr12	1	-	5	8	4	2	1 / 1
n.63-Mai12	-	1	-	1	5	1	1 / 1
n.64-Jun12	2	4	26	27	-	3	- / 1
n.65-Jul12	1	7 + 1 (leitor)	3	-	1	1	- / 1
n.66-Ago12	-	1	-	-	1	-	- / 1
n.67-Set12	-	-	-	-	2	-	-
n.68-Out12	-	2	-	-	2	-	- / 1
n.69-Nov12	-	1	-	19	2	-	- / 1
n.70- Dez12/Jan13	-	-	-	1	3	3	- / 1
n.71-Fev13	-	-	3	-	2	1	- / 1
n.72-Mar13	-	6	-	3	2	-	- / 1
n.73-Abr13	-	-	1	-	2	-	- / 1
n.74-Mai13	-	-	1	1	2	1	- / 1

conclusão

QUADRO B: Ocorrências do termo economia verde na revista Página 22 por edição

	Editorial	Notas	Reportagens	Entrevistas	Seção	Artigo	Expediente / Sumário
n.75-Jun13	-	-	1	-	2	-	- / 1
n.76-Jul13	-	1	-	-	2	-	- / 1
n.77-Ago13	-	-	-	-	2	1	- / 1
n.78-Set13	-	-	-	-	2 (+1 capa)	-	- / 1
n.79-Out13	-	-	-	-	2	-	- / 1
n.80-Nov13	-	-	-	-	4	1	- / 1
n.81- Dez13/Fev14	-	-	-	-	4	-	- / 1
n.82-Mar14	-	1	-	-	1	-	
n.83-Abr14	-	-	-	-	1	-	- / 1
n.84-Mai14	-	-	-	-	1	-	- / 1
n.85-Jun14	-	-	-	-	1	-	- / 1
n.86-Jul14	-	-	-	-	1	-	- / 1
n.87-Ago14	-	-	-	-	1	-	- / 1
n.88-Set14	1	6	-	9	1	-	- / 1
n.89-Out14	-	-	-	-	1	-	- / 1
n.90-Nov14	-	-	1	-	3	-	- / 1
n.91- Dez14/Jan15	-	-	-	-	1	-	- / 1

APÊNDICE C

QUADRO C: Quantidade de seqüências discursivas recortadas da revista Página 22 por edição

EDIÇÕES	Editorial de opinião	Seção Clima & Economia	Seção Economia Verde	Reportagens	Entrevistas	Notas	Capas
	SD-O	SD-CE	SD-EV	SD-R	SD-E	SD-N	SD-C
n.31-Jun09	4	-	-	9	-	-	1
n.34-Set09	-	-	-	9+1	7	-	1
n.36-Nov09	4	-	-	-	2	-	-
n.38-Fev10	-	-	-	1	1	-	-
n.42-Jun10	-	3	-	-	-	1	-
n.43-Jul10	-	6	-	-	-	-	-
n.44-Ago10	-	3	-	-	-	-	-
n.45-Set10	-	3	-	1+1	2	-	-
n.46-Out10	-	3	-	-	-	-	-
n.47-Nov10	-	3	-	-	-	-	-
n.48- Dez10/Jan11	-	3	-	-	-	-	-
n.49-Fev11	-	3	-	1	-	-	-
n.50-Mar11	-	4	-	-	-	-	-
n.51-Abr11	-	-	13	-	-	-	-
n.52-Mai11	-	-	5	-	-	-	-
n.53-Jun11	4	-	3	-	-	-	-
n.54-Jul11	-	-	5	-	-	1	-
n.55-Ago11	4	-	7	-	4	-	-
n.56-Set11	-	-	7	-	-	-	-
n.57-Out11	4	-	5	2+1+1	8+3	1	-
n.58-Nov11	4	-	5	1	-	2	-
n.59- Dez11/Jan12	-	-	5	3	-	-	-
n.60-Fev12	-	-	5	-	-	1	-
n.61-Mar12	-	-	4	-	2	-	-
n.62-Abr12	4	-	5	1+1	3	-	1
n.63-Mai12	-	-	5	-	1	1	-
n.64-Jun12	4	-	-	2+1+1+1+6+3	2+6	3	-
n.65-Jul12	4	-	3	1+1+1	-	4	-
n.66-Ago12	-	-	5	-	-	1	-
n.67-Set12	-	-	3	-	-	-	-
n.68-Out12	-	-	5	-	-	1	-
n.69-Nov12	-	-	5	-	5	1	-
n.70- Dez12/Jan13	-	-	6	1	-	-	-
n.71-Fev13	-	-	4	1+1	-	-	--
n.72-Mar13	-	-	4	-	4	2	-
n.73-Abr13	-	-	3	1	-	-	-
n.74-Mai13	-	-	4	1	3	-	1
n.75-Jun13	-	-	4	1	-	-	-
n.76-Jul13	-	-	3	-	-	1	-
n.77-Ago13	-	-	3	-	-	-	-
n.78-Set13	-	-	2	-	-	-	1
n.79-Out13	-	-	2	-	-	-	-
n.80-Nov13	-	-	4	-	-	-	-

conclusão

QUADRO C: Quantidade de seqüências discursivas recortadas da revista Página 22 por edição

	Editorial de opinião	Seção Clima & Economia	Seção Economia Verde	Reportagens	Entrevistas	Notas	Capas
	SD-O	SD-CE	SD-EV	SD-R	SD-E	SD-N	SD-C
n.81- Dez13/Fev14	-	-	3	-	-	-	-
n.82-Mar14	4	-	1	-	-	1	-
n.83-Abr14	-	-	1	-	-	-	-
n.84-Mai14	-	-	1	-	-	-	-
n.85-Jun14	-	-	1	-	-	-	-
n.86-Jul14	-	-	1	-	-	-	-
n.87-Ago14	-	-	1	-	-	-	-
n.88-Set14	4	-	1	-	4	3	-
n.89-Out14	-	-	1	-	-	-	-
n.90-Nov14	4	-	3	1	-	-	-
n.91- Dez14/Jan15	-	-	1	-	-	-	-
Total = 371	48	31	149	57	57	24	5

APÊNDICE D

QUADRO D: Referências bibliográficas das sequências discursivas recortadas

EDIÇÕES	Editorial de Opinião	Seção Clima & Economia	Seção Economia Verde	Reportagens	Entrevistas	Notas	Capas
	SD-O	SD-CE	SD-EV	SD-R	SD-E	SD-N	SD-C
n.31-Jun09	SD-O 1	-	-	SD-R 1	-	-	SD-C 1
n.34-Set09	-	-	-	SD-R 2 e 3	SD-E 1	-	SD-C 2
n.36-Nov09	SD-O 2	-	-	-	SD-E 2	-	-
n.38-Fev10	-	-	-	SD-R 4	SD-E 3	-	-
n.42-Jun10	-	SD-CE 1	-	-	-	SD-N 1	-
n.43-Jul10	-	SD-CE 2	-	-	-	-	-
n.44-Ago10	-	SD-CE 3	-	-	-	-	-
n.45-Set10	-	SD-CE 4	-	SD-R 5 e 6	SD-E 4	-	-
n.46-Out10	-	SD-CE 5	-	-	-	-	-
n.47-Nov10	-	SD-CE 6	-	-	-	-	-
n.48-Dez10/Jan11	-	SD-CE 7	-	-	-	-	-
n.49-Fev11	-	SD-CE 8	-	SD-R 7	-	-	-
n.50-Mar11	-	SD-CE 9	-	-	-	-	-
n.51-Abr11	-	-	SD-EV 1	-	-	-	-
n.52-Mai11	-	-	SD-EV 2	-	-	-	-
n.53-Jun11	SD-O 3	-	SD-EV 3	-	-	-	-
n.54-Jul11	-	-	SD-EV 4	-	-	SD-N 2	-
n.55-Ago11	SD-O 4	-	SD-EV 5	-	SD-E 5	-	-
n.56-Set11	-	-	SD-EV 6	-	-	-	-
n.57-Out11	SD-O 5	-	SD-EV 7	SD-R 8, 9 e 10	SD-E 6 e 7	SD-N 3	-
n.58-Nov11	SD-O 6	-	SD-EV 8	SD-R 11	-	SD-N 4	-
n.59-Dez11/Jan12	-	-	SD-EV 9	SD-R 12	-	-	-
n.60-Fev12	-	-	SD-EV 10	-	-	SD-N 5	-
n.61-Mar12	-	-	SD-EV 11	-	SD-E 8	-	-
n.62-Abr12	SD-O 7	-	SD-EV 12	SD-R 13 e 14	SD-E 9	-	SD-C 3
n.63-Mai12	-	-	SD-EV 13	-	SD-E 10	SD-N 6	-
n.64-Jun12	SD-O 8	-	-	SD-R 15, 16, 17, 18, 19 e 20	SD-E 11 e 12	SD-N 7	-
n.65-Jul12	SD-O 9	-	SD-EV 14	SD-R 21, 22 e 23	-	SD-N 8	-
n.66-Ago12	-	-	SD-EV 15	-	-	SD-N 9	-
n.67-Set12	-	-	SD-EV 16	-	-	-	-
n.68-Out12	-	-	SD-EV 17	-	-	SD-N 10	-
n.69-Nov12	-	-	SD-EV 18	-	SD-E 13	SD-N 11	-
n.70-Dez12/Jan13	-	-	SD-EV 19	SD-R 24	-	-	-

conclusão

QUADRO D: Referências bibliográficas das sequências discursivas recortadas

EDIÇÕES	Editorial de Opinião	Seção Clima & Economia	Seção Economia Verde	Reportagens	Entrevistas	Notas	Capas
	SD-O	SD-CE	SD-EV	SD-R	SD-E	SD-N	SD-C
n.71-Fev13	-	-	SD-EV 20	SD-R 25 e 26	-	-	-
n.72-Mar13	-	-	SD-EV 21	-	SD-E 14	SD-N 12	-
n.73-Abr13	-	-	SD-EV 22	SD-R 27	-	-	-
n.74-Mai13	-	-	SD-EV 23	SD-R 28	SD-E 15	-	SD-C 4
n.75-Jun13	-	-	SD-EV 24	SD-R 29	-	-	-
n.76-Jul13	-	-	SD-EV 25	-	-	SD-N 13	-
n.77-Ago13	-	-	SD-EV 26	-	-	-	-
n.78-Set13	-	-	SD-EV 27	-	-	-	SD-C 5
n.79-Out13	-	-	SD-EV 28	-	-	-	-
n.80-Nov13	-	-	SD-EV 29	-	-	-	-
n.81- Dez13/Fev14	-	-	SD-EV 30	-	-	-	-
n.82-Mar14	SD-O 10	-	SD-EV 31	-	-	SD-N 14	-
n.83-Abr14	-	-	SD-EV 32	-	-	-	-
n.84-Mai14	-	-	SD-EV 33	-	-	-	-
n.85-Jun14	-	-	SD-EV 34	-	-	-	-
n.86-Jul14	-	-	SD-EV 35	-	-	-	-
n.87-Ago14	-	-	SD-EV 36	-	-	-	-
n.88-Set14	SD-O 11	-	SD-EV 37	-	SD-E 16	SD-N 15	-
n.89-Out14	-	-	SD-EV 38	-	-	-	-
n.90-Nov14	SD-O 12	-	SD-EV 39	SD-R 30	-	-	-
n.91- Dez14/Jan15	-	-	SD-EV 40	-	-	-	-

APÊNDICE E

Sequências discursivas de editoriais de opinião (SD-O)

SUJEITO ENGAJADO

ANTES DA RIO+20

Um painel de possibilidades (SD-O 1.1)

Assim como na intervenção das crianças, não seria preciso jogar as peças fora e produzir outras para fazer um novo desenho, mas, sim, rearranjá-las de modo que o sistema todo seja reformulado. E dê origem a um conjunto mais harmônico, capaz de satisfazer as aspirações por bem-estar e prosperidade, desde que circunscrito aos limites biofísicos e morais que o ambiente e a ética definem. (SD-O 1.3)

Remodelar e aprimorar o atual sistema capitalista-democrático é possível, mais que isso, inevitável. (SD-O 1.4)

A 15ª Conferência das Partes sobre Mudança Climática será a oportunidade para se rediscutir o desenvolvimento dos países em uma ordem mundial ditada por limites ambientais que nunca antes haviam sido tão claros – desta vez, no contexto de um mundo multipolar. (SD-O 2.2)

Um novo capitalismo está para ser acordado com base no baixo carbono, o que faz as discussões sobre o clima avançarem do escopo científico para outras esferas. [...] O debate nesta COP 15 escancara não só os interesses econômicos e políticos que movem os países no tabuleiro do clima, como mapeia as nações que ficarão estrategicamente posicionadas em uma economia verde que está para florescer. (SD-O 2.3)

Neste Bretton Woods do clima, os equilíbrios buscados são múltiplos: entre os países emergentes, os menos e os mais desenvolvidos; entre questões econômicas e socioambientais; e entre interesses locais e globais. Definitivamente, o mundo ficou mais complexo. (SD-O 2.4)

[...] sabemos que somente uma mudança de modelo mental poderá garantir, a longo prazo, um ambiente no campo e na floresta que reúna segurança, aumento de renda, melhoria das condições sociais, desenvolvimento econômico e conservação dos recursos naturais. (SD-O 3.2)

Há diversos mecanismos e incentivos pelos quais se fomenta a economia da floresta e se valorizam os serviços que a natureza presta – até mesmo para a agricultura –, fazendo com que o interesse passe a ser de conservação, não de destruição. (SD-O 3.3)

O turismo, atividade à qual dedicamos esta edição que antecede o mês de férias, é um dos melhores exemplos de instrumento econômico capaz de jogar a favor da economia verde. (SD-O 3.4)

A união será fundamental para resolver talvez a mais difícil equação: um modelo macroeconômico que compreenda o mundo físico como único e finito. É do que trata José Eli da Veiga, em entrevista também neste número. Será necessário que os ricos abram espaço ecológico para que a parcela pobre ou emergente possa se desenvolver. O resultado é simples: precisa dar 1. Mas a conta de chegada é complexa, e nisso está a beleza da sustentabilidade. (SD-O 5.4)

Recuperando noções desenvolvidas há décadas, eles [economistas renomados] alertam para a necessidade de tratar a economia como um subsistema do ambiente natural e apontam para um capitalismo "de limites". (SD-O 7.3)

DURANTE A RIO+20

Sabemos que o business as usual tem levado ao colapso ambiental e à injustiça social, sem falar na crise econômica em si – mostrando a necessidade de revisões profundas no sistema. Mas, se a atual prática econômica leva a tantos problemas, que seja revista para apresentar as saídas. Este é o debate que precisa ser feito durante e após a Rio+20. (SD-O 8.3)

DEPOIS DA RIO+20

Na verdade, este é o início da transição entre o velho e o novo modelo. Seja de produção, seja de consumo, seja de governança. [...] Tecer outros formatos de governança com tantos e variados atores é um dos maiores desafios na transição para uma nova economia. (SD-O 9.2)

Olhando bem o resultado do documento O Futuro Que Queremos, a lista de iniciativas voluntárias que surgiram no espaço autônomo, e as transformações que mal ou bem estão em curso no dia a dia, o tom deve ser de entusiasmo com o grande trabalho que todos temos pela frente. [...] Existe um espaço de articulação ou governança dos diversos atores com diferentes graus de participação e de poder decisório. Esse espaço define a agenda da economia verde e inclusiva, a ser implementada pelos governos e a sociedade civil. Essa agenda, por sua vez, depende de recursos e fundos para se viabilizar, captados via instrumentos financeiros e econômicos, e seu desenvolvimento é medido pelas ferramentas de monitoramento. (SD-O 9.3)

Muitos leitores perguntam o significado de "PÁGINA22". Nesta edição, que especialmente se debruça sobre tendências e desvenda como mapeá-las, reafirmamos o compromisso da revista com o olhar de longo prazo, sem descuidar do presente. (SD-O 10.2)

Em geral, são os mais pobres os mais vulneráveis às externalidades socioambientais negativas, reforçando a desigualdade. Incorporar o preço desses impactos nos produtos é uma forma de desestimular a velha economia e incentivar a economia verde e inclusiva, levando, assim, a uma maior equidade ao longo do tempo. (SD-O 11.3)

A boa notícia é a crescente preocupação dos atores econômicos com o clima, o que pode funcionar como um impulsionador das novas regulações - no Brasil, por exemplo, ainda não existe um mercado de carbono. Quando a família Rockefeller – cuja fortuna foi construída com base no petróleo – anuncia desinvestimentos bilionários em ativos fósseis, acena para um mundo de baixo carbono. Quando mais de mil empresários apoiam um manifesto do Pacto Global para a precificação do carbono, mais um recado é dado. (SD-O 12.3)

Além de mecanismos de mercado, a precificação que penaliza as emissões e premia a atividade limpa pode contar com poderosos instrumentos fiscais. A tributação é objeto de um especial, publicado nesta edição, com apoio do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), organização que tem contribuído para promover o debate sobre uma política fiscal verde no Brasil. Boa leitura! (SD-O 12.4)

SUJEITO CRÍTICO

ANTES DA RIO+20

Nova economia de fato (SD-O 4.1)

Há mais de dois anos, na edição 31, levantamos um questionamento de Tim Jackson (autor de Prosperidade Sem Crescimento?) sobre a efetividade ecológica da chamada economia verde. [...] o ganho de eficiência promovido por avanços e inovações tecnológicas, com produtos que gastam menos energia e empregam recursos renováveis ou menos matéria-prima não levaria a menores emissões de carbono, pois a poupança obtida com a redução acaba empregada no aumento de consumo de outros produtos ou atividades – é o efeito ricochete. De fato, as emissões não caíram nos últimos tempos. (SD-O 4.2)

[...] Enquanto a eficiência for usada para simplesmente permitir maior consumo, a economia verde não passará de um *business as usual* pintado com essa cor e o problema climático será insolúvel. (SD-O 4.3)

[...] O século XXI pode apropriar-se do discurso da sustentabilidade para reempacotar o ideário do consumo hiperbólico, ou inaugurar uma economia sobre novas bases e valores, que seja de fato verde. (SD-O 4.4)

Daqui até os ecos da Conferência Rio+20, uma das expressões que mais se ouvirão nas conversas sobre desenvolvimento é economia verde “e inclusiva”. Sim, pois a tradução livre da *green economy* dos países ricos não exprime com clareza o imenso desafio social dos emergentes e muito menos dos países pobres – daí o adendo que busca preencher essa lacuna semântica. (SD-O 6.2)

Em um país de política tributária defeituosa, com capital concentrado em grandes corporações e onde tem poder quem opera em grande escala, os pequenos, preocupados essencialmente com a sobrevivência do próprio negócio, encontram um ambiente pouco propício a se lançar nessa nova economia – que exige inovação, mudança de processos e envolve riscos. Mas também abre oportunidades que os pequenos podem abraçar tão bem, dadas as características de dinamismo e flexibilidade. (SD-O 6.3)

Para que isso avance, acreditamos que o melhor caminho é o de construção conjunta entre pequenos e grandes, e não de um movimento *top-down*, exigido de cima para baixo. (SD-O 6.4)

Dia desses, um telejornal, em rede nacional, referiu-se à Rio+20 como a conferência que se destina a encontrar formas de promover o crescimento econômico com inclusão social e menor impacto ao meio ambiente. Este é o senso comum que se tem propagado, embora a visão da sustentabilidade seja bem outra. (SD-O 7.2)

A própria Organização das Nações Unidas apresentou um entendimento bastante questionável da chamada “economia verde”, o que levanta diversas críticas de expoentes da ciência e até mesmo de economistas renomados. (SD-O 7.3)

Para o pequeno círculo formado por estudiosos e engajados no tema da sustentabilidade, parecia que a dimensão dos dilemas já estaria bem mapeada e conhecida do grande público, e agora seria a hora de encontrar as saídas, concentrar-se no “como” fazer. Mas não. Ainda há que se resgatar conceitos fundamentais deixados no caminho, alinhar conceitos e falar todos a mesma língua, para podermos continuar avançando. (SD-O 7.4)

DURANTE A RIO+20

Pivô de um embate entre alas da sociedade civil e a ONU, a economia verde, um dos temas centrais da Rio+20, precisa ser vista não como problema, mas como instrumento a ser usado com inteligência em busca das soluções. Temerosos de que seja apenas uma casca para esverdear os velhos processos de sempre, sem trazer modificações de fundo, muitos veem na economia verde a representação do mal. (SD-O 8.2)

Mas, como enfatiza o professor José Eli da Veiga, no meio do caminho tem uma pedra, que é a resistência em debater o combate às desigualdades, assunto que ele chega a qualificar como um tabu. (SD-O 8.4)

APÊNDICE F

Sequências discursivas da seção Clima & Economia (SD-CE)

SUJEITO ENGAJADO
<u>ANTES DA RIO +20</u>
<p>Banco Mundial orça gastos para tornar economia mais limpa Investimentos em tecnologias limpas no Brasil entre 2010 e 2030 (SD-CE 2.2)</p> <p>Contra a maré pessimista, a favor da <u>economia verde</u> (SD-CE 2.3)</p> <p>Restauração ambiental: eficaz na geração de empregos (SD-CE 3.3)</p> <p>A competitiva energia do vento (SD-CE 5.2)</p> <p>O tamanho do Estado verde - Na eleição, o debate sobre o papel do governo quanto a investimentos limpos foi ofuscado por velhas ideologias [...] Trocando em miúdos, todas as experiências com extremos (total liberalismo ou total controle estatal) redundaram em fracasso. Precisamos de um equilíbrio, ele [um ávido pensador sobre a <u>economia verde</u>] comentou, por email. (SD-CE 6.1)</p> <p>Varejo local adapta-se melhor à economia de baixo carbono (SD-CE 6.2)</p> <p>Quem apostar em adaptação agora será beneficiado pelo mercado no futuro, diz economista (SD-CE 6.3)</p> <p>O futuro do mercado de carbono - Pouco se sabe o que pode acontecer nas negociações internacionais sobre mudança climática. Mesmo assim, a compra e venda de créditos continuarão a crescer (SD-CE 8.1)</p> <p>Energia renovável torna a economia mais competitiva (SD-CE 8.2)</p> <p>Esse novo mercado deve ser tratado como parceiro na construção da <u>economia verde</u>. Ao trabalharmos com as classes C, D e E, poderemos ampliar o alcance de iniciativas como edificações que não desperdicem materiais ou que sejam energeticamente eficientes, por exemplo. (SD-CE 8.3)</p> <p>Jornalistas especializados em meio ambiente e <u>economia verde</u> (SD-CE 9.1)</p> <p>Enercon é recompensada por pioneirismo em eólica no Brasil (SD-CE 9.4)</p>
SUJEITO CRÍTICO
<u>ANTES DA RIO+20</u>
<p>Horizonte incerto - Crise coloca em risco o MDL, que depende do aumento da demanda por créditos de carbono nos EUA e na Europa (SD-CE 1.1)</p> <p>Diante do fracasso de Copenhague, é possível ser otimista com o futuro da <u>economia verde</u>? (SD-CE 2.4)</p> <p>Menos de 20% dos incentivos verdes dos pacotes de estímulo foram implementados de fato, segundo o HSBC. (SD-CE 2.5)</p> <p>Por que o debate sobre <u>economia verde</u> está mais presente no mundo desenvolvido? A maior parte da discussão no momento é sobre alta tecnologia, economia de baixo carbono, transporte e redes de energia, assuntos relevantes para Europa e América do Norte. Isso é bom, mas não tão relevante para</p>

Moçambique e Mali, na África, onde a economia verde significa capitalizar seus ativos naturais, sua floresta, seus corpos d'água, seu pescado. (SD-CE 2.6)

APÊNDICE G

Sequências discursivas da seção Economia Verde (SD-EV)

SUJEITO ENGAJADO

ANTES DA RIO+20

O corte dos subsídios aos preços dos combustíveis fósseis, que excederam US\$ 650 bilhões em 2008, asseguraria quase metade do montante anual necessário para financiar a transição da “economia marrom” à economia verde até 2050. (SD-EV 1.2)

“O relatório do Pnuma é um excelente primeiro passo para estabelecer um conceito mais amplo de economia verde, mas é apenas o primeiro passo”, pondera Aron Belinky [...] (SD-EV 1.3)

Quem, afinal, liderará as negociações sobre economia verde em junho de 2012 na Rio+20, que terá no relatório do Pnuma uma de suas principais peças de discussão? (SD-EV 1.4)

O governo do Estado do Rio de Janeiro criou a primeira subsecretaria de Economia Verde do país, vinculada à Secretaria do Ambiente. A boa notícia, porém, é só o início de longa caminhada para descarbonizar a economia do estado [...] (SD-EV 1.9)

[...] uma das primeiras medidas será o lançamento de um mercado de carbono estadual, inspirado no modelo europeu, com a comercialização entre empresas de licenças para emitir gases de efeito estufa. (SD-EV 1.10)

Ele falou a Página22 sobre os desafios para incluir o Redd na cesta de produtos da economia verde. (SD-EV 1.13)

EMPREGO VERDE NOS EUA. O dado surpreenderá muita gente: a economia verde nos Estados Unidos emprega em torno de 2,7 milhões de pessoas, mais que o setor de combustíveis fósseis; é menor do que o setor de tecnologia da informação, mas maior do que a área de biociência. (SD-EV 5.2)

Guardiães da mata. Pagamento por conservação da água já soma cerca de R\$ 20 milhões ao ano (SD-EV 6.1)

No início de agosto, durante sua conferência anual, o Instituto Ethos iniciou um processo de consulta a seus associados sobre economia verde. O objetivo é discutir uma agenda de transição para um novo modelo econômico e colher subsídios para as discussões da Rio+20. (SD-EV 6.5)

Quais pautas o Ethos deverá apresentar para a comissão brasileira da Rio+20?

A primeira é como viabilizar essa economia verde sem perder competitividade, valorizando as vantagens comparativas do Brasil. Isso requer medidas de política nacional e global que transformem os experimentos das empresas em práticas rotineiras na economia. Quando se trata de pensar em competitividade, a sustentabilidade ainda está fora. Mudar isso requer um engajamento mais forte do sistema político e mecanismos de mercado que reconheçam valor real nos investimentos em sustentabilidade. A segunda diz respeito à governança. Há mecanismos de governança para a economia, para o ambiente, para questões sociais, para ética, mas todos tratados em ambientes separados. Para uma economia verde incluyente e responsável, é preciso reunir tudo isso em um único lugar. (SD-EV 6.6)

A Rio+20 é um momento estratégico que poderá fortalecer a economia verde e acelerar seu estabelecimento. Se isso acontecer, será bom para a economia brasileira, para a sociedade e para as empresas que atuam no Brasil. Temos potencial para sermos um dos líderes desse processo, dado nosso capital natural, nossa sociodiversidade, o engajamento de diversos setores da sociedade em iniciativas sustentáveis. A sociedade está cobrando um comportamento mais íntegro de empresas, organizações da sociedade civil, órgãos públicos, e essa cobrança gera muitas iniciativas positivas. (SD-EV 6.7)

Energia renovável em ascensão. A China liderou os investimentos em 2010 (SD-EV 7.2)

Como turbinar os investimentos responsáveis no Brasil (SD-EV 7.5)

Com as próprias pernas. Colapso iminente do MDL e das negociações climáticas em Durban não deverá reverter envolvimento corporativo no tema. Ao longo de 2009, a avaliação das empresas mais avançadas no tema da sustentabilidade era a de que um fracasso das negociações para um acordo global sobre as emissões de gases-estufa na conferência do clima de Copenhague, a COP-15, causaria forte abalo na transição rumo a uma economia de baixo carbono. No entanto, o envolvimento da comunidade de negócios com a discussão climática não arrefeceu, como muitos analistas previram na época. [...] (SD-EV 8.1)

Casa popular estimula indústria solar no Brasil (SD-EV 10.1)

A primeira Bolsa Verde do Brasil começará a funcionar na capital fluminense em 20 de junho, o primeiro dos três dias da Rio+20, inicialmente com negociações no mercado voluntário. Até o fim do ano, devem ter início as transações no mercado regulado. Créditos de cinco ativos ambientais serão negociados na Bolsa Verde – carbono, efluentes industriais, recomposição da reserva legal, reposição de supressão de vegetação nativa e logística reversa e reciclagem. (SD-EV 12.5)

O caso Natura. A Natura publica seus relatórios de sustentabilidade desde 2000, quando a GRI foi lançada, e essas peças são consideradas modelo. (SD-EV 13.2)

DEPOIS DA RIO+20

Negócios com carbono crescem, apesar da crise (SD-EV 14.2)

Cresce consumo de renováveis na Europa (SD-EV 15.2)

O governo da Coreia do Sul notabiliza-se mundialmente por suas políticas de estímulo à produção e ao consumo de produtos verdes. (SD-EV 15.5)

Conservação como negócio. Organizações tentam fisgar empresas para investir nos parques brasileiros (SD-EV 16.1)

Itaú incluirá clima no cálculo de risco (SD-EV 19.3)

Em disparada. Eólicas correm para registrar projetos de carbono e tornam-se principal segmento econômico do Brasil no MDL de Kyoto (SD-EV 20.1)

Mais orgânicos na mesa brasileira. O governo aposta no mercado interno, mas as políticas de incentivo ainda são tímidas (SD-EV 20.2)

Os bancos verdes superam os convencionais, segundo estudo (SD-EV 20.3)

Pneus e PET entram na mira da BVRio. Após estreitar em dezembro de 2012 com o mercado de Cotas de Reserva Ambiental para Entrega Futura (Crafs), a Bolsa Verde do Rio de Janeiro (BVRio) trabalha para lançar até o fim do ano os primeiros créditos de logística reversa do Brasil. (SD-EV 21.4)

Mais empresas lucram com sustentabilidade (SD-EV 22.2)

A campanha publicitária antiobesidade que a Coca-Cola lançou em janeiro nos Estados Unidos já é vista como um dos acontecimentos mais emblemáticos do novo papel que a sociedade demanda das grandes companhias, sobretudo as que vendem produtos com impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente. (SD-EV 23.4)

Sem medo de levar tomate. Experiência no Rio de Janeiro mostra que é possível produzir com menos agrotóxicos (SD-EV 25.3)

A agricultura do futuro. Indicadores agroambientais da OCDE mostram que o campo pode produzir com menos impactos adversos (SD-EV 26.2)

Brasil lidera ranking de energias renováveis (SD-EV 29.2)

Pulo do gato? Plataforma de Varsóvia sobre Redd+ gera expectativa positiva para o financiamento da gestão florestal nos países em desenvolvimento (SD-EV 32.1)

Papel a cumprir. Para o Centro Rio+, há uma expectativa de que o Brasil protagonize a agenda pós-2015 representando o eixo Sul-Sul (SD-EV 37.1)

SUJEITO CRÍTICO

ANTES DA RIO+20

Mas o mundo real também contempla uma agenda de impasses no período preparatório à Rio+20. Um dos temas mais polêmicos nessa agenda é a aplicação na economia verde das regras da Organização Mundial do Comércio. (SD-EV 1.7)

Nos EUA, bancos “pró-clima” mantêm crédito farto a usinas à base de carvão (SD-EV 1.8)

“Temos de evitar uma guerra fiscal verde e, para isso, é preciso uma harmonização dos instrumentos com as políticas dos outros estados”, afirma a secretária. (SD-EV 1.10)

Como construir com menos carbono? Apesar de iniciativas para reduzir emissões, a indústria cimenteira ainda é uma das que mais contribuem com a mudança do clima. No Brasil do PAC e da Copa, o desafio é monumental (SD-EV 1.11)

Países europeus arrecadam menos com impostos verdes (SD-EV 3.2)

Problema adubado. Com o salto na produção de commodities no Brasil, o aumento no consumo de fertilizantes gera mais desafios ambientais no campo (SD-EV 3.3)

Fora do clube. O Brasil não detém nem 1% das patentes de energia limpa nos Estados Unidos (SD-EV 4.1)

Nuvens pesadas. Centros de dados das maiores empresas de TI ainda dependem de carvão mineral (SD-EV 5.4)

Travessia turbulenta. Fontes fósseis ainda representam 85% da energia utilizada nas usinas de aço (SD-EV 5.5)

Nada resistiu à crise. A crise econômica na Europa e nos Estados Unidos afetou todos os índices de bolsa no Brasil, até mesmo o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) na BM&FBovespa. (SD-EV 6.4)

"Down" Jones Sustainability. Índice perde dos principais indicadores do mercado acionário dos EUA (SD-EV 8.4)

Recessão na Europa golpeia o mercado de carbono (SD-EV 9.4)

Vagos, como sempre. Debate sobre objetivos de desenvolvimento sustentável na Rio+20 envolve da geopolítica à mudança nos hábitos de consumo (SD-EV 11.1)

Exploração de recursos naturais cresce 61% desde a Rio-92 (SD-EV 11.3)

Subsídios aos fósseis voltam a crescer (SD-EV 13.3)

DEPOIS DA RIO+20

A falta de um acordo global com cortes ambiciosos nas emissões de carbono minou investimentos privados em projetos de Redd, visto cinco anos atrás como um dos mais promissores mecanismos do futuro regime climático. (SD-EV 14.3)

Vento da discórdia. Parques eólicos sofrem resistência no Nordeste (SD-EV 15.1)

Economia movida a CO2. A economia global está ficando mais intensiva em carbono, mostra a versão 2012 do relatório *State of Green Business*, publicado pela GreenBiz, empresa americana de consultoria e informação especializada em responsabilidade ambiental corporativa. (SD-EV 17.2)

Problemas ambientais globais como o desmatamento não serão solucionados por esquemas de governança privada. (SD-EV 17.4)

O cerco ao *greenwashing*. Novas regras do Conar sobre sustentabilidade já levaram 17 anúncios a julgamento (SD-EV 19.4)

Carvão paga menos imposto na OCDE (SD-EV 21.2)

Duelo desigual. Contra lobby da indústria, Ibama tenta limitar o uso de inseticidas nocivos às abelhas (SD-EV 22.1)

Cartilha incompleta. A falta de monitoramento põe em risco o sucesso do Programa Agricultura de Baixo Carbono (SD-EV 24.1)

Retorno indigesto. Após quatro anos, o governo retoma o carvão nos leilões de energia elétrica. E interesses regionais são atendidos (SD-EV 24.3)

Revolução às avessas. A exploração crescente do gás de shale põe em xeque a expansão das fontes renováveis (SD-EV 25.1)

Fio de incerteza. Solução aparente para desastres ecológicos, usinas sem reservatório viram pretexto para sujar matriz elétrica do Brasil (SD-EV 26.1)

Sinal vermelho. Dinheiro da área ambiental derrete, comprometendo a aprovação do projeto de lei sobre pagamento de serviços ambientais (SD-EV 29.1)

O economista mexicano Enrique Leff acredita que as metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) poderão ser alcançadas até o prazo estabelecido de 2015. No entanto, Leff, que é referência mundial nos campos da Economia Ambiental e da Ecologia Política, avalia que muitos acordos globais sobre meio ambiente seguem uma lógica genérica e mercantilista. Para ele, a sustentabilidade não pode ser limitada à construção de metas mensuráveis. [...] Veja a seguir os principais trechos da entrevista que concedeu a PÁGINA22 logo após falar (criticamente) sobre economia verde. [...] À medida que os países emergentes se inserem na lógica do mercado, da geopolítica do desenvolvimento sustentável e do simulacro da economia verde, será impossível fazer uma mudança dessa racionalidade dominante e responder aos desafios globais da crise ambiental. Mas penso que um país como o Brasil tem os recursos para assumir uma liderança para uma transformação civilizatória orientada para a sustentabilidade da vida a partir da produtividade da natureza, da criatividade e da diversidade cultural. (SD-EV 29.3)

Davi versus Golias. Ipam, Ethos, senadores de vários partidos e o ex-número 2 do Ministério da Fazenda se unem para enfrentar o ceticismo da economia convencional quanto à adoção de uma política fiscal verde no Brasil [...] (SD-EV 30.1)

A luz no fim do túnel tributário do País pode ter sido acesa em Brasília, no dia 29 de outubro, quando foi promovido no Senado o seminário “Política Tributária e Sustentabilidade: uma Plataforma para a Nova Economia” [...] Por outro lado, o grupo também analisará um conjunto de propostas para incentivar a economia verde e atenuar a concorrência desleal causada por produtos intensivos em carbono e poluentes. [...] (SD-EV 30.2)

Política fiscal verde contra o aquecimento global. No Brasil, a tributação para uma economia de baixo carbono esbarra na impopularidade, embora o País já colecionasse um bom arcabouço jurídico e experiências bem-sucedidas [...] (SD-EV 39.1)

O casamento com a biologia. Para evoluir, a indústria química terá de esverdear-se e voltar às origens naturais. Seja qual for o caminho que escolher para tornar seus produtos mais amigáveis, este será longo e difícil. (SD-EV 40.1)

APÊNDICE H

Sequências discursivas de reportagens (SD-R)

SUJEITO ENGAJADO

ANTES DA RIO+20

As voltas que o mundo dá. Plástico, múltiplo e dinâmico, o sistema capitalista comportaria uma nova lógica de consumo e produção capaz de promover prosperidade nos limites que o ambiente impõe. Essa mudança, entretanto, precisa antes ser objeto de um desejo coletivo (SD-R 1.2)

Quando o prêmio Nobel de Economia Paul Krugman, para citar exemplo de um economista influente e formador de opinião, começa a dizer de forma mais enfática que não adianta muito salvar a economia se não houver condições ambientais que a suportem, começa a se abrir a trilha que leva à revisão da forma como o sistema econômico vigente opera. (SD-R 1.3)

Se o crescimento for uma condição intrínseca do capitalismo, a discussão sobre a sustentabilidade seria capaz de colocar esse sistema econômico novamente sob análise, mais de um século depois da crítica marxista. Alguns especialistas ouvidos nesta reportagem acreditam que não com a mesma profundidade do marxismo, desferido sobre o eixo fundamental da lógica capitalista, e que abriu caminho para a proposta política socialista. Mas, sim, na capacidade de remodelar o capitalismo, provavelmente alçando-o a um estágio evolutivo no qual se reduzem imperfeições como injustiça social, exploração do homem pelo homem e uso predatório de recursos naturais. (SD-R 1.4)

Enquanto o marxismo se desferiu sobre o eixo central do capitalismo, a sustentabilidade o remoldaria pelas bordas (SD-R 1.5)

[...] E, agora, a iniciativa privada – ou ao menos uma importante parte dela –, pressionada por investidores, dá sinais, enfim, de que é preciso prestar mais atenção a esta sociedade e a esta economia que emergem. Perguntam-se que bicho exatamente é esse. O compromisso para redução de suas emissões de carbono, firmado pela cúpula de 18 grandes empresas no final de agosto na forma de uma carta, vem dar algum corpo (também no sentido de escala) ao espectro da economia verde no Brasil, ou a economia de baixo carbono, ou a economia do amanhã [...] (SD-R 2.3)

“Já existe um mapa do caminho para a economia verde e as pessoas estão se antecipando. Agora, quem precisa se antecipar são os líderes, o Congresso, que está atrasado anos-luz em relação a este debate. Lá, as pessoas estão discutindo como retroceder na legislação ambiental”, declarou a senadora Marina Silva à imprensa, durante o evento dos empresários. Assim, a provável entrada de Marina na disputa das eleições 2010 promete quebrar a dicotomia economia versus meio ambiente, em um país onde a principal política pública é uma agenda “crescentista”, encerrada no Programa de Aceleração do Crescimento. “PAC, PIB, só se fala disso no Brasil. Trocar desenvolvimento por crescimento é um equívoco que data da Segunda Guerra Mundial”, disse Guilherme Leal, fundador da Natura e do Instituto Arapyauí. (SD-R 2.5)

É o clima, estúpido! A urgência climática, e não as reflexões causadas pela crise financeira, é que tem alimentado o debate da economia verde, na avaliação dos entrevistados nesta reportagem. Quando a crise eclodiu, muito se falou que a revisão do modo insustentável de consumo e produção abriria espaço para uma nova economia. (SD-R 2.7)

As forças, embora ainda não identificadas por todos, convergem para uma nova economia. A afirmação de que “a Idade da Pedra não acabou por falta de pedra” virou o mais novo bordão. Mas é ainda preciso ecoá-lo, principalmente em um país onde ouvidos estão voltados para as promessas eleitoreiras do petróleo do pré-sal. (SD-R 2.9)

Sr(a). presidente. Página 22 colheu propostas da academia, do setor privado e das ONGs para uma gestão mais sustentável [...] 3 Tributos para uma economia de baixo carbono [...] 5 Inovação tecnológica. “O próximo presidente da República tem o compromisso de fazer o País avançar na sua vocação de liderar a transição para

uma economia verde”, afirma o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds), por meio de sua assessoria de imprensa. (SD-R 6.1)

Na ordem do ano. PÁGINA22 identificou quatro assuntos que estarão na crista das discussões socioambientais em 2011. [...] Na frente mais pragmática, a Rio+20 propõe-se a consolidar o mapa do caminho para uma economia verde e inclusiva, percebida como fase de transição. Outro tema fundamental, e até aqui incipiente, diz respeito à governança, ou seja, de que normas e instituições o mundo precisa para monitorar essa trajetória. (SD-R 7.1)

Espiral de forças. Os temas "economia verde" e "governança" revelam tendência ao pragmatismo, como ponte para o desenvolvimento sustentável. A “economia verde no contexto da erradicação da miséria” é tema que tem origem na *Green Economy Initiative*, impetrada pelo Pnuma em 2008, durante a eclosão da crise financeira mundial. A proposta, então, era oferecer uma saída para a retomada da prosperidade econômica por meio dos negócios verdes e inclusivos. O leitor deve reparar que o tratamento que a ONU e seus diversos interlocutores dão ao assunto é de “fase de transição para o desenvolvimento sustentável”. Em teoria, um objetivo menos ambicioso e mais factível.

A ideia é remanejar mercados e fluxos financeiros para motivar setores-chave (como agricultura, energia, construção e transporte) a reduzir emissões de carbono, bem como o consumo de recursos naturais, ao mesmo tempo que gerariam mais empregos. Entre as medidas que poderiam ser aplicadas para este fim estão a inclusão de critérios socioambientais nas compras públicas, pacotes de estímulos e aplicação de taxas verdes, como um imposto sobre as emissões de carbono. (SD-R 8.1)

Oportunidade e propósito. [...] Em 1972, era o marco zero do meio ambiente como tema de interesse multilateral. Em 1992, a consolidação da ideia de desenvolvimento sustentável. E em 2012? Está em algum lugar entre a reforma da ONU, um conjunto de medidas de estímulo à economia verde e o mais ambicioso e improvável objetivo de redefinir o desenvolvimento dissociado do crescimento. Seja como for, é importante ter em mente a análise simples de Najam e Muñoz: “Conferências raramente resolvem problemas, mas podem determinar o debate internacional por anos e décadas à frente”. Assim, o melhor que se poderia esperar da Rio+20 é o peteleco inicial num dominó de mudanças tão profundas que nós ainda estaremos tentando interpretar integralmente 20 anos depois. (SD-R 8.2)

SD-R 13.1

De que economia estamos falando? Vertentes que (ainda) não constam do dicionário indicam a busca de alternativas ao sistema econômico tradicional ou de novas formas de guiá-lo [...] Economia verde. Possivelmente, é o verbete mais polêmico do nosso glossário, porque ainda não tem uma definição precisa e clara, está passível de críticas e ressalvas. É um elemento no caminho rumo ao Desenvolvimento Sustentável e trata de processos que revertem tendências insustentáveis atuais, tanto sociais quanto ambientais. Segundo definição do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), a Economia Verde é aquela que promove a melhoria do bem-estar humano e da igualdade, e, ao mesmo tempo, reduz significativamente os riscos ambientais. As três características principais das atividades dessa economia são: reduzir a emissão de carbono, ser eficiente no uso de recursos naturais e ser socialmente inclusiva.

Um dos termos centrais da próxima Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, recebe duras críticas de diversos atores da sociedade civil. Há muita desconfiança de que uma espécie de “manto verde” seja usado por segmentos do mercado para encobrir a falência do modelo de economia em curso e, assim, dar sobrevida a um sistema de exploração e injustiças. Alguns especialistas ressaltam que a economia verde é aquela que precisa levar em conta os limites ecossistêmicos do planeta, resgatando conceitos da chamada Economia Ecológica.

Para dar a guinada necessária dentro do prazo limitado que temos à disposição, vamos precisar pisar na tábua e nos desfazer o quanto antes de uma porção de segmentos econômicos ambientalmente perdulários para colocar em seu lugar modelos inovadores. É disso que deve tratar o debate em torno da (goste-se ou não do termo) “economia verde”, que será uma das pautas da Rio+20. (SD-R 14.1)

DURANTE A RIO+20

Antídoto contra as crises. Vinte anos depois, a maior questão é encontrar os meios para viabilizar a transição a uma nova economia, que se coloque a serviço do bem-estar humano – dentro dos limites e ciclos da natureza [...] Agora, o desafio é como fazer. “Desta vez, o que se necessita é estabelecer

meios que viabilizem o desenvolvimento sustentável”, diz Nick Nuttall, porta-voz do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) [...] Nessa transição, a economia deve ser usada como um meio a serviço de uma sociedade mais justa e com maior qualidade de vida. Para o Pnuma, a economia verde e socialmente inclusiva é o caminho mais efetivo para alcançar o desenvolvimento sustentável, conforme preconiza o relatório liderado pelo economista indiano Pavan Sukhdev, publicado em 2011 (acesse em goo.gl/pRmiT). O trabalho demonstra que a economia verde até produziria taxas mais altas de crescimento a médio e longo prazo. (SD-R 15.1)

DEPOIS DA RIO+20

Em busca da medida exata. O modelo consumista ocidental é cada vez mais questionado. O desafio está em encontrar formas de manter a economia saudável, ao mesmo tempo que se propõe o combate aos excessos [...] Dois exemplos emblemáticos são as propagandas de automóveis e de *fast-food*. Em seu último livro, *Muito Além da Economia Verde*, Abramovay lembra que automóvel e alimento são produtos cujo consumo precisa ser analisado sob dois pontos de vista, o do “mais” e o do “menos”, para atingir a justa medida. [...] Modelos de compartilhamento de bens e recursos começam a desmaterializar ou, mais precisamente, a otimizar o uso de bens na economia, freando um pouco o nível de consumo em países desenvolvidos. O uso compartilhado de carros, por exemplo, já deixa de ser um modelo alternativo de negócios [...] SD-R 25.1

Questão de sobrevivência. Muitas empresas já entenderam que seus impactos têm relação com a mudança climática e antecipam ações para evitar surpresas ruins no futuro. Ou mesmo para aproveitar oportunidades de negócios [...] Manifesto assinado por mais de mil líderes do setor privado apoia a precificação do carbono [...] “Isso atrairá mais investimentos na economia verde e premiará quem se prepara para a obrigação de aumentar o corte de gases do efeito estufa, a partir de obrigações legais, taxações ou exigências de mercado”, conclui Soto. (SD-R 30.1)

SUJEITO CRÍTICO

ANTES DA RIO+20

O risco de inocular a sustentabilidade no capitalismo é que, em vez de usar o sistema para “rodar” uma economia mais sustentável, este se aproprie da ideia, reempacote-a de acordo com os interesses dominantes e a use não para transformar, mas para manter o business as usual, sem mudanças fundamentais em paradigmas de consumo e produção. A reportagem à página 26, por exemplo, expõe a dificuldade de desfazer o nó do consumo diante do desafio da sustentabilidade. (SD-R 1.6)

Maria Rita Loureiro Durand, chefe do departamento de Gestão Pública da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (Eaesp-FGV), não acredita que a sustentabilidade vá romper a lógica do capitalismo, que põe o homem a serviço da produção, em vez de a produção a serviço do homem – o que a torna essencialmente perversa –, mas é capaz de “suavizar a selvageria”. Segundo ela, a única crítica de peso feita ao capitalismo após o marxismo surgiu pela via ambiental, tendo como alvo o consumismo exacerbado e o padrão produtivo predatório. “Mas é uma crítica que atua nas bordas, e não no eixo do sistema, e o risco de ser apropriada é muito alto”, diz a professora. [...] (SD-R 1.7)

A economia sustentável requer um novo modelo macroeconômico. Um know-how jamais experimentado [...] Um know-how que está por vir, pois jamais foi experimentado na história econômica. Por exemplo, que tipos de atividade comporiam esse novo modelo econômico, digamos assim, menos materializado? Talvez vender serviços de mobilidade, em vez de os carros em si, seja um exemplo. (SD-R 1.8)

Esverdear para amadurecer. Ainda que tardiamente, o setor privado brasileiro dá sinais de que acordou para o tema da *green economy*. Mas, isoladas, suas iniciativas evidenciam a falta de uma articulação política nacional [...] (SD-R 2.2)

Mas, para isso, falta tudo. Segundo Magalhães, faltam mercados estruturados, capacitação em modos de produção e de gestão, linhas de crédito específicas para produtos da biodiversidade, e ainda muito know-how e tecnologia por serem gerados. Se há em algum lugar uma nova economia verde, ela ainda não encontrou a Amazônia.

(SD-R 3.1)

O quebra-cabeça do clima. Malogro de Copenhague freia negócios com carbono, sinaliza poder crescente dos emergentes e torna difícil um acordo com obrigações e penalidades [...] (SD-R 4.1)

A ordem dos fatores. Pode parecer frustrante para os defensores de uma nova economia verde que as diferentes demandas sociais ainda sejam consideradas em ordem linear: primeiro a pobreza, depois o meio ambiente. Especialmente quando se sabe que as consequências da mudança do clima, por exemplo, devem se abater com fúria maior sobre as populações socialmente mais vulneráveis. Para Lavareda, isso tem a ver com o ineditismo das propostas que desejam unir os dois elos do socioambiental: “Trata-se de uma nova terminologia, um repertório conceitual que ainda não foi decodificado, embora as pessoas estejam acompanhando essa questão na TV. Se houvesse uma pesquisa para saber se as propostas de Marina Silva são consideradas importantes, certamente mais de 90% diriam que sim. Mas isso ainda não tem centralidade. O problema da miséria ocupa todo o ‘espaço da compaixão’ atualmente”. (SD-R 5.1)

A parte privada da solução. O protagonismo das empresas é inquestionável no cenário da Rio+20. Mas somente a articulação com o governo, na construção conjunta de políticas públicas, será capaz de dar escala ao novo jeito de fazer negócios (SD-R 10.1)

Pequenos poderes. No topo da pirâmide empresarial, não parece tão difícil ganhar adesão para a chamada economia verde. O problema, agora, é convencer os outros 99%. A boa notícia é que começa a pipocar uma série de movimentos nesse sentido [...] Em outras palavras, se for mesmo para a tal economia verde que vai ser debatida na Rio+20 sair do papel, então, será preciso dar um jeito para que essa turma toda [micros, pequenas e médias empresas] passe a levar a sustentabilidade em conta na hora de fechar negócio. (SD-R 11.1)

Prá já ou pra amanhã? [...] Dentro do aspecto ambiental, o debate ao redor da economia verde remete às grandes transformações do passado. Esse processo levará ao desenvolvimento sustentável ou apenas marcará passo, até que os diversos setores da sociedade encontrem alguma saída mais honrosa para poupar um pouco o planeta da predação? “Rupturas, entendidas como guinadas abruptas de direção, não vejo como positivas ou até mesmo boas. São muito perigosas, pois os efeitos são quase sempre imprevisíveis”, afirma Aerton Paiva, da consultoria Gestão Origami. Para o especialista, o clima de Fla-Flu ao redor do desenvolvimento sustentável é uma forma equivocada de abordar o problema. (SD-R 12.1)

Inovações sem ruptura. O ambientalista Roberto Smeraldi, diretor da ONG Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, também partilha da visão de que a transformação não precisa ser imposta por mudanças abruptas. O que não significa que o ritmo do processo atual o agrada. Para ele, a questão é que ainda se consideram as questões ambientais como custo. “Existe um desdobramento grave que pode ocorrer com esse atraso que estamos vivendo. Se a sociedade não optar por colocar preço em certos processos – como o uso intensivo do carbono –, não será possível gerar investimento ao longo das cadeias” que leve à implementação lenta e gradual da chamada economia verde. (SD-R 12.2)

Parafernália de protocolos. Se o setor privado tem função central nas transformações, como as empresas estão desempenhando seu papel? O consultor Giovanni Barontini, da Fábrica Ética e um dos organizadores do Carbon Disclosure Project (CDP) no Brasil, é incisivo: “O que elas estão fazendo pouco agrega na transformação da realidade”. Barontini argumenta que a ação empresarial ocorre apenas no que ele chama de um quarto da realidade. “A economia verde, para existir, precisa perpassar quatro quadrantes: o de fora e o de dentro das organizações, além dos de dentro (consciência) e de fora (cultura) dos indivíduos.” A fase atual, observa ele, é apenas a das ferramentas, “a da parafernália dos protocolos, códigos e indicadores”. (SD-R 12.3)

DURANTE A RIO+20

Ferramentas econômicas. Em busca de escala. Mecanismos para bancar a transição rumo à economia verde até existem. O difícil tem sido sair da escala-piloto (SD-R 19.2)

SUJEITO CÉTICO

ANTES DA RIO+20

Mas, para ganhar adesão, a economia verde precisará superar a relevante antipatia que conquistou em alguns círculos. Os críticos apontam que o novo conceito apenas confere pinceladas de verde sobre o mesmo sistema insustentável de produção e consumo. Em manifesto recente, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) afirma que é preciso “resistir ao ambientalismo de mercado”. (SD-R 8.1)

Contatos imediatos. Com a Rio+20 batendo à porta, atores dos mais variados matizes apressam-se a montar uma rede de articulações. Ninguém quer chegar ao maior evento realizado no Brasil desde a Rio 92 falando sozinho, e nem desperdiçar a chance de colocar o futuro na ordem do dia [...] Convivência nada pacífica. [...] Contudo, ainda há travas a um processo de articulação mais efetivo. “Somos todos herdeiros das divergências do século XX”, comenta Moema, ao explicar por que essas barreiras aparecem. A Cúpula dos Povos, por exemplo, não inclui atores do setor empresarial. “A gente acredita que os mercados deveriam estar a serviço da construção de uma sociedade mais justa e que isso precisa de uma mudança para frear o consumismo exagerado. E os empresários não compartilham dessa compreensão”, elabora Moema. Esse não é um veto absoluto – qualquer entidade do CFSC está livre para fazer outras articulações por conta própria – e a própria Moema é rápida em afirmar que a conversa com os empresários não apenas é possível como desejável. Ainda assim, existe algo a ser resolvido aí.

Pouco representado. Por seu lado, o empresariado “cava” os próprios espaços para avançar sua agenda, afinal estamos falando de uma conferência que debaterá a economia verde. “Se você olhar de 20 anos para cá, o setor privado é o que deu o maior salto, mas, até hoje, não tem uma representação como deveria”, reclama Marina Grossi, que ocupa a presidência do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds). “Essa é uma reminiscência de um passado que acaba sendo um dos entraves para alavancar o desenvolvimento sustentável”, completa (mais em reportagem à pág. 46).

O Cebds tem suas raízes no solo da Rio 92 e, por isso, quer chegar fazendo barulho. [...]

Mesmo que, em vários momentos, o empresariado e o Terceiro Setor ainda se estranhem, há aproximações importantes acontecendo. “O papel do setor privado tem sido pouco explorado nos debates sobre a sustentabilidade”, opina Cláudio Maretti, do WWF Brasil. “Os atores econômicos mais avançados já entendem que eles também são um ator social. E até os Fóruns Econômicos Mundiais têm caminhado para entender melhor a relação entre sustentabilidade e economia”, completa. (SD-R 9.1)

Um dos termos centrais da próxima Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, recebe duras críticas de diversos atores da sociedade civil. Há muita desconfiança de que uma espécie de “manto verde” seja usado por segmentos do mercado para encobrir a falência do modelo de economia em curso e, assim, dar sobrevida a um sistema de exploração e injustiças. Alguns especialistas ressaltam que a economia verde é aquela que precisa levar em conta os limites ecossistêmicos do planeta, resgatando conceitos da chamada Economia Ecológica. (SD-R 13.1)

DURANTE A RIO+20

Contraponto. André Lima, assessor de políticas públicas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e sócio-fundador do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS). [...] Mas como avançar nessa agenda se a própria sociedade civil está rachada, com várias entidades declarando-se contra a “economia verde” e contra o uso desses instrumentos? Esse debate está mal colocado, não pode ser tratado de forma simplista e opondo campos da sociedade. O que somos contra é o discurso verde para despistar as questões de fundo (modelo de produção e consumo) e continuar fazendo o que está aí. Ninguém é contra, por exemplo, incentivos tributários para atividades econômicas de baixo carbono, nem mais crédito para economia florestal extrativista. Tem um setor do movimento social que é contra o Redd por entender que se trata de mercantilização do clima, da biodiversidade, da água. Mesmo quem defende o Redd, como o Ipam, defende não como projetinhos para beneficiar grandes proprietários de terras na Amazônia. Mas sim como um programa com envolvimento dos governos federal e estaduais para o fortalecimento da agricultura familiar, dos povos e populações das florestas, com medidas para a garantia de direitos territoriais e sociais e também a inserção produtiva desses povos e comunidades. [...] (SD-R 19.6)

Divisores da sociedade civil. Em um caldeirão de múltiplas visões, a abertura para dialogar com o governo e o setor privado é uma das divergências. Também se questiona até que ponto a economia verde significa uma mercantilização da vida [...] Os maiores questionamentos giram em torno de dúvidas quanto ao fato de a economia verde significar ou não a mercantilização da água, do ar e dos recursos naturais e a até que ponto isso compromete a justiça socioambiental. Além disso, embora conceitualmente façam parte da sociedade civil, as empresas não integram a Cúpula dos Povos e constituem mais um ator em relação ao qual há profundas divergências. (SD-R 20.1)

Em busca de alinhavos. Mas existe um esforço para costurar essa diversidade em bandeiras comuns. Na análise de Moema, o que une a maior parte das redes da sociedade civil – não todas elas – é o posicionamento anticapitalista e antidesenvolvimentista. “Consideramos que os recursos da Terra têm de ser pensados como finitos, e não pode haver uma visão antropocêntrica. Transformar em mercadoria os aspectos fundamentais da vida é ‘mediocrizar’ o que possui real valor”, afirma. No aspecto de governança, as discussões convergem para a extensão do poder exercido por corporações globais, grandes empresas e organismos internacionais. Para Nilo D’Ávila, coordenador de políticas públicas do Greenpeace, a economia verde, da maneira como tem sido colocada, aflige os movimentos sociais. “Há preocupação quanto à mercantilização da natureza e do direito ao acesso à biodiversidade, além das questões envolvendo florestas e mudanças climáticas”, diz. (SD-R 20.2)

Evangelista constata que, de maneira geral, falta maior entendimento sobre economia verde entre os movimentos e organizações sociais, principalmente por falta de informações. “Não compreendemos como será trabalhado o valor da natureza, se vão privatizar a água e os interesses que estão por trás desse modelo”, diz. Segundo Moema de Miranda, outro aspecto de convergência que ganha espaço na América Latina, emergente dos povos indígenas andinos, é a do bem viver. Tem como princípio que a Terra é um ser vivo e como objetivo a constituição de uma sociedade de harmonia com o meio ambiente. (SD-R 20.3)

DEPOIS DA RIO+20

“Nitidamente, a sociedade brasileira trabalha muito”, diz o pesquisador Sadi Dal Rosso, do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. É possível indicar algumas razões para isso, como a cultura de trabalho dos imigrantes e os mais de 300 anos de escravidão. Entretanto, o que conta mesmo é a cultura de acumulação do capitalismo. É por isso que Dal Rosso não acredita que a economia verde seja a chave para trabalhar menos. “O capitalismo verde não incidiria diretamente na duração da jornada, principalmente se consideramos que muitas dessas atividades envolveriam pequenos empreendedores, cujas jornadas são ainda mais longas.” (SD-R 26.1)

APÊNDICE I

Sequências discursivas de entrevistas (SD-E)

SUJEITO ENGAJADO

ANTES DA RIO+20

[ACHIM STEINER] Set09

Inevitável amanhã. Em muitos casos, a crise financeira acelerou mudanças na direção da chamada economia do amanhã. Em tantos outros, freou-as. No balanço disso tudo, uma certeza: com crise ou sem ela, a nova realidade ambiental impõe a transformação econômica, e a questão agora é como aproveitar essa grande oportunidade. [...] Nesta avaliação global, feita à Página22, o diretor-executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), Achim Steiner, considera que o Brasil tem se movido lentamente. Mas uma das forças capazes de acelerar esse ritmo vem do setor privado. [...] A outra força, vinda das políticas governamentais, é poderosíssima. Por meio de subsídios e incentivos aplicados no lugar certo, o amanhã pode chegar antes do que se imagina. (SD-E 1.1)

O que se tem deixado de lado nessa discussão, entretanto, é que estamos em um momento de transformação econômica movida pelas realidades ambientais. [...] Significa que, com 9 bilhões de pessoas em 2050, temos que reinventar nossa economia. Podemos aumentar os padrões de vida, mas não com o modelo atual de consumo e produção. Por isso acho que a crise financeira se tornou a grande oportunidade para investir na economia de amanhã, uma economia mais eficiente em termos de recursos, menos poluidora, de baixa emissão de carbono e com novos modos de produção para energia, agricultura. É por isso que consideramos o Green New Deal parte da resposta à crise. (SD-E 1.2)

O que talvez surpreenda é que – dada a natureza da economia global, em que a mudança é muito rápida – o Brasil não tenha adotado uma abordagem mais explícita e deliberada de explorar quais são as oportunidades para seus setores de exportação, serviços ou manufatura nesta economia verde de amanhã. (SD-E 1.3)

“A economia verde é uma realidade, senão os EUA e a China não estariam investindo mais de US\$ 150 bilhões nisso” (SD-E 1.4)

Há indícios de que o pior da crise econômica teria passado. Que balanço se pode fazer da economia verde, da criação de *green jobs*, do desenvolvimento de tecnologias limpas durante o último ano? Aconteceu em alguma medida ou a recuperação se deu totalmente em bases não verdes?

O perigo está em sair dessa crise e voltar ao mesmo modelo que tínhamos antes. É irônico que alguns bancos estejam anunciando lucro de US\$ 2 bilhões ou US\$ 3 bilhões, quando ainda estamos endividados em centenas de bilhões de dólares para salvar os bancos. A crise econômica e financeira é uma oportunidade única para repensar as prioridades dos investimentos públicos e privados para transformar nossa economia.

Muitas economias vão seguir esse caminho porque, mesmo que não se preocupem com o meio ambiente, se é possível produzir o mesmo quilowatt/hora de eletricidade por menos dinheiro e com menos recursos, elas o farão de qualquer maneira. A eficiência é um grande motor da economia verde. Em segundo lugar, a competitividade pede que você seja capaz de oferecer produtos para uma economia de baixo carbono. Vamos caminhar em direção a uma economia de baixo carbono – seja pela via de Copenhague, seja por outra qualquer, o mundo vai pôr um limite nas emissões de carbono. [...] O *Green New Deal* é uma combinação de medidas estabilizadoras de curto prazo com outras para geração de empregos e de demanda, e também de investimento de longo prazo na transformação econômica e tecnológica. (SD-E 1.5)

[GUILHERME LEAL] Nov09

Um candidato natural. Cotado como vice na chapa de Marina Silva (PV-AC) à Presidência da República, o empresário Guilherme Leal, um dos fundadores da Natura, não confirma a sua candidatura, mas já dá a receita para um Brasil do século XXI: investimento maciço em educação, ciência, tecnologia e inovação voltadas para uma economia verde e cada vez mais desmaterializada. (SD-E 2.1)

Será que nós – a mídia, todo o grupo envolvido com o tema da sustentabilidade – não sofisticamos demais o debate, enquanto aspectos básicos [segurança, corrupção, ensino, saúde, saneamento] não foram resolvidos? Essa discussão não precisa fazer um caminho *back to the basics*?

Esse é um ponto fundamental. Para mim, a revolução em torno do desenvolvimento mais sustentável é um massivo investimento em educação, ciência, tecnologia e inovação de uma economia verde. Não estamos falando de nada desconectado do nosso dia a dia. Precisamos, sim, saber traduzir isso de forma a ser mais compreensível pelo cidadão comum. Não é preciso ser um iniciado nas artes da sustentabilidade para entender que bicho é esse, para saber que não é ser contra o desenvolvimento, contra a prosperidade, mas que é outra qualidade de estar. (SD-E 2.2)

[PAVAN SUKHDEV] Ago11

Natureza visível. Na entrevista concedida à Página22, em São Paulo, no final de maio, Sukhdev falou da guinada de 180 graus na sua trajetória profissional: de executivo mergulhado no mundo dos mercados à sua entrada em um seleto naipe de economistas influentes na discussão sobre uma nova economia, emissora de baixo carbono e harmônica com os limites ecossistêmicos. Contribuiu decisivamente nesse movimento a sua filha Mahima, que, aos 7 anos de idade, na década de 1990, fez com que ele se tornasse um observador de pássaros e passasse a conceber a natureza bem além de seus contornos físicos. (SD-E 5.1)

[ARON BELINKY] Out11

A identificação das bandeiras – escolher essa ou aquela causa, essa ou aquela perspectiva – é uma coisa que está por acontecer. O comitê não está dizendo qual deve ser. Por enquanto o comitê não tem um porta-voz político. É uma construção muito delicada. E muito chata... chatésima. (risos)

Por que é chata?

Porque você esbarra em interesses imediatistas, falta de informação e preconceito. É igual à discussão sobre economia verde. Tem um monte de gente discutindo se é ou não a favor de economia verde sem nem ter claro o que a gente quer dizer com isso. Tem gente que nesse nome enxerga a predominância do “grande mercado”. Perde-se um tempão com uma discussão semântica que não trará resultado concreto e acaba desgastando proximidades que se poderiam cultivar. [...] (SD-E 7.3)

DURANTE A RIO+20

[BRICE LALONDE] Jun12

Dias melhores virão? [...] Lalonde tem a missão de fazer com que temas espinhosos como economia verde, governança global e erradicação da pobreza encontrem consenso entre as vozes dos indignados, céticos, governos e *Major Groups*. (SD-E 11.1)

Há ainda muito desentendimento sobre um dos temas centrais da Conferência, que é a economia verde. A expressão é entendida de variadas formas e, para boa parte da sociedade civil, a leitura é que se trata de pintar de verde o business as usual, com objetivo de perpetuá-lo como está. Outras vozes mais radicais entendem que, por trás do conceito economia verde, está a intenção de “mercantilização da vida”. Sem que haja – em primeiro lugar – um mínimo consenso sobre a definição de economia verde e – em segundo lugar – um mínimo acordo sobre economia verde, o que se pode esperar da Rio+20?

Desentendimentos e discussões são parte da vida e fundamentais em um debate público, em que as pessoas precisam entender os argumentos de todos os lados e o que está em jogo. Em meu ponto de vista, a economia verde é inevitável. Não sei nem se posso chamar isso de economia, mas sei que não haverá nenhuma economia se destruímos a natureza. [...] Então, a ideia (da Rio+20) é entrarmos em uma economia verde e darmos um novo passo na história da humanidade. [...] (SD-E 11.2)

DEPOIS DA RIO+20

[PAVAN SUKHDEV] Nov12

Corporation 2020 é certamente uma extensão lógica do Relatório sobre Economia Verde. O que fiz foi levar o pensamento da economia verde do nível da macroeconomia para o da microeconomia. Se temos as condições para viabilizar a transição em um nível macro, o que significa subsídios, acesso ao mercado, incentivos para negócios verdes e regulação, entre outras, podemos prever o que é necessário fazer ao mesmo tempo na

microeconomia. (SD-E 13.1)

O senhor destaca o comportamento ético quando discute o tema da publicidade e mesmo outros aspectos do DNA das empresas da economia verde. A postura ética é essencial nas empresas dessa nova economia? O que tal atitude tem a ver com a ética individual?

Não é correto argumentar que algumas corporações serão desonestas porque algumas pessoas são desonestas. As corporações são instituições que proveem quase 60% do PIB global e 70% dos empregos. Uma instituição precisa apresentar os mais elevados padrões de conduta ética e moralidade. As corporações são as mais importantes instituições de nosso tempo. É inaceitável que uma companhia seja desonesta como um ladrão que rouba algo de meus amigos na Índia. [...] (SD-E 13.3)

[RICARDO YOUNG] Mar13

O senhor faz parte do núcleo do Movimento Nova Política e da criação de um novo partido (Rede Sustentabilidade, nome que viria a ser anunciado em 16 de fevereiro). O que se pretende efetivamente com este partido? Quais são as ambições, as diretrizes, o que se vislumbra em termos de projeto de país e também em termos de projeto político?

[...] Quando nos unimos em 2008 em torno da ideia da plataforma Brasil Sustentável, nós víamos uma parte do iceberg, mas não o todo. O que víamos? Que a questão de uma opção sustentável de desenvolvimento era um imperativo e que o governo, prisioneiro dos interesses políticos e econômicos, não seria o espaço de articulação disso. Eu participei do Conselho (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social) na primeira gestão do Lula e vi a dificuldade de sair daquela lógica de interesses. Lógica que ditava os programas de governo e só podia ser rompida a partir de uma grande articulação na sociedade. E nós tínhamos um case, que vinha a ser a rede das Cidades Sustentáveis, nascida em 1996 após nossa experiência em Amsterdã. [...]

[Revista] Então tudo isso nasceu de uma perspectiva bem urbana.

Sim, mas em busca de uma visão sustentável de desenvolvimento. A economia verde ainda estava engatinhando. Vimos lá o que chamo de efeito pororoca, uma combinação inusitada nesse movimento da sociedade civil, independente das colorações ideológicas.

Conseguimos unir o grosso do movimento socioambiental e o grosso das empresas socialmente responsáveis em um projeto eleitoral – uma coisa inimaginável, pois as ONGs, por definição quase são avessas a partidos políticos ou se colocam como apartidárias ou suprapartidárias. Mas, naquele momento, houve esse efeito pororoca.

Encontrou-se um partido que, fundamentalmente graças ao (Alfredo) Sirkis e ao (Fernando) Gabeira, abriu-se para um possível projeto de poder com o conjunto da sociedade civil organizada. Isso tinha um corte diferente daquele que sustentou as eleições do Lula lá atrás, em 2002 e 2006, que era de cunho mais social. Aqui, era menos de natureza social e mais socioambiental, mais visionária, mais ligada à visão de futuro. Houve o encontro das águas entre um partido que ousou sair da política convencional – imagina, a Marina foi lançada sem coligação partidária! – e a sociedade civil. Disso saiu essa coisa maravilhosa que foi a candidatura (de Marina Silva) em 2010. (SD-E 14.2)

É essa linha de qualidade de vida que deve ser explorada como programa de governo pelo partido?

Acho que sim. Uma das coisas bonitas da economia verde é que ela desvincula qualidade de vida de crescimento material. [...] (SD-E 14.4)

[CARLOS EDUARDO YOUNG] Set14

E além disso existe um pensamento econômico *mainstream* que não considera a economia com um subsistema do meio ambiente? Esse seria um outro fator?

O que você chama de pensamento econômico? O pensamento dos economistas ou o dos que tomam decisões ligadas à economia?

[Revista] Os dois.

Mas são coisas diferentes. O economista não decide a economia. O economista não manda em nada.

[Revista] Não manda, mas na nossa área, por exemplo, existem pouquíssimos economistas que falam sobre sustentabilidade, é até difícil o jornalista encontrar fontes. Na maioria das vezes, o conhecimento econômico é gerado como se não houvesse uma questão ambiental acima de tudo. (SD-E 16.3)

O maior equívoco é achar que a economia verde vai reduzir o PIB. PIB não é problema, PIB é solução. Quanto

mais PIB, melhor, pode escrever aí. Nós só resolveremos problemas de sustentabilidade com aumento do PIB, ponto-final. Porque eu sei que aumento do PIB, Produto Interno Bruto, significa aumento da atividade econômica. Como eu aumento a atividade econômica? Com mais emprego e com mais produtividade. Eu quero pleno emprego e quero aumento da produtividade. Mas quero um aumento de produtividade que resulte na maior geração de valor pelo menor uso de recurso, uma economia cada vez mais desmaterializada, que é a economia do conhecimento, da inovação. Eu quero que o PIB aumente e não diminua.

Entra na questão da qualidade do PIB?

Exatamente, o PIB não deve ser maior apenas, precisa ser melhor.

E como é que se ganha esse debate na sociedade?

Mostrando que o caminho da economia verde gera mais renda e melhor emprego que o caminho da economia marrom. Inclusive tenho um trabalho sobre isso (leia artigo publicado em goo.gl/mgtfFD).

Seria mostrando as externalidades positivas da economia verde, em vez de só mostrar as negativas da economia marrom?

Exatamente. Se eu considerar as consequências negativas do caminho predatório e mostrar as possibilidades de empregabilidade do caminho alternativo de uma economia cada vez mais baseada em conhecimento e cada vez menos em extração predatória de recursos naturais, mais atividades vou gerar. Vou gerar mais empregos e de melhor

qualidade. E, segundo a minha conta, fazendo uma simulação para a economia brasileira, isso bate.

A economia verde gera melhor PIB. E gera mais PIB através da inovação. A economia verde é aquela que incorpora o conhecimento e os serviços na atividade econômica. [...]

E o papel do poder público nisso?

Economia verde, na minha opinião, é um caminho alternativo, uma possibilidade que não vai acontecer espontaneamente. Ela precisa ser induzida, precisa de políticas específicas, incluindo a internalização das externalidades, que levem a uma produção

econômica com maior agregação de valor através da incorporação da inovação e do conhecimento no processo produtivo. Produtos que não serão os mais baratos, mas serão melhores. (SD-E 16.4)

SUJEITO CRÍTICO

ANTES DA RIO+20

[JOSÉ ELI DA VEIGA] Out11

A questão é macro. A economia verde não passará de mais uma história da carochinha se não for olhada através de uma lente “macro”. É com estes termos que o professor da FEA-USP José Eli da Veiga alerta para o que chama de armadilha da Rio+20: a ilusão de que basta migrar do crescimento marrom, poluente, para o crescimento verde que os nossos problemas estarão resolvidos. “Não”, frisa ele. A reforma necessária é estrutural e vai no coração do modelo macroeconômico sobre o qual o capitalismo moderno foi construído. E que fez do consumo o motor de tudo, inclusive da estabilidade social. [...] Também requer enfrentar com coragem o problema das desigualdades. Não se trata de mera inclusão social, nem de encarar a questão apenas pelo ponto de vista do compromisso ético, como se fez até agora. Na visão de Eli da Veiga, o combate às disparidades, tanto em nível internacional como dentro de cada nação, tornou-se condição fundamental na transição para a “prosperidade sem crescimento”, sem a qual nenhuma equação vai fechar. (SD-E 6.1)

Em artigo recente publicado na Folha de S.Paulo, o senhor afirmou que o termo “economia verde” tem sido usado pelo establishment como eufemismo para “crescimento verde”. Que discussão fundamental sobre economia verde deve ser feita, em especial neste momento que antecede a Rio+20?

O uso dessa expressão, “economia verde”, não pode encobrir o fato de que não existe solução se os países que já atingiram um grau bem alto de desenvolvimento não começarem a encarar a transição para a prosperidade sem crescimento. É o que Herman Daly chamou de steady state (estado estacionário), no qual a sociedade continua melhorando sem aumentar a sua pegada ecológica, sem que o tal do “transumo” aumente. [...]

Este é o debate que interessa sobre economia verde, apesar de ainda haver incertezas sobre essa ideia?

É. O que não dá é para negar a existência do seguinte dilema: sustentabilidade vai depender do quanto os países que atingiram alto nível de desenvolvimento vão encarar a prosperidade sem crescimento. O perigo que estou vendo, que chega a me irritar, é que

estão querendo nos vender outra coisa com a expressão “economia verde”: a crença de que você pode fazer o chamado descolamento, ou seja, de que pode continuar crescendo desde que reduza a parcela dos recursos naturais – materiais e energéticos – contida em cada unidade do PIB. [...]

Independentemente do efeito ricochete, que chamo de efeito bumerangue, o simples fato de que a população continua a aumentar e cada vez mais existir acesso a consumo – ainda bem, porque 80% da população consome muito pouco, perto dos 20% que ultraconsomem – significa que o tal descolamento relativo não leva a sustentabilidade

nenhuma. Só que eles estão querendo dizer que economia verde é isso, porque acreditam nisso, ou fingem que acreditam.

“Eles” quem são exatamente?

Muita gente. Uma fonte que uso é o relatório sobre crescimento do Banco Mundial, o Relatório Spence, que é um Prêmio Nobel (Michael Spence). Participou um monte de gente, inclusive o (Edmar) Bacha. Tem uns dez ou doze autores. Uma forma de ser otimista em relação à sustentabilidade é resumir o problema todo à questão da ecoeficiência, com uma excessiva confiança na tecnologia. Mas, até onde a gente pode ver, usamos em um ano o que a natureza leva um ano e meio para renovar. [...]

Agora, há uma questão importante. Quando se começa a ver como seria isso, esbarra-se em um ponto sério, que é o da desigualdade. Os Brics estão em situação diferente, mas tem uns 100 países no mundo que estão na miséria e não conseguem sair disso. Não seria correto, em nome da sustentabilidade, que houvesse redução do consumo ou pelo menos estabilização do consumo, e que eles inclusive se encarregassem de contribuir de fato para que os 100 países que estão na merda, digamos assim, conseguissem se virar?

[...] (SD-E 6.2)

E como essa discussão se situa no Brasil, que nem é africano nem escandinavo?

O tema para nós é a qualidade do crescimento. Aqui, não se trata de discutir se é o caso de crescer ou não, o crescimento é necessário, até para dar conta da pobreza.

[Revista] E enfrentar a desigualdade, inclusive.

A desigualdade é a grande questão. A possibilidade de uma transição ao estado estacionário e à prosperidade sem crescimento depende de uma radical redistribuição. (SD-E 6.3)

Por quê?

A macroeconomia, do jeito que funciona hoje, depende do aumento do consumo. Do mesmo jeito que alguns países, no plano internacional, terão de reduzir seu crescimento para abrir espaço ecológico para que outros possam crescer, dentro de um país vale a mesma coisa. Então, não dá para encarar essa transição sem resolver o problema da desigualdade. A questão é que todo mundo aceita discutir a erradicação da pobreza, mas ninguém quer discutir desigualdade. Inclusive os documentos preparatórios da Rio+20 tratam economia verde não só como mais eficiente do ponto de vista ambiental, mas que também é voltada para a erradicação da pobreza. E isso não tem nada a ver com desigualdade. Você pode acabar com a pobreza dentro de um país e a desigualdade aumentar – depende do que vai acontecer com a outra parte da população. O assunto desigualdade é evitado sistematicamente.

[...] Se a sustentabilidade exige uma transição à prosperidade sem crescimento, e se a prosperidade exige a estabilização do crescimento, a única maneira de fazer isso é pela redução das desigualdades. Nesse sentido, a questão das desigualdades aparece como funcional. Isso é diferente do que a gente sempre dizia, de que é um simples compromisso ético. Isso é justamente o mais difícil de aceitar. [...] (SD-E 6.4)

Como a economia verde de fato, ou uma nova economia, pode dar conta dessa questão das desigualdades? Nessa sua pergunta tem uma nova expressão, a “nova economia”. Nova economia eu não sei o que é, mas não precisa ser necessariamente verde. Até porque verde acho péssimo como escolha de cor. Todas essas preocupações, quando começaram a ter impacto, ficaram muito voltadas para a natureza na parte terrestre, cobertura vegetal. Mas os estudos científicos mostram que 50% da solução do problema global é plâncton. A contribuição do plâncton e da floresta é a mesma. Juntando as cores, dá turquesa, inclusive já escrevi sobre a sustentabilidade turquesa, é um tema de que gosto muito.

[Revista] Mas não estou entrando na questão semântica do nome “economia verde”...

Só te fiz essa observação como uma nota de rodapé, porque até isso (o uso da expressão economia verde na

Rio+20) é infeliz! A questão é a seguinte: para chegar ao desenvolvimento sustentável, é preciso uma transição econômica. Essa transição não pode ser encarada do ponto de vista microeconômico, e “economia verde” chama muito pra isso. Qualquer projeto de energia eólica vou apresentar como avanço da economia verde. Se você aceita isso, o macro não faz parte. Toda a discussão do Tim Jackson é macro. Nossa macroeconomia é basicamente keynesiana, tem algumas divergências, mas, em qualquer corrente, é preciso fazer de tudo para aumentar o consumo. [...] Então, falar de desenvolvimento sustentável, sem encarar isso que estou dizendo, é história da carochinha. [...] (SD-E 6.5)

Então o que é a questão primária?

A mais séria é que, se encaro que o consumo tem de se estabilizar, isso implica uma reorganização total da economia, da qual a gente não tem ideia. O que se teria de fazer? Evitar, por exemplo, que a gente trocasse as coisas tão rápido, como carro, celular. A economia teria de produzir coisas mais duráveis. (SD-E 6.6)

A crise econômica global atrapalha ou pode ajudar nessa discussão, como um provocador de mudança, uma vez que mostra como o modelo deu errado?

Quando a crise aperta, os tomadores de decisão ficam muito mais ariscos a enfrentar uma discussão como essa. Mesmo a versão mais light da economia verde, essa que eu chamo de história da carochinha, mesmo quanto a isso a tendência deles é de dizer: “Não é bem assim”. A não ser que houvesse uma coisa muito convincente que mostrasse o seguinte: se investir muito em economia verde, vai aumentar o emprego e resolver um monte de problemas. Só que os dados não corroboram. (SD-E 6.7)

Meu papel, nesse sentido de forçar essa discussão sobre prosperidade sem crescimento, ainda é pregar no deserto. É a pergunta que você fez: onde isso está sendo discutido? Não sou capaz de citar nenhum Parlamento que tenha se reunido para discutir “se é o caso de”. Ao contrário, a classe política trata com escárnio quem faz esse tipo de proposta. (SD-E 6.8)

[FERNANDO LYRIO] Mar12

Em sua visão, qual é o grande nó do desenvolvimento sustentável?

É integrar visões dentro das dimensões social, ambiental e econômica, sem maniqueísmo. E integrar visões de mundo. O que é sustentabilidade para um país não necessariamente é para o outro, então é preciso romper esse paradigma perverso de polarização Norte-Sul, de apontar o dedo, de dizer quem é o responsável pelo quê. Hoje, essa polarização tem impedido o consenso na maior parte dos processos internacionais, nas COPs. (SD-E 8.2)

[FERNANDO COLLOR DE MELLO] Abr12

Além disso, o conceito de economia verde é muito amplo, até hoje não vi uma definição clara do que seja economia verde. O acréscimo de inclusão social e erradicação da pobreza já foi uma ação da diplomacia brasileira. Mas, muito bem, o que se conceitua exatamente economia verde? Nós temos de ter uma definição clara antes de iniciar a reunião!

E a sua definição qual é?

A minha visão é completamente diferente, vai em outro sentido. Se não a definirmos com clareza, a economia verde poderá ser o novo nome que será dado ao protecionismo comercial. Porque os países maiores, grandes importadores, podem dar preferência ou não a um país porque usa uma determinada folha... (SD-E 9.2)

DURANTE A RIO+20

[BRICE LALONDE] Jun12

Há ainda muito desentendimento sobre um dos temas centrais da Conferência, que é a economia verde. A expressão é entendida de variadas formas e, para boa parte da sociedade civil, a leitura é que se trata de pintar de verde o business as usual, com objetivo de perpetuá-lo como está. Outras vozes mais radicais entendem que, por trás do conceito economia verde, está a intenção de “mercantilização da vida”. Sem que haja – em primeiro lugar – um mínimo consenso sobre a definição de economia verde e – em segundo lugar – um mínimo acordo sobre economia verde, o que se pode esperar da Rio+20?

Desentendimentos e discussões são parte da vida e fundamentais em um debate público, em que as pessoas precisam entender os argumentos de todos os lados e o que está em jogo. Em meu ponto de vista, a economia verde é inevitável. Não sei nem se posso chamar isso de economia, mas sei que não haverá nenhuma economia

se destruímos a natureza. Acredito que, como diz o Ban Ki-moon (secretário-geral da ONU), isso é o descobrimento de que o capital humano e natural é tão importante quanto o capital financeiro. Ou é até mais importante. Então, a ideia (da Rio+20) é entrarmos em uma economia verde e darmos um novo passo na história da humanidade.

Na Conferência está toda essa discussão estrutural que envolve ecologia, como você insere o capital natural na economia nacional e como atribui valor aos serviços ecossistêmicos. Todas as ferramentas para implementar a economia verde. Tudo isso tem de ser feito e temos que evitar o greenwashing. No final, trazer o desenvolvimento para uma sociedade é uma batalha. E os consumidores também devem lutar. A internet ajuda nisso. É na rede que se pode expor a verdade sobre as organizações que estão praticando greenwashing. Hoje é fácil descobrir. (leia mais na reportagem “Caiu na rede”, edição 63) [...] (SD-E 11.2)

SUJEITO CÉTICO

DURANTE A RIO+20

[PEDRO IVO DE SOUZA BATISTA] Jun12

Dias de luta. A sociedade civil – um caldeirão formado por múltiplos atores com as mais diversas posições – chega à Cúpula dos Povos com posições contundentes. Os ataques começam pela escolha de “economia verde” como um dos temas centrais da Rio+20, e se desfiam pela forma como a expressão foi conceituada e apresentada pela ONU. O temor é de que não se conquistem mudanças mais profundas no modelo de desenvolvimento. Nesta entrevista, o coordenador da Cúpula dos Povos, Pedro Ivo Batista, conta como foi difícil costurar um grupo tão heterogêneo e revela que, no fundo, o que serve como aglutinador de tantos “povos” é a luta anticapitalista. [...] (SD-E 12.1)

[...] Nossa agenda é mais ampla, queremos debater o modelo de desenvolvimento e, portanto, o direito das pessoas que já estão sendo afetadas pela mudança climática, pela crise ambiental, pelos problemas socioambientais nas cidades. Queremos discutir não apenas através do olhar do mercado, mas do olhar da vida. Não aceitamos uma possível mercantilização da natureza – por isso falamos que a Cúpula é por justiça social e ambiental em defesa dos bens comuns.

Um exemplo disso foi o lançamento da campanha Não à Economia Verde?

Sim, a campanha foi para mostrar que a solução que está vindo da proposta da ONU sobre economia verde não contempla o conjunto da sociedade. Quando essa ideia surgiu, no fim da década de 1970, início dos 80, surgiu muito em função dos movimentos ecologistas, dos partidos verdes europeus. A ideia da economia verde era muito interessante, porque representava uma alternativa ao modelo que está aí. [...]

E é um momento muito ruim para a discussão da economia, com os países desenvolvidos todos na retranca, e com isso a tendência é que a economia verde seja capturada pelas corporações que já mandam no planeta. (SD-E 12.2)

Quando se coloca a pauta “economia verde”, há muitas interpretações e pouco consenso sobre a sua definição. Mas essa pauta não seria uma oportunidade para discutir o modelo de desenvolvimento? No fundo, não estamos todos falando a mesma coisa?

Não, porque a resposta para o modelo de desenvolvimento não pode ser só econômica.

[Revista] Mas a economia é o instrumento a ser usado para se atingir o desenvolvimento sustentável. Esse é o pensamento hegemônico. Nós não somos contra a economia. É que o pensamento linear, que não usa a complexidade, o pensamento hegemônico, vem tratando essa questão de forma fragmentada, não integrada. A solução para discutir o modelo é debater a economia, mas também o social, o cultural, o ambiental...

[Revista] O grande nó dessa crise que a gente vive passa pela economia, foi gerado pela formas de produção e consumo. O grande nó da sustentabilidade é econômico. O grande nó é o pensamento.

[Revista] A causa dos problemas está em como a economia se desenrola.

A causa está na forma como se pensa a economia. O paradigma é que é o grande nó. Porque o que está sendo dito que é economia verde, pelos documentos da ONU, não é economia verde no sentido mais amplo que estamos discutindo aqui. E, sim, uma economia, em um momento de crise, que não leva em consideração os

direitos das pessoas, as populações insulares, os mais pobres, os negros... não integra economia com ecologia, com o social, com o cultural, com a governança, com a democracia. É como se tivéssemos reduzido a nossa pauta. Não adianta eu dizer que quero fazer economia verde se o paradigma continua o mesmo. Senão, plantar soja indiscriminadamente, fazer monocultura orgânica, que concentra terra, tudo isso será "economia verde". E aí os bancos vão financiar isso com o nome de economia verde. A nossa proposta é muito mais complexa e profunda. Porque muitas comunidades já estão fazendo outras economias, sem ser reconhecidas. Como fica todo o movimento internacional da economia solidária? E a construção de produções florestais com manejo comunitário? E as populações indígenas que conseguiram avançar no seu modelo de produção e organização? E a agenda de novas tecnologias? E como as comunidades podem participar da repartição dos benefícios dos lucros? Parte do problema está na implementação, e isso é sinal de que a governança não está bem, porque é ela que ajuda a implementar. Então, essa crítica à economia verde não é uma coisa abstrata. (SD-E 12.3)

Mas há na sociedade civil um entendimento de que os instrumentos econômicos são importantes para ajudar a viabilizar as mudanças?

Sim, há esse entendimento. É que na Cúpula há uma grande diversidade...

...com organizações que nem querem ouvir falar de instrumentos econômicos, não é mesmo?

Não é que não querem ouvir falar, é que não acham que a conjuntura seja favorável para discutir instrumentos econômicos.

E então qual é a proposta que entra no lugar, uma vez que vivemos sob um sistema capitalista?

Vivemos, mas não somos obrigados a viver nele eternamente.

Então a proposta é acabar com o capitalismo? Não se pensa em reformar o capitalismo?

A proposta é formar uma sociedade sustentável.

O capitalismo não pode levar à sustentabilidade se ele for reformado?

Na minha opinião, não. Precisa ser outro sistema. Estamos falando de uma nova utopia. Tanto o socialismo real como o capitalismo que existe não dão conta do problema da sustentabilidade. (SD-E 12.4)

[Revista] Desde que a humanidade se organizou em cidades e pratica a agricultura, temos um arquétipo do qual é difícil fugir: sempre se vai produzir e sempre se vai consumir.

Tem como fugir, sim, pelas formas como se organizam a produção e o consumo.

[Revista] Mas isso também é economia.

Isso é ecologia. Também. Tanto que economia e ecologia têm a mesma raiz. Uma ordena a casa e a outra cuida da casa. Isso nunca deveria ter sido separado. Foi separado porque o pensamento considerado científico, principalmente do século passado, separou as ciências. Hoje, a gente percebe que, como tudo está interligado, a ciência também deve ter um olhar múltiplo, tanto na formal como nos saberes populares. Tenho que consumir, mas quem disse que eu tenho de consumir uma Klabin ou um McDonald's? Ou um consumo exacerbado de descartáveis, ou de frutas com agrotóxicos?

Mas essa é uma discussão sobre economia verde, certo?

Essa é uma discussão sobre sustentabilidade. O debate sobre economia verde, para nós, teria que relacionar todas as economias, os pequenos, os médios. Claro que os grandes também, que têm escala, e precisamos pressioná-los para mudar. Quando eu era pequeno, no Ceará, e ficava doente, me davam maçã para comer. Hoje, muitas maçãs têm 40, 50 tipos de agrotóxicos. A gente não sabe por que tantas pessoas adoecem de câncer. Queremos essa discussão que leve em conta a qualidade de vida.

Se ecologia e economia têm a mesma raiz, quando se faz um manifesto contra a economia verde pela forma como ela foi colocada, isso não acaba reforçando o racha, em vez de buscar a convergência?

Não, se você disser o que você quer. O que queremos é uma economia sustentável, que leve em consideração as florestas, os oceanos, a questão climática, a social, a cultural.

[...] (SD-E 12.5)

Então o que dá a liga? O inimigo comum é a economia verde?

A maior parte não pensa assim. Lógico que a economia verde como está sendo proposta pela ONU é um inimigo

comum. Assim como a economia suja, o desenvolvimento sujo. E está caindo a ficha das organizações e entidades que, apesar dos governos de esquerda, esses problemas não foram resolvidos. Os governos de esquerda fizeram coisas boas, mas são tão desenvolvimentistas e atrasados quanto os outros. Então, o que unifica? A vontade de se juntar de novo, porque a conjuntura é muito difícil. E juntar-se em cima de alguns patamares gerais, de que devemos defender os direitos difusos da natureza, das pessoas e das futuras gerações. Tem de ter políticas públicas consistentes para ajudar o Brasil e o planeta nessa crise que virou civilizatória. É importante ter diversidade, ficar um pouco solto, ter as atividades “autogestionadas” – em que cada um tenha liberdade de mostrar o que está fazendo – e, ao mesmo tempo, atividades que serão convocadas pela Cúpula – as de convergência e as gerais –, sobre três eixos básicos: as falsas soluções (como essa proposta de economia verde), as nossas soluções (ou seja, o que temos de propositivo), e um plano de lutas e ação. O desafio é se depois vamos abraçar essas bandeiras. Eu acho que vamos, e cada um levará isso adiante com as suas características. (SD-E 12.6)

SUJEITO CONSERVADOR

DEPOIS DA RIO+20

[ANTONIO DELFIM NETTO] Mai 13

O desenvolvimento e seus truques. [...] Contemporâneo de Delfim Netto em uma passagem pela FEA, Georgescu lançou a ideia de que a economia depende da capacidade de recarga da natureza e dos limites ecológicos. Portanto, não poderia ser distanciada das Ciências Naturais e muito menos estaria imune à Segunda Lei da Termodinâmica, que trata da entropia. Delfim, que nesta entrevista considera um erro crasso interpretar que Georgescu rebateu o crescimento econômico, acredita na contínua capacidade do homem de adaptar aos desafios ambientais criando tecnologias que empurrem para mais longe as dificuldades. Até a entropia mostrar que, por maiores que sejam os truques, o mundo caminha para a finitude. Mas, até lá, diz ele, “tem chão pra burro”. Para Delfim, Georgescu foi banido especialmente por não acreditar em instrumentos da economia neoclássica, que se tornou *mainstream* – assim como o “velho Marx”, que foi alijado do sistema por “dizer algumas verdades”. (SD-E 15.1)

[...]

Mas o pensamento econômico dominante nas últimas décadas ignora isso. Por que nesse tempo todo não foram desenvolvidos estudos econômicos considerando-se premissas da Economia Ecológica? Ele foi ignorado. Com todas essas considerações, provavelmente daqui a 5 milhões de anos, quando acaba o Sol, acaba a Terra. Então, você está sempre deslocando as dificuldades para a frente. O que se tirou do pensamento do Georgescu são conclusões falsas: de que tem de voltar para a Idade da Pedra. Não é isso que está implícito no modelo dele. Nem de que é preciso reduzir o consumo. Nem está implícito de que não se deve crescer, tá certo? Deve-se crescer com cuidado, com tecnologias que sejam poupadoras, mas eficientes.

Mas o ambiente impõe limites ao crescimento. Em vez de questionar se é possível crescer sem destruir o ambiente, a pergunta não deveria ser outra: “O quanto o ambiente age como limitador do crescimento?” Claro que o ambiente impõe limites ao crescimento. Não existe esse negócio “Terra”. Existe Brasil, existe Argentina, existe Alemanha, então não tem essa concepção de que somos uma coisa só, um mundo só. Não é assim que o mundo funciona.

[Revista] Só que a termodinâmica não reconhece fronteiras políticas, a conta é uma só.

[Delfim] Mas vale para cada país. O que é o desenvolvimento? Uma sociedade se apropria de um pedaço da natureza, organiza a energia que está dispersa nesse espaço e dissipa essa energia na produção de bens e serviços. Isso é o desenvolvimento econômico. Por definição, tem uma finitude. Você vai jogando o limite para longe, porque tem o desenvolvimento tecnológico, vai tomando consciência de que precisa reaproveitar o material, de que precisa encontrar mecanismos para reaproveitar no processo produtivo o material que sai degradado. É isso que acontece. Mas, se você pensa desse jeito, significa o seguinte: ninguém mais cresce. Quem cresceu cresceu, quem não cresceu, paciência. [...] (SD-E 15.2)

O consumidor está em crise, o mundo, em recessão. Como ele vai pagar por esse valor mais elevado? Você está querendo dizer o que o consumidor vai fazer!

[Revista] Se não tiver um mecanismo de mercado ou de tributação que favoreça...
...quem disse que somos contra o imposto que exige o pagamento da externalidade?

[Revista] O senhor defende, então, impostos para....

...quem falou isso foi o (economista britânico Arthur Cecil) Pigou, não eu! Isso é ridículo. O mercado não funciona quando tem externalidade. Por isso precisa do imposto.

Sobre o carbono também?

É lógico. O máximo que se pode fazer é internalizar os custos das externalidades. É isso que tem de fazer para o mercado funcionar um pouco melhor.

[Revista] Por outro lado, se for precificar todas as externalidades, o custo poderá ficar inviável para o consumidor.

Ótimo, aí ninguém consome, voltamos para a Idade da Pedra, e fica tudo bem.

[Revista] Ninguém quer voltar à Idade da Pedra. É bem ao contrário, estamos falando de inovação, de economia verde, de novas fronteiras da macroeconomia.

Quando subir o preço, vão surgir as novas tecnologias.

O senhor acredita que as tecnologias vão salvar tudo?

Não vão salvar nada. Vão apenas jogar o limite para a frente, na esperança de que o Sol termine antes da gente.

[...] (SD-E 15.3)

APÊNDICE J

Sequências discursivas de notas (SD-N)

SUJEITO ENGAJADO
<u>ANTES DA RIO+20</u>
<p>O relatório Rumo a uma <u>Economia Verde</u>: Caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza, elaborado pelo Pnuma, vem sendo considerado, entre especialistas, como o melhor apanhado sobre <u>economia verde</u> já feito. Está disponível na íntegra em unep.org/greeneconomy. (SD-N 2.1)</p> <p>O desenho de uma <u>economia verde</u>. O consenso em torno da urgência de uma nova economia, que opere dentro dos limites da natureza, parece cada vez mais consistente. O problema que se apresenta agora é decidir como pôr a ideia em prática. (SD-N 4.1)</p> <p>E a Agenda 21? [...] Mas a emergência da <u>economia verde</u> como saída para a crise ambiental ameaça jogá-la [a Agenda 21] para escanteio, por conta do desgaste com inúmeros processos que não resultaram em ações concretas, a exemplo da Agenda 21 de municípios, que só existe no papel. (SD-N 4.2)</p>
<u>DURANTE A RIO+20</u>
<p>Os economistas é que estão verdes. No encontro realizado em maio, vozes ligadas tanto à economia ecológica como à “clássica” debateram os instrumentos para a transição ao novo modelo. [...] Um dos pontos altos foi a discussão sobre o papel do mercado, do Estado e dos indivíduos nessa transição. (SD-N 7.2)</p>
<u>DEPOIS DA RIO+20</u>
<p>Pesquisa capta percepções. Como deve se desenrolar a transição da economia tradicional para a <u>economia verde</u> no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, conforme a proposta da Rio+20? [...] há uma grande convergência de opiniões de que o mundo caminha para uma situação de “insustentabilidade” e que a transição para a <u>economia verde</u> é necessária. (SD-N 8.2)</p> <p>“Corporation 2020 apresenta as mudanças mais urgentes que necessitamos no nível corporativo durante esta década, se quisermos evitar a devastação do planeta e iniciar a transição para uma <u>economia verde</u>”, diz Sukhdev. (SD-N 10.1)</p> <p>Novo estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) defende que a transição para uma <u>economia verde</u> e sustentável está favorecendo a criação de milhões de empregos. (SD-N 12.2)</p> <p>Por um sistema mais verde. Em meados de agosto, o evento Sistema Financeiro Nacional e a <u>Economia Verde</u> lançou a prévia de um conjunto inédito de estudos acerca do alinhamento do sistema financeiro com o desenvolvimento sustentável. Trata-se de uma contribuição à "Inquiry on the Design of a Sustainable Financial System" (em tradução livre, Consulta sobre o Desenho de um Sistema Financeiro Sustentável). [...] No Brasil, o Pnuma encontrou como parceiro a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que, por sua vez, escolheu o Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV-Eaesp (GVces), em parceria com a Resultante Consultoria Estratégica, para executar esse conjunto de estudos. (SD-N 15.1)</p>
SUJEITO CRÍTICO
<u>DEPOIS DA RIO+20</u>
<p>OLHA ISSO! Produzir para que e para quem? “É possível um capitalismo capaz de levar o mundo em conta?”,</p>

pergunta Ricardo Abramovay em um dos capítulos do recém-publicado Muito Além da Economia Verde. Sim, defende o professor de Sociologia Econômica da USP. Mas, para tanto, dois reencontros se fazem necessários: da sociedade com a natureza e da economia com a ética. (SD-N 8.3)

O fim de velhas certezas. [...] Entre tantas bandeiras que levanta, Vandana também é defensora das mulheres indianas. Mesmo com ressalvas à ideia de economia verde, a indiana acredita que as antigas certezas do mainstream estão morrendo. Mostra esperança em relação às mudanças e a um novo tempo que está por vir. (SD-N 8.4)

Correndo contra o tempo. A salvação do mercado de carbono encontra-se nas mãos do Parlamento Europeu, que poderá votar em abril um pacote de reformas com a finalidade de puxar para cima os preços das licenças de emissão, que correm risco de virar pó. [...] Respaldo pelo ferrenho lobby corporativo antirreforma, capitaneado pelo BusinessEurope, o bloco conservador somente será derrotado na votação se social-democratas e verdes conseguirem apoio da esquerda e de boa parte dos parlamentares liberais. (SD-N 12.1)

Externalidades e tributação. [...] Uma maneira de reduzi-las [as externalidades] é lançar mão de instrumentos fiscais que punam a chamada economia marrom e premiem a economia verde e inclusiva, desde a taxação sobre produtos e atividades (como imposto sobre emissões de carbono) até uma reforma na política tributária. SD-N 14.1

APÊNDICE K

Sequências discursivas de capa (SD-C)

<p>SD-Capa 1 P22-ed31-Jun09</p> <p>SD-Capa 1.1 O mundo em crise pede um novo capitalismo</p>	
<p>SD-Capa 2 P22-n.34-set09</p> <p>SD-Capa 2.1 <u>Economia verde</u> Quem está preparado?</p>	

SD-C 3
P22-ed62-Abr12

SD-C 3.1
CAPITALISMO SOB REVISÃO

O mainstream começa a refletir sobre os limites do sistema

NOVA ECONOMIA: subsídios perversos retardam a mudança

RIO+20: a face ambientalista de Fernando Collor de Mello



SD-C 4
P22-n.74-mai13

SD-C 4.1
Mudança Climática
ADAPTAÇÃO

Por que esta agenda ainda não ganhou toda a atenção que merece

FINANCIAMENTO: Em busca de "dinheiro novo"

CIDADES E EMPRESAS: Conheça histórias de quem saiu na frente

DELFIN NETTO: "Vivemos uma imensa falha de mercado"



SD-C 5
P22-n.78-set.13

SD-C 5.1
ECONOMIA VERDE: cultura de consumo desafia a Unilever

EDIÇÃO DE ANIVERSÁRIO 7 ANOS

LIXO ZERO

A meta é possível ao se redesenhar processos, mudar hábitos e lançar novo olhar sobre os resíduos

PAGINA

EMBALAGENS: o maior nó da logística reversa
CATADORES: precisam ganhar pelo serviço ambiental que prestam
ECONOMIA VERDE: cultura de consumo desafia a Unilever

The image shows the cover of a magazine titled 'LIXO ZERO' (Zero Waste). At the top, it says 'EDIÇÃO DE ANIVERSÁRIO 7 ANOS' (7th Anniversary Edition). The main title 'LIXO ZERO' is in large, bold letters. Below it, a subtitle reads 'A meta é possível ao se redesenhar processos, mudar hábitos e lançar novo olhar sobre os resíduos' (The goal is possible by redesigning processes, changing habits, and launching a new look at waste). The central graphic is a large, white number '2' composed of various pieces of trash and waste, including plastic bottles, food scraps, and other debris. The word 'PAGINA' (Page) is written across the top of the '2'. At the bottom, there are three lines of text in red and black: 'EMBALAGENS: o maior nó da logística reversa' (Packaging: the biggest knot in reverse logistics), 'CATADORES: precisam ganhar pelo serviço ambiental que prestam' (Scrap collectors: need to be paid for the environmental service they provide), and 'ECONOMIA VERDE: cultura de consumo desafia a Unilever' (Green Economy: consumer culture challenges Unilever). There is a QR code in the top right corner and a small logo in the bottom right corner.